REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678

Ano 29 • Número 29 • pp. 09-214 • 2022

Rio de Janeiro
2022

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Ano 29 • Número 29 – p. 9-2014 • 2022

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 1957

Diretoria
Biênio 2022-2023

Presidente: *Lená Medeiros de Menezes*
Vice-Presidente: *Neusa Fernandes*
1º Secretário: *Olínio Gomes Paschoal Coelho*
2ª Secretária: *Vera Cabana de Andrade*
1º Tesoureira: *Lucia Helena da Silva*
2º Tesoureira: *Fânia Fridman*

Conselho Fiscal

Efetivos:
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Fernando Tasso Fragoso Pires
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo

Suplentes:
Jaime Antunes da Silva
Manoel José Miranda Neto
Roselene de Cassia Coelho Martins

Comissões Especiais

Admissão e Exclusão de Sócios:
Cybelle de Ipanema
Lucia Maria Paschoal
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

História, Geografia e Cartografia:
Arno Wehling
Maria de Lourdes Vianna Lira
Mary Del Priore

Ciências Auxiliares da História:
Margareth da Silva Pereira
Ondemar Ferreira Dias Gomes
Vera Lucia Botrel Tostes

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003.
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678

Ano 29 • Número 29 – p. 9-214 • 2022

Rio de Janeiro
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
2022

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 29, número 29, 2022.

Copyright by Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – 2015
Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Editor:
Paulo Knauss

Conselho Editorial:
Fania Fridman
Lucia Guimarães
Miridan Brito Falci
Rogéria de Ipanema
Surama Conde

Avaliadores pareceristas que autorizaram ter seus nomes citados:

Ana Maria Rebello
Arlete Assunção Monteiro
Érica Sarmiento
Luciene Pereira Carris Cardoso
Luiz Reznik
Marco Aurélio Martins Santos
Marcos Cotrim de Barcellos
Nelson de Castro Senra
Paulo Knauss
Syrléa Marques Pereira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R349
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – V.1, n.1 (1987).-,-
Rio de Janeiro : IHGRJ, 1987-.
v. : il.
Descrição baseada em: V. 20, n. 20 (2013)
Inclui bibliografia
ISSN 1519-5678
1. Rio de Janeiro (Estado) – História – Periódicos. 2. Brasil – História – Periódicos. 3. Cultura – Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
11-0722. CDD: 981.53
CDU: 94(815.3)
07.02.11 07.02.11 024393

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27
https://www.ihgrj.org.br/envio

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro não é responsável pelas opiniões presentes nos artigos, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de textos e imagens.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 6 de dezembro de 1957

ano 29, número 29, 2022.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9
Paulo Knauss

ARTIGOS

AS ROSAS NEGRAS DO CEMITÉRIO DE PRETOS NOVOS
DE SANTA RITA: SINAIS DE UM PATRIMÔNIO INVISÍVEL 15
João Carlos Nara Jr.

PETRÓPOLIS, ONDE NASCESTES?
A FAZENDA E A CASA DO PADRE CORRÊA
E A DEVOÇÃO À N. SRA. DO AMOR DIVINO 29
Magaly Oberlaender

"A LIBERDADE NO HORIZONTE DO BRASIL"
A ROTA DA INDEPENDÊNCIA PELO VALE DO PARAÍBA 43
Marcos Cotrim de Barcellos

OS BRAGANÇA NO BRASIL 71
Vera Lucia Cabana Andrade

A RESIDÊNCIA DIPLOMÁTICA DA FRANÇA
NO RIO DE JANEIRO (1816-1956) 95
Laurent Vidal

CENTENÁRIOS NO CENSO DE 1906:
ATORES HISTÓRICOS POBRES E ESQUECIDOS 125
Lená Medeiros de Menezes

ESBOÇO TEMÁTICO

NACHMAN FALBEL 149
Anat Falbel

O CASTELINHO DA GLÓRIA E
A OBRA DE ANTONIO VIRZI 151
William Bittar

A COPACABANA DE JOÃO ROBERTO KELLY 159
Francisco Vasconcellos

RESENHAS DE LIVROS

O RIO DE JANEIRO NAS NOTÍCIAS DA GAZETA DE LISBOA 167
Paulo Knauss

O CRAVO NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XX 171
Paulo Knauss

DISCURSOS E SAUDAÇÕES

SAUDAÇÃO À SÓCIA EFETIVA
DENISE GOMES PORTO 177
Nelson de Castro Senra

DISCURSO DE POSSE DA SÓCIA EFETIVA
DENISE MARIA COUTO GOMES PORTO 181
Denise Maria Couto Gomes Porto

SAUDAÇÃO AO SÓCIO EFETIVO
ANTONIO EDMILSON MARTINS RODRIGUES 187
Paulo Knauss

DISCURSO DE POSSE DO SÓCIO EFETIVO
ANTONIO EDMILSON MARTINS RODRIGUES 191
Antonio Edmilson Martins Rodrigues

O INSTITUTO MÊS A MÊS

O INSTITUTO MÊS A MÊS NO ANO DE 2022 199

QUADRO SOCIAL

QUADRO SOCIAL 205

APRESENTAÇÃO

Esse novo número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* confirma a continuidade do projeto editorial lançando em 1988, no ano em que se comemorava os 30 anos de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ). Antes disso, na década de 1960, o IHGRJ publicou algumas conferências de marca autoral individual em formato de folhetos avulsos caracterizados como plaquetas. Não há dúvida de que desde sua criação, a Revista do IHGRJ se consolidou como expressão da memória da vida intelectual e das atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ).

Nesse novo número foram reunidos, na seção *Artigos*, seis textos autorais baseados em pesquisas originais de sócios e não-sócios do IHGRJ, que abordam aspectos da história da cidade e do estado do Rio de Janeiro.

Os dois primeiros textos propõem rever a partir da história a memória urbana da cidade do Rio de Janeiro e Petrópolis. O arquiteto e historiador João Carlos Nara Jr., a partir da história do cemitério dos pretos novos da irmandade de Santa Rita destaca a questão da heterotopia na cidade e coloca em discussão o desafio contemporâneo de superar as formas de apagamento da memória da escravidão na cidade do Rio de Janeiro. O artigo da jornalista e museólogia Magaly Oberlaender aborda de modo original a história de Petrópolis, valorizando aspectos relacionados à ocupação territorial anterior ao projeto de colonização e de fundação da vila, destacando a importância da memória da fazenda e da casa do Padre Corrêa e aponta a devoção de N. Sra. do Amor Divino, padroeira da cidade, como uma permanência dos múltiplos tempos históricos da cidade.

Na sequência, temos dois outros textos que se relacionam com o contexto do bicentenário da Independência do Brasil. O filósofo e historiador, Marcos Cotrim de Barcellos propõe, em seu ensaio, interpretar o caminho percorrido por d. Pedro, príncipe de Portugal e futuro imperador do Brasil, na viagem que ficou associada o ato simbólico de proclamação da Independência do Brasil de 7 de setembro de 1822, a partir de uma fenomenologia dos horizontes, abordando o Caminho Novo da Piedade, que atravessava o vale do Paraíba, como lugar de memória da Independência nacional. Por sua vez, o texto da historiadora Vera Lucia Cabana Andrade revisita a história genealógica da dinastia de Bragança, interrogando a política de casamentos como negócios de Estado.

A seção se completa ainda estudos que enfocam a história da cidade do Rio de Janeiro. O historiador francês Laurent Vidal investiga as relações diplomáticas entre a França e o Brasil como fato urbano a partir do estudo das residências diplomáticas francesas no Rio de Janeiro, do século XIX a meados do século XX. A historiadora Lená Medeiros de Menezes, por sua vez, analisa uma seção do Censo de 1906 do Rio de Janeiro que apresenta o perfil de habitantes centenários da cidade e oferece a ocasião para a pesquisa histórica pensar os atores históricos da vida urbana no contexto da Belle Époque tropical.

Além disso, a seção *Esboço Temático* apresenta três textos de referência que buscam atrair a atenção dos estudiosos da história. O texto da arquiteta Ana Falbel registra a trajetória do professor de história medieval da Universidade de São Paulo e que se tornou conhecido como autor de vários trabalhos publicados sobre a história das religiões, com contribuição importante para história dos judeus no Brasil, além de ter sido criador do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, hoje integrado ao Museu Judaico de São Paulo. Na sequência, o arquiteto William Bittar homenageia a memória do professor Olínio Gomes Paschoal Coelho, sócio do IHGRJ falecido em 2021, ao valorizar seus estudos sobre a obra do arquiteto italiano Antonio Virzi e, em especial, a história da edificação conhecida como Castelinho do Flamengo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. A seção se encerra com o texto do escritor Francisco Vasconcelos que homenageia a memória João Roberto Kelly ao salientar como o compositor fez do bairro carioca de Copacabana seu laboratório e posto de observação da vida urbana para a sua criação artística e contribuiu para a construção do estereótipo do *playboy*.

A seção *Resenhas* apresenta dois livros lançados no ano de 2021: *O cravo no Rio de Janeiro do século XX*, de Marcelo Fagerlande, Mayra Pereira e Maria Ainda Barroso; e *O Rio de Janeiro nas notícias da Gazeta de Lisboa*, do arquiteto e historiador Carlos Moura. Ambos os livros demonstram como a pesquisa na imprensa tem se revelado caminho fértil para a ampliação do conhecimento sobre a história da vida carioca.

A organização deste número do periódico se completa ainda com as seções dedicadas á vida institucional do IHGRJ. A seção *Discursos e Saudações* celebra a posse dos novos sócios do IHGRJ que se com o ingresso em seu quadro social de Denise Gomes Porto e Antonio Edmilson Rodrigues. A seção *O Instituto Mês a Mês* apresenta o relatório de atividades anuais da instituição, que realizou regularmente e com sucesso suas sessões de estudos e pesquisa mensais, além do *Ciclo de Palestras Historiadores rememoram historiadores do Rio de Janeiro*, e o

V Colóquio de Institutos Históricos Municipais do Estado do Rio de Janeiro – Independência do Brasil: memórias fluminenses. A publicação desse número da Revista do IHGRJ completa assim as realizações do ano de 2002 do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, seguindo sua missão institucional desde sua fundação em 1957.

Paulo Knauss
Editor

ARTIGOS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 29 • Número 29 • 2022

AS ROSAS NEGRAS DO CEMITÉRIO DE PRETOS NOVOS DE SANTA RITA: SINAIS DE UM PATRIMÔNIO INVISÍVEL

João Carlos Nara Jr.[1]

Resumo

No Largo de Santa Rita, no Centro do Rio de Janeiro, houve durante o século XVIII um cemitério para africanos escravizados recém-chegados, que morreram antes de ser vendidos. Em 1774 o tráfico negreiro e seu respectivo cemitério foram transferidos ao Valongo, subúrbio pertencente à mesma freguesia de Santa Rita. O antigo cemitério foi esquecido, mas a recente instalação do VLT carioca no Largo de Santa Rita ocasionou uma contestação dos movimentos sociais sobre a legitimidade das pesquisas arqueológicas na região. Como sucedâneo à necessária rememoração desses mortos, o IPHAN propôs a representação de rosas negras no chão do cemitério, que continua servindo de logradouro público. A análise das contradições políticas do episódio e o estranhamento diante da não-paisagem de Santa Rita reclamam da academia e das instituições públicas respostas mais robustas, cujas linhas são sugeridas na conclusão.

Palavras-chave: Santa Rita; Cemitério de Pretos Novos; Arqueologia.

Abstract

There was a cemetery for newcomer African slaves who had died before the sale, in the 18th century, at Santa Rita plaza, Rio de Janeiro downtown. In 1774, the negros traffic and its burial ground were transferred to Valongo, a suburb in the same parish of Santa Rita. The old cemetery was forgotten, but the recent installation of an urban train over Santa Rita plaza has favored an opposition from social movements about the legitimacy of the archaeological researches at that region. As a substitute solution, the National Institute for Heritage has submitted the engravement of black roses on the burial ground floor, which will continue to be a public path. The analysis of these political contradictions and the strangeness before the no-landscape of Santa Rita ask stronger responses from Academy and from the public institutions, whose reasonings are suggested in the conclusion..

Keywords: Santa Rita; Newcomer Slaves' Burial Ground; Archaeology.

CONTRAESPAÇO CEMITERIAL

Cemitérios são cidades póstumas que eternizam a desigual condição dos cidadãos. Desta feita, a cidadania do além se caracteriza por singularidades e classificações derivadas dos avatares da vida presente, a modo de espelho reflexo das conquistas e frustrações que o defunto leva consigo.

Contudo, muitos desses mortos são indiferenciados, elementos escondidos na massa, sujeitos ausentes das narrativas. Como lápides sem nome, suas vidas

1 Arquiteto e historiador, Doutor em História Comparada (UFRJ), Diretor Executivo da Fundação Biblioteca Nacional e Sócio do IHGRJ.

não deixam vestígio na memória. Mesmo sem assumir um igualitarismo revolucionário que pretenda abolir as distinções de casta, é preciso reconhecer que, nas hierarquias sociais, há personagens excessivamente relegados e negligenciados pela história, como costuma ser narrada.

No que concerne à história brasileira, a própria Constituição Federal de 1988 auspicia que se envidem esforços de reparação para com segmentos sociais oriundos de grupos desprivilegiados do passado. Por isso, dentre outras iniciativas, um olhar mais atento tem sido lançado aos africanos traficados ao Brasil durante o sistema escravagista. Não causa surpresa, porém, descobrir que, mesmo entre as vítimas do comércio humano que caíram na invisibilidade e no esquecimento, também havia diversidade de extratos sociais e pessoas com precedência sobre outras.

A recente proposta paisagística para o Largo de Santa Rita no Centro do Rio de Janeiro, onde outrora houve enterramento de escravos, traz a primeiro plano a questão da heterotopia cemiterial na paisagem urbana, isto é, a função dos "contraespaços", isto é, desses âmbitos "*absolutamente* diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los" (FOUCAULT, 2013, p. 19). Com efeito, em nome do tributo aos mortos e da visibilidade dos traumas históricos, Santa Rita tornou-se um "não-cemitério", numa surpreendente inversão das políticas de reparação.

Para explorar essa nova função social do cadáver, usado ao mesmo tempo como bem integrado de um patrimônio público e como mediador de uma fronteira ao mesmo tempo política e escatológica, convém conhecer a história da região de Santa Rita, terceira freguesia urbana da cidade do Rio de Janeiro.

CIDADÃO INVISÍVEL

Durante todo o período colonial, e mesmo depois, Portugal foi um Estado católico confessional e o rei detinha o direito de Padroado sobre a Igreja em Ultramar. Sob tal égide, a compra de escravos na costa africana era politicamente compreendida e socialmente apresentada como um resgate do cativeiro, evitando o incômodo das sanções pontifícias contra o tráfico[2]. Libertos do gentio que os capturara no interior do continente por meio de guerras predatórias, mas também livres do paganismo que os subjugava aos elementos cósmicos, aqueles infelizes ironicamente encontravam essas liberdades por meio da escravidão laboral nas Américas. E assim, para esses cativos os únicos fatores úteis de sociabilidade na Colônia eram a sabedoria autóctone indígena, a civilização lusitana e a fé cristã. Através da assimilação dessas culturas, eles encontravam as armas para a sua afirmação e diferenciação pessoais.

2 Para uma análise de longa duração sobre a evolução do pensamento católico sobre o tema, vide CONTI, Luigi. The Catholic Church and the slave trade. In: UNESCO, 1979, p. 265-268.

Tal "libertação", contudo, era um processo longo e acidentado, ao qual nem todos resistiam. E a morte é mais radical forma de rendição. Morrer sem batismo – algo comum entre os provindos da Guiné, mas incomum entre os procedentes de Angola – tornava o exílio ainda pior. Mas morrer antes de ser vendido, ainda na condição de *preto novo*, sem dono, sem domicílio, sem onde ser enterrado, situava a pessoa escravizada em uma fronteira sem fim.

Em 1721, o cabido diocesano – que regeria o bispado do Rio de Janeiro durante uma vacância de quatro anos na sé carioca – reclamou ao rei providências sanitárias e humanitárias para o enterramento dos pretos novos. Dom João V, sensibilizado pela demanda da Igreja então submetida ao Estado absolutista lusitano, ordenou a criação de um campo santo exclusivo[3], ato que inauguraria a moderna tendência de sepultar os mortos longe dos vivos.

ENTRE ALMAS PENADAS E ANCESTRAIS

Qual era o paradeiro "ultratumular" dos pretos novos que faleceram sem cidadania neste mundo? – Ora, nas principais tradições religiosas africanas, as instâncias escatológicas não correspondem a posturas éticas determinadas. Melhor dizendo: segundo essas tradições, a qualificação ética de uma vida provém mais de um balanço global da existência do que dos atos isolados das pessoas. Como os pretos novos não estabeleceram hereditariedade e morreram em circunstâncias adversas, carecem da completude necessária à uma vida plena no além. Portanto, estão impedidos tanto de entrar no convívio dos ancestrais, quanto de se associarem aos que vivem na terra; antes, eles se tornam como que "almas penadas" (cf. FÁLỌLÁ & AKÍNYẸMÍ, 2016, p. 7).

Os pretos novos do Rio de Janeiro enquadram-se nesse perfil, em razão do qual não puderam se tornar ancestrais. E convém aos vivos ter escrúpulo, evitar o risco de penetrar em tais cemitérios, a exemplo do mórbido terror sentido diante desses espíritos pelo próprio Xangô, o grande orixá da justiça (cf. PRANDI, 2001, p. 240s).

Não obstante, o cemitério reclamado por dom João V foi instalada em plena praça pública, no Largo de Santa Rita, no coração do antiquíssimo bairro da Vila Verde, situado no extremo norte da vargem do Rio de Janeiro colonial, junto ao muro que separava a cidade do seu rossio. A péssima escolha foi alvo da crítica de um procurador da Câmara em 1766: "Forte impiedade: enterrar na rua, por onde andam os povos, e os animais a despedaçar cadáveres. Que desconhecimento da humanidade"[4]. O escândalo público não duraria muito,

3 Provisão régia de 27 de maio de 1722 (*Arquivo Histórico Ultramarino*, Rio de Janeiro, Avulsos, cx. 12, doc. 1391).

4 *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, códice 6-1-9.

sendo o cemitério transferido ao subúrbio do Valongo, onde permaneceria até o fim do tráfico negreiro.

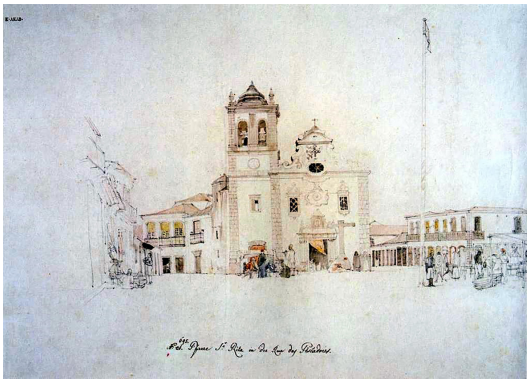


Figura 1: Thomas Ender, Pfarre Sa. Rita in der Rua dos Pescadores (1817). Destaque para o pau da bandeira e o cruzeiro. Fonte: uso público.

O cruzeiro que marcava o campo santo de Santa Rita, retratado pelo aquarelista vienense Thomas Ender em 1817 (Figura 1), é a única referência pictórica do cemitério setecentista. Seria removido pouco depois, dando lugar sucessivamente a um chafariz de pedra e a uma fonte de ferro fundido, ainda no século XIX. Por fim, o urbanismo de Pereira Passos descaracterizou o Largo, que perdeu metade de sua área para a abertura de uma nova avenida, símbolo da *Belle époque* carioca: a Marechal Floriano. Quase ninguém mais se lembraria da presença dos mortos sob o calçamento público compartilhado por quiosques, bancas, bondes, carros, caminhões, ônibus e transeuntes (Figura 2).

Figura 2: Largo e Matriz de Santa Rita, com a Avenida Mal. Floriano, em 2015, antes do VLT. Fonte: Mateus Rosada.

Pouco mais de cem anos depois, a sanha modernizadora regressou àquela esquecida região do Centro da Cidade, pois fora incluída no *Porto Maravilha*.

Como se sabe, esse afamado projeto contempla a reestruturação urbana da área portuária por meio da operação consorciada com a iniciativa privada, em troca do aumento do potencial construtivo, facultada pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001). No caso do cemitério, a intervenção de maior impacto, idealizada pela Prefeitura em 2012, consistiu na instalação do *Veículo Leve sobre Trilhos* (VLT), cuja Linha 3 passa pelo Largo de Santa Rita, ligando a Central do Brasil ao Aeroporto Santos Dumont (Figura 3). As obras de engenharia só iniciaram seis anos depois, em janeiro de 2018.

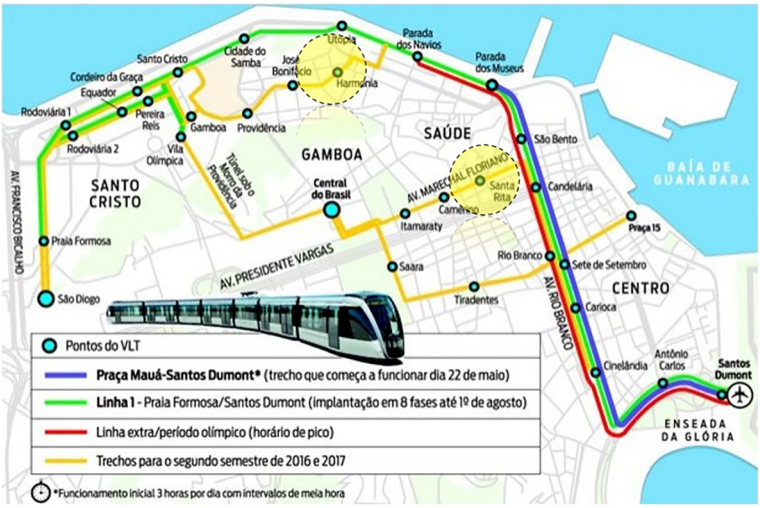


Figura 3: Mapa do VLT carioca no início da operação em 2016.
Assinala-se a região dos dois cemitérios de pretos novos, o do Valongo
(junto à estação Harmonia) e o de Santa Rita. Fonte: divulgação.

MONUMENTO AUSENTE

A presença de um cemitério no Largo de Santa Rita era um caso típico de lenda urbana. Há muito tempo corria a notícia da aparição de fragmentos de ossos por ocasião de pequenas obras civis feitas na rua, porém o interesse dos movimentos sociais organizados sobre o tema tinha sido escasso até então. Embora de forma tardia, a perspectiva de transformações urbanas mais profundas deu ao Cemitério de Pretos Novos de Santa Rita a visibilidade merecida. Pois a matriz de toda a região, com o seu cemitério, só costumava ser referida circunstancialmente nas histórias sobre o tráfico negreiro.

O sistema escravagista na cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu em dois períodos distintos, apoiando-se em diversos equipamentos urbanos hoje conservados como monumentos históricos. Até 1774, o tráfico funcionou preponderantemente na Rua Direita (atual Primeiro de Março), junto à antiga Alfânde-

ga (onde hoje fica a Casa França-Brasil). Crescendo a necessidade de espaço ao longo do século XVIII para o enterramento dos escravos mortos antes da venda, a matriz de Santa Rita – possuidora da primeira decoração rococó em terras americanas (cf. NARA JR., 2016) – assumiu a cura pastoral desses pretos novos, os africanos escravizados recém-chegados à marinha carioca. Com os esforços da Câmara para transferir o tráfico para fora dos muros da cidade colonial, a urbanização se estendeu do Bairro da Vila Verde para o Valongo, subúrbio que também integrava a freguesia de Santa Rita (Figura 4). Essa região passou a funcionar como exclusivo "gueto" escravagista apenas a partir de 1774 e, com o fim do tráfico externo oficial em 1831, o Valongo viria a adquirir novas características, associando-se à estiva. Aliás, essa mesma área da cidade foi a mais visitada durante as Olimpíadas de 2016, em virtude da requalificação realizada pelo Porto Maravilha.

Figura 4: O Rio de Janeiro em 1774. Circulada a matriz de Santa Rita.
Fonte: base ImagineRio. Disponível em: <https://imaginerio.org/>. Acesso em: 15/8/2019.

Nos últimos quarenta anos, porém, o território da antiquíssima freguesia, correspondente aos bairros da Saúde e Gamboa, recobrou enorme interesse político, histórico, econômico, turístico e religioso. A região passou por um processo de "reafricanização" desde os anos 1980, tendo por fulcro a Pedra do Sal e suas ligações com a origem do samba, culminando na demarcação de um quilombo. Os múltiplos achados arqueológicos referentes à escravidão, que começaram em meados dos anos 1990, com a descoberta do Cemitério de Pretos Novos do Valongo, chegaram ao auge com a declaração do Cais do Va-

longo como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2017, consagrando os bairros como um circuito privilegiado da herança africana no Brasil.

Apesar de tudo, em meio às obras de modernização, salta à vista a perda de contexto dos monumentos históricos ou a carência de uma hermenêutica que os correlacione. Afinal, o funcionamento do sistema escravagista obedecia a uma lógica: fiscalização tributária e sanitária, quarentena, atracação, casas de engorda, cemitérios para pretos novos. O que remanesceu dessa época pontilha a área central do Rio de Janeiro, tão remodelada pelos sucessivos aterros e intervenções urbanísticas, dificultando a percepção das interligações entre os monumentos: Alfândega, Ilha da Boa Viagem em Niterói, hospital da Ilha de Bom Jesus da Coluna (Fundão), Ilha das Enxadas (para os que padeciam de elefantíase), Santa Casa de Misericórdia, Lazareto da Gamboa, Cemitério de Pretos Novos de Santa Rita e Cemitério de Pretos Novos do Valongo, Cais do ouro (próximo à ruína da Patromoria, na Orla Conde), Cais do Valongo, Casa da Guarda e as lojas de venda de escravos na antiga Rua do Valongo, hoje Rua Camerino, na qual Pereira Passos construiu um romântico Jardim Suspenso (Figura 5).

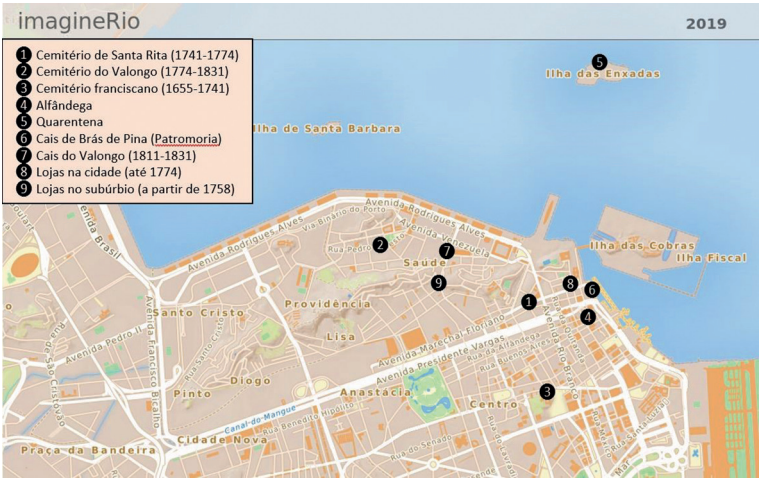


Figura 5: Principais lugares relacionados ao tráfico negreiro no Rio de Janeiro, localizados em um mapa atual. Fonte: base ImagineRio. Disponível em: <https://imaginerio.org/>. Acesso em: 15/8/2019.

MORTOS SEM ARTE FUNERÁRIA

Tornando ao projeto do VLT que passaria no Largo de Santa Rita, prospecções arqueológicas feitas pouco antes do início das obras de implantação trouxeram à luz fragmentos de faiança, porcelana e cachimbos, mas também de ossos humanos (cf. GASPAR, 2018, p. 15). Diante disso, o IPHAN previu o salva-

mento dos remanescentes humanos que eventualmente aflorassem quando os trilhos fossem instalados.

Rapidamente, diferentes associações para a promoção da igualdade racial solicitaram opinar no projeto, às vésperas da sua execução. Ao cabo de algumas reuniões, a assim chamada *Comissão Pequena África* negou peremptoriamente o resgate de fragmentos dos restos mortais, argumentando que os pretos novos seriam "ancestrais" ou "sagrados", e como tais devem permanecer sob o piso do Largo de Santa Rita. O IPHAN, apesar de considerar essa "interpretação extremamente perigosa e inconsistente"[5] e ponderar que a escavação era "a única forma de garantir a preservação do sítio"[6], cedeu aos pedidos. Por isso, nada se resgatou durante as obras…

Curiosamente, um caso semelhante tinha se dado menos de um ano antes, mas com uma solução oposta. O cemitério do Valongo, que sucedeu ao de Santa Rita e funcionou de 1774 a 1831, tornou a ser escavado depois de 20 anos, recebendo apoio de representantes dos mesmos movimentos sociais. Atualmente, parte do cemitério fica na sede do *Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos*, no bairro da Gamboa. Apesar de ser habitual "a reinumação de restos humanos oriundos de escavações, frequentemente com alguma forma de ritos funerários" (YELVINGTON, 2006, p. 250), durante as pesquisas do arqueólogo Reinaldo Tavares em 2017 deixou-se exposto um indivíduo do sexo feminino, em boa conexão anatômica, com o objetivo de identificar contextos funerários e facilitar os estudos de arqueologia funerária e bioarqueologia. A viabilidade da manutenção e preservação desse tipo de sítio levanta questões interessantes para a arqueologia, que não é o caso de discutir aqui. Mas é sintomático que a opção de deixar os restos mortais expostos foi tomada com o aval de mães de santo (cf. TAVARES *& alii*, 2017), cuja participação no processo consistiu em "curadoria" e em "orientações espirituais" para a manutenção da cova aberta museu-memorial, como testemunho da injustiça, ofensiva a Xangô[7], o mesmo orixá que teme os cemitérios.

O CADÁVER COMO FÓSSIL OU DOCUMENTO?

Parece desnecessário entrar no mérito da autoridade das associações, coletivos e organizações privadas que se apresentam como representantes de determinados grupos sociais a títulos nem sempre claros. Aliás, esse imbróglio apenas demonstra a crise de legitimidade das estruturas institucionais do Estado moderno. No entanto, é forçoso afirmar que a postura acordada para o

5 Nota Técnica nº 8/2019/COTEC IPHAN-RJ/IPHAN-RJ, 26/2/2019.

6 IPHAN, *Projeto VLT – Pesquisas arqueológicas na av. Marechal Floriano (Largo de Santa Rita)*, Ata de reunião, 12/7/2018, p. 3.

7 Cf. IPHAN, *loc. cit.*; VASSALLO, 2016.

cemitério de Santa Rita – ou seja, a decisão de não fazer o salvamento arqueológico dos remanescentes humanos – contradisse as boas práticas internacionais[8], além de se ter distanciado do paradigma estabelecido pelas pesquisas desenvolvidas sobre o *African Burial Ground* de Nova Iorque, descoberto no centro cívico de Manhattan em 1991 e elevado a Monumento Nacional norte-americano quinze anos depois (cf. FÁLOLÁ & WARNOCK, 2007, p. 42).

A legítima celebração dos mortos de Santa Rita levanta questões pouco amadurecidas ou debatidas, que afetam direitos particulares, a função da ciência, a efetivação da justiça social, o uso do patrimônio público e a representação histórica como forma de cidadania plena. Afinal, as normas adotadas para a curadoria dos artefatos poderiam levar a que os remanescentes humanos dos africanos escravizados permanecessem em reservas técnicas por anos, tratados como fósseis. Além disso, o lamentável incêndio do Museu Nacional em 2018, que destruiu parte significativa de seu acervo, lançou dúvidas sobre a segurança das instituições brasileiras responsáveis pela guarda de acervos.

Conclui-se que a arqueologia da diáspora africana, considerada ciência útil ou aliada até a década de 1990, corre o risco de ser vista no Brasil como "saqueadora" ou "profanadora" pouco anos depois. Sem perceber, o cancelamento da pesquisa arqueológica cumpriu à risca o pensamento de Giorgio Agamben sobre a sacralidade. Para o filósofo italiano, o sagrado não é o pertencente a Deus, mais o *interditado* na fronteira entre o divino e o mundano. Nesse contexto, a manutenção dos esqueletos humanos sob os trilhos do VLT garantiria a sua "sacralidade", isto é, a sua intocabilidade. Retirá-los seria profaná-los, torná-los politicamente inoperantes, pois profanar implica a "neutralização daquilo que profana. Depois de ter sido profanado, o que estava indisponível e separado perde a sua aura e acaba restituído ao uso" (AGAMBEN, 2007, p. 61).

REPARAR SEM REPARAR

Por causa da conveniência de se reparar o descaso histórico para com os pretos novos, a superintendência do IPHAN anunciou publicamente que o logradouro receberia um novo agenciamento paisagístico:

> O Largo de Santa Rita também recebeu tratamento especial por sua importância histórica e por suas características urbanas. Por se tratar de um largo cortado pela Av. Marechal Floriano, a proposta urbanística buscou integrar os dois lados da avenida, interligando os dois trechos da Rua Miguel Couto e Igreja de Santa Rita ao Beco da Sardinha através do nivelamento de piso do atual largo. Dessa forma buscou-se criar uma grande praça e privilegiar a integração *peatonal* da área. As vias reservadas a circulação de veículos dos dois lados da

8 *Carta de Lausanne* (ICOMOS/ICAHM), 1990; UNESCO, 2018.

avenida funcionarão como vias de serviço e acesso local, e serão niveladas à calha do VLT e à calçada através de um novo piso intertravado de cor grafite.[9]

A proposta vem completada com a promessa de sinalização do cemitério, pontilhando-se o piso da área aproximada dos enterramentos com rosas negras. Como não se pôde prospectar durante as obras, o perímetro foi determinado por contraste, ou seja, ficou estabelecido por meio das prospecções realizadas ao redor do Largo de Santa Rita (Figura 6). As rosas negras, além fazerem referência a certo "movimento de mulheres que lutou contra a escravidão e pelos direitos dos negros entre o fim do século XIX e o início do século XX"[10], aludem a Rita de Cássia (1381-1457), a santa das rosas, taumaturga italiana muito cultuada no Brasil, cuja primeira igreja em terras americanas é justamente a matriz em questão.

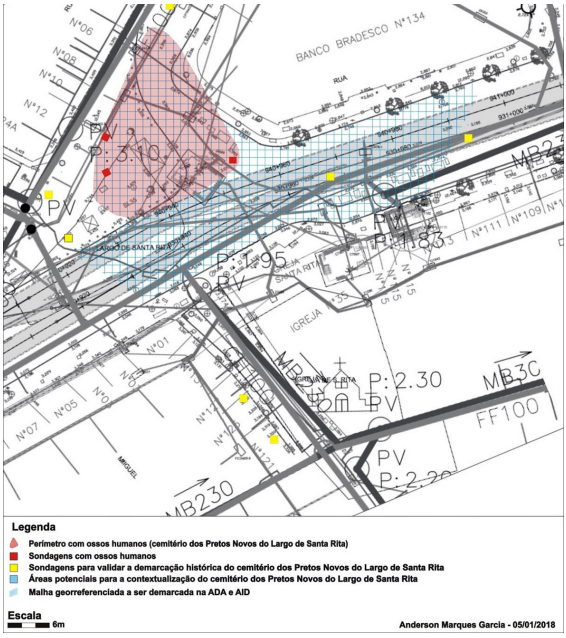


Figura 6: Perímetro estimado do Cemitério de Pretos Novos de Santa Rita, com indicação das redes subterrâneas. Fonte: GASPAR, 2018.

Interessa saber o quanto a população compreenderá o significado desse cemitério marcado de rosas. A experiência com o Cais do Valongo, ainda caren-

9 Parecer técnico nº 626/2018/COTEC IPHAN-RJ/IPHAN-RJ sobre o Projeto e memorial descritivo de urbanização do trecho L900 do VLT Carioca.

10 PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Paradas do VLT ganham nomes em homenagem à herança africana na Cultura carioca*. Disponível em: <http://prefeitura.rio/web/guest/exibeconteudo?id=8838390>. Acesso em: 25/9/2022.

te de sinalização e de um centro de referência, faz temer que as pessoas não *reparem* no patrimônio escolhido para ser *instrumento de reparação*.

É urgente que se melhore a educação patrimonial, a educação visual e a educação paisagística. Pois os sítios inventariados como herança da escravidão – e o de Santa Rita está expressamente incluído no *Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África*, criado pelo governo do Estado do Rio[11] – só realizam a sua potencialidade quando promovidos em um projeto que integre os aspectos de memória, cultura e turismo, e equilibrem interesses locais e regionais (cf. UNESCO, 2018, p. 20 e 26). Programa de envergadura, que reclama ir muito além dos investimentos financeiros, acadêmicos e institucionais aplicados até o momento.

CONCLUSÃO

O volumoso Relatório final dos serviços de Arqueologia (GASPAR, 2020) pôde apenas indicar a presença, à flor da terra, de alguns restos dentários de nove adolescentes, colhidos nas prospecções prévias ao início das obras do VLT sobre o Largo de Santa Rita. Alguns deles eram dentes modificados, ao estilo "dente de piranha", típico da África Centro-ocidental. Indicam que houve ali uma densidade significativa de sepultamentos.

Como o cemitério de Santa Rita nasceu intramuros no Rio de Janeiro colonial, contrariou o princípio de Lewis Mumford (2008, p. 5), para quem "a cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos, […] é a precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas". Mas nesse campo santo realmente se verificou o aspecto característico da dinâmica cemiterial: o seu abandono e a sua redução a mero vestígio. Agora se lhe acrescenta a transformação em campo de disputa de narrativas.

Quatro conclusões podem ser destacadas, pois reclamam aprofundamento, e ficam consignadas a modo de sugestão:

1) *É preciso debater mais amplamente o projeto Santa Rita:* Basta propor para o cemitério um agenciamento paisagístico? Falta-lhe um monumento? Deve-se construir um memorial?

2) *É necessário insistir na educação patrimonial:* Reunir os interessados, construir convencimento, orientar os colaboradores.

3) *Convém não desperdiçar outra chance de financiamento para a região de Santa Rita:* A arqueologia é uma ciência inclusiva para os grupos sociais não documentados historiograficamente. Mas só se torna viável com a ajuda do investimento privado e o fomento do interesse acadêmico.

11 Lei Estadual nº 8.105 de 20 de setembro de 2018, Anexo I, inciso III.

4) *Convém promover uma verdadeira reparação, livre de manipulações ideológicas:* Para que o cemitério de Santa Rita seja uma lição às futuras gerações, um tributo aos que nos antecederam e um alerta para todos nós.

Duzentos anos antes das rosas negras, o cruzeiro das almas retratado por Thomas Ender foi retirado do cemitério, desenraizando a memória dos pretos novos. De fato, o significado de um lugar nunca está assegurado por si mesmo, antes provém das expectativas das pessoas que o identificam e interpretam. Por isso, a não-paisagem de Santa Rita manifesta uma crise identitária e interpretativa: nenhuma instância envolvida foi capaz de dar resposta cabal aos problemas levantados. A inação perpetuou a situação. Permanece o convite a construir essa memória.

Referências Bibliográficas

ABÍMBỌ́LÁ, Kọ́lá. *Yorùbá Culture:* a philosophical account. Birmingham: Ìrókò Academic Publishers, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

BARKAN, Elazar; BUSH, Ronald (ed.). *Claiming the Stones/Naming the Bones:* Cultural Property and the Negotiation of National and Ethnic Identity in the American and British Experience. Los Angeles: Getty Research Institute, 2002.

FÁLỌLÁ, Tóyìn; AKÍNYẸMÍ, Akíntúndé (ed.). *Encyclopedia of the Yorùbá*. Bloomington: Indiana University Press, 2016.

FÁLỌLÁ, Tóyìn; WARNOCK, Amanda (ed.). *Encyclopedia of the Middle Passage*. Westport: Greenwood Press, 2007.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico:* as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GASPAR, Maria Dulce (coord.). *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Histórico da Área de Implantação do Sistema Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT e Respectivas Paradas para Acesso de Passageiros – Trecho L900 – Centro, Rio de Janeiro/RJ e Área de Ampliação.* Relatório Final. Volumes I-VIII. Artefato Arqueologia, processo nº 01500.002422/2017-06. Rio de Janeiro: 13/5/2020.

____. *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Histórico da Área de Implantação do Sistema Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT e Respectivas Paradas para Acesso de Passageiros – Trecho L900 – Centro, Rio De Janeiro/RJ.* Artefato Arqueologia, processo nº 01500.002422/2017-06. Rio de Janeiro: fevereiro de 2018.

IPHAN. *Nota Técnica nº 8/2019/COTEC IPHAN-RJ/IPHAN-RJ*. Pesquisa arqueológica da linha 3 do VLT, 26/2/2019.

____. *Parecer técnico nº 626/2018/COTEC IPHAN-RJ/IPHAN-RJ*, 28/11/2018.

____. *Projeto VLT – Pesquisas arqueológicas na av. Marechal Floriano (Largo de Santa Rita)***,** Ata de reunião, 12/7/2018.

LEITE, Fábio. *A questão ancestral:* África negra. São Paulo: Palas Athena, 2008.

MBITI, John. *African Religious and Philosophy.* Oxford: Heinemann, 1990.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história:* suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NARA JR., João Carlos. *O Cemitério de Pretos Novos de Santa Rita:* História Social e Arqueologia da Transição no complexo escravagista do Rio de Janeiro Setecentista. Rio de Janeiro, 2019. 376 p. Tese (Doutorado). UFRJ, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2019.

____. *O Rio de Janeiro entre conquistadores e comerciantes:* a história do fidalgo que fundou a freguesia de Santa Rita. Curitiba: Appris, 2019.

____. *Arqueologia da Persuasão:* o simbolismo rococó da matriz de Santa Rita. Curitiba: Appris, 2016.

NARA JR., João Carlos; ABRANTES, Paulo Elísio Marinho; NASCIMENTO, Gleide Alencar do. Trilha urbana e análise do espaço-tempo no Centro histórico do Rio de Janeiro com uso do geoprocessamento. *In: Ensino, pesquisa e realizações.* Rio de Janeiro: Editora Atena, p. 217-236, 2018.

NARA JR., João Carlos; CHEVITARESE, André; GOMES, Flávio dos Santos; NASCIMENTO, Gleide Alencar do. Antes do Valongo: cultura material, memória e africanos no Rio de Janeiro, século XVIII. In: CHEVITARESE, André; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dos artefatos e das margens:* ensaios da história social e cultura material no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 168-193, 2018.

OLOMOLA, Isola. Contradictions in Yoruba folk beliefs concerning post-life existence: the ado example. *Journal des africanistes***,** Paris, v. 58, f. 1, p. 107-118, 1988.

ONYEWUENYI, Innocent. *African Belief in Reincarnation:* A Philosophical Reappraisal. Scotts Valley: Createspace, 2009.

ỌṢANYÌNBÍ, Ọládotun B.; FALANA, Kehinde. An Evaluation of the Akuṛẹ Yorùbá: Traditional Belief in Reincarnation. *Open Journal of Philosophy,* v. 6, p. 59-67, 2016.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REDINHA, José. *Etnias e culturas de Angola.* Luanda: Instituto de Investigação Cientifica de Angola, Actualidades Editora, 1975. Edição *fac-símile* da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 2009.

SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nàgô e a morte.* Pàde, Àsèsè e o Culto Égun na Bahia. Petrópolis: Vozes, 9ª edição, 1998.

UNESCO. *Legacies of Slavery.* A Resource Book for Managers of Sites and Itineraries of Memory. Paris: UNESCO, 2018.

____. *The African slave trade from the fifteenth to the nineteenth century:* reports and papers of the meeting of experts organized by UNESCO at Port-au-Prince, Haiti, 31 January to 4 February 1978. Paris: UNESCO, 1979.

VASSALLO, Simone Pondé. *Entre ciência e ancestralidade:* o Cemitério dos Pretos Novos na encruzilhada das interpretações. Trabalho apresentado no XIII Congresso da Associação de Estudos Brasileiros / BRASA, no painel Processos de patrimonialização da cultura afro-brasileira. Brown University, Providence, 31 de março a 2 de abril de 2016.

WERNER, Alice. *Myths and legends of the Bantu.* Londres: George G. Harrap & Co., 1933.

Recebido em 08/10/2022
Aprovado em 30/11/2022

PETRÓPOLIS, ONDE NASCESTES? A FAZENDA E A CASA DO PADRE CORRÊA E A DEVOÇÃO À N. SRA. DO AMOR DIVINO

Magaly Oberlaender[1]

Resumo:

A historiografia sobre a cidade de Petrópolis é dominada pelos aspectos relacionados à história da colonização e dos colonos alemães, assim como pela história da ocupação urbana ordenada. Esse artigo pretende valorizar aspectos relacionados à ocupação territorial anterior à criação da vila. Nesse sentido, a pesquisa destaca a importância da antiga fazenda e atual casa do Padre Corrêa e aponta a devoção à N. Sra. do Amor Divino, padroeira da cidade, como uma permanência dos múltiplos tempos históricos da cidade. Apesar de sua curta vida, a história da Cidade Imperial foi construída por interessantes fatos, cujas peculiaridades encanta a todos. A contribuição trazida pelos colonos alemães, a ocupação urbana ordenada e a religiosidade de seus habitantes estão entre eles. Mas existem outros mais antigos tão cativantes quanto esses. Assim, esse artigo .

Palavras-chave: O antepassado da Cidade Imperial; Casa do Padre Corrêa; Devoção petropolitana.

Abstract:

The historiography of the city of Petrópolis is dominated by aspects related to the history of colonization and German settlers, as well as the history of ordered urban occupation. This article intends to value aspects related to the territorial occupation prior to the creation of the village. In this sense, the research highlights the importance of the old farm and current Father Corrêa's House and points out the devotion to Our Lady of Divine Love, patroness of the city, as a permanence of multiple historical times of the city. Despite its short life, the history of the Imperial City was built by interesting facts, whose peculiarities delight everyone. The contribution brought by the German settlers, the orderly urban occupation and the religiosity of its inhabitants are among them. But there are older ones as captivating as these.

Keywords: The ancestor of the before the Imperial City; Father Correa's House; Petropolitan devotion.

Era excessivamente longa e perigosa a viagem pelo caminho que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais: passava por São Paulo e durava numerosos e longos meses a serem vencidos até atingir a antiga rota, denominada Caminho Velho, que eram as antigas trilhas abertas pelos bandeirantes para chegar a Minas e Goiás. Era necessário tomar uma embarcação até Paraty, subir e descer a Serra do Mar até Taubaté para encontrar o Caminho Velho. Urgente se fazia, então, providenciar uma ligação direta com o mar, passando pela intransponível Serra do Mar e, assim, facilitar o escoamento das riquezas. Desde o ano 1698 se tem notícias de início dos estudos de uma nova rota que atendesse a essa demanda. O chamado Caminho Novo foi aberto por Garcia Rodrigues Paes

1 Museóloga e jornalista, Mestre em História e Crítica da Arte (EBA_UFRJ).

e, concluído em 1725, se tornou o preferido de todos que buscavam a zona aurífera, além de favorecer a ocupação entre o alto da serra e o Paraíba do Sul. Iniciava no porto do rio Pilar, subia a Serra do Mar perto de Xerém, passava por Marcos da Costa, Paty do Alferes, Paraíba do Sul e, já em território mineiro, Juiz de Fora e Barbacena. Porém muitos acidentes com grandes perdas ocorriam quando da chegada à Serra do Mar devido a seu escarpado. Bernardo Proença, um abastado fazendeiro da região, sentindo de perto o problema, resolveu propor uma nova subida através de uma trilha feita pelos índios em sua fazenda. A partir da aceitação, ele construiu o Porto da Estrela, onde hoje é a Praça Mauá, para escoamento das mercadorias. Essa nova rota passou a ser chamada Variante Proença e trata-se do início de nosso tema. Vencendo a Serra do Mar, tomava a Estrada Mineira (o nome é mantido até hoje), passando pelas futuras terras do pe. Correia, Pedro do Rio, Secretário e Sebollas até atingir o Caminho Novo de Paraíba do Sul. E, daí para Minas.

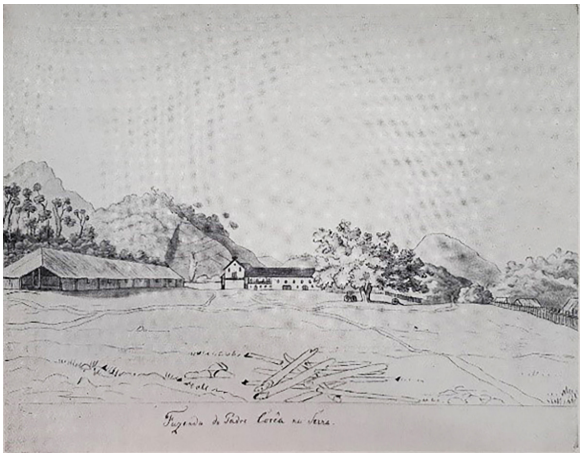
"Vistas da serra por trás da Mandioca". Caminho do Proença. Coleção da Academia de Belas Artes de Viena.
Fonte: *Iconografia Petropolitana* (1800-1890), Gilberto Ferrez.

Inúmeras sesmarias foram distribuídas pelo El-Rei para povoar a região. Mas aquela que particularmente irá nos interessar será a dada a Manoel Antunes Goulão, proprietário de outras terras já adquiridas anteriormente e avô do pe. Antônio Tomás de Aquino Corrêa. Essas terras darão origem, futuramente, ao atual bairro de Corrêas. Isso se deu em 1760, segundo os registros do cartório. Constando a doação da sesmaria nos livros de sesmarias e registros do Cartório do Tabelião Antônio Teixeira de Carvalho de -1565 a 1796.

> Manoel Antunes Goulão, 1.500 braças em quadra, nas cabeceiras da fazenda chamada Rio da Cidade, caminho de Minas, freguesia de Inhomirim, em 11 de novembro de 1760... uns sobejos de terras devolutas e sem dono que con-

> frontavam da parte sul com a data que foi de Manoel Ferreira de Abreu e era então do padre Domingos Barbosa, e da outra banda com as terras que foram dadas ao Capitão Francisco Muniz e Antônio da Silva Gularte (LACOMBE, 1957).

Goulão deixou essas terras para sua filha Brites Maria da Assunção que veio a se casar com Manoel Correia da Silva, já proprietário de sesmaria vizinha, na confluência das estradas de Bonsucesso e União Indústria. Inicialmente batizada como Posse, com o passar do tempo, as terras herdadas tomaram o nome de seu proprietário, como era de praxe à época, e se tornou a Fazenda dos Correias. Sua condição altamente privilegiada devido à abertura do Caminho Novo e consequente aumento do comércio na região foram os fatores que mais contribuíram, sobremaneira, para propiciar seu crescimento. Mesmo depois da morte do marido, Brites continuou o trabalho dos dois e sobressaiu-se por inúmeras obras de melhoramento na região para atender os viajantes. Dentre elas, destacam-se as pontes sobre o Rio Morto e Piabanha que lhes custaram uma fortuna devido a necessidade de serem suas construções fortes e firmes, pois já era conhecida a violenta correnteza desses rios. O atendimento prestimoso aos encarregados do Real Serviço pelo Casal Português, como Brites e seu marido ficaram conhecidos, incluía o empréstimo de escravos e montarias. E isso irá se consolidar, cada vez mais, com seu filho Antônio Tomás de Aquino Correia que tornará célebre a fazenda em questão e passará a ser conhecida como a Casa do Padre Corrêa, grafado sem o "i". E, mais tarde, originará o conhecido bairro de Corrêas, com um "s" acrescido em seu nome lá pelos idos da primeira década do século XX.



"Fazenda do Padre Corrêa na Serra". Bico de pena atribuído a Friedrich Sellow. Considerado o mais antigo desenho da fazenda. Coleção Família do Príncipe Maximiliano. Instituto Histórico de Coblenz.
Fonte: Iconografia Petropolitana (1800-1890), Gilberto Ferrez.

A CASA DO PADRE CORRÊA

Com a morte de Brites Maria da Assunção, a conhecida Fazenda dos Correias passou como herança a seu filho Antônio Tomás de Aquino Correia, que mais tarde ficou conhecido apenas como Padre Corrêa. Tudo indica que tenha nascido no Rio da Cidade, já que seu batismo ocorreu em 15 de abril de 1759, naquela fazenda pertencente ao avô. Formou-se pela Universidade de Coimbra. Em 1783 ordenou-se sacerdote, chegando a ser provedor da Irmandade de São Pedro no Rio de Janeiro. Foi o primeiro sacerdote nascido nas terras de Petrópolis. Como já havia antes sido condecorado pelo Príncipe Regente com o hábito de Cristo, foi dispensado dos atributos exigidos para exercer as funções inerentes ao seu cargo.

As terras herdadas do já nomeado Casal Português eram divididas pelos rios Piabanha e Morto e cruzadas pela Variante do Caminho Novo. Sua fazenda não destoava do padrão das muitas fazendas setecentistas situadas ao longo do percurso desse caminho possuindo típica arquitetura de grandes telhados de quatro águas, assobradada, planta retangular e varanda. Portava varanda estendida pela fachada com guarda-corpo em madeira, com dez janelas e, segundo os viajantes, era composta por quatro arcos, ora fechados. A capela era contígua à varanda. As construções eram dispostas em três lados de um quadrado, tendo ao centro uma imponente figueira brava de grandes proporções que chamou atenção de todos os viajantes, tais como Robert Walsh, Luccock, Gardner, Suzanet, Pohl, Kidder, Fletcher entre outros, fazendo-lhe referência em suas crônicas. Cunha Matos ao descrever sua copa diz que de tão grande conseguia abrigar um batalhão. Essa garbosa e histórica figueira assim se manteve durante centenas de anos, inclusive resistindo aos maus tratos recebidos pela fazenda em meados do século passado. E, apesar de toda sua bravura, teve seu fim decretado: foi derrubada para dar lugar a um parquinho infantil de um colégio.

Em 1818, a fazenda foi descrita pelo naturalista austríaco J. E. Pohl, quando de sua passagem pelo local, como uma das mais belas, nos fazendo conhecer as outras construções ali existentes além do casarão: "...do lado de trás, vê-se o pátio dos escravos, com espaçosas moradas e, finalmente, em frente ao edifício principal, longo edifício térreo para abrigo dos viajantes. Ao sul há espaçoso rancho" (LACOMBE, 1957).

Pe. Corrêa, com sua instigante personalidade, aumentou mais ainda o reconhecimento que todos os viajantes devotavam à fazenda, tornando-a a mais procurada e bem-vista da Variante do Caminho Novo quando da abertura dos portos ao comércio internacional.

Luccock traz uma avaliação interessante da personalidade do Pe. Corrêa, apesar de lhe fazer algumas ressalvas: aponta-o como um homem de gran-

des ambições, tenso para perseguir seus objetivos, mas um pouco lamuriento fazendo referências sempre a sua pobreza e endividamentos, apesar de seus escravos gozarem de conforto; apesar disso, habitualmente presenteia os viajantes com frutas e outros produtos de sua fazenda. Cunha Matos relata ter recebido do referido padre as maiores gentilezas quando da estadia na fazenda. Mawe também elogiou o anfitrião efusivamente. Mas foi o vienense Johann Baptiste Emanuel Pohl, geólogo e botânico entre outras especialidades, que melhor descreveu a hospedagem prazerosa daquela fazenda:

> Apenas me apossava do meu aposento, entrou um negro e, em nome do Pe. Corrêa, que fazia a sesta, me deu as boas-vindas e me ofereceu leite para refrescar-me. À tarde travei conhecimento com o eclesiástico. Achei-o um homem jovial, de uns sessenta anos de idade. Recebeu-me vestido de calças e jaqueta de chita, com a Ordem de Cristo na botoeira. A sua recepção foi amável e atenciosa. Já no dia anterior me esperara para almoço. Hoje constava de galinha com arroz, carne e legumes condimentados com a jovial palestra de meu novo amigo (LACOMBE, 1957).

Mas não só viajantes solitários passaram pela fazenda. Têm-se registro de ter abrigado um batalhão inteiro, segundo o depoimento do Capitão da 4ª. Cia. do 2º Regimento de Milícias da Comarca do Rio das Velhas em deslocamento para S.A. Real na Corte do Rio de Janeiro: "Atesto que o ver. Antônio Tomás de Aquino Correia me quartelou (sic) com toda a comitiva de quarenta recrutas e nos deu o necessário sustento". Por ser o melhor caminho, outros batalhões por lá se hospedaram e todos foram unânimes ao registrar que, apesar de conceder excelente acolhida, o padre se negava a receber qualquer benefício compensatório, já que estavam prestando um Real Serviço.

A prodigalidade da fazenda era assunto preferido dos viajantes. A criação de gado, em larga escala, era para corte e não ficava atrás das belas plantações de frutos, dispostas enfileiradas em acordo com o gosto europeu. Marmeleiros, macieiras, pessegueiros, cerejeiras, parreiras, figueiras e tantos outros bem cultiváveis no clima frio e propício da serra abasteciam o mercado do Rio de Janeiro, segundo Spix e Martius. Principalmente os pêssegos tinham sua qualidade muito louvada e eram transportados, semanalmente, por tropas de burros em direção ao Porto da Estrela. Tudo isso acrescido de vasta plantação de café. Mas, apesar de toda essa fartura, inclusive sendo muito bem administrada, o negócio no qual o Pe. Corrêa ainda mais se destacou foi com a venda de milho e ferraduras. Neste último item introduziu um processo novo que nos é relatado por Mawe, existindo doze bigornas para esse fim:

> O padre tem numerosa escravaria, grande parte da qual ocupada em moldar ferraduras para os animais, com ferro fabricado pelo processo sueco, que trabalham a frio, depois de lhe darem forma na forja. É um artigo muito pro-

> curado porque o ferro bruto não paga direitos aquém do Paraíba (LACOMBE, 1957: p. 40).

Todos os viajantes que passaram pelas terras do ouro fizeram referência ao padre Corrêa e sua hospitaleira e pródiga fazenda. Elogiada unanimemente, acabou por sua fama tendo um ilustre visitante: D. Pedro I. Sua estadia ocorreu quando de sua viagem histórica a Minas, no ano da Independência, para acalmar os ânimos. Como todos, encantou-se pelo lugar e, devido a amenidade do clima da região, logo o escolheu para passar seus verões com a família real.

Infelizmente, padre Corrêa não desfrutou de tão nobres hóspedes por muito tempo, pois veio a falecer, subitamente em 19 de junho de 1824.

A fazenda foi herdada por sua irmã, D. Arcângela Joaquina da Silva, viúva do capitão José da Cunha Barbosa. Com essa troca de proprietário, lamentavelmente, começou a se assistir, pouco a pouco, o declínio da fazenda, apesar da constante presença de D. Pedro com sua família. O apreço do monarca pelo lugar ficou ainda maior pelo fato de sua quinta filha, a princesa Paula (17/02/1823 – 06/01/1833), ter se dado muito bem com os ares da região. A pequena infanta sofria de alguns males, como asma, epilepsia e doença do fígado, e lhe foi recomendado uma mudança para um clima mais ameno. A partir daí, era comum vê-la brincando nos jardins da fazenda, como atestou Walsh.

Em suas inúmeras visitas à fazenda do Padre Corrêa, quem às vezes acompanhava D. Pedro era a marquesa de Santos. D. Arcângela, portadora de rígidos princípios morais, se sentia muito incomodada com a presença dessa frequentadora, porém, em respeito ao monarca, aceitava-a em sua casa. Entretanto, não se furtava a demonstrar sua objeção a tal fato – ausentava-se quando da chegada da questionável dama.

O DECLÍNIO

Com a morte de D. Arcângela, a fazenda que já vinha declinando, teve seu processo acelerado devido a uma sequência de proprietários. Sua filha, D. Maria Inês casada com José Marques de Sá, lhe sucedeu à frente dessas terras que, por sua vez, deixou para seu filho Luiz Marques de Sá. A partir daí, foi arrendada para a Companhia União Indústria, acelerando-se o processo de deterioração do bem ao ser transformado em cocheiras e hospedagem para os trabalhadores. Acrescido a isso, correu célere pela região que a fazenda havia se tornado mal-assombrada e os Correias rondavam a propriedade indignados pelo seu abandono. Com o falecimento do último descendente da família, a viúva teve como seu locatário o padre João Francisco de Siqueira Andrade que lá instalou o Colégio Científico S. José. Mais tarde, passou para as mãos do Fr. Queiroz Carreira até que foi vendida juntamente com alguns bens que ainda restavam da

época áurea da fazenda. Ricos candelabros, cama com pés de garra e cabeceira trabalhada, cristais, pratarias, relíquias da capela, preciosos documentos e obras raras que compunham a biblioteca ficaram num passado recheado de esplendor e interessantes histórias. Tudo foi vendido em hasta pública. Domingos de Souza Nogueira foi o arrematante e, nessas terras, construiu a fazenda Nogueira que dará seu nome futuramente ao conhecido bairro petropolitano.

Casa do Padre Corrêa no início do século XX. Acervo pessoal.

Casa do Padre Corrêa no final do século XX. Foto IPHAN.

Nessa época, a casa do padre Corrêa foi totalmente abandonada e, em 1918, voltou a ser ocupada pela União Indústria por pouco tempo, para, em seguida, ser transformada em hotel tomando o nome de D. Pedro por sua história naquele local e, posteriormente, transformada em hospital. Como testemunha de seu passado, restaram apenas alguns elementos integrantes da capela, como a preciosa imagem de Nossa Senhora do Amor Divino e seu belo altar, que comentaremos adiante, além de uma Santana Mestra (atualmente no convento

franciscano do Sagrado Coração de Jesus, em Petrópolis) e a grade do coro, conforme foi visto e atestado, em 1924, pelo Professor Lourenço Luiz Lacombe.

Desde 1965 o imóvel e seu entorno imediato se converteram no Ginásio Comercial Pe. Corrêa. Mais tarde, passou a se chamar Colégio Vicentino Padre Corrêa, sob a administração das Filhas de Caridade S. Vicente de Paula - uma referência do ensino em Petrópolis. E, apesar de ser um local de ensino, as intervenções continuaram. Há pouco mais de dez anos atrás, foi decretado o fim da figueira histórica a que abrigou tantas personalidades de nosso passado e que os viajantes que por lá passaram a cantaram em prosa e versos. De sua imponência hoje só existe a têmpera do pintor alemão Friedrich Hagedorn, feita quando de sua passagem pela fazenda, que lhe serviu de registro para o quadro a óleo que hoje se encontra no Museu Imperial de Petrópolis.

"Corrêas – Petrópolis" – têmpera de Hagedorm. Biblioteca Nacional.
Fonte: *Iconografia Petropolitana* (1800-1890), Gilberto Ferrez.

A figueira brava, que resistiu notavelmente a todas as incúrias do homem e do tempo por mais de quatrocentos anos, foi colocada abaixo para dar lugar a um parquinho para os alunos, segundo informação do próprio colégio. Um réquiem para o nosso patrimônio histórico.

Por sua relevância, a Casa do Padre Corrêa foi um dos primeiros bens tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Está protegida através de tombamento do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico o e Artístico Nacional), desde 30 de abril de 1940, com inscrição no Livro de Tombo Histórico de nº 130. Possivelmente sua inscrição somente no Livro Histórico se deva ao estado de deterioração que já se encontrava na época, após ter passado por uma vida de conforto e riqueza, como citam alguns viajantes que por lá passaram. Entre

eles existe o depoimento do naturalista austríaco J. E. Pohl que, em 1818, ao se referir ao seu interior repleto de objetos de arte, cristais, pratarias, candelabros de bronze e móveis e entalhados e com couro lavrado, afirma nada dever à grandiosidade de seu exterior.

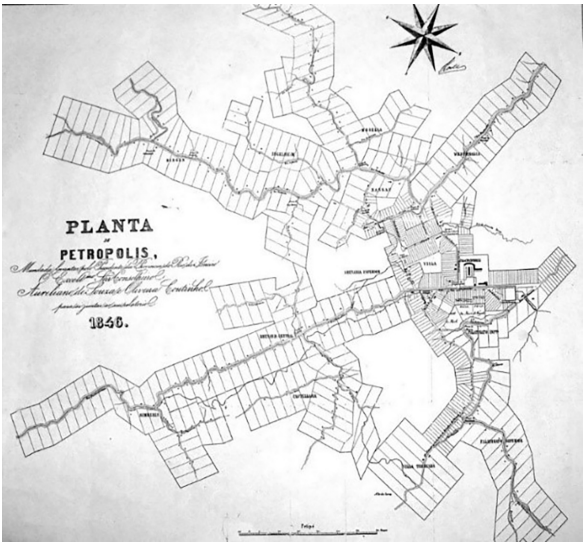
AS TERRAS NÃO ESCOLHIDAS

De muito D. Pedro já se encantara pelo lugar, não somente pela beleza, mas também pelo excepcional clima que tanto bem fez à princesinha. Como já havia decidido construir uma residência de verão, vontade herdada de seu pai - tê-la, era comum entre os monarcas europeus. A insistência de Dona Amélia, já totalmente envolvida pela beleza local, o pressionou para a aquisição. E, assim, propôs a compra das terras à senhora fazendeira. Só que não esperava pela sua imediata recusa, sob a alegação de não querer que o bem saísse da família. Entretanto, imediatamente lhe indicou a compra da fazenda vizinha – Fazenda do Córrego Seco, pertencente ao Sargento-Mór José Vieira Afonso. E, assim foi feito. O negócio foi fechado por vinte mil contos de réis, quantia considerada na época muito alta pelo que a fazenda tinha a oferecer. Teve sua escritura de compra assinada em 1830, na fazenda do Padre Corrêa. Começava, assim, a se delinear a construção da cidade de Petrópolis, não no local escolhido e sonhado por D. Pedro, mas naquele que as circunstâncias, na época, o levaram a adquirir. Tudo leva a crer, segundo diversos historiadores, que a venda negada por D. Arcângela se deve principalmente ao fato de a velha senhora querer se livrar da incômoda presença da marquesa em suas terras.

"Córrego Seco" – litografia de 1817 de Xav. Nachtmann, de esboço de Karl von Martius.
Coleção Biblioteca Nacional. Fonte: *Iconografia Petropolitana* (1800-1890), Gilberto Ferrez.

A Córrego Seco situava-se numa região ainda muito agreste, possuindo apenas uma singela casa para moradia, dois abrigos para as tropas que porventura lá pernoitassem e duas oficinas simples de ferraria que era o ganha-

-pão de seu proprietário. Diferentemente em todos os encantos da fazenda do Padre Corrêa, o único que se manteve foi o incomparável clima da serra. Além dessas terras, foram compradas inúmeras outras por D. Pedro. Porém, na mesma época, fatos se sucederam que o levaram a abdicar. Com isso, o projeto de construção do palácio de verão ficou adiado por muito tempo. Até que se cumprisse o desejo do imperador, as terras passaram por diversos arrendamentos. Entretanto o propósito não foi abandonado por seu filho, D. Pedro II, notando ser, cada vez mais premente, a construção de um palácio de verão, não só pelo excessivo calor dos verões carioca como também para melhor receber as autoridades estrangeiras. O local já designado na serra era praticamente uma mata fechada e isso o assustava um pouco. Não havia lógica para ele, uma pessoa avessa ao luxo, edificar um palácio no meio de uma floresta, apenas para gáudio pessoal. Era necessário também ter uma função mais prática e, nesse caso, seria também a criação de uma colônia agrícola de imigrantes. A ideia de construir a cidade foi, aos poucos, se desenvolvendo. Dom Pedro II pagou a hipoteca da fazenda, dívida contraída por seu pai e fez, então, um contrato com o major Júlio Frederico Koeler, novo arrendatário, para converter a fazenda de Córrego Seco em povoado, reservando, também, um lote para a construção do palácio de verão. E, assim, pelo traçado de Koeler, foi fundada em 16 de março de 1843 a cidade de Petrópolis, a primeira cidade planejada do Brasil. Cumprindo o almejado pelo monarca: cidade-palácio e colônia agrícola.



Planta de Petrópolis – Koeler. Foto acervo pessoal.

A MAIS ANTIGA DEVOÇÃO DE PETRÓPOLIS

Entretanto a importância da Casa do Padre Corrêa não se limita apenas como lugar que gestou Petrópolis, mas, também, originou a mais antiga e importante devoção dessa cidade serrana – Nossa Senhora do Amor Divino – que recebeu do Papa a Coroação Pontifícia e se tornou a devoção, não só de uma paróquia, mas do mundo inteiro.

Essa devoção é portuguesa e vem desde os tempos de Manoel Antunes Goulão que a trouxe de sua terra. Existe registro comprobatório de uma solicitação sua, na Câmara Eclesiástica do Rio de Janeiro, para a construção de uma capela em sua fazenda já que todos seus familiares eram devotos de Nossa Senhora do Amor de Deus, que mais tarde se tornaria Nossa Senhora do Amor Divino. A provisão para sua construção na fazenda do Rio da Cidade foi concedida em 29 de outubro de 1749 e inaugurada em 1751, segundo Monsenhor Pizarro. Pela ausência de igreja nas proximidades, atendia a todos os fiéis da região. A partir de 1811, não se vê mais as referências dessa capela nos livros paroquiais.

Anterior à construção da Catedral de Petrópolis dedicada São Pedro de Alcântara, existia uma igreja construída, em 1847, com o aproveitando um barracão localizado na rua da Imperatriz, em frente ao Palácio Imperial que, anteriormente, serviu para abrigar os colonos alemães antes de serem assentados em melhores condições, segundo o Plano Köeler. Chamavam-na de Velha Matriz e era considerada como a mais antiga das igrejas do local. Inicialmente teve como orago Santa Teresa e, mais tarde, São Pedro de Alcântara, padroeiro de Petrópolis e da monarquia brasileira, tomou seu posto. Infelizmente esse lugar, testemunha de nossa História e por onde passaram eminentes nomes da nossa Monarquia e República, foi demolido em 09 de março de 1926. Entretanto, segundo documentação, a igreja construída por Goulão (já demolida) e, posteriormente, a da Casa do Pe. Corrêa (existente, apesar de descaracterizada), as duas sob a devoção de Nossa Senhora do Amor Divino, são consideradas as mais antigas igrejas e devoção da região serrana e, não, a Velha Matriz. A devoção era de Nossa Senhora do Amor de Deus e que, mais tarde se tornaria Nossa Senhora do Amor Divino, é de 1751, anterior a D. Pedro se encantar com a região. Essa capela foi imensamente usada pelos da localidade, ministrando todos os sacramentos e, como citado anteriormente, o Pe. Correa recebeu o sacramento do batismo nessa capela.

Aos poucos, essa devoção foi transferida para a fazenda da filha de Goulão, Brites, e de seu genro, devido ao aumento do movimento naquelas terras, próximas ao Caminho Novo, com consequente surgimento de grande fluxo de viajantes. Inicialmente construíram um oratório, notificado nos livros paroquiais desde 1773. Mais tarde, pelo ano de 1796, já a então viúva de Manoel Correia,

o transformará em capela, arcando com todas as despesas, não somente da construção como, também, com aquelas relativas à custa de um sacerdote para a celebração das missas e administração dos sacramentos. Provavelmente, nessa época, as alfaias e a imagem de Nossa Senhora do Amor Divino foram para lá transportadas da antiga capela. Eram os idos de 1811.

Durante sua estadia na fazenda do referido padre, D. Pedro era assíduo frequentador dessa capela, rogando a Nossa Senhora do Amor Divino a recuperação de sua filha, a princesinha Paula. Assistiu, também, a primeira celebração do ano de 1831, quando retornou de Minas. Mas a história dessa mais antiga devoção de Petrópolis não para aí. Com a decadência da fazenda e os diversos administradores que por lá passaram, e suas consequentes finalidades que lhe imporiam, a capela ficou muito abandonada. Com um histórico de milagres e grande afluência de devotos, desde os tempos da fazenda de Goulão, houve por bem, realizar sua transferência para um local mais digno e de melhor acesso à imagem de Nossa Senhora do Amor Divino. Por volta de 1930, foram suspensos os cultos e a imagem e respectivo altar de jacarandá, com primoroso trabalho de talha, foram encaminhados à matriz de Corrêas, recém-restaurada na época e datada do século XIX, e situada bem próxima.

Em 1948, após dois anos da criação da Diocese de Petrópolis, Dom Manuel Pedro da Cunha Cintra, o primeiro bispo de Petrópolis, consagrou a cidade à Nossa Senhora do Amor Divino, colocando-a como padroeira juntamente com São Pedro de Alcântara.

Existe em Roma santuário também com a mesma devoção, é o ***Santuario della Madonna del Divino Amore.*** Interessante observar a contemporaneidade da construção do santuário da Itália, em 1745, e a primeira capela com essa devoção no Brasil, na fazenda Manoel Antunes Goulão datada de 1749 e inaugurada em 1751. Essa devoção surgiu na periferia de Roma, no século XIII. Afirmam que um homem, na área agrícola, fora atacado por cães bravos e pediu proteção a Nossa Senhora do Amor Divino e se salvou. Talvez seja esse o motivo para introdução dessa devoção na longínqua fazenda de Goulão em terras ainda a serem desbravadas.

A devoção continuou num grande crescendo e o bispo da Diocese de Petrópolis, Dom Filippo Santoro, em 2011, transformou a igreja de Corrêas em santuário. E a 13 de fevereiro de 2021, a Santa Sé concedeu a Coroação Pontifícia à imagem de Nossa Senhora do Amor Divino, graças a sua história e milagres, e sua devoção deixa de ser diocesana e se expande para todo mundo católico.

Altar do Santuário de Nossa Senhora do Amor Divino. Diocese de Petrópolis - Corrêas. Acervo pessoal.

A fazenda do Pe. Corrêa era a que mais se destacava na época, inúmeros e famosos viajantes e personalidades de nossa História, quando de passagem pelo local, a tornaram conhecida pelo acolhimento de seus proprietários e conforto que lhes eram oferecidos, incluindo uma capela tendo como orago uma imagem com histórico de milagres. Somado a isso, sua situação geográfica e climática, que a tornava ímpar na região, eram benesses a mais incontestáveis. Seu encantamento acabou por cativar também o monarca e sua família. Mas nem sempre os desejos de um imperador são satisfeitos, e sua proposta de compra teve a recusa de sua proprietária, uma senhora dotada de rígidos princípios morais que, para se livrar logo do incômodo, indicou uma fazenda bem aquém da sua. Petrópolis acabou não nascendo exatamente no local idealizado por D. Pedro, já portador de uma imensa bagagem histórica ainda no seu nascedouro. E Plano Koeler teria sido desenvolvido a partir do atual bairro de Corrêas. Como uma simples recusa, por questões morais, pode mudar totalmente a história de uma cidade. Rigorosos pruridos conservadores somados a inadvertida presença da Marquesa de Santos, imposta por D. Pedro, acabaram por mudar o rumo da nascente história de Petrópolis.

A Casa do Padre Corrêa, como passou a ser chamada, sofreu algumas descaracterizações impostas ao longo dos anos devido às variadas ações interventivas com intuito de adaptar o imóvel e seu entorno aos diversos usos pelos quais atravessou. Apesar de tudo, ainda preserva suas características básicas e pode ser considerado um dos mais antigos monumentos de Petrópolis. Além da famosa fazenda, Corrêas mantém ainda viva a pré-história de Petrópolis com a guarda, no seu Santuário, da importante imagem de Nossa Senhora do Amor Divino, padroeira de Petrópolis e, também, através de uma singela homenagem à pequena infanta, que passou um pouco de sua curta vida no local, dando seu nome a uma de suas ruas e a um prédio do bairro. São pequenos detalhes que,

ainda, ajudam a preservar nossa História. "Dai à terra adubo e labor, e ela vos recompensará. Dai às empresas patrocínio e capitais, e os trabalhadores virão. É a história de todo o grão que germina, de toda a colônia que floresce. É a história de Petrópolis" (RIBEYROLLES, 1859: p. 227).

Referências bibliográficas

DUNLOP, Charles J. *Petrópolis Antigamente*. Rio de Janeiro, Edição do autor, 1985.

FERREZ, Gilberto. *Iconografia Petropolitana (1800-1890)*. Petrópolis: Museu Imperial, 1955.

LACOMBE, Lourenço Luiz. A mais velha casa de Corrêas. *Revista do SPHAN*, nº 2, 1938.

____. *Dois sacerdotes Petropolitanos.* Petrópolis: Vozes de Petrópolis, v. 13, n. 3, p. 263-268, mai/jun/1955.

____. Curso de formação sobre Petrópolis. In: *Diário de Petrópolis.* Petrópolis: julho/1957.

____. Antecedentes históricos. In: *Petrópolis – 100 anos de cidade 1857-1957. Geopolítica dos Municípios.* Rio de Janeiro: Linotipo, 1958.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

RIBEYROLLES, Charles. *Brazil Pittoresco. Petrópolis.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859.

Recebido em 24/10/2022
Aprovado em 30/11/2022

"A LIBERDADE NO HORIZONTE DO BRASIL" A ROTA DA INDEPENDÊNCIA PELO VALE DO PARAÍBA[1]

Marcos Cotrim de Barcellos[2]

Resumo

Este artigo procura interpretar o caminho percorrido por Dom Pedro de Alcântara, Príncipe Regente, em viagem realizada entre 14 de agosto de 1822 e 9 de setembro deste ano da Independência do Brasil, que ficou associada à memória do Grito do Ipiranga. A pergunta orientadora parte do *Hino da Independência*, que usa a expressão "já raiou a liberdade no horizonte do Brasil", e questiona mais o sentido de "horizonte" do que de "liberdade". A partir de uma fenomenologia dos horizontes, o estudo aborda o *Caminho Novo da Piedade*, que atravessava o Vale do Paraíba, como lugar de memória da Independência nacional.

Palavras-chave: Independência; horizonte; cosmologia.

Abstract

This article seeks to interpret the path taken by Dom Pedro de Alcântara, Prince Regent, between August 14, 1822 and September 9 of this year of the Independence of Brazil. Our guiding question is based on the *Independence Anthem*, which uses the expression "freedom has already dawned on the horizon of Brazil", and questions the meaning of "horizon" rather than "freedom". From a phenomenology of the horizons, the study approaches the *Caminho Novo da Piedade*, which crossed the Paraíba Valley, as a National Independence site of memory.

Keywords: Independence; horizon; cosmology.

Novus ab integro saeculorum nascitur ordo
Gazeta do Rio de Janeiro

Que por ela se esqueçam os humanos,

De Assírios, Persas, Gregos e Romanos.
Os Lusíadas, Canto I, Estrofe 24

Uma fenomenologia dos horizontes, provocada pela gramática dos símbolos que flagra o nascimento do extraordinário no território do ordinário, impõe-se nesta interpretação. No fundo, como os povos que recepcionaram Dom Pedro se viam? Qual seria a perspectiva cosmológica dessa autocompreensão?

Cotejando a história cultural e a literatura fantástica, acha-se uma expressão narrativa que pertence ao campo da hermenêutica, campo de eleição do

1 O artigo reflete uma pesquisa em andamento sobre as premissas cosmológicas da historiografia, e o autor espera encontrar interlocutores interessados no tema. Contato: mac25bar@gmail.com.

2 Filósofo, Doutor em História, Professor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal), Presidente da Academia Resendense de História e Sócio do IHGRJ.

pensamento analógico que supera as distinções de gênero e espécie, para encontrar refúgio na referência que o fragmento 119 de Heráclito faz ao extraordinário: *ethos anthropo daimon*. "A morada do homem, o extraordinário", na tradução de Emanuel Carneiro Leão (1993). O texto das narrativas não se submete apenas ao exame minucioso do contexto, mas reclama a transcendência do pré-texto, de onde o intérprete retira as possibilidades criadoras da leitura e pode dialogar com o autor. Esta conversa será sempre uma referência ao horizonte da linguagem ao qual pertencem os povos, elemento de comunhão que os termos "pátria" ou "nação" pretenderam traduzir, quaisquer que tenham sido as diatribes que disputassem o contexto. Que tipo de "história" os eventos emergentes neste horizonte transcendente do *daimon* Clio permite que se conte?

Os caminhos também são "lugares de memória" (Nora, 1981). Antes de terem suas histórias reconstruídas com ciência e método, abrem-se com engenho e arte, contraem significados variados, sejam pela diversidade de usos, sejam pelas reivindicações da inutilidade, por eles transitando ora o comerciante ora o *flaneur*, ora o mendigo, ora a vivandeira, ora o monge, ora o militar. Os caminhos cedo recebem nomes de batismo, oficiais ou do vulgo, e suas variantes se amoldam a uma espécie de vida própria, eles mesmos caminhando dentro do roteiro, numa errância de descaminhos que ficam, magnífica e generosamente, de fora do risco profano inicial. Alternam-se também, por suas margens, marcos miliários e fregueses, ao lado dos autores de sua abertura e autoridades de sua regulamentação. Por vezes, o mero trânsito de um personagem mais célebre confere-lhes *status* que não fica sem a remuneração das melhorias e a homenagem do nome celebrado. Em todo caso, o caminho vive sendo reaberto quando palmilhado, e além de amoldar-se ao terreno e seus acidentes geográficos, traça percursos territoriais no imaginário social (Baczko, 1985).

Entretanto, estes percursos significativos, longe de serem apenas construções arbitrárias ou casuais de um objeto interessante, integram o ***corpus*** de linguagem que faz dos caminhos lugares de memória dotados de simbolismo próprio, enquanto neles a temporalidade cronológica se encurta numa espécie de presente mítico, criador do espaço, cujo atributo mais significativo é a simultaneidade de uma permanência e a mística de um pertencimento, onde a verossimilhança e a credibilidade impõem-se preliminarmente ao rigor dialético. Assim pensada, a história dos caminhos reflui para o vigor dos mitos de origem, das narrativas fundacionais que os monumentos procuram expressar, em paralelo à discursividade dos documentos. Ou mesmo antes dela, numa região pré-científica demarcada pelo senso comum e suas gramáticas simbólicas, aproximando a história da retórica. Assim sendo, a própria legitimação epistemológica da historiografia cede lugar à validação pelas cosmologias que

pré-ordenam o espaço percorrido pelos caminhos, numa produção incessante do presente, a que damos o nome de horizonte. Em outras palavras, os caminhos pertencem a *mundos* históricos, sem cuja compreensão não se entendem os múltiplos horizontes de memória.

Os lugares de memória, pois, realocam os horizontes que limitam os caminhos não à frente, nem à margem, mas num passado originário, que torna os eventos simultâneos, não alinhados cronologicamente segundo uma postulada causalidade. Por isso também se pode narrar uma "história do futuro", que se tece e trama como "profecia". As alusões ao Padre Vieira não são fortuitas. Os caminhos, enquanto lugares de memória, remetem a mitologemas fundacionais (Silva, 2010), que abrem as possibilidades de realização do caminhar numa "transcendência do mundo". Ficaria assim a salvo do anonimato, a formidável maioria dos incógnitos, necessariamente esquecidos pelo "horizonte de expectativa" e confinados numa "experiência do passado" (Koselleck 2015, p. 307) de toda história científica.

Neste sentido, poderíamos ver no encadeamento dos eventos que se iniciaram em torno do acontecimento do chamado Dia do Fico, no 9 de janeiro de 1822, e se encerraram em torno da cerimônia da coroação de Dom Pedro I, no 1º de dezembro desse ano, a sequência ritual a se esclarecer por uma teologia política de tipo escatológico, tributária d'*A Cidade de Deus*, em que Santo Agostinho delineia o drama litúrgico de um combate que justifica a *translatio imperii*[3] ao extremo Ocidente da Cristandade. Parece razoável admitir que os coetâneos de Dom Pedro assim percebessem *a história*, precipitando-se na "plenitude dos tempos" na "sexta idade do mundo". No tema deste conceito, o passar do tempo não se concebe como um "progresso", mas como o cumprimento de um desígnio providencial, na temporalidade pressuposta na cosmologia da teologia política que se encontra, exemplarmente, no livro *De catechizandis rudibus (A instrução dos catecúmenos)* do hiponense:

> Portanto, estas são as primeiras cinco eras do mundo: a primeira se estende de Adão, o pai da humanidade, a Noé e a construção da arca; a segunda [...] a sexta começa com Jesus Cristo. É nesta última era que toda graça espiritual, conhecida até então por um pequeno número de profetas e patriarcas, deve ser revelada a todas as nações, que a homenagem a Deus deve ser desinteressada; em outras palavras, não ter mais como meta a recompensa material de

3 O termo surge, na acepção aqui usada, na Escolástica ibérica, para defender a origem popular da ordem pública, devido ao Direito Natural, no contexto da refutação da tese da origem divina do poder. Pressupõe, teoricamente, a insuficiência da institucionalidade política no tempo cronológico que determinaria um encadeamento providencial, tradicional, de transmissão da autoridade que precisa ser "espiritual" antes de se configurar juridicamente. Esta condição de possibilidade dos imaginários do poder reclamam horizontes escatológicos, não raro messiânicos. Cf. SUAREZ, Francisco. *Defesa da fé católica*. Porto Alegre: Concreta, 2015. Também BOEIRA, Marcus Paulo Rycembel. *A legitimação do imperador segundo a Constituição do Império de 1824*: fundamentos e translação. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

> um culto mercenário e as prosperidades da vida presente, mas a vida eterna e a posse de Deus; finalmente, é nesta sexta idade que a alma humana deve ser renovada à imagem de Deus, assim como no sexto dia o homem foi feito à sua imagem (22, 39).

O sujeito desta compreensão da história é o que Mircea Eliade (1992) chama de "homem religioso". Este homem tradicional, diz o autor (1992, p. 19), deseja "profundamente ser, participar da realidade, saturar-se de poder", no sentido de participar intensa e pessoalmente do sagrado, mediante a ritualização tanto do tempo quanto do espaço. Seu arcaísmo cosmológico expressa-se não discursivamente, mas por meio do mito, refratário aos movimentos de desencantamento do espaço e do tempo promovidos pelas abordagens que representavam positiva e cientificamente o território. Ao perguntar pelo horizonte do roteiro da Independência, pergunta-se por esta dimensão mitopoética dos gestos de recepção do Príncipe Dom Pedro pelas comunidades valeparaibanas em 1822.

A compressão do tempo na territorialidade do mito, de fato, torna presente a simultaneidade do horizonte escatológico, em cujo *theatro mundi* se recepciona a *persona* ungida do Príncipe, magnificada em relação ao personagem positivado do enredo histórico, objeto normatizado da historiografia que construiu a mensagem oficial. Assim, o roteiro da Independência aparece como um lugar de memória monumentalizado, onde a efígie do Imperador aí "inhumado" – função precípua de todo monumento – contrai a herança e o múnus de Constantinos, Carlos Magnos, Afonso Henriques ... "imperadores" desta *gesta pro Deo,* pontilhada de teofanias como a de Ourique e a exemplar expectação do retorno do Encoberto (Vieira, 1982, pp 54; 89).

Uma rápida análise dos signos da liturgia imperial de 1822 – a coroa, o cetro com a serpe, a cruz da Ordem de Cristo, a esfera armilar, o manto, a aclamação, a bandeira, o rito de sagração, a etiqueta e o decoro etc.– revelaria uma mentalidade receptiva desses símbolos integradores de um pertencimento mítico à tradição imperial, e não tanto a "identidade nacional" construída, às pressas, pela epistemologia das narrativas que se fizeram oficiais. Excetuando a coroa (Alves, 1985, p. 22), aquelas insígnias de um poder arcaico, revelariam um Dom Pedro herói messiânico, sufragado pela "sanção dos povos", malgrado a apropriação liberal, que fez do personagem histórico um epígono trágico, apequenado e indócil no *epos* português.

Esta forma de entender-se a monarquia tradicional não seria, pois, exceção, mas a regra de uma sociedade há muito fundamentada em Direito Natural – de Tomás de Aquino a Francisco Suárez e deste a Silvestre Pinheiro Ferreira –, tanto quanto permitem dizer Costa (1956), Paim (1998) ou Boeira (2012); além de

existencialmente vivenciada por joaquimitas, franciscanos espirituais e outros, no seio de um senso comum católico singular (Oliveira, 1978), pedagogo dos *povos* do sertão. Refiro-me à experiência que pode ser comunicada por todo artista autêntico, que expressa o extraordinário de todo ordinário. Uma respeitável "maioria", dotada de elites próprias.

Hespanha (1995) mostra como Dante interpretou a capacidade do Império tudo reger como monarquia universal, sem retirar a soberania das partes – os ***povos***. O Império seria a forma perfeita da subsidiariedade e do "regime misto" (Aquino, 1946), que nada tem a ver com a centralização e o absolutismo, postos contra o pano de fundo dos valores liberais naturalizados como axiomas. Mostra ele que as representações da ordem indicariam uma mentalidade que hoje não compreendemos, por deixarmos velado um aspecto central das estratégias de sobrevivência do Império ultramarino português, afloradas como reação entre 1808 e 1822. Para acessar esta mentalidade, deveríamos falar, não de Antigo Regime, mas de um "antiquíssimo" solo tradicional da ordem pública, um originário espaço público, arcaico, "dado" de maneira não igualitária e, organicamente pré ou anti-iluminista. Entretanto, é bom aviso não associar tal mentalidade nem ao ultramontanismo nem ao tradicionalismo, conceitos de inspiração francesa, corporificados durante o pontificado de Pio IX (1846-1870), na forma de "reação" antiliberal, porquanto o próprio senso liberal português era tradicional, formulado em termos de autonomia municipalista, e de valorização das virtudes burguesas desde a fundação da nacionalidade.

Qualquer que seja o resultado de uma investigação mais acurada no corpo de documentos disponíveis nos arquivos das Câmaras municipais e nos jornais ou panfletos da época da Independência, penso que se subordinarão sempre às premissas psicológicas e cosmológicas tradicionais portuguesas, que constituem o horizonte de recepção das ideias de "independência" no trópico brasileiro.

Estas considerações são, a meu ver, indispensáveis para entender-se o processo da "independência" num gradiente que vai do extremo da ruptura revolucionária ao extremo da continuidade "corcunda". De fato, posto que o Brasil era Reino Unido, e a Corte aqui estivesse, a revolução de agosto de 1820 no Porto é que terá parecido um movimento de sedição, secessão ou subversão em face da ordem tradicional, legitimamente instalada no Brasil, com capital no Rio de Janeiro, segundo uma das interpretações possíveis da sanha constitucionalista e seu liberalismo exótico e minoritário.

Este gradiente heurístico, ao modo de horizonte da *translatio imperii*, empenha-se na interpretação do monumento em que se constituiu a roteiro da Independência por terras nunca dantes navegadas.

O Vale do Paraíba na Perspectiva do Antigo Regime

Que significado histórico pode ter o termo "Vale do Paraíba" para o pesquisador do roteiro da Independência? Tentar responder a esta questão implica em situar a jornada do Ipiranga no território cujas características teriam levado, para além do mero uso geográfico do termo, à identificação de um conceito como o de Vale do Paraíba. Tal conceito possui, provavelmente, uma fecundidade teórica proveniente das múltiplas referências a idéias políticas e econômicas estruturantes da formação histórica da região que reunia – ou separava? – a Corte fluminense e o Planalto paulista, balizada pela Mantiqueira mineira e a Bocaina atlântica. Tais idéias se tornam patentes em termos de uma mentalidade característica dentro do quadro maior do transplante de instituições, enraizamento de costumes e consolidação de uma elite burocrática luso-brasileira em fins do XVIII, aplicadora de capitais e articuladora de redes de influência, processo que preparou a mentalidade que recepcionou os sucessos de 1822 (Silva Dias, 1968). Que mentalidade seria essa, e que traços teriam marcado a história da região, fazendo do Vale uma entidade geopolítica singular? A partir de que momento esta entidade se define? Que consciência seus agentes possuíam de uma tal singularidade? Que limites históricos e teóricos tal conceito de Vale do Paraíba possui?

À primeira vista, os homens que protagonizaram as lides políticas e econômicas relativas aos eventos de 1822 fazem parte de um grupo marcado pelas idéias da ilustração e do cientificismo pombalino (Paim, 2003). Entretanto, tal ilustração, que dava um prisma cosmopolita à abordagem dos problemas suscitados pela nova nacionalidade emergente, era como que sincretizada com abundantes traços da mentalidade do Antigo Regime e não menores características referidas à escolástica ibérica, cujas noções de Direito e Economia remanesceram nos costumes e na organização social dos *povos*. Assim, o conjunto de idéias que definem o âmbito cultural do Vale deve-se recortar dentro de um universo conceitual que é mais amplo e mais rico em nuances do que o da ideologia baldeada da Independência dos Estados Unidos da América e da Revolução Francesa, noções exóticas de que se carregaram as tópicas da Independência na historiografia. Uma ilustração ibérica havia de conter sempre vetores da tradição escolástica, do municipalismo lusitano e do catolicismo popular e um tanto messiânico/milenarista (Morse 1988:88). Exemplos de permanência deste padrão tradicionalista foram a fundação das Irmandades da Misericórdia o protagonismo das Câmaras e das Ordenanças, e o próprio desenvolvimento de uma economia de abastecimento, que tornou o Vale do Paraíba uma passagem privilegiada de gêneros para a Corte, com a decorrente criação de setores intermediários e livres, como o dos tropeiros, com seus múltiplos e ricos ofícios anexos.

Um exemplo já bastante citado, que qualifica o médio Vale Paraíba e seus caminhos como território singular do roteiro da Independência, é a observação, na década de 1860, de Augusto Emílio Zaluar: "O Município de Resende é aquele em que as riquezas estão mais bem repartidas. Aqui não há milionários, nem indigentes: há remediados."[4] Poucos anos mais tarde o jornal *Astro Resendense* (15 dez.1866) diz: "Aqui não há Cresos, mas também os proletários são relativamente poucos, no geral o povo é remediado, daí uma maior soma de liberdade civil e política, precioso corolário da divisão de fortunas"[5] (*apud* WHATELY 2003, p. 42).

A sociedade que recepcionou o Príncipe ao longo da rota da Independência, seria, pois, diferente da que tem sido atribuída às áreas cafeicultoras segundo a oposição senhor/escravo e pela grande propriedade. Seria, portanto, uma sociedade mais heterogênea, seja pela "condição" seja pela opção ideológica, e marcada pelo *ethos* tradicional de autonomia dos grupos intermediários.

Importa fazer alguma consideração teórica sobre esses "corpos intermediários" da sociedade, de modo a aquilatar a relevância dos grupos envolvidos na civilização do Caminho Novo da Piedade como lugar de memória da Independência, e na apropriação da mentalidade característica do Vale do Paraíba. Focalizo o caráter religioso do valeparaibano, aliás presumidamente partilhado com qualquer outro grupo dos sertões brasílicos. De fato, foi nos grupos intermediários da sociedade que o leigo católico exerceu um poder religioso que se distingue do poder eclesiástico[6], sustentando uma visão arcaica do mundo e afirmando uma concepção comunitária da sociedade, tributária de ética não-igualitária. A figura do leigo no catolicismo popular, que se prolongou nos costumes de boa parte do século XIX imperial, é central para se entender a dinâmica da autoridade camarária, em face das atribuições institucionais formais

4 ZALUAR, Emilio. *Peregrinação pela província de São Paulo, 1860-61*. São Paulo, Edusp, Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. *Apud* WHATELY, Maria Celina. *Resende, A Cultura Pioneira do Café no Vale do Paraíba*, 2ª ed. Niterói-RJ: Ed Gráfica La Salle, 2003. p.42

5 Relata Whately que os primeiros jornais de Resende iniciaram sua publicação, envolvidos nas lutas que absorviam o país logo após os fatos que resultaram na independência em 1822, onde se destacavam os debates políticos entre os favoráveis a um governo forte e os defensores de uma maior descentralização. O *Gênio Brasileiro* (1831/33), primeiro jornal resendense, que teve como proprietário e redator o padre José Marques da Motta, natural de São José Del Rey, atual Tiradentes em Minas Gerais, e dos principais fundadores da Misericórdia de Resende, surgiu como um panfleto liberal, que fazia oposição à política autoritária do imperador D. Pedro I, fato patenteado na sua epígrafe que dizia: "Toda força é insuficiente contra a vontade de um povo que não quer ser escravo." O *Gênio Brasileiro* foi um dos primeiros trinta jornais do Rio de Janeiro e o primeiro impresso no seu interior (logo após o *Echo*, de Niterói, de 1829). Em todo o Vale do Paraíba, Resende foi a primeira cidade a possuir um jornal.

6 Sobre a distinção entre poder eclesiástico e poder religioso, ver GOMES (1998) e OLIVEIRA (1978). Também BEAL (1977:47), ao comentar a importância da reforma da Universidade de Coimbra na formação da mentalidade do clero na época que consideramos aqui, autoriza-nos a "laicizar" a representação do clero, fosse por sua integração nas "corporações religiosas" em que contraiam a mesma identidade religiosa e dividiam as funções comunitárias e políticas dos leigos, fosse por sua condição de funcionários públicos dentro dos quadros administrativos do Padroado.

e das representações sociais do sagrado como expressão da ordem, ainda que as instituições do Antigo Regime estivessem sob crítica cerrada no período de povoamento (1760-1790) das sesmarias do Caminho Novo.

Uma sociedade fundada em pauta religiosa de tipo tradicional, mais messiânico do que tridentino, tal qual já se havia instalado no mundo econômico com as corporações de ofício e, no político, com as Municipalidades (Lamas, 2001; Cunha, 2001; Souza, 1998). Entre a letra das *Ordenações* e as praxes costumeiras, abria-se uma área difusa de manobra, onde imperavam as epiquéias da autoridade do senso comum, a condicionar a interpretação e a aplicação casuística da lei segundo fundamentação histórica, muito pouco formal e, decididamente, contrária ao espírito dos *códigos* liberais.[7] Enfim, um senso comum religioso, território receptivo do sobrenatural horizonte escatológico, que previne quaisquer excessos centralizadores.

Por mais que isto pareça suspeito a olhos sempre alertas quanto a "desvios teleológicos" da normativa historiográfica hegemônica, tudo indica que Ordenanças, Misericórdias, Câmaras, Corporações de Ofício, Ordens Terceiras, Irmandades, parentelas e outras redes de sociabilidade e pertencimento tramaram uma instância de autoridade de fato, um *ethos* descrito no conceito de *pactum translationis* de Suarez[8]. Esta tese, que nega o "direito divino dos reis", afirma que a soberania cuja origem é Deus repousa sobre o povo, que deve aclamar o soberano e chancelar sua sagração. O corpo político, portanto, possuiria por direito natural, a faculdade de recepcionar a "cabeça" a ser coroada. Essa união mística nada tem, porém, de "democrática", uma vez que o mesmo direito natural valida as sucessões dinásticas e, por conseguinte, a legitimação do aclamado.

De fato, do ponto de vista político, me parece contrassenso atribuir, generalizadamente, uma mentalidade liberal secularizada e um contrato social de tipo iluminista aos *povos* que recepcionaram o Príncipe e viam-se, na melhor forma do *pactum*, como detentores da autoridade atribuída a eles por Deus, em direta oposição, portanto, à tese "herética" do direito divino dos reis, fundamento do absolutismo, inimigo perfeito e oportuno das revoluções liberais.

A preponderância de tais grupos intermediários é capaz de explicar o papel proativo dos homens não diretamente envolvidos na burocracia estatal ou eclesiástica, como protagonistas do curso civilizatório onde situamos as cavalgadas

7 Cf. HESPANHA, Antônio Manuel. "Os juristas como couteiros". In: ***Análise Social***, XXXVI (161), 2001, 1183-1208. Disponível em http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218730673W4tYC7xw4Vr 07TF8.pdf, acesso em 16/09/09. Também o clássico HESPANHA, Antônio Manuel. ***As vésperas do Leviathan*** – Instituições e poder político. Portugal séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

8 Cf. principalmente *De legibus, Defensio fidei e De opere sex dierum*. In: BOEIRA, Marcus Paulo Rycembel. *A legitimação do imperador segundo a Constituição do Império de 1824*: fundamentos e translação. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

do Regente. Segundo Fragoso e Gouveia[9], tal sociedade não tinha por sentido um projeto mercantil, mas valores afeitos à teleologia moral do Antigo Regime como a defesa da cristandade, o serviço ao príncipe, um *ethos* aristocrático guerreiro, e se regia por leis, regras e costumes tradicionais. Eram poderes locais cujos titulares, principalmente os que detinham prerrogativas de mando, como os conquistadores e seus descendentes, não eram sujeitos passivos diante das regras, meros "funcionários" do poder central, mas operavam com autoridade nas epiquéias exigidas pelos silêncios das Ordenações, espaços consentidos e partilhados de poder na administração do território cívico e simbólico em que se traçou o Caminho da Piedade.

Em suma, o que o Antigo Regime ibérico legou em termos de um modo de sociedade que se habituara às vivências de solidariedade comunal e subsidiariedade do Estado, foi um horizonte definido pela mentalidade pré-iluminista que, no início da década de 1820, ainda estava longe dos fastos da cafeicultura e do profissionalismo especializado dos bacharéis. Havia mais monumentos a erguer do que documentos a escrever para os *povos* que liam as entranhas do território e os vaticínios dos céus, e assinavam "em cruz" na carne viva da memória.

Se aceitarmos isso, seriam estas corporações a garantia em última instância do sentido do ordenamento simbólico do espaço público e da expressão das diferenças orgânicas nos *povos* que demarcaram o roteiro da Independência. Seriam elas, os canais de diálogo entre o passado e o futuro, dinamizando e mantendo abertos os horizontes históricos das sociabilidades que recepcionaram o Império. Uma vigência cultural verificável na persistência contumaz de expressões de autoridade, baseada na reputação da *nobreza da terra* e dos *homens bons*, para usar dois lugares comuns eficazes. A ocorrência dessas expressões não se acha homogeneamente distribuída, sendo fácil constatar a inércia de costumes arcaicos, medievais (Weckmann, 1993), ao lado de formas "modernas" de ordenamento, revisão de hábitos e racionalização administrativa, em regiões atravessadas pelos caminhos que interligavam as Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro em fins do século XVIII e no tempo de que nos ocupamos (Hoornaert, 1979; Hauck, 1985; Torres, 2020). Embora os estudos sistemáticos sobre a persistência de hábitos corporativos e de organização hierárquica no Vale do Paraíba sejam incipientes, é possível ter uma idéia aproximada da importância dessas formas na distribuição do poder pelos grupos intermediários ao focalizarmos a religiosidade intrínseca do território devassado pelo Caminho da Piedade.

9 FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. *Monarquia pluricontinental e repúblicas*: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI–XVIII. Disponível em http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v14n27a04.pdf, acesso em 2/3/2010.

Ordenanças, Misericórdias, Câmaras, fábricas de igrejas, fazendas de criar e os ritos da cultura imaterial de então são exemplos de sobrevivência dos valores corporativos, sustentados por homens empenhados em "viver na lei da nobreza" no primeiro quartel do século XIX brasileiro. Ciosos de sua autonomia, sua soberania histórica, tais grupos parecem sujeitos conscientes de representações simbólicas centradas na caridade, mas expressas de maneira variada, nas festas que guardavam o *ethos* da Cristandade, como as Cavalhadas, a Festa do Divino e o ciclo dos Santos Reis, em meio ao calendário litúrgico canônico.

Do ponto de vista da formação demográfica do Vale do Paraíba, Brandão (2013) nos leva para antes dos paradigmas mais rigorosamente científicos de interpretação desta matéria que só ganhou espaço na década de 1850 e se precipitou, institucional e burocraticamente, a partir de 1870. Analisa a pesquisa genética de Sergio Pena (2002), segundo a qual "os resultados obtidos demonstram que a imensa maioria (mais de 90%) das patrilinhagens dos brancos brasileiros é de origem europeia, enquanto a maioria (aproximadamente 60%) das matrilinhagens é de origem ameríndia ou africana", ressaltando que no Sudeste, isto seria mais expressivo. Pode-se dizer, segundo Brandão, que tanto filogeneticamente quanto historicamente, o mameluco do Sudeste foi o contingente civilizador do território atravessado pelo roteiro da Independência. Um exemplo se lê na *História de São José dos Campos*, compilada por ocasião dos 250 anos de fundação da vila:

> No dia 27 de julho de 1767, a aldeia foi erecta em vila com levantamento de pelourinho e eleição dos oficiais da câmara (república) da nova vila, e, no dia seguinte, 28/7/1767, tomaram posse os primeiros oficiais da Câmara da Vila de São José do Paraíba, todos, exceto Fernando de Souza Pousado, índios guaianases analfabetos que assinaram em cruz o termo de posse.

Este mameluco livre, arraigadamente religioso, emerge também em análises econômico-sociais que parecem validar um processo que "esteve longe de realizar os requisitos de uma formação escravista tradicional", afirma Carvalho Franco (1997), fazendo-o protagonista de uma provável "mobilidade vertical" e sujeito de singular "vulgarização cultural" (Idem). O Estado distante e a autoridade difusa reforçariam durante mais de três séculos a autorregulação desses ***povos***, firmada com base em "trama de fidelidades e lealdades pessoais" (Franco 1997, p. 90), que compôs um "código do sertão", um painel mais complexo das relações de poder, composições familiares e negociações clientelares, do que nos tem oferecido o esquema senhor/escravo.

Lenharo (1993) é outro autor que enfatiza o papel econômico deste mameluco livre, no contexto da economia do abastecimento, no qual as tropas foram mais que um fator integrado ao comércio e mesmo ao financiamento da

cafeicultura nascente, havendo sido fortemente civilizadoras, mensageiras, costurando o sertão ao litoral com caminhos e pousos, ranchos e fazendas. O autor ressalta a vinda da Corte em 1808 como um fato relevante para consolidar este estamento e seu tipo humano capaz de exercer uma "pressão do interior" sobre a praça do Rio de Janeiro, em grande medida controlada por portugueses "testas-de-ferro de firmas inglesas" (Lenharo, 1993, p. 22), principalmente no setor crucial do comércio da carne verde.

Este tipo humano, o mameluco livre religioso, parece haver ascendido também como "nobreza da terra". Uma espécie de fidalguia por mérito que a Casa de Bragança empregou na constituição de seu Império multiétnico. Como perspectiva sobre tal arranjo, sabe-se que somente entre 1808 e 1822, foram impostos 1.236 hábitos de Cavaleiros da Ordem de Cristo no Brasil, diz Raminelli (2018). Também Silva (2008), citando as *Memórias* de Luis Gonçalves do Santos (1943), observa: "A liberalidade do príncipe estendeu-se ainda aos habitantes do Brasil, concedendo 'a uns, hábitos e comendas, a outros, postos e ofícios; a estes dignidades e empregos, àqueles honras e mercês'". Recorda a autora que "durante sua permanência no Rio de Janeiro, D. João produziu uma boa safra de titulares, sobretudo no nível do baronato e do viscondado. Pela primeira vez predomina nos títulos a toponímia brasileira" designativa do interior do país. De 1808 a 1820, foram titulados 22 barões, 29 viscondes e 16 marqueses, e até 1822, conforme o *Dicionário aristocrático* de Sanches de Baena (1867), criaram-se 62 moços fidalgos, 8 fidalgos escudeiros, 55 cavaleiros fidalgos e 351 fidalgos cavaleiros. Além das donas e seus dotes, que reforçaram as redes de parentela e compadrio.

Ao tipo humano, acrescente-se brevemente o fator língua portuguesa falada no Sudeste do Brasil, especialmente no Vale em que os cafezais, à época, já faziam a diferença tingindo o perfil demográfico com crescente número de escravizados bantu, que permeavam a língua geral tupi e a ordem simbólica católica com dialetos e festejos próprios. A "cultura caipira" (Cândido, 2001; Setúbal, 2005) e a destacada economia do café que ajudou a sustentar o Império formaram parte importante do horizonte valeparaibano devassado por Dom Pedro.

Em resumo: o território cultural que em 1822 corresponderia ao conceito de "Vale do Paraíba" parece, à primeira vista, propício ao cultivo dos princípios de autonomia que naturalmente foram reforçados pela consciência corporativa acima descrita, com seus hábitos e valores, tácita e inercialmente, contrarrevolucionários.

O povo messiânico, seus numes e seus lares entre São Sebastião e São Paulo

Como parte do Império Ultramarino, o Vale que recepcionou Dom Pedro era uma região multiétnica, alinhada à mística da restauração bragantina atualizada na forma de uma contrarrevolução, a "Viradeira" (1777), no exato momento em que se concluía a abertura do Caminho Novo da Piedade. Este embate ideológico escapa ao objetivo do artigo, mas parece contextualizar a monumentalização do roteiro da Independência, mediante o emprego estratégico do Vale, na triangulação Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais.

Na demarcação cultural de um território como o que estou tentando caracterizar, a união entre o trono e o altar reeditada pela Viradeira terá encontrado seus *povos* prontos a decifrar os signos do Caminho da Piedade que, neste processo de monumentalização, mais proveu um pertencimento integrador do que uma "identidade nacional". Nessa gramática da cristandade restaurada pela piedade, se deveria tentar distinguir justiça de poder, remetendo-nos aos parâmetros jurídico-políticos da *translatio imperii* e do *pactum subjectionis* que foi transcrito no rito da Aclamação. Aí o povo, como "profeta" se põe em face do *dominium* do rei. De fato, desde a Idade Média portuguesa, o rei devia jurar respeito aos *fueros*, liberdades e franquias do Reino, mas nada nesta instituição venerável que descentraliza o poder indica uma laicização ou secularização do poder político.

O roteiro da Independência poderia ser visto, assim, como uma antecipação do 12 de outubro. A "aclamação dos povos" – instituto antiquíssimo em território luso – não só reatava uma tradição venerável como também superava a exótica oposição entre absolutismo e constitucionalismo, consagrando uma territorialidade que se explica pela extensão da província fluminense na direção do planalto paulista, o que se mostra seguindo-se a reflexão de Brandão (2015) a respeito da fundação estratégica do Rio de Janeiro em pleno território da Capitania de São Vicente. O marco inicial da rota da Independência é o Rio de Janeiro.

Brandão (2015, p. 160) chama atenção para o processo jurídico típico de vilamento de um arraial, mediante a "concessão de um foral, onde estão normatizados os direitos e deveres da administração: 'a cerca da polícia, juízo, imposto, privilégios e condição civil de cada uma delas' (Franklin, 1816, p. 10)." O foral era normalmente acompanhado do monumento-símbolo da nova autarquia: o pelourinho. Estes atos constituintes eram emanados do donatário, mesmo que por meio de seu loco-tenente ou seu capitão-mor. Entretanto, seja Brandão aí, seja Serrão (1965), observam a surpreendente prerrogativa, tanto de Estácio de Sá quanto de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, de atuar à margem da auto-

ridade do donatário de São Vicente sobre o território fluminense, na fundação do Rio de Janeiro, provendo cargos e doando sesmarias a uma "cidade" sem foral e sem bispado. Tais gestos autocráticos foram coroados com a fundação do Colégio do Rio de Janeiro (1568) e com os atos de Dom Sebastião em 1570 e 1571 em favor da "cidade" e da "capitania" do Rio de Janeiro.

O título de *Mui Leal e Heroica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, dado à metrópole imperial, guardiã do território consagrado ao mártir-soldado na Roma tropical – galardão único no Brasil – deveu-se ao apoio irrestrito da população carioca à decisão do então príncipe regente, Dom Pedro, no transe político que resultou no Dia do Fico. De fato, por Carta Imperial de 9 de janeiro de 1823, passado um ano, o Rio de Janeiro recebeu o título singularíssimo. A honra não alterou de imediato o brasão de armas dado em 1565 e mantido até 1826, quando da publicação do novo Regimento das Câmaras. O brasão da Cidade do Rio de Janeiro foi criado simples, com um escudo português em esmalte de *goles* (vermelho) uma esfera armilar em ouro com a faixa zodiacal do mesmo metal, atravessada a esfera por três setas cruzando-se no centro, simbolizando o mártir patrono, São Sebastião. Os domínios do santo soldado, desde 1575 quando se criou a Prelazia, iam desde os confins da capitania de Porto Seguro até o Rio da Prata, dominando o estratégico sul atlântico.

Talvez porque ver a rota da Independência como lugar de memória implique situar sua monumentalidade no campo semântico da linguagem mítica, num *epos*, seu valor emerge do simbolismo que a sociedade contemporânea era capaz de dominar, decifrar, comunicar. Veja-se a epígrafe dos números coetâneos da *Gazeta do Rio de Janeiro*, retirada da IV Écogla das *Bucólicas* de Virgílio: *Novus ab integro saeculorum nascitur ordo*[10]. A recepção destes versos pela Cristandade medieval atribuíra-lhes uma como que profecia do nascimento de um menino que governaria o mundo. O bispo Eusébio de Cesaréia relata que Constantino a teria declamado em 312, trazendo a profecia sibilina para dentro da teologia cristã da história. A apropriação, tida pela crítica racionalista como indevida, no entanto, se coaduna com a percepção do tempo, típica das escatologias messiânicas, que integram a cosmologia das "idades do mundo" e da *translatio imperii*, reavivada ao tempo dos descobrimentos, e prenhe do caráter providencialista, característico dos gestos civilizadores no Ultramar português (Godinho, 2016). Com efeito, será nas cosmologias – mais que nas epistemologias – que o historiador da cultura há de seguir a pista do sentido mítico dos monumentos, porquanto aí se acham a simultaneidade dos eventos simbólicos, a coincidência dos calendários e a organização hierárquica dos ter-

10 Literalmente, "uma nova ordem secular nasce". Na mentalidade inerente à cosmologia antiga, a era de Augusto seria o ressurgimento da idade de Saturno, segundo o mito da "idade de ouro", uma pax virgiliana idealizadora de um tempo primordial, como em *Erga* de Hesíodo.

ritórios. Mais do que formalidades da pragmática, as liturgias públicas de 1822 encarnariam esse tipo de cosmologia e sagração do espaço e do tempo, num reencantamento do "horizonte do Brasil".

Neste aspecto do horizonte transcendente, tão ou mais importantes do que as ações da Coroa terão sido as atitudes e empresas da Ordem de Cristo e sua sucessora, a Companhia de Jesus. Herdeira dos pressupostos escatológicos da empresa civilizadora, a Companhia também se fez depositária da tradição cosmogônica da esfera armilar, que chegou à Península Ibérica no século IX e tornou-se paradigma das navegações como emblema de Dom Manuel, expresso mediante um trocadilho a que Godinho (2016, p. 29) dá ênfase – isto é, a aproximação mais que semântica entre *sphera e spera*[11] – para ornar a divisa manuelina – *spera in Deo et fac Bonitatem*[12] – com o devido horizonte da esperança escatológica assumido pela epopeia evangelizadora inaciana.

Como lugar de memória, pois, a Rota da Independência seguiu o parâmetro das peregrinações messiânicas, na busca do repouso sabático do "sol" no Ocidente, cujo arquétipo no imaginário da Cristandade é o Caminho de Compostela e sua extensão atlântica, tal como se lê no emblema de Dom Manuel, em cuja esfera armilar encontra-se na eclíptica as iniciais M.O.R.E. – *Manuel Orbis Rex Est*[13], conforme Godinho (2016). Isto coloca nosso Caminho da Piedade num horizonte cosmológico sacro, que a esfera era capaz de projetar na terra, circunscrevendo territórios adjudicados aos diversos Oragos que traziam a eternidade ao século, assim como os "novos céus" austrais referenciados no Cruzeiro – que a Carta do Mestre Juan fez questão de descrever ao monarca em 1500 –, a dirigir os destinos do território. Na Terra, assim como no Céu, a rota da Independência tinha um roteiro escrito nas estrelas, para quem soubesse ler.

Seguindo o roteiro... Da guerra de 1567 à implantação da igreja de São Cristóvão em 1627, medeiam 60 anos de estabelecimento do engenho jesuítico.

O Caminho de São Cristóvão até Santa Cruz e daí a Itaguaí (Vila em 1815) foi aberto em território jesuítico. Os padres da Companhia possuíam, entre outros bens de raiz, além do Engenho de São Cristóvão, o Engenho Velho e o Engenho Novo – Venda Grande, então, onde incorporou-se à comitiva de Dom Pedro o Padre Belchior –, e a Fazenda de Santa Cruz (1751), onde o grupo pernoitou dia 14 de setembro. Este trecho de caminho partia do Largo da Cancela, passava pela Fazenda do Capão do Bispo, e possuía quatro pousos: o Fortim de Nossa Senhora da Glória em Campinho; Realengo do Campo Grande; Venda do Santíssimo e a Fazenda do Mato da Paciência (Amantino, 2016). Sem precisar

11 Literalmente: *sphera* é esfera; *spera* é espera.

12 Literalmente: Espera em Deus e faz o bem.

13 Literalmente: Manuel é o rei do mundo.

negar o óbvio alcance da economia inaciana neste primeiro trecho do roteiro, entenda-se o plano simbólico da posse de terras ao longo do caminho, onde os engenhos não eram apenas bens econômicos, mas sinais de um regramento hierárquico próprio do Antigo Regime (Sampaio, 2014, p. 387), que não implicava apenas prestígio e poder político, senão uma franca aliança entre a Terra e o Céu, entre o Trono e o Altar, alvo prioritário das revoluções liberais, como a de Pombal.

Dom Pedro transitou a seguir pela "Estrada da Calçada" na Serra de Itaguaí no dia 15 de agosto de 1822. No mesmo dia passou pela Fazenda Olaria, em São João Marcos, de Hilário Gomes Nogueira aí dormindo. Dia 16, já com dois filhos do Capitão Hilário agregados à tropa, ultrapassou o arraial de Passa-Três, onde se ajuntou Joaquim José de Sousa Breves, futuro magnata da cafeicultura fluminense. Passaram a noite na Fazenda Três Barras, em São Bom Jesus do Bananal. Dia 17, após almoçar na Fazenda Pau d'Alho – onde se engajaram o Capitão João Ferreira de Souza e seu filho Francisco – o Príncipe foi pernoitar na Vila de São Miguel das Areias, na casa do capitão-mor Domingos da Silva Leme, recebendo aí a adesão do Capitão Antônio Pereira Leite.

No dia 18, a tropa foi jantar no arraial do Senhor Bom Jesus do Porto da Cachoeira, onde trocou as montarias, e terminou a jornada em Nossa Senhora da Piedade de Lorena (Vila em 1788), instalando-se no Paço e expedindo Portarias. Em Lorena, hospedou-se com um português, rico homem, Ventura José de Abreu. Em Cachoeira, entrava-se no velho Vale do Paraíba, onde pelo passo do Embaú, ia-se às minas dos "sertões de Taubaté" desde o século XVII.

No dia 19 de agosto, o Príncipe Regente Dom Pedro e a sua comitiva chegavam ao povoado de Santo Antônio de Guaratinguetá (Vila em 1651), sendo recebido e hospedado pelo Capitão-mor das Ordenanças Manoel José de Mello, a maior fortuna do Vale e prócer do ideário contrarrevolucionário local. A passagem por este lugar foi assinalada pela visita do Príncipe à ermida de Nossa Senhora Aparecida, a cuja imagem pescada no Rio Paraíba em 1717, Dom Pedro terá dirigido preces pelo Brasil (Pasin, 2015, p. 74). Nossa Senhora da Conceição era a Padroeira e Rainha do Reino português desde a Proclamação de Vila Viçosa (1646), e consta do Livro das Atas da Irmandade o registro das providências preparativas para a recepção de Sua Alteza Real, encabeçadas pelo zelador, o bracarense Jerônimo Francisco Guimarães.

Segundo Pasin (1973), aí se achava o cônego da Real Capela, Antônio Moreira da Costa, comissionado pelo Clero de Taubaté para entregar ao Príncipe Dom Pedro uma mensagem de boas-vindas. Taubaté foi o núcleo dispersor do povoamento do Vale e das minas, e seu distrito, dedicado a São Francisco das Chagas, confundia-se com o de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamo-

nhangaba, Vila (1705) onde se organizou a Guarda de Honra que acompanhou o Príncipe pelo restante da jornada, comandada pelo Coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo e pelo Coronel Manoel Marcondes de Oliveira Mello. Ali, Dom Pedro pernoitou, de 20 para 21 de agosto, na casa de Monsenhor Ignácio Marcondes de Oliveira Cabral, e a Guarda recebeu a adesão de 9 pindenses, dirigindo-se depois a Taubaté (Vila em 1645), onde foi, como sempre, recepcionado festivamente pela Câmara e pelo povo, tendo aí se juntado mais 6 jovens à comitiva.

Transitaram depois pelo arraial de São José – cuja fundação atribui-se ao Padre Anchieta em 1590 –, Vila desde 1767. O próximo pouso foi no dia 22 em Nossa Senhora da Conceição da Paraíba de Jacareí (Vila em 1700), recebendo-se o mesmo cordial tratamento, dando-se ali o episódio da travessia do rio a nado por Dom Pedro. A tropa passou a seguir pelo arraial de Nossa Senhora da Escada – capela mais antiga do Vale, fundada pelos jesuítas em 1654. A partir daí começa-se a sair do Vale e entrar na bacia do Tietê, tendo-se ido pernoitar em Sant'Ana de Mogi das Cruzes (Vila em 1611) no dia 23, onde Dom Pedro instalou Paço e expediu Decretos. Dia 24, chegou a Nossa Senhora da Penha de França (1796), e dia 25 a São Paulo, feita "Cidade Imperial" por Decreto de 24 de fevereiro de 1823. Aliás, título também atribuído a Ouro Preto, completando-se o triângulo imperial do Sudeste.

Era, segundo a lógica que presumo dominante na mentalidade da *translatio imperii*, o coroamento de um ciclo "henriquino", transmitido ao "manuelino" e deste ao "bragantino". Um horizonte venerando, constituído pelo processo de "canonização" de sempre, pelo qual os povos protagonizavam uma tradição e aclamavam o soberano. O papel de São Paulo nessa engrenagem armilar não pode ser diminuído, mas será esclarecido em outro lugar.

Após o 7 de setembro, Dom Pedro permaneceu em São Paulo até o dia 10, quando partiu em viagem apressada de retorno pelos mesmos lugares, chegando a São Cristóvão dia 14 de setembro, festa da exaltação da Santa Cruz. O território percorrido não era mais o mesmo, o Caminho Novo da Piedade já ganhara outro sentido: o de palco da "aclamação" que se consumaria em 12 de outubro.

O Reino Unido de 1815 teve, ao que parece, precursores remotos, e à vista disso, parece um abuso falar em "Brasil colônia". A esfera armilar já projetara o signo da Virgem sobre o Trópico de Capricórnio, território das aclamações viageiras, em um lance cosmológico que vai além da religiosidade do jovem Bragança, que faria 24 anos no 12 de outubro de seu alçamento pelos *povos* como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Porém, na medida que as festas e os cultos cívicos, além da produção historiográfica, iconográfica e

monumental, foram sendo estabelecidos no calendário da "Independência nacional", naturalizou-se outra cosmologia. A censura sistêmica ao sentido que tinham, para os coetâneos da jornada de 1822, os ritos da *translatio imperii*, substituiu o prestígio do *pactum subjectionis* pela exaltação do constitucionalismo liberal, ironicamente elitista em sua autoinvestidura de tutor "esclarecido" da liberdade dos povos.

O pressuposto de que a sociedade se produziria e se aperfeiçoaria mediante uma engenharia constitucional respirava a plenos pulmões naquela minoria de letrados que montava a estimado 1% dos 4,5 milhões de habitantes do Brasil (Alves, 2017). Minoria ruidosa que não se cansou de rascunhar, entre 1817 e 1824, quase dez projetos de Constituição (Wehling, 2022); oligarquia ilustrada, formadora de opinião pública, que construiu o "inimigo" conveniente, adversário legitimador do nacionalismo postiço e dos privilégios cartoriais de uma burocracia que inventou uma "Independência" para chamar de sua. O quanto esse horizonte ilustrado, apriorístico e essencialista, terá mutilado as cabeças e os pés dos *povos* do Império, suas autonomias e franquias, é assunto pouco estudado. Principalmente em relação ao potencial de descentralização, subsidiariedade e distribuição do poder devido às ricas variações de linguagem e de cultura.

A rota da Independência como monumento à Aclamação – Alguma teoria

O cânon cientificista do século XVIII (Coimbra, 1772) atingiu em cheio as academias militar (1792), médica (1810), jurídica (1827) e os seminários, antes da romanização iniciada na década de 1860. Na cosmologia deste horizonte de modernização, a normatização da linguagem (Alvarás de 1755 e de 1770) formou eficaz instrumento de sujeição cultural e centralização política. É natural que o historiador que se agremiou no IHGB e no Imperial Colégio de Pedro II instituições criadas na década de 1830, fosse perspectivado por este interdito à questão cosmológica no campo da historiografia. O descrédito da língua falada e suas tradições orais, daí decorrente, e o prestígio da escrita, esta prenhe de passados históricos e futuros utópicos, censuraram o feérico e o fantástico, do mítico ao metafísico. Enquanto isso, os povos ágrafos continuavam a ler seus mundos no rés do chão dos símbolos e a reconhecer nos vitrais, na arquitetura, nas fardas, hábitos e músicas, festas e procissões – para mencionar apenas aspectos do universo católico dominante –, a cosmologia antiga, em que a Terra devia espelhar a ordem do Céu, e admitia como lógico e natural, que o Trono – ou o que lhe valesse – se alinhasse ao Altar, esperando que a Coroa e seus validos cumprissem sua missão transcendente. *Vox Populi*...

A complexa identificação desta *voz popular* merece estudo à parte e tratamento interdisciplinar. Porém, diga-se que a luta pela apropriação do "horizonte do Brasil" e a decorrente conceituação da "liberdade" que se deveria nele esperar raiar, certamente, não pode ser compreendida se confinada aos parâmetros da erudição historiográfica que opuseram, simplificadamente, separatistas e corcundas, revolucionários e reacionários, liberais e conservadores, aparentemente convergindo, todos, no cânon cientificista de uma cosmologia exótica em relação à pluralidade étnica, sincrética e mítica dos *povos* que recepcionaram o Príncipe.

Mesmo as concessões antropológicas, que se podem datar da tese de Martius sobre as "três raças" (*Como se deve escrever a história do Brasil*, 1845), enfiando-se pelo folclorismo de Silvio Romero, e pelo nacionalismo de Paulo Prado e Oliveira Vianna, sempre em nome da autoridade inconcussa da ciência, acabaram baldeando para as interpretações do Brasil o mito iluminista do "estado de natureza", cabendo à primeira geração romântica (Alencar e Gonçalves Dias, por exemplo) levantar a bandeira de uma *voz popular*, representada pelo "gênio da língua" revelador de um "passado nacional" reificado. Escreveu o autor de *Sonhos d'Ouro*:

> A literatura nacional que outra cousa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contacto de outros povos e ao influxo da civilização? (1872 p. 495-496).

Se os artífices do Estado-nação – os grupos políticos identificados como saquaremas ou luzias – presumiram que a nacionalidade pudesse ser destilada das engenhocas jurídicas nas arcádias de São Paulo ou Recife, em graus distintos de constitucionalismo inglês e exaltações galicanas, esteve fora de sua cogitação a premissa cosmológica de suas teses, segundo a qual a autêntica evolução dos povos seria um tipo de "progresso" que se afastava das origens, no caso as portuguesas, entrando nesta guilhotina jurídica o caráter plural das alteridades ultramarinas. Passar daí para as políticas de imigração e branqueamento pareceu a solução natural. Como também a reivindicação de mais escolas a fim de produzir "cidadãos" para essa modernidade essencializada que se impôs como horizonte secularizado da "civilização nacional".

Entretanto, se nos ativermos à compreensão tradicional do passar do tempo, principalmente ao corolário da cosmologia que fundamenta qualquer leitura escatológica desta experiência, a saber, que a ordem da sociedade tende à decadência entrópica das energias da civilização, prometendo desenlaces catastróficos e exigindo salvacionismos messiânicos, teremos de volta um horizonte mítico, não "científico", mas profético, que terá sido o que deu sentido

às jornadas de 1822 e "aclamou" o sucessor do Encoberto no Vale do Paraíba. Parece óbvio, nesta hipótese, o alcance político do imaginário mítico e o papel das linguagens no estabelecimento de verossimilhanças integradoras do horizonte "da história", refratários à modernização ilustrada, e resiliente em Canudos, Juazeiro, e de modo geral nos sertões e veredas.

O poder hermenêutico das cosmologias que um mito concentra, de fato, revoluciona o tempo cronológico e reinscreve, nos ciclos dos calendários cívicos, a liturgia política que torna o rei "imortal" e, por meio de seus "dois corpos" (Kantorowicz, 1998), e pelos insignes lugares de memória, também os ***povos***, enquanto nação, adquirem permanência ontológica, nascimento perene e chancela do imaginário antes de qualquer consciência identitária, esta sempre epigonal tema de profissionais. A mentalidade geocêntrica do mito e sua gramática analógica integram a geografia simbólica do território, e deveríamos incursionar por uma história cultural da ciência, para entender a *imago mundi* do Império, naquele horizonte de 1822.

Na edição do imaginário, o texto do historiador acha-se comprometido com seus pressupostos, que deveriam ser suficientemente esclarecidos. Um destes questiona a cientificidade da História diante de seu papel constitutivamente retórico, que implica a própria cripto-retórica do discurso científico em geral. Admitindo-se isto, as diversas tradições epistemológicas ocidentais teriam retirado do labor historiográfico sua historicidade, tornando-o um discurso pretensamente neutro, que deixa encoberto sua premissa cosmológica e suas predileções psicológicas, levando a produção de narrativas a tratar seus objetos como ordens abstratas de presumida causalidade temporal. Ora, como se sabe, a *imago mundi* predominante dessas abordagens foi um mecanicismo naturalista que secularizou o horizonte mítico/metafísico das sociedades, tornando o ofício do historiador tributário de simplificações geopolíticas, e de dogmas acadêmicos.

Hoje, há 200 anos da jornada do Príncipe, os esforços da memória que conta o dito e o feito correm o risco de não passar de história contada por e para especialistas. Neste movimento, os *povos* submergem no anonimato e no esquecimento mantido pela "secularização das origens" que desencanta os horizontes narrativos. O insuspeito Alexandre Herculano é que o profetizou (*O Bobo* 1843), em trecho posto em epígrafe na edição comemorativa dos 500 anos de descoberta da América que publicou o *Esmeraldo de Situ Orbis* (1892) do piloto de Dom João II, Duarte Pacheco Pereira: "No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma especie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime."

Esta advertência parece valer para as celebrações do primeiro centenário em 1922, como se vê em Motta (1992). Desde 1891, o "7 de setembro" terá sido uma apropriação republicana, como a reabilitação de Tiradentes (1893) e a modernização da Capital imperial com o desmanche do morro do Castelo, baluarte dos fundadores, conjunção de Trono e Altar. O desencanto dos horizontes da história, e o decorrente interdito lançado sobre os mitos e linguagens do povo messiânico estariam presentes no Oliveira Lima de 1922 e no José Honório Rodrigues de 1972 (1975), num diapasão cuja origem Arno Wehling remete à obra do Visconde de Porto Seguro, arquiteto da retórica nacionalista: "se à historiografia cabia auxiliar a promover a unidade nacional, não apenas escrevendo processos, mas apontando exemplos, a localização dos acontecimentos – os "lugares emblemáticos" de Pierre Nora – guardava especial relevância" (Wehling, 1999, p. 70). Na construção desse grande oriente da memória oficial, o IHGB foi *magister vitae* da mentalidade nacionalista profissional, mesmo sem unanimidade. Não obstante isto, o mesmo autor observa que "uma análise dos compêndios brasileiros entre as décadas de 1930 e 1960, bem como o programa oficial para o ensino secundário de 1942, mostram a força da matriz varnhargeniana" (Idem, p. 216). Já no primeiro centenário, o tema parecia bem fixado: modernização como apanágio da ciência historiográfica, nas atualizações de Figueiredo (1922), Fleiuss (1922) e Freire (1922), Carvalho (1922), Viveiros de Castro (1922) e Pedro Calmon (1923). O consenso narrativo, iniciado menos de vinte anos após a jornada do Príncipe, parece haver-se tornado hegemonia.

Talvez seja constitutivo das celebrações de efemérides, a exaltação dos "vultos" e a realização de "feiras", gestos que têm recebido a pecha de populistas ou autoritários, na medida em que remeteriam a "mitos de origem" e a "heróis fundadores", sem o cuidado de perceberem, os críticos, suas próprias cosmologias fundacionais. Como o desenvolvimento monográfico deste tema é inviável aqui, passo à conclusão do artigo.

Ao interpretar a rota da Independência como lugar de memória, torna-se ela um "monumento imperial" que amadureceu plenamente na inauguração da estátua equestre de Dom Pedro I em 30 de março de 1862, entrando o Brasil na era do bronze. Na geografia fantástica do horizonte mítico, os rios Amazonas, Paraná, Madeira e São Francisco nasciam no Campo do Polé (1808), e a "elevação" do Encoberto sobre os octógonos salomônicos parecem dizer mais que a explícita alegoria do projeto de João Mafra. No Vale do Paraíba, entretanto, e não só na estátua equestre de Dom Pedro I, teria vindo à tona a "estrutura narrativa que define a composição geral sob a lógica do monumento" (Knauss, 2010), assumindo o marco-zero da saga histórica – a elevação do Brasil a Reino Unido em 16 de dezembro de 1815 – a função de assinalar exemplarmente a "independência" como uma continuidade do Sacro Império na Coroa bragan-

tina, e uma resposta a seu "usurpador" Bonaparte. Sugestivo seria ver confrontados os papeis de Maria Leopoldina e Maria Luísa nesse drama Habsburgo transposto ao Trópico, nas imediações do teatro São João.

Este tipo de interpretação da rota da Independência – que numa versão sebastianista se vê no *Manifesto ao Grão Brasil* (Correa, 1824) – revela reivindicações de liberdade que só acidentalmente podem ser identificadas como típicas "demandas liberais". Ao contrário disto, a leitura dos iletrados – homens religiosos – remete ao texto de longa duração das autonomias municipais e, de modo algum, à letra galicana do vintismo ou das abstrações jurídicas de Cádis (1812). Por mais que as camadas médias, em suas inconfidências recorrentes, tenham-se agitado em panfletos e manifestos desde 1817 e 1821 (Carvalho *et al*, 2012), o horizonte de língua e de espírito (Mello e Souza, 1965) parece ter dominado os percursos da Independência com o senso comum de uma memória fundamental, capaz de unificar os *povos* em torno do Príncipe que representou a continuidade transcendente de um Antigo Regime peculiar.

O Vale do Paraíba só conheceu o ocaso de seu destino quando a cafeicultura migrou seus capitais para o "Eldorado paulista" a partir da década de 1870. O Paraíba desaguou no Ipiranga e no Tietê, numa contravenção hidrográfica. As "cidades mortas" de Monteiro Lobato, mesmo em contraste com o Vale industrial da época do governo de Getúlio Vargas, continuaram a contar algo desta história ao modo de memorial do Encoberto, com seu cancioneiro, seus Impérios do Divino, seus jongos e suas Cavalhadas, monumentos à soberania arcaica.

Parte do jogo das interpretações, dos juízos de valor que aproximam a história da retórica e da literatura, a monumentalização produtora de lugares de memória nunca estará a salvo de certa parcialidade, que o historiador haverá de reconhecer, se conseguir permanecer imune à tentação da neutralidade cientificista. Ou os esquemas interpretativos, como o do arranjo "colônia/metrópole", o do conceito de "crise do sistema colonial", ou ainda o insopitável esquema da "luta anti-imperialista", estariam isentos de anacronismo sistêmico? A questão é intérmina, mas vale deixá-la apontada.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Santo. *A instrução dos catecúmenos*: teoria e pratica da catequese. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ALENCAR, José de. Bênção paterna (prefácio). In: Idem. *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: [s.d.], 1872.

ALVES, Ana Maria. *Iconologia do Poder Régio no Período Manuelino*: a procura de uma linguagem perdida. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *População e economia nos 200 anos da Independência do Brasil: 1822-2022*. Disponível em https://www.ufjf.br/ladem/2017/05/05/populacao-e-economia-nos-200-anos-da-independencia--do-brasil-1822-2022-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/

AMANTINO, Márcia. "As origens da terra jesuítica na Capitania do Rio de Janeiro e a implantação do Engenho Velho no século XVII". *Am. Lat. Hist. Econ.*, sep.-dic., 2016, pp. 7-36.

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II*: um lugar de memória. 1999. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

AQUINO, Santo Tomás de. *Do governo dos príncipes ao rei de Cipro*. Tradução de Arlindo Veiga dos Santos. São Paulo: Anchieta, 1946.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332.

BARBUY, Victor Emanuel Vilela (2010), "A Monarquia tradicional", Disponível em: http://cristianismopatriotismoenacionalismo.blogspot.pt/2010/05/monarquia-tradicional.html. Consultado em 11/07/2022.

BEAL, Tarcísio. "As raízes do regalismo brasileiro". *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1977, v. LXXI, n.3, pp.37-50.

BOEIRA, Marcus Paulo Rycembel. *A legitimação do imperador segundo a Constituição do Império de 1824*: fundamentos e translação. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963.

BRANDÃO, Renato Pereira. "A fundação do Rio de Janeiro na ocupação régia do espaço vicentino". *ACERVO*, Rio de Janeiro, V. 28, N. 1, pp. 159-172, jan./jun. 2015.

CALMON, Pedro. Independência do Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: tomo 98, v.148, 1923.

CARVALHO, Miguel Joaquim Ribeiro de. Criação da Bandeira do Brasil. *Revista do IHGB*. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, p. 325-337.

CARVALHO, Jose Murilo de; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcello (org.). *Às armas cidadãos!* Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CASTRO, Olimpio Viveiros de. O Fico. *Revista do IHGB*. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, p. 5-49.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Ed. Livraria Duas Cidades, 9.ed., 2001.

CHACON, Vamireh. *O humanismo brasileiro*. São Paulo: Summus Editorial/Secretaria da Cultura, 1980.

CORREA, António Barbosa. *Manifesto ao Grão Brasil, Império dos Impérios do Mundo, oferecido à S. M. Imperial Defensor Perpetuo do Brazil por António Barbosa Correa Mineiro Rústico*: ligado às profecias do Bandarra, e de outros profetas. Org. Loryel Rocha. Rio de Janeiro: Instituto Mukharajj, 2017.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil.* São Paulo: Imprensa Oficial/Fundap, 2012.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

CUNHA, Paulo Ferreira da. "Rex Propter Regnun – Do modelo de constitucionalismo tradicional nos países de língua portuguesa e castelhana." In: DIP, Ricardo (Org.) *Tradição, revolução e pós-modernidade*. Campinas, SP: Milenium, 2001.

DANTAS, Ascendino. *Esboço biographico do Dr. Joaquim José de Sousa Breves*: origem das fazendas São Joaquim da Gramma e Santo Antônio da Olaria: subsidios para a historia do municipio de São Joao Marcos. Rio de Janeiro, 1931.

DIAS, Maria Odila Silva. "Aspectos da Ilustração no Brasil". *Revista do IHGB*. N. 278, Rio de Janeiro: Janeiro/Março, 1968.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. *The Life Of The Blessed Emperor Constantine* [*Vita Constantini*]. Disponível em: http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnf201.html

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Ideias políticas*: Cartas sobre a revolução no Brasil, memórias políticas sobres os abusos gerais, Manual do cidadão em um governo representativo. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1976.

FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. "Sete de Setembro". *Revista do IHGB*. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, pp. 317-322.

FLEIUSS, Max. Aclamação de d. Pedro. *Revista do IHGB*. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, pp. 341-376.

FREIRE, Laudelino. Aceitação do título de "Defensor Perpétuo do Brasil" pelo Príncipe D. Pedro. *Revista do IHGB*. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, pp. 173-195.

FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. *Monarquia pluricontinental e repúblicas*: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI–XVIII. Disponível em http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v14n27a04.pdf

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

FRANKLIN, Francisco Nunes. *Memória para servir de índice dos forais das terras do Reino de Portugal e seus domínios*. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1816. Apud BRANDÃO, Renato Pereira. "A fundação do Rio de Janeiro na ocupação régia do espaço vicentino." *ACERVO*, Rio de Janeiro, V. 28, N. 1, pp. 159-172, jan./jun. 2015.

GOMES, Francisco José Silva. "De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República". In: *História e cidadania*, Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPHU. São Paulo: Humanitas – USP/ANPHU, 1998, v.II, pp.315-326.

HAUCK, João Fagundes et allii. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. São Paulo: Paulinas, Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

HESPANHA, António Manoel. "Ascensão e queda do imaginário imperial". In: António Manuel Hespanha (dir.), *O Imaginário do Império*, Lisboa: Penélope, 1995.

HOMEM DE MELLO, Francisco Inácio Marcondes, Barão. *O Brazil Intelectual em 1801*. In: Revista do IHGB, Rio de Janeiro: IHGB, 1901, Tomo LXIV, pp. VI-XXXI. Disponível em http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=p

HOORNAERT, Eduardo et allii. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/1. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KNAUSS, Paulo. "A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX." *19&20*, Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./dez. 2010. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/pknauss.htm.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

LAMAS, Felix Adolfo. "Tradición, Tradiciones y Tradicionalismos." In: Dip, Ricardo (Org.) *Tradição, revolução e pós-modernidade*. Campinas, SP: Milenium, 2001.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. (2ªed). Rio de Janeiro: SMCTE/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro,1993.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Movimento da Independência (1821-1822)*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1922.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo, Frei. *A presença da Igreja no Brasil*. São Paulo: Ed. Giro, 1977.

MAIA, João de Azevedo Carneiro. *Notícias Históricas e Estatísticas do Município de Rezende desde sua Fundação*.Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1891.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de janeiro 6 (24): 389-411. 1845.

MELO E SOUZA, Antônio Cândido. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos*: a questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". Tradução Iara Aun Khoury. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: Educ, 1981, pp. 7-28.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. "O Catolicismo Romano e a noção de 'Catolicismo Popular.'" In: *Evangelização e Comportamento Religioso Popular*. Coleção Cadernos de Teologia e Pastoral/8. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

OLIVEIRA, L. E. (org.) *A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas*: suas implicações na educação brasileira (1757-1827). Maceió: EDUFAL, 2010.

PAIM, Antonio. Introdução. In: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Manual do cidadão em um governo representativo*. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998. p. I-XX.

____. *A escola cientificista brasileira* – Estudos complementares à história das idéias filosóficas no Brasil – vol.VI. Londrina, PR: 2003.

PASIN, José Luiz. "A jornada história do Príncipe Regente Dom Pedro pelo Vale do Paraíba em agosto de 1822". *Revista do IHGSP*, Vol. 70, 1973, pp. 575-586.

PASIN, Teresa Galvão. *Senhora Aparecida* – Romeiros e missionários redentoristas na história da Padroeira do Brasil. Aparecida, SP: Ed. Santuário, 2015.

RAMINELLI, Ronald. "Nobreza e principais da terra – América Portuguesa, séculos XVII e XVIII". *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 217-240, mai./ago. 2018. Disponível em www.revistatopoi.org

REIS, Paulo Pereira dos. *O Caminho Novo da Piedade no nordeste da Capitania de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

RODRIGUES, José Honório. *Independência*: revolução e contrarrevolução: as Forças Armadas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975.

SÁ, Isabel dos Guimarães. "Charity, Ritual and Business at the Edge of Empire: The Misericordia of Macau." In: *Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World*. Ed. Liam Mathew Brokey, s/d.

_____. "Charity and Discrimination – The Misericórdia of Goa." *Itinerario*. Leiden, Holanda, Institute for the History of European Expansion (IGEER)/Leiden University, 2007, v.XXXI, Número especial.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965. T. 1:

estudos históricos (a); t. 2: documentos dos arquivos portugueses (b). Apud BRANDÃO, Renato Pereira. "A fundação do Rio de Janeiro na ocupação régia do espaço vicentino." *ACERVO*, Rio de Janeiro, V. 28, N. 1, pp. 159-172, jan./jun. 2015.

SETUBAL, Maria Alice. *Vivências caipiras*: pluralidade cultural e diferentes temporalidades na terra paulista. São Paulo: CENPEC / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

SILVA, Vicente Ferreira da. "Transcendência do Mundo". In: *Obras Completas*. São Paulo: É Realizações, 2010.

SILVA, José Manuel Azevedo e. "Padre António Vieira: do mito de Ourique à utopia do Quinto Império". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 8, 2008, pp. 145-160. Coimbra. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316.2/39670.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. "A Corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas". *Ler História*. N. 54, 2008, p. 51-73, Disponível em https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2368

SOUSA, José Pedro Galvão de, GARCIA, Clovis Lema, CARVALHO, José Fraga Teixeira de. *Dicionário de Política*, São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1998.

SOUSA, Eudoro de. *História e Mito*. Lisboa: Casa da Moeda, 2004.

____. *Origem da Poesia e da Mitologia no Drama Ritual*. Lisboa: Casa da Moeda, 2000.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica.* São Paulo: Perspectiva, 1992.

TORRES, João Camilo de Oliveira, *História das idéias religiosas no Brasil.* São Paulo, Grijalbo, 2020.

VIEIRA, Antônio. *História do Futuro*. Introdução, atualização do texto e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil.* São Paulo, Civilização Brasileira:2006.

WECKMANN, Luis, *La herencia medieval del Brasil.* Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

____. A concepção histórica de Von Martius. *Revista do IHGB* (155(385), 721-731), out/dez., 1994.

____. "Os projetos constitucionais na época da independência: análise comparativa". *Conferência proferida na Seção Conjunta Comemorativa do Bicentenário da Independência*. Academia Brasileira de Letras e Academia das Ci-

ências de Lisboa, 20/9/2022. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=BgVL4FJo1mU&list= PLZXCMklOMXTl57PZ2p4tXaHJ9sl97YQXO&index=6&t=770s

WHATELY, Maria Celina. *Resende, A Cultura Pioneira do Café no Vale do Paraíba*, 2ª ed. Niterói-RJ: Ed Gráfica La Salle, 2003.

Recebido em 9/10/2022
Aprovado em 30/11/2022

OS BRAGANÇA NO BRASIL

Vera Lucia Cabana Andrade[1]

Resumo

O presente artigo propõe, na pauta das comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, revisitar a história genealógica da dinastia de Bragança, através da política de casamentos como negócios de Estado, desenhando um quadro dinástico de casamentos endogâmicos catolizados entre os Bragança, Habsburgo e Bourbon. O texto destaca os caminhos diplomáticos que elucidam a ascendência e descendência diretas dos principais atores históricos da monarquia bragantina no e do Brasil.

Palavras-chave: Dinastia de Bragança; política de casamentos; casamentos endogâmicos.

Abstract

This article proposes, on the agenda of the celebrations of the Bicentennial of the Independence of Brazil, to revisit the genealogical history of the Braganza dynasty, through the policy of marriages as state business, drawing a dynastic picture of catholicized inbred marriages between the Braganzas, the Habsburgs and the Bourbon. The text highlights the diplomatic paths that elucidate the direct ancestry and descent of the main historical actors of the Bragantine monarchy in and from Brazil.

Keywords: Braganza Dynasty; marriage policy; inbred marriages

As comemorações em pauta do Bicentenário da Independência do Brasil nos dão a oportunidade de revisitar a história genealógica da dinastia de Bragança e resgatar a política de casamentos como negócios de Estado que pactuavam alianças militares e acordos diplomáticos entre as Casa Reais europeias.

Neste contexto é importante destacar o processo de endogamia Bragança-Bourbon-Habsburgo como característica marcante dos "casamentos endogâmicos e catolizados" – expressão de sentido político-religioso que designava os matrimônios principescos resultantes da união Estado/Igreja. Principalmente na Península Ibérica, a autorização da Igreja para os casamentos endogâmicos, isto é, a dispensa papal para a realização de uniões consanguíneas, objetivava preservar a linhagem das dinastias católicas e barrar os casamentos com casas nobres protestantes. As comemorações em pauta do Bicentenário da Independência do Brasil nos dão a oportunidade de revisitar a história genealógica da dinastia de Bragança e resgatar a política de casamentos como negócios de Estado que pactuavam alianças militares e acordos diplomáticos entre as Casa Reais europeias.

1 Professora Doutora em História Social IFCS/UFRJ; Profª Aposentada da UERJ; Profª Emérita do CP II. Membro da Comissão de Memória Histórica do CP II. Sócia do IHGRJ e dos IHGN, IHGV e IHGB.

Neste contexto é importante destacar o processo de endogamia Bragança--Bourbon-Habsburgo como característica marcante dos "casamentos endogâmicos e catolizados" – expressão de sentido político-religioso que designava os matrimônios principescos resultantes da união Estado/Igreja. Principalmente na Península Ibérica, a autorização da Igreja para os casamentos endogâmicos, isto é, a dispensa papal para a realização de uniões consanguíneas, objetivava preservar a linhagem das dinastias católicas e barrar os casamentos com casas nobres protestantes. Neste cenário é importante ainda observar que esses entrelaçamentos seculares, ao longo do tempo, geraram antecedentes de hereditariedade que produziram mortes prematuras e anomalias físicas e mentais, como hemofilia e epilepsia, doenças predominantemente genéticas.[2] Nas aristocracias – qualificadas e legitimadas pelo sangue e explicadas pela tradição/necessidade de casamentos programados, fechados entre as famílias para a perpetuidade dinástica – o público e o privado, o pessoal e o impessoal estão completamente entrelaçados.

A releitura da "História Genealógica da Casa Real Portuguesa" do cônego setecentista d. António Caetano de Sousa (1674-1759), reeditada em 2008 pela Academia Portuguesa da História, nos elucida sobre a ascendência e descendência diretas dos principais atores históricos da dinastia dos Bragança no e do Brasil. A Sereníssima Casa dos Duques de Bragança foi criada em 1401 para transformar em nobre, d. Afonso, filho bastardo do rei D. João I, primeiro da Casa de Avis a governar o reino, sendo este ramo da bastardia a ligação das duas dinastias, com a descendência de d. João IV legitimada. A Casa do Infantado, instituição senhorial criada por d. João IV, tinha o objetivo de garantir dotação material e patrimonial aos infantes, filhos e irmãos do rei que não herdavam o trono. A nobiliarquia luso-brasileira significa permanência, representatividade e capacidade de sustentar identidades histórico-culturais, como a parentela, origem e descendência, e a língua.

Estudos de antropologia cultural nos elucidam que toda sociedade tem repertórios de papeis sociais que nos são atribuídos no dia em que nascemos até o dia em que morremos, e, que esses papeis dos atores históricos são modelos de conduta de êxito e retidão e/ou de desperdício de poder e desavenças, ou seja, de harmonia ou de desequilíbrio familiares e sociais. Escolhemos como ponto de partida de nossa análise a figura da rainha Maria I: filha, neta, irmã, sobrinha, prima, esposa, mãe, tia, sogra, avó, viúva e bisavó.

Em dezembro de 1734, no Palácio de Mafra, Paço da Ribeira, nasceu d. *Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança e Bourbon*, filha do príncipe herdeiro luso *d. José Francisco António Inácio Norberto Agostinho* e

2 CERQUEIRA, Bruno da S. A. de. *Descendência de D. Pedro IV, rei de Portugal e I imperador do Brasil - In: História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/Academia Portuguesa de História, 2008, V.XV, pp. 255-256.

da infanta de Espanha *d. Mariana Vitória de Bourbon*. D. José I, 25º rei de Portugal, foi o terceiro filho do rei *d. João V* e da rainha *Maria Ana D'Áustria*, nasceu em Lisboa em 1714 e morreu em Sintra em 1777, aos 62 anos; D. Mariana Vitória de Bourbon, filha de *Felipe V de Espanha* e da rainha *Isabel de Farnésio*, nasceu em 1718 e faleceu em 1781, aos 63 anos.

A princesa Maria foi educada nos fundamentos dos estudos clássicos e nos rígidos princípios dogmáticos do catolicismo, conseguindo sobreviver às consequências do terremoto e do maremoto que destruíram Lisboa (1775) e à política anticlerical do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro plenipotenciário de d. José I "O Reformador", seu pai.

Em 1760, a Princesa da Beira e Princesa do Brasil, aos 26 anos, casou-se com seu tio paterno, de 43 anos, *d. Pedro Clemente Francisco José António*, Senhor da Casa do Infantado que se tornou Príncipe Consorte do Brasil. O casamento real atendeu aos interesses dinásticos, afinidades religiosas e às Leis de Lamego:

> que exigiam que a futura rainha se casasse com um português nobre, que só poderia chamar-se rei depois do nascimento de filho varão e que sempre andaria à esquerda da rainha, sem nunca pôr a coroa na cabeça: Para que o reino não venha a estranhos (...) porque nunca queremos que nosso reino saia a fora das mãos portuguesas, que com seu valor nos fizeram rei sem ajuda alheia, mostrando nisto sua fortaleza, e derramando seu sangue.[3]

Com a morte de d. José I, a princesa Maria ascendeu ao trono como *D. Maria I, rainha de Portugal e do Algarves, d'Aquém e d'Além Mar em África, Senhora da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia* – 26ª monarca pela Graça de Deus. Seu reinado (1777-1816) marcou a transição político-econômica entre o reformismo pombalino e o absolutismo monárquico, conhecido movimento da "Viradeira". Seu régio poder teve que enfrentar, também, movimentos separatistas em Goa/1787, a Sublevação dos Pintos, e, no Brasil a Inconfidência Mineira/1789. As conjuras foram exemplarmente sufocadas e punidas com execuções, enforcamentos, degredo e açoites, de acordo as prerrogativas do Antigo Regime.

D. Maria I (1734-1816) e D. Pedro III (1717-1786) tiveram seis filhos assegurando a continuidade dinástica dos Bragança em Portugal e Brasil:

1) José Francisco (1761-1788) – Príncipe da Beira;
2) José João (1763 - natimorto);
3) João Maria (1767-1826);

3 DEL PRIORI, Mary. *D. Maria I. As perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como "a louca"*. São Pulo: Benvirá, 2019. p. 54.

4) Mariana Vitória (1768-1788);

5) Maria Clementina (1774-1776);

6) Maria Isabel (1776-1777)[4].

D. João Maria, Senhor do Infantado e Príncipe do Brasil, segundo filho varão de d. Maria e d. Pedro, tornou-se herdeiro presuntivo do trono com a morte do primogênito d. José Francisco, em 1788, que foi casado com sua tia paterna *d. Maria Benedita*, 15 anos mais velha (1746-1829) sem deixar descendência.

Em 1875, através da política de casamentos que ratificava alianças político--militares recíprocas, as Coroas Ibéricas celebraram o duplo matrimônio do infante *d. João Maria de Portugal* com a infanta de Espanha *Carlota Joaquina princesa de Bourbon-Anjou* – e – do infante *d. Gabriel de Bourbon*, filho do rei *Carlos III da Espanha*, com a princesa *d. Mariana Vitória* de Portugal.

O casamento de d. João (1767-1826) com d. Carlota Joaquina (1775-1830), consumado muitos anos depois da celebração, gerou uma linha dinástica de nove filhos:

1) Maria Thereza (1793-1874) – princesa da Beira foi casada com d. Pedro Carlos de Espanha (1786-1812), seu primo, e pais de d. Sebastião Gabriel (1811-1875), infante de Espanha e de Portugal, primeiro príncipe europeu nascido no Brasil;

2) António Pio (1795-1801) – príncipe da Beira, morte precoce;

3) Maria Izabel (1797-1818) – infanta de Portugal e rainha de Espanha pelo casamento com seu tio d. Fernando VII (1784-1833); suas filhas morreram sem descendência;

4) Pedro de Alcântara (1798-1834) – príncipe da Beira, 1º Imperador do Brasil (D. Pedro I -1822) e 29º rei de Portugal (D. Pedro IV-1826); duque de Bragança, tutor e defensor da rainha d. Maria II, sua filha;

5) Maria Francisca de Assis (1800-1834) – infanta de Portugal e Espanha foi casada com seu tio d. Carlos Maria Isidro (1788-1855); seus filhos d. Carlos (1818-1861), d. Juan (1822-1887) e d. Fernando (1824-1861) lutaram pela sucessão do trono de Espanha;

6) Izabel Maria (1801-1876) – infanta de Portugal, regente do reino entre 1826 e 1828 após a morte de d. João VI, durante as lutas sucessórias; morreu sem descendência;

7) Miguel Maria do Patrocínio (1802-1866) – luta pelo trono português; casado com a princesa da Baviera d. Adelaide de Löwenstens-Wertheim-

4 *Idem*. p.129. Árvore Genealógica.

-Rosenberg deixou conhecida descendência na Europa até meados do século XX (seus trinetos e tetranetos);

8) Maria da Assunção (1805-1834) – infanta de Portugal, morreu solteira;

9) Ana de Jesus Maria (1806-1857) infanta de Portugal e marquesa de Loulé; foi casada com Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1804-1875) – 2º marquês e 1º duque de Loulé, 9º conde de Vale de Reis, 24º senhor de Azambuja; deixou numerosa descendência da casa ducal de Loulé e casa marquesal de Funchal, casas condais de Belmonte, de Linhares, de Mendia, de Paraty, de São Martinho, de Azambuja, de Marim, da Figueira, de Proença-a-Velha, e casas titulares italianas e espanholas.[5]

D. João assumiu a regência interina em 1792 – *pelo notório impedimento da moléstia da rainha minha mãe* – e de forma definitiva em 1799, e manteve as diretrizes políticas e econômicas consolidadas no reinado conjunto de seus pais: a manutenção da integridade da monarquia e do império e a reorganização burocrática no reino e nas colônias. Neste sentido, diante do quadro de beligerância instalado no período napoleônico na Europa, o príncipe regente d. João decide – *passar com a Rainha minha Senhora e Mãe, e com toda Real Família para os Estados da América, e estabelecer-Me na Cidade do Rio de Janeiro*.[6]

O porto/cidade do Rio de Janeiro, com posição privilegiada no traçado das grandes rotas marítimas dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico, e, com as facilidades de intercâmbio com a Europa, África, Índias Orientais e Ilhas dos Mares do Sul e Bacia do Prata, se afigurava como um dos melhores do mundo colonial – era um centro mercantil do tráfico negreiro e das mercadorias europeias e asiáticas além de ponto de escoamento das riquezas minerais e comercialização com a região platina – justificativas da escolha de d. João para a transferência da Corte e de todo aparato do poder monárquico português para o Brasil que transformou o Rio de Janeiro em sede da monarquia, em 1808.

Logo na chegada ao Brasil, na Bahia de Todos os Santos, em janeiro de 1808, o príncipe regente d. João assinou a "Carta Régia de Abertura dos portos brasileiros às nações amigas", rompendo o exclusivo comercial em caráter emergencial e imprescindível para a manutenção da receita real que provinha das rendas das alfândegas.

No Rio de Janeiro, a comitiva real foi recebida pelo vice-rei Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos, e instalada no Largo do Paço – centro do poder político-administrativo:

5 CERQUEIRA, Bruno de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* In: IPANEMA, Rogéria Moreira de (Org). *D. João e a Cidade do Rio de Janeiro. 1808-2008*. Rio de Janeiro: IHGRJ, 2008. pp141-157. pp.147-148, 150-151.

6 Citações de MATTOS, Ilmar Roloff. *Rio de Janeiro*. In: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereiras das (Org). *Dicionário do Brasil Joanino. 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. pp.393-397. p.393.

> uma praça formando um quadrilongo de setenta e cinco braças de comprimento sobre quarenta e cinco de largura (...) virada para o mar um cais de cantaria granítica, com rampa e assentos de pedra; à face do mar ficava o Palácio do Vice-rei, um conjunto de três corpos separados com quatro faces octogonais; no centro da praça um chafariz; na face sul a Câmara dos Deputados e a Cadeia Velha; ao fundo o Convento dos Carmelitas; ... [onde] moravam a Justiça e a Fazenda.[7]

O Paço da Cidade centro do poder da Justiça e da Fazenda: a Casa da Moeda e Armazém del Rey, composto pela Casa nobre, o Convento do Carmo, a Capela Real, os prédios requisitados da Câmara e da Cadeia Velha e da Fazenda, se tornou o Paço Real, configuração legítima da sede da monarquia portuguesa. Os padres carmelitas foram alojados no hospício dos barbadinhos italianos na rua da Ajuda. A Câmara foi localizada na antiga casa dos Teles na esquina da rua do Mercado. O Tribunal da Relação/Casa da Suplicação foi estabelecida na rua do Lavradio e os presos da Cadeia Velha foram transferidos para o Aljube, casa de reclusão de eclesiásticos tutelada pelo bispo Frei de Guadalupe.

A família real foi instalada na antiga Casa dos Governadores (1743), renomeada Palácio do Vice-Rei, grande casarão branco, retangular, de dois andares, a mais suntuosa moradia da capital da colônia (1763). D. João e os filhos ocuparam os aposentos da parte da frente do primeiro andar; a princesa Carlota Joaquina e as filhas foram alojadas nos quartos centrais da fachada lateral; d. Maria I e seu séquito foi hospedada no Convento do Carmo.

O Paço Real logo se tornou inadequado para servir de moradia (aposentos da família real, cortesãos e serviçais) e de sede do governo (Sala do Trono, Sala do Conselho, Salões de Audiências) ao mesmo tempo, porque neste espaço de sociabilidade se confundia a vida privada com os atos públicos. Em 1815, d. Carlota Joaquina com as filhas Izabel Maria e Maria da Assunção mudaram-se para o Palácio de Mata-porcos, na região do Estácio, de propriedade de Francisco de Almeida de Melo e Castro, conde de Galveias, para logo depois em 1816, se estabelecer no opulento Palacete da enseada de Botafogo.

D. João manteve os aposentos reais no Paço Real de onde continuou exercendo suas funções monárquicas. Em fins de 1816 (após a morte da rainha-mãe), acompanhado pelos filhos Pedro, Miguel, Maria Teresa e pelo neto Sebastião, mudou-se para a Quinta da Boas Vista, na região de São Cristóvão. A grande propriedade rural se localizava em terras da antiga fazenda dos jesuítas até a expulsão da ordem em 1759, quando foi desmembrada em lotes; o lote correspondente à referida quinta foi arrematado, em 1803, pelo rico comerciante e traficante de escravos sírio-libanês Elias Antônio Lopes, que a ofertou a

7 MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. ed. rev. e anotada por Gastão Penalva e prefaciada por Astrogildo Pereira. Rio de Janeiro: Livr.Ed. Zélio Valverde. s/d.pp.21-25.

d. João em troca de algumas "mercês". A Real Quinta da Boa Vista/Paço de São Cristóvão se tornou propriedade da coroa em 1817.

D. João, Príncipe do Brasil e Rei de Portugal, Brasil e Algarves foi o primeiro soberano a pisar em solo do Novo Mundo e o único rei aclamado nas Américas. Durante sua permanência no Brasil (1808-1821), d. João incentivou a educação e a cultura e oficializou espaços de poder: criou a Imprensa Régia, o Banco do Brasil, o Real Teatro de São João, o Jardim Botânico, a Biblioteca Real e o Museu Real. No campo educacional criou a Escola de Cirurgia da Bahia, primeiro estabelecimento de ensino superior do Brasil. No Rio de Janeiro criou a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Hospital Militar da Marinha, incrementou o ensino na Academia Militar e apoiou as aulas régias e as cadeiras de artes e ofícios, com vinda da Missão Artística Francesa, para a criação da representação artística do poder real.

Em 16 de dezembro de 1815, dia do 81º aniversário da rainha-mãe d. Maria I, o príncipe regente d. João decretou a elevação do Brasil a categoria de *Reino Unido ao de Portugal, Brasil e Algarves*, reforçando a posição diplomática secundária de Portugal no Congresso de Viena (1814/1815) e ratificando o Rio de Janeiro como sede de fato e de direito do império português.

No dia 20 de março do ano de 1816, foi decretado luto oficial pela morte da rainha d. Maria I, no Convento da Ajuda, em consequência de extrema debilidade de uma melancolia progressiva motivada pelo luto de sucessivas perdas familiares:

– d. Pedro, seu tio/marido, em 1786;

– d. José, seu filho primogênito, em 1788;

– d. Mariana Vitória, sua filha, em 1788;

– Carlos V, seu tio rei da Espanha, em 1788;

– Frei Inácio de São Caetano, seu confessor, em 1788;

– d. Pedro Carlos, seu neto infante de Espanha, em 1812;

– d. Maria Ana, sua irmã, em 1813[8.]

As cinco mortes no mesmo ano produziram um luto permanente no corpo e na alma. As celebrações fúnebres foram realizadas em todo império: no Brasil, Portugal, Goa, Moçambique e Macau. Exéquias também foram realizadas na Capela Portuguesa de Londres e no consistório privado do Papa Pio VI em Roma.

8 DEL PRIORI, Mary. *Op. Cit.*, 2019. pp.129-134-129- 180-186.

Apesar do decreto de um ano de luto pela morte da "rainha-mãe", logo no início do ano de 1817 têm início as tratativas político-diplomáticas para o casamento do príncipe real do Reino Unido Pedro de Bragança com a arquiduquesa austríaca Leopoldina de Habsburgo. O casamento por procuração foi realizado em maio de 1817, em Viena, pelo embaixador d. Rodrigo Navarro de Andrade, marquês de Marialva, e o Chanceler Metternich, e se insere na tradicional política de casamentos que objetivava restabelecer relações político-diplomáticas entre casas reais e ratificar o princípio da legitimidade do Congresso de Viena.

D. Pedro, segundo filho de d. João e d. Carlota Joaquina, nasceu em 1798, no palácio de Queluz, em Lisboa, e se tornou herdeiro do trono com a morte de seu irmão mais velho d. António, em 1801. O príncipe herdeiro d. Pedro foi criado "ao ar livre" na Quinta da Boa Vista e na Fazenda Santa Cruz. A Fazenda Santa Cruz, espécie de residência de verão, também antigo convento dos jesuítas, possuía uma singular atração: os escravos-artistas. Os negros escravos da propriedade, além dos trabalhos das lavouras, se dedicavam ao estudo teórico da música sacra, à prática instrumental (rabeca, clarineta, violoncelo, flauta e flautim, bumbo) e ao canto coral, e, frequentemente integravam a orquestra, o coral e a banda da Capela Real e do Paço de São Cristóvão – motivo pelo qual o *conservatório de Santa Cruz* do padre José Maurício Nunes Garcia, exercia grande atração e atenção por parte do rei d. João e do príncipe d. Pedro. [9]

No Brasil, d. Pedro completou sua educação formal com seu confessor-professor de religião, latim e dos clássicos Frei Antônio de Arrábida e com o professor-diplomata Rademaker teve aulas de matemática, lógica, história e geografia. Falava francês e entendia inglês e suas aulas preferidas eram equitação e música, com o padre José Maurício Nunes Garcia, Marcos Portugal e Sigmund Neukomn, também professor de d. Leopoldina. Tocava vários instrumentos musicais: flauta, clarim, violino, fagote, cravo e violão, executando o fado luso, as modinhas brasileiras e o lundu angolano.

D. Leopoldina, filha do imperador *Francisco I Habsburgo* e de d. *Maria Teresa de Bourbon do Reino de Nápoles e Duas Sicílias*, nasceu em Viena, em 1797. Possuía sólida educação clássica e humanística e apurada formação científica. Além das belas letras e da literatura (alemão, francês, inglês e italiano), estudou história e geografia, mineralogia, botânica, jardinagem, desenho e música, além de ser exímia nos trabalhos manuais. Por ocasião de seu noivado, se empenhou no estudo da língua e da literatura portuguesa, além do conhecimento da história e da geografia de Portugal e do Brasil. A princesa Leopoldina, personalidade romântica e esmerada educação político-moral e religiosa chegou ao Brasil em novembro de 1817, com uma comitiva formada por naturalistas, desenhistas,

9 SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2015. p.185-186.

pintores, paisagistas e botânicos – destaque para Johan Baptist von Spix e Karl Frierich von Martius, autores da obra: *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. As primeiras impressões de sua nova terra, registradas pelo jornal *Gazeta de Notícias* de 8 de novembro de 1817, ilustram e atestam sua erudição:

> ...no dia 5 de novembro chegou à cidade a esquadra que trazia "Sua Alteza Real e Sereníssima Senhora Princesa Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e dos Algarves D. Leopoldina" que descreveu [assim] a primeira vista do Rio de Janeiro: Nem pena nem pincel podem descrever a primeira impressão que o paradisíaco Brasil causa a qualquer estrangeiro (...) Na entrada da baia há três belos fortes, além de vários grupos de ilhas, ao longe vislumbram-se altíssimas montanhas cobertas de palmeiras e muitas outras árvores.[10]

Passados dois anos das cerimônias fúnebres consagradas a "mãe-Maria, rainha veneranda e piedosa", em 6 de fevereiro de 1818, o Rio de Janeiro assistiu à *Aclamação de D. João VI Rei de Portugal, Brasil e Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné, da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*. O cerimonial ocorreu no Paço Real com grande simbolismo político-religioso no dia de *Corpus Christi*, e os festejos e folguedos populares se espalharam pelas ruas e praças da capital e das demais províncias: o Brasil ficou em festa durante vários dias.

Do outro lado do Atlântico, as notícias das grandes transformações que ocorriam no Reino do Brasil provocaram reação contrária ao júbilo luso-brasileiro nas terras americanas. Portugal, antiga metrópole, primeiro invadido e saqueado pelos franceses, e, em seguida, submetido à compulsória tutela dos ingleses, explicitada pelas condições político-mercantis privilegiadas dos Tratados de 1810 (Comércio e Navegação e Aliança e Amizade) – sobrevivia em profunda crise econômica. Politicamente, a existência oficial do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815) e a reconhecida Aclamação de D. João VI (1818) – indicavam a opção da coroa em permanecer no Rio de Janeiro, sede da monarquia e do império português. Esta conjuntura de crise gerou o movimento liberal conhecido como Revolução do Porto, em agosto de 1820. O movimento de "regeneração política", que eclodiu na cidade do Porto e se espalhou por todo o país, exigia o regresso imediato do monarca com o fim do domínio inglês e reivindicava a reformulação das relações comerciais luso-brasileiras.

As primeiras providências restritivas das Cortes chegaram ao Brasil em outubro de 1820, e, a adesão das tropas portuguesas no Rio de Janeiro, Bahia e Grão-Pará promoveram uma grande tensão política no reino. O agravamento da crise e a aparente impossibilidade de resolução formal e pacífica determinaram o regresso da família real para Portugal, em abril de 1821. No Reino do

10 Jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.90, 8 de novembro de 1817, p.1 e ss.

Brasil, ficou o príncipe herdeiro d. Pedro como "regente e lugar tenente do rei, com plenos poderes para administração da Justiça e da Fazenda".

As medidas definitivas que levaram ao rompimento Brasil/Portugal foram expedidas entre setembro e outubro de 1821 e estabeleciam: – a transferência para Lisboa das principais repartições públicas instaladas no Brasil; a transformação das províncias do Brasil em províncias ultramarinas de Portugal; e o regresso imediato do príncipe regente para Lisboa. O "furor recolonizador" das Cortes – tentativa de restabelecer o exclusivo comercial – e a desobediência do príncipe às ordens de Lisboa – Dia do Fico (9 de janeiro/1822) e convocação de uma Assembleia Constituinte Legislativa (agosto/1822) – fortaleceram a posição de d. Pedro como "príncipe regente escolhido pelo rei seu pai". A reunião do Conselho de Estado de 13 de agosto de 1822 em resposta oficial ao *ultimatum* das Cortes e o consequente posicionamento do príncipe no episódio do "7 de setembro de 1822" – oficializaram o rompimento dos laços do Reino do Brasil com o império ultramarino português: "rompimento com a pátria-mãe". O ato de d. Pedro em São Paulo se tornaria conhecido como *Grito do Ipiranga*, segundo tradição historiográfica de que, na América convencionou-se denominar "grito" qualquer proclamação ou declaração pública que anunciasse o rompimento com o *status quo* e oficializasse o movimento independentista.[11]

Para além do simbólico "Grito do Ipiranga do 7de setembro" a festa cívica da *Aclamação de D. Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil* foi uma cerimônia que traduziu a ruptura efetiva da antiga colônia com a metrópole, dando conhecimento ao mundo do novo Império na América. A escolha do título de imperador em lugar de rei é explicada pelo fato de d. Pedro não subir ao trono por direito divino e sim pela soberania do povo que governaria e pela aclamação popular, correspondendo a um dos ideais da maçonaria e seus quadros de apoio. O cerimonial foi realizado no dia 12 de outubro, dia do 24º aniversário do soberano – começou no Campo de Santana/Campo da Aclamação e seguiu para a Capela Real, rebatizada Capela Imperial, onde os soberanos receberam as bênçãos divinas. A celebração foi acompanhada pela "nobreza", corpo diplomático, dignatários clericais e contou com intensa participação popular, vindo a público as novas armas e nova bandeira do Brasil, oficializadas pelo decreto de 7 de setembro de 1822 de D. Pedro I: a nova bandeira e o novo brasão foram redefinidos/recriados com as cores verde e amarela, respectivamente da casa Bragança e da casa Habsburgo; o novo manto do imperador, confeccionado com as plumagens de tucanos, conservadas no Museu Natural da Quinta da Boa Vista, representava a nova pátria: *revestindo-se assim de tons*

11 Confira REZZUTTI, Paulo. *Op. Cit.*, 2015, p163.

amarelo-brasiliano a vestidura verde do monarca, como se fosse urdido, naturalmente, pela floresta circunvizinha do Rio de Janeiro.[12]

Ainda com o objetivo de criar um ritual tradicional/moderno próprio para o novo império, uma vez que os portugueses não mais coroavam seus reis, foi programada para o dia 1 de dezembro a cerimônia de *Coroação de D. Pedro I* na Capela Imperial. O cerimonial organizado por José Bonifácio e o bispo capelão-mor, pouco seguiu a tradição lusitana, e espelhou as coroações dos imperadores romanos-germânicos combinadas com a de Napoleão, em que se cortava o ar com a espada. A espada de prata, o cetro de ouro maciço e a coroa de três quilates, com oito florões e muitos brilhantes forjaram os símbolos do novo império e do imperador.[13]

Todo cerimonial da Praça da Aclamação, na Capela Imperial, onde os soberanos receberam as bençãos, e no Senado da Câmara dos Deputados, foi assistido pela família imperial, por todos os principais segmentos da sociedade e pelo povo, que homenagearam *o príncipe garboso de seus atos e virtuoso de sua prole... e dedicado à prosperidade do país*[14].

D. Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon – e – *D. Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo Bourbon e Bragança* cumpriram seus papéis políticos, sociais e familiares de continuidade monárquica e preservação dinástica, tiveram sete filhos, todos nascidos na Quinta da Boa Vista/ Paço de São Cristóvão, residência oficial da família real:

10) Maria da Glória, 1819-1853 – princesa da Beira e herdeira do Reino de Portugal, Brasil e Algarves; rainha de Portugal, D. Maria II, por abdicação de D. Pedro IV, em 2 de maio de 1826; seu primeiro casamento foi com Augusto de Beauhamais (1835-1836) e em segundas núpcias com Fernando II de Portugal (1836-1853); descendência: Pedro V de Portugal, Luís I de Portugal, d, João duque de Beja, princesa d. Maria Ana, princesa d. Antônia, príncipe d. Fernando e d. Augusto duque de Coimbra; morreu aos 34 anos;

11) Miguel, 1820 – natimorto;

12) João Carlos, 1821-1822 – príncipe da Beira; falecido prematuramente;

12 *Idem*, p.241.

13 RODRIGUES, José Honório. *Independência, revolução e contra-revolução.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, 5 vols. v.1, p.260 e 269.

14 REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina. A história não contada. A mulher que arquitetou a Independência do Brasil.* Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p. 227.

13) Januária, 1822-1901 – princesa da Independência; casou-se com d. Luís Carlos, conde d'Aquila (em 1844); descendência: d. Luís Fernando conde d'Aquila, princesa d. Leopoldina, príncipe Filipe Luís; faleceu aos 79 anos;

14) Paula Mariana, 1823-1833; morreu pouco antes de completar 10 anos.

15) Francisca Carolina, 1824 – 1898 – princesa do Brasil e princesa de Joinville; foi casada com d. Francisco de Orleans, príncipe de Joinville, filho do rei Luís Felipe I de França (em 1843; descendência: princesa Francisca de Joinville, d. Pedro duque de Penthievre, princesa Leopoldina de Joinville; faleceu aos 73 anos;

16) Pedro de Alcântara, 1825-1891 – D. Pedro II Imperador do Brasil, faleceu aos 66 anos no exílio em Paris.[15]

Desta importante linha de descendência de D. Pedro I do Brasil/D. Pedro IV de Portugal procede, resultante dos acordos diplomáticos e das negociações da política de casamentos, uma intrincada rede de legitimidade parental:

> ... a Casa Imperial do Brasil (1822-1889); Casa Real de Portugal (dinastia Bragança-Saxônia-Coburgo-Gotha, 1826-1910); Casa Real da Saxônia, a Casa Real da Áustria, Real da Hungria e da Bohêmia; Casa Principesca de Hohenzollern e a Casa Real da Romênia; Casa Real da Sérvia; Casa Real da França; Casa Ducal de Magenta; Casa Principesca de Orleans-e-Bragança; um ramo da Casa Real Dinamarquesa e um da Casa Ducal de Saxe-Coburgo-Gotha.[16]

Além das linhas legitimadas de d. Pedro, ainda provêm outras linhagens nobres em *Portugal – os condes de Seisal, os viscondes de Asseca, os condes de Carnide; e no Brasil – os condes de Iguassu, ramo dos Caldeira Brant, dentre outras descendências nobres nacionais*.[17]

Após a oitava gravidez muito difícil, que culminou com o aborto fatal de um feto masculino, a imperatriz Leopoldina faleceu em 11 de dezembro de 1826, aos 29 anos, no Palácio da Quinta da Boa Vista. Foi sepultada no Convento da Ajuda, junto à rainha d. Maria I. Grande comoção tomou conta do Rio de Janeiro num clima de constrangimento público, marcado pela ausência do imperador, em viagem à Província da Cisplatina, em contraposição à presença onipotente da marquesa de Santos na Corte. Depois da morte de d. Maria Leopoldina – presença majestática e conciliadora de equilíbrio entre as atitudes impetuosas de ira e os ataques de epilepsia do imperador – d. Pedro I teve sua imagem interna e externa muito comprometida, sendo desgastada sua autoridade política e a representatividade e importância do Império do Brasil na Europa.

---

15 CERQUEIRA, Bruno de. *Op.Cit.*, 2008, p.149.

16 Idem.

17 Idem.

Em continuidade ao tradicional e necessário pacto político governativo e após dois anos de complicadas tratativas diplomáticas, foi ultimado, pelo Tratado de Munique de maio de 1829, o casamento de D. Pedro I do Brasil com a princesa da Baviera *Amélia Augusta Eugênia Napoleona Beauharnais Leutchtenberg*, filha do vice-rei da Itália príncipe *Eugênio de Bauharnais* e da princesa bávara *Augusta Amélia*, e, neta da imperatriz Josefina, primeira esposa de Napoleão Bonaparte e irmã da primeira imperatriz.

Dona Amélia de Leutchtenberg (1812-1873) – casada aos 17 anos e considerada no cenário das "negociações casamenteiras muito jovem, muito bela e muito culta e virtuosa" – chegou ao Brasil em outubro do mesmo ano de 1829 e teve seu casamento por procuração abençoado na Capela Imperial e comemorado em festividades oficiais e populares de "boas-vindas" à nova imperatriz. Desta união nasceu a princesa do Brasil *Maria Amélia de Bragança*, em dezembro de 1831, em Paris, após a abdicação de d. Pedro I em abril do mesmo ano. A meia-irmã de d. Pedro II morreu na Ilha da Madeira, em 1853, acometida de tuberculose, aos 22 anos, antes de se completarem as negociações para seu casamento com o arquiduque Maximiliano da Áustria, futuro imperador do México que foi executado em 1873. A imperatriz Amélia faleceu em 1873, em Portugal, aos 61 anos.

O Primeiro Reinado foi marcado por uma reengenharia política de tendência liberal-absolutista que produziu uma crise monárquica estrutural:

– política: dissolução da Assembleia Constituinte, um ano depois de convocada, em1823; a outorga da Constituição de 1824, com a criação do poder moderador;

– econômica e financeira: revoltas de cunho separatista como a Confederação do Equador (1824); perda da província da Cisplatina (1828); falência do Banco do Brasil (1829);

– dinástica: com a morte de D. João VI, em 1826, d. Pedro I, herdeiro virtual do trono português (D. Pedro IV) abdica em favor de sua filha d. Maria da Glória, iniciando uma guerra de sucessão dinástica com seu irmão d. Miguel; tal situação insustentável, que só se resolveria em 1834, motivaria uma segunda renúncia, d. Pedro I abdicaria em 1831 do trono do Brasil em favor de seu filho D. Pedro II, de 5 anos.

D. João VI morreu em 10 de março de 1826, no Palácio de Bemposta, Lisboa, aos 59 anos. D. Carlota Joaquina faleceu no dia 7 de abril de 1830, aos 55 anos, no Palácio de Queluz, em Lisboa, após apoiar reivindicação de seu filho d. Miguel ao trono, no movimento conhecido como "Abrilada". A assinatura da Convenção de Évora-Monte, 26 de maio de 1834, pôs fim à guerra civil em

Portugal. Coagido a assinar a dita Convenção, d. Miguel, por decreto de 1836, é banido com toda sua descendência da linha de sucessão do trono português. *D. Maria da Glória Joana Carlota Leopoldina da Cruz Francisca Xavier de Paula Isidora Micaela Rafaela Gonzaga* princesa da Beira, herdeira do Reino de Portugal assumiria o trono português com o título de *D. Maria II*, porque, ao contrário de muitas casas dinásticas europeias, na dos Bragança não era vedado a uma princesa ocupar o trono. No mesmo ano, em setembro, seu pai d. Pedro duque de Bragança, epilético e tuberculoso, morre em Queluz, no palácio onde tinha nascido a 36 anos.

D. Pedro de Alcântara, duque de Bragança, abdicante do reino de Portugal e do império do Brasil, deixou considerável descendência legítima e legitimada. Segundo levantamento de historiadores e pesquisadores de genealogia, entre os quais Pedro Calmon e Alberto Rangel, dentre os legítimos e legitimados vivos, abortados, falecidos, bem como um "anônimo", último que não chegou a ser reconhecido, somaríamos, inicialmente, 21 filhos:

– 1 filho com a artista francesa Noemy Thierry: natimorto, 1817;

– 8 filhos com a primeira imperatriz Leopoldina: d. Maria da Glória, d. Miguel, d. João Carlos, d. Januária, d. Paula Mariana, d. Francisca, d. Pedro, feto masculino;

– 5 filhos com a marquesa de Santos Domitila de Castro Canto e Melo: Isabel Maria Alcântara Brasileira duquesa de Goiás (1824-1898), Pedro de Alcântara Brasileiro (1825-1826), Maria Isabel Alcântara Brasileira (1827-1828), Maria Isabel de Bragança e Bourbon condessa de Iguaçu (1830-1896);

– 1 filha com a segunda imperatriz Amélia: d. Maria Amélia (1831-1853);

– 1 filho com a baronesa de Sorocaba Maria Benedita de Castro Canto e Melo: Rodrigo Delfim Pereira (1823-1891);

– 1 filho com a atriz uruguaia Maria del Carmen Garcia: abortado, 1828;

– 1 filho com a modista francesa da rua do Ouvidor Clemence de Saisset: Pedro de Alcântara de Saisset (1829-1902);

– 1 filho com a freira sineira do Convento de São Gonçalo (Ilha Terceira, Açores) Ana Augusta Peregrino Faleiro Toste: Pedro dos Açores (1832-1837);

– 1 filho com a criada de d. Maria II, d. Maria Libânia Lobo: Pedro Real de Alcântara (1833-1908)[18.]

Além dos filhos legítimos, legitimados e ilegítimos (reconhecidos), pesquisadores afirmam que a bastardia de d. Pedro ultrapassa o número de 43 – frutos de seus amores clandestinos com mulheres de diferentes cores de pele, diversas nacionalidades e alternadas posições sociais.

18 REZZUTTI, Paulo. *Op. Cit.*, 2015. p.p.356- 357.

Com a abdicação de D. Pedro I ao trono do Brasil, 7 de abril de 1831, em favor de seu filho d. Pedro de Alcântara – nascido em 2 de dezembro de 1825 e reconhecido herdeiro presuntivo do império desde o dia 2 de agosto de 1826 – foi logo providenciado, em 9 de abril de 1831, o reconhecimento da ancestralidade e legitimidade do novo imperador de cinco anos: *Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga D. Pedro II*.

O período regencial que se seguiu, caracterizado pela oscilação política entre projetos centralizadores e descentralizadores, como a promulgação do Ato Adicional de 1834 e a instituição do regente único e eleito, e as revoltas de cunho popular e separatista, dois problemas ressurgiram para o recém fundado Império do Brasil: a necessidade de manter a unidade política e territorial da monarquia constitucional. A continuidade do Império na América e a ordem político-social estavam assentadas no poder simbólico do "Imperador-Menino Órfão da Nação".

A orfandade marcou a infância do príncipe herdeiro e parte de sua juventude passada na Quinta da Boa Vista com suas irmãs as princesas d. Januária, d. Paula Mariana e d. Francisca. A primeira educação social de d. Pedro ficou a cargo da aia, camareira-mor d. Mariana Carlota – Dadama – futura condessa de Belmonte e do preceptor frei Antônio de Arrábida. D. Pedro teve uma educação clássica, formal e esmerada, inicialmente sob a tutoria de José Bonifácio, e, na sequência, sob a tutoria de Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, marquês de Itanhaém, e acompanhamento direto do aio/diretor de estudos frei Pedro de Santa Mariana, frade carmelita natural de Pernambuco, oriundo do Seminário de Olinda. Seu plano de estudos era bastante erudito:

– caligrafia, escrita: cópia e ditado, e geografia com o mestre Aleixo Boulanger;
– francês e geografia com o cônego Renato Pedro Boiret;

– italiano e música com Fortunato Maziotti;

– inglês com Nathaniel Lucas;

– alemão e história universal com o doutor austríaco Roque Schüch;

– aritmética, geometria e religião com frei Pedro de Santa Mariana;

– ciências práticas com o bacharel coimbrão Cândido José de Araújo Viana, futuro marquês de Sapucaí;

– ciências naturais com Alexandre Vandelli;

– desenho, pintura, história das artes, literatura antiga e grego com Félix Émile Taunay, sub-preceptor que substituiu o pintor Simplício de Sá;

– dança com Lourenço Lacombe;

– equitação com o professor Roberto João Damby;

– esgrima com o coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias[19].

Para deter o clima de inquietação do país, frear os impulsos descentralizadores das regências e conter o predomínio político conservador, o Partido Liberal liderou a Campanha da Maioridade do imperador de 15 anos incompletos, modificando cláusula constitucional que previa um governo regencial até o monarca completar 18 anos. Em 26 de julho de 1840 d. Pedro II foi declarado maior.

O Boletim Médico de d. Pedro II, assinado pelo dr. Joaquim Cândido Soares Meirelles, em 30 de março de 1840, anunciava a prontidão do príncipe para assumir a posição de monarca. Apesar de já pontuar alguns problemas de saúde – dores de cabeça, má digestão, desmaios, convulsões, ataque epiléticos – apontados como falta de exercícios físicos, o relatório assinalava sua grande evolução cultural e capacidade de ação:

> O senhor d. Pedro II, imperador do Brasil, de idade 14 para 15 anos, dotado de uma constituição lifático-sanguínea, possuindo uma cabeça assaz desenvolvida e bem organizada, tendo começado em mui tenra idade sua educação literária, chegou a conseguir em curto espaço de tempo o conhecimento das línguas francesa, inglesa, alemã, latina, e o de História e Geografia, e muito adiantamento em geometria, retórica e botânica. Logo que sua majestade entrou a tomar gosto pela aquisição da literatura e pelas ciências, nenhuma outra espécie de passatempo chamou a sua atenção que a leitura ou a conversação com pessoas literárias. Este ardor pelo estudo que sua majestade imperial não achasse tanto prazer nos brincos [brincadeiras] de sua idade, como acontece às outras crianças, e se desse aos trabalhos literários, apesar de acabar de comer.[20]

O jovem imperador estava realmente preparado para assumir o trono. Foi educado para ser um sábio: um intelectual humanista e moralista; um estadista liberal: justo, honesto e constitucional; um monarca civilizado: tolerante, pacifista, inteiramente dedicado à sua pátria. Em tudo diferente de seu pai, tanto no tipo físico: alto, cabelos louros, olhos azuis, como na personalidade: temperamento fechado, tímido, ensimesmado – *Ensinaram-lhe a controlar ódios e amores, a ser contido, racional, previsível...tanto na vida privada como na vida pública.* Ao contrário de seu pai – *D. Pedro I era comandado por emoções, às vezes contraditórias, a que não aprendera a impor barreira alguma... era impulsivo, romântico, autoritário, ambicioso, generoso, agressivo, sedutor...era capaz de grandes ódios e*

19 Confira a lista dos professores de d. Pedro II, In: CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.31-32. E In: REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro II: o último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos.* São Paulo: Leya, 2019. p. 100.

20 RUSSINS, Alfredo Teodoro. *O casamento de dom Pedro II*. Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, 1994. p. 145.

grandes amores. Com sua mãe, além do tipo físico dos Habsburgos, tinha em comum a *obsessão pelo cumprimento do dever [e buscavam] refúgio no estudo quando atormentados pelo tumultuar dos sentimentos.*[21]

No dia 18 de julho de 1841, em elaborado ritual, com riqueza de insígnias e representações simbólicas, d. Pedro de Alcântara foi aclamado, coroado e sagrado *D. Pedro II Por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil*. Na nova coroa de ouro foram aproveitados os 639 diamantes da coroa de seu pai e um fio de 77 pérolas herança de sua mãe. Além da coroa, outros objetos simbólicos compuseram o cenário do cerimonial: o cetro de ouro maciço, com a serpe heráldica da família Bragança; a espada do Ipiranga de prata dourada com uma cruz teutônica de brilhantes; o manto de veludo verde, forrado de cetim amarelo, bordado com estrelas de ouro, dragões e esferas, com cabeção (gola alta e pendente) de penas de papo de tucano e obreia ruiva de penas de galo da serra (referência aos indígenas), e o trono colocado na Capela Imperial, inspirado no de Napoleão – simbolizavam a garantia da tradição em um recomeço. Todo espetáculo, planejado para nove dias, assistido pela elite e acompanhado pelas multidões marcou a expectativa esperançosa do Segundo Reinado.

Seguindo a prática da realeza da diplomacia dos casamentos como negócios de Estado, em 1842 foram iniciadas as negociações para o casamento de d. Pedro II, que se aproximava dos 18 anos, que representaria a real maioridade da vida adulta para o efetivo exercício do poder. As tratativas diplomáticas encontraram as mesmas dificuldades internacionais que caracterizaram as negociações para o segundo casamento de d. Pedro I, seu pai. Depois de um intrincado jogo de xadrez, em 30 de maio de 1843, foi assinado, em Viena, o contrato de casamento do imperador Pedro II, representado pelo embaixador José Alexandre Carneiro Leão futuro visconde de São Salvador de Campos, com a princesa napolitana Teresa Cristina, representada pelo príncipe de Cila Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros do rei das Duas-Sicílias.

Seguindo a lógica dos casamentos como pactos políticos, foram programados, também, os casamentos reais familiares: – da princesa *d. Francisca,* irmã mais nova de d. Pedro II, com o *duque de Joinville Francisco,* terceiro filho dos reis franceses Luís Felipe e Maria Amélia; e, – do príncipe *Luís conde D'Áquila*, irmão de d. Teresa Cristina, com a princesa *Januária*, irmã mais velha de d. Pedro.

A terceira e última imperatriz do Brasil – *Teresa Cristina Maria Giuseppa Gasparre Baltassarre Melchiore Gennara Rosalia Lucia Francesca d'Assisi Elisabetta Francesca di Padova Donata Bonosa Andrea d'Avelino Rita Liutgarda Gertruda Venancia Taddea Spiridione Rocca Matilde di Borbone-Due Sicilie* – nasceu em

21 CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 20007. p.17.

Nápolis, no dia 14 de março de 1822, ano da Independência do Brasil, filha do rei *Francisco I – Francesco Gennaro Guiseppe Saverio Giovanni Battista di Bordone--Due Sicilie* – e de sua segunda esposa a infanta da Espanha *Maria Isabel de Bourbón y Bourbón*, sobrinha da rainha Carlota Joaquina, portanto prima de d. Pedro I e prima em segundo grau de d. Pedro II.

Como princesa real do ramo Bourbon italiano, Teresa Cristina teve uma educação tradicional, clássica e religiosa, segundo preceitos doutrinários da época, a cargo de seu preceptor Monsenhor Olivieri. Estudou línguas e literatura (italiano, espanhol e francês), artes (história, arquitetura e pintura), música (canto lírico e piano) e prendas domésticas (culinária e bordado). Desde cedo a princesa napolitana se interessou pelos estudos dos sítios arqueológicos de Herculano e Pompeia, trabalhos iniciados por seus antepassados, chegando a financiar e conduzir as escavações no sítio etrusco de Veio, 15 Km ao norte de Roma.

A paixão pela arqueologia, traço incomum do comportamento feminino da época, acompanhou a nova imperatriz ao Novo Mundo. Teresa Cristina chegou ao Rio de Janeiro em setembro de 1843, acompanhada por músicos e artistas, trazendo em sua bagagem peças artísticas e arqueológicas. No Brasil, estabeleceu um intercâmbio cultural com sua terra natal: – as peças preciosas provenientes da região da Campânia (terracota, bronze, vidro, vasos com pinturas romanas) eram trocadas por singulares objetos do artesanato indígena (cerâmica de barro cozido pintado, ornatos de penas e plumas). Após os desacertos iniciais, o casal real dividiu o gosto pelas belas letras, pelas artes e pela ciência.

D. Pedro II (1825-1891) e D. Teresa Cristina (1822-1889) permaneceram casados por 46 anos e tiveram 4 filhos:

d. Afonso – 1845-1847, Príncipe Imperial, morto prematuramente;

d. Isabel – 1846-1921, Princesa Imperial;

d. Leopoldina – 1847-1871, Princesa Imperial;

d. Pedro Afonso – 1848-1850, Príncipe Imperial morto prematuramente[22].

A herdeira presuntiva do trono *Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga* casou-se, em outubro de 1864 com *Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans conde D'Eu,* filho do duque de Némours e neto do rei de França Luís Filipe, e tiveram quatro filhos, inaugurando o ramo Orléans--Bragança:

22 FLEIUSS, Max. *A Imperatriz D. Teresza Cristina Maria. 14 de março de 1822-14 de março de 1922.* Rio de Janeiro: RIHGB, 1922, t.92, pp347-380.p.361

1) Luísa Vitória – 1874, natimorta;

2) Pedro de Alcântara Luiz Felipe Maria Gastão Miguel Gabriel Gonzaga de Orléans e Bragança – 1875-1940, Príncipe do Grão-Pará; casou-se com Elizabeth Dobrzensky de Dobrzenick; tiveram 5 filhos;

3) Luís Maria Filipe Pedro de Alcântara Gastão Miguel Rafael Gonzaga – 1878-1920, Príncipe do Brasil; casou-se com d. Maria Pia das Duas Sicílias; tiveram 3 filhos;

4) Antônio Gastão Felipe Francisco de Assis Maria Miguel Gabriel Rafael Gonzaga – 1881-1918, Príncipe Soldado, não se casou.

D. Pedro de Alcântara, Príncipe do Grão-Pará, herdeiro presuntivo hipotético do trono do Brasil, renunciou ao direito de primogenitura quando se casou com Elizabeth, filha de um barão da Boêmia, segundo os princípios do *casamento morganático – aquele em que um(a) nobre, príncipe (princesa) ou rei(rainha) se casa com alguém de posição social inferior, uma pessoa de baixa nobreza ou uma pessoa que não pertence a nobreza.*[23] O casal teve dois filhos: d. Pedro Gastão de Orléans e Bragança e Isabelle/ Bebelle, futura condessa de Paris.

A princesa Leopoldina do Brasil (1847-1871), irmã mais nova da princesa Isabel, se casou com o duque Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota, em 1864, e, apesar de ter morrido ainda muito jovem, aos 24 anos, deixou uma descendência de 4 filhos:

1) Pedro Augusto (1866-1934) – Príncipe de Saxe e Príncipe do Brasil; até o nascimento do primeiro filho da princesa Isabel, foi considerado herdeiro presuntivo da coroa do Brasil; morreu solteiro;

2) Augusto Leopoldo (1847-1871) Príncipe do Brasil – casado com a arquiduquesa Carolina da Áustria-Toscana; tiveram 8 filhos: a sexta filha Teresa Cristina, 1902, perpetuou a Casa de Saxe-Cobutgo e Bragança;

3) José Fernando (1869-1888) – Príncipe de Saxe, não se casou;

4) Luís Gastão (1870-1942) – Príncipe de Saxe, casou-se em primeiras núpcias com Matilde da Baviera, e em segundo casamento com a nobre Ana de Trauttmansdorff-Weinsberg[24].

A primeira fase do Segundo Reinado foi marcada foi por certa estabilidade política – "Parlamentarismo às Avessas" e o equilíbrio do poder; desenvolvimento econômico – Mauá, exportação do café, as estradas de ferro e a "luta" contra o tráfico negreiro; e cultural – viagens dos monarcas pelo Brasil e pelo exterior

23 ECHEVERRIA, Regina. *A história da Princesa Isabel: amor, liberdade e exílio.* Rio de Janeiro: Versal, 2014. p.320.

24 IDII. Portal da Corte Brasileira na Internet. www.cortebr.com.br.

e o projeto civilizador do império dos trópicos: instituições culturais e educacionais e solenidades públicas de engrandecimento da monarquia. A década de setenta, depois da Guerra do Paraguai (1864-1870), representa um divisor de águas do quadro histórico: desarticulação política provocada pela doença do imperador e seu ocasional afastamento dos negócios de Estado, intensificadas pela questão religiosa, pelas questões militares, pelas campanhas abolicionistas e republicanas, e pela crescente oposição ao terceiro reinado.

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e o consequente decreto (21 de dezembro de 1889) de banimento da família imperial, d. Pedro, familiares e amigos mais chegados, profundamente consternados, partem para o exílio.

A ex-imperatriz Teresa Cristina, em profundo abatimento, faleceu na cidade do Porto, no modesto Grande Hotel, em 28 de dezembro de 1889, três semanas depois de seu desembarque em Portugal, vítima de uma síncope cardíaca, aos 67 anos, e foi sepultada no "Panteão Real dos Braganças" em São Vicente de Fora.

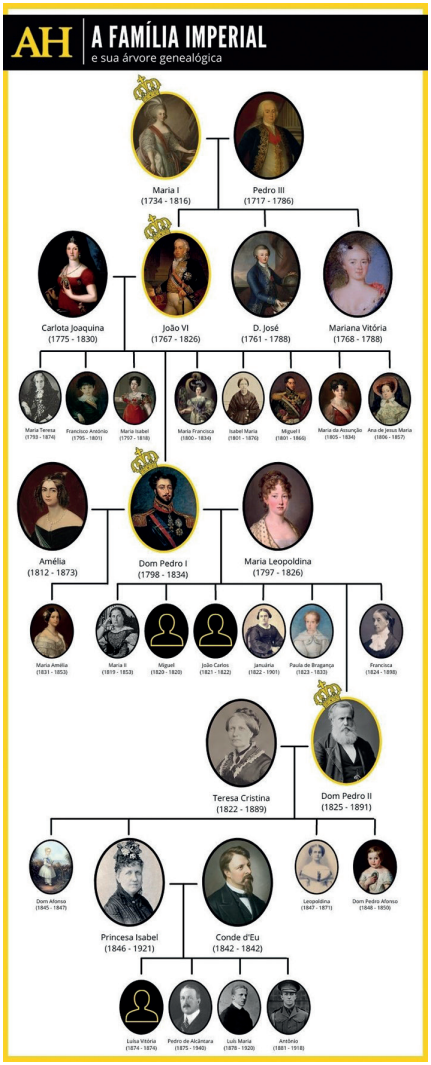
D. Pedro, o "Monarca Cidadão", faleceu dois anos depois, de pneumonia, em 5 de dezembro de 1891, aos 66 anos, no Hotel Beresford, de segunda classe, em Paris. Suas exéquias foram realizadas na Igreja de la Madaleine, em Paris, e seu corpo foi transladado para Lisboa e, também, sepultado no Panteão Real da Igreja de São Vicente de Fora.

Isabel Cristina, cognominada "A Redentora" e sua família se estabeleceram no Château d'Eu, em Dreux, na França. Os familiares reais foram sepultados no Mausoléu dos Orléans, em 1953.

Em janeiro de 1921, após o término da vigência do decreto de banimento da família imperial (3 de setembro de 1920), os restos mortais de d. Pedro e de d. Teresa Cristina foram transladados de Lisboa para a Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Em dezembro de1939, os monarcas reabilitados, foram definitivamente sepultados no Mausoléu Imperial da Catedral de São Pedro de Alcântara, em Petrópolis/R.J.

As comemorações das efemérides, ocasiões de celebrar a história-memória, nos permite interrogar o passado para entender e repensar as práticas políticas conjunturais dos casamentos como negócios de Estado – a proposta metodológica do trabalho em tela de registrar *todos* os nomes correspondentes da parentela dinástica dos Bragança – , e ressignificar "personagens e fatos" nas controvérsias historiográficas – *da história como construção dinâmica e subjetiva dos fenômenos humanos na longa duração, que se expressa (...) no estudo sistematizado de fontes selecionadas, que adquirem uma natureza de transmissão intelec-*

tual – e nas exigências da memória coletiva – *invocação de acontecimentos passados que se manifesta no presente*, como nos adverte Pierre Nora: o historiador dos lugares de memória[25].



Fonte: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/confira-arvore-genealogica-da-familia--imperial-brasileira.phtml.

25 Entrevista Pierre *Nora, revista Letras Libres*, 1 de fevereiro de 2018. Citado por MENEZES, Lená Medeiros de. In: *Inventário dos lugares de memória da Independência do Brasil no Estado do Rio de J aneiro*. Paulo Knauss (Org). Rio de Janeiro: IHGRJ, 2022. Prefácio, p.9.

Indicações bibliográficas

AVELLA, Aniello Angelo. Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos 1843-1889.Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

CALMON, Pedro. *O Rei Cavaleiro. A vida de D. Pedro I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CERQUEIRA, Bruno da S. A. de. *Descendência de D. Pedro IV, rei de Portugal e I imperador do Brasil* - In: *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Quid-Novi/Academia Portuguesa de História, 2008, v.XV.

CERQUEIRA, Bruno de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. In: IPANEMA, Rogéria Moreira de (Org). *D. João e a Cidade do Rio de Janeiro*. *1808-2008*. Rio de Janeiro: IHGRJ, 2008. pp141-157.

DEL PRIORI, Mary. *D. Maria I. As perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como "a louca"*. São Pulo: Benvirá, 2019.

ECHEVERRIA, Regina. *A história da Princesa Isabel: amor, liberdade e exílio.* Rio de Janeiro: Versal, 2014.

FLEIUSS, Max.A Imperatriz D. Teresza Cristina Maria. 14 de março de 1822-14 de março de 1922. Rio de Janeiro: RIHGB, 1922, t.92, pp347-380.

IPANEMA, Rogéria Moreira de. (Org) *D. João e a cidade do Rio de Janeiro: 1808-2008.* Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008.

IDII. Instituto Cultural D. Isabel I a Redentora. Disponível em: https://www.idisabel.org.br.

KNAUSS, Paulo (Org). *Inventário dos lugares de memória da Independência do Brasil no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2022.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. ed. rev. e anotada por Gastão Penalva e prefaciada por Astrogildo Pereira. Rio de Janeiro: Livr.Ed. Zélio Valverde. s/d.

MATTOS, Ilmar Roloff. *Rio de Janeiro*. In: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereiras das (Org). *Dicionário do Brasil Joanino. 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. pp.393-397.

PEREIRA, Antônio Celso e IPANEMA, Cybelle Moreira de. (Org) *450 Anos do Rio de Janeiro. Perspectivas plurais e visões singulares.* Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2016.

RANGEL, Alberto. *Textos e pretextos*. Tours: Arrault e Companhia, 1926.

REVISTA, Arquivo Nacional. *Infância e adolescência de Dom Pedro II.* Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do Archivo Nacional, 1925.

REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada. O homem revelado por cartas ee documentos inéditos.* São Paulo: LeYa, 2015.

REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina. A história não contada. A mulher que arquitetou a Independência do Brasil.* Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro II. A história não contada. O último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos.* São Paulo: LeYa, 2019.

RODRIGUES, José Honório. *Independência, revolução e contra-revolução.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, 5 vols. v.1.

RUSSINS, Alfredo Teodoro. *O casamento de dom Pedro II.* Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, 1994.

SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia.* São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TJÄDER, Rogério da Silva. *Sua Majestade Imperial D. Tereza Maria de Bourbon e Bragança "A mãe dos brasileiros".* 3ªed, revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Gráfica Duboc, 2016.

VAINFAS, Ronaldo (Direção). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de aneiro: Objetiva, 2002.

VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Dicionário do Brasil Joanino.1808-1821.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Recebido em 02/11/2022
Aprovado em 30/11/2022

A RESIDÊNCIA DIPLOMÁTICA DA FRANÇA NO RIO DE JANEIRO (1816-1956)[1]

Laurent Vidal[2]

Resumo

Embora a história das relações diplomáticas entre a França e o Brasil seja relativamente bem conhecida, o mesmo não se pode dizer dos traços materiais deixados por esta longa história na primeira capital do Brasil independente, o Rio de Janeiro. Baseado em fontes originais, este artigo vai em busca dos vários lugares que serviram como residências diplomáticas para a França – seja alugando, quando a residência era nômade, mas também comprando e finalmente construindo – como é o caso da Maison de France. Vários arquitetos e urbanistas franceses têm sido chamados ao longo desta busca.

Palavras-chave: residência diplomática; arquitetura; França; Rio de Janeiro.

Abstract

While the history of diplomatic relations between France and Brazil is relatively well known, the same cannot be said for the material traces left by this long history in the first capital of independent Brazil, Rio de Janeiro. Based on original sources, this article goes in search of the various places that served as diplomatic residences for France - whether renting, when the residence was nomadic, but also buying and finally building - as is the case for the Maison de France. Several French architects and urban planners have been called upon throughout this quest.

Keywords: Diplomatic residence; architecture; France; Rio de Janeiro.

Cadê a França no Rio de Janeiro? Quem se lance à procura dos vestígios físicos da presença diplomática da França no Rio de Janeiro precisa admitir suas dimensões bem mais do que tênues e precisa enfrentar essa surpreendente questão. Pois, se sua representação diplomática não chegou a deixar rastros na cidade-capital, o mesmo não se pode dizer de sua influência cultural. Quem se lance à procura destes vestígios se confronta ao aparente paradoxo entre uma presença simbólica marcante, que inspirou ideias e debates filosóficos e políticos, e uma presença física pouco visível na tessitura propriamente dita da cidade[3].

1 Uma versão prévia deste artigo foi publicada em 2021: "À la recherche du siège de l'Ambassade de France à Rio de Janeiro", in: Hubert Cavaniol, Colette Di Matteo-Laborde, Laurent Vidal, *Ambassade de France au Brésil*, Paris, Editions Internationales du Patrimoine, 2021, p. 16-51.

2 Doutor em História, professor titular de História Contemporânea da Universidade de La Rochelle, França, diretor científico do ethnopôle "Humanités océanes", sócio correspondente estrangeiro do IHGB..

3 Essa abordagem foi valorizada em obra recente coordenada por Lorelai Kury (*Lugares de memória: a França no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Andrea Jakobson ed., 2018), que não evoca em nenhuma passagem a questão da sede da legação e da embaixada da França no Rio.

Pretendemos neste artigo recuperar os principais momentos desta instalação, da chegada da corte até a inauguração da Maison de France em 1956.

Uma embaixada para uma Corte em trânsito (1815-1822)

Foi em 1815 que teve início esta história. A corte real portuguesa se havia transferido ao Brasil alguns anos antes, em 1808, para fugir do avanço das tropas napoleônicas na Península Ibérica. Desde então, colocava-se a questão da escolha da capital para essa corte exilada: deveria ser Salvador, a primeira capital do governo-geral do Brasil, fundada e projetada especificamente para esse fim em 1549? A cidade havia perdido o papel de sede do vice-rei e governador-geral do Brasil, em 1763, em favor do Rio de Janeiro, e era com grande dificuldade que tentava manter seu papel central na administração colonial da América portuguesa. Sua esperança se viu então renovada ao ver surgir, de maneira inteiramente imprevista, em 18 de janeiro de 1808, a armada que transportava os membros da família real, entre os quais a rainha d. Maria e o príncipe d. João. A cidade colocou seus palácios à disposição dos milhares de cortesãos, orgulhosa da riqueza de suas igrejas e monumentos e da elegância de suas praças. Nenhuma outra cidade brasileira seria capaz de competir com seu fausto. Mas o sonho durou pouco. Depois de algumas semanas na capital histórica, a armada retomou sua viagem rumo ao Rio de Janeiro.

Mas o Rio de Janeiro não era Salvador. É verdade que a cidade havia também sido fundada no século XVI – aliás, depois da expulsão de algumas centenas de franceses instalados numa ilha onde fundaram uma "França Antártica" –, mas nunca fora contemplada em um plano propriamente dito para se converter em capital. Quando foi alçada a esse *status*, em 1763, o Palácio dos Governadores, erguido vinte anos antes numa praça em frente à baía, foi simplesmente designado como Palácio dos Vice-Reis, sem passar por nenhuma reforma específica. O Rio de Janeiro evidentemente não dispunha dos ouros de Salvador para ser capital. Por isso, alguns conselheiros do príncipe Dom João, que assumiu a regência depois de decretada a "loucura" de sua mãe, aconselharam-no até mesmo a construir uma Nova Lisboa, uma capital adaptada aos novos desafios da época. Mas as finanças e o tempo não permitiram: foi assim que ele decidiu transformar o Rio em uma capital europeia nos trópicos. Por ironia da história, foi a um grupo de artistas franceses – que se havia exilado após a queda de Napoleão –, que Dom João confiou a enorme tarefa dessa reforma. Entre os artistas dessa "Missão Francesa", cabe destacar o pintor Jean-Baptiste Debret, sobrinho de David, o arquiteto Grandjean de Montigny, que foi incumbido da missão de europeizar o arcabouço físico e a etiqueta dessa corte transplantada. Enquanto o arquiteto erguia fachadas e arcos do triunfo efêmeros, para procis-

sões e aclamações, o pintor os decorava com tinturas e desenhava os trajes dos ministros e da corte[4].

Na virada dos anos 1815-1816, quando as monarquias europeias estavam definitivamente livres da ameaça napoleônica, o Rio de Janeiro vivia o auge de uma série de transformações urbanísticas e arquitetônicas que buscavam permitir à cidade se impor no concerto das nações como a capital de uma talassocracia. Pois já nem se discutia o retorno de d. João à Europa! Como chegou a declarar um emissário diplomático francês em 20 de novembro de 1814: "é necessário à própria prosperidade de Portugal que o governo fixe definitivamente sua residência no Rio de Janeiro; defeituoso e débil na Europa, ele já é respeitado na América" (NUNES, 2016: p. 113).

Foi nesse contexto que se iniciou a história diplomática da França no Brasil. Luís XVIII, que, por ocasião de se acesso ao trono, recebera uma legação portuguesa vinda do Brasil para felicitá-lo pela restauração da monarquia, decidiu pelo envio de um primeiro cônsul-geral da França no Brasil, na pessoa do coronel Jean-Baptiste Maler, um monarquista que havia emigrado a Portugal em 1792. Nomeado em dezembro de 1814, chegou ao Rio em abril de 1815. Morou inicialmente em Laranjeiras, um bairro residencial algo afastado do centro, onde a aristocracia optou por construir suas propriedades. Ao pé de um conjunto de morros, sua residência podia, assim, usufruir das vantagens de uma vegetação exuberante, atravessada por inúmeros cursos d'água, dentre os quais o famoso rio Carioca, cujas águas alimentam muitas fontes. Era daí, pois, que oficiava o cônsul Maler. Até hoje, porém, foi impossível determinar a localização precisa dessa primeira residência (ALMANACH DO RIO DE JANEIRO, 1817).

Por outro lado, existe uma gravura do local em que se estabeleceu, alguns meses mais tarde, o Duque de Luxemburgo. Por um decreto de 5 de dezembro de 1815, esse par de França foi nomeado embaixador extraordinário para restabelecer oficialmente as relações diplomáticas entre a monarquia portuguesa e a França. Uma embaixada fastuosa da qual participou o naturalista Auguste de Saint-Hilaire, assim como o tenente Julien Bonaventure de Coubertin – avô do Barão de Coubertin! E é justamente em *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais*), volume de memórias que Saint-Hilaire publicou em 1830, que se encontra – inserida em uma folha avulsa, sem qualquer explicação ulterior – uma gravura intitulada *Vista da casa em que habitava o senhor Duque de Luxemburgo, embaixador extraordinário da França no Brasil, em 1816 (Vue de la Maison qu'habitait M. le Duc de Luxembourg, ambassadeur extraordinaire de France au Brésil en 1816)*. Recentemente se veio a saber que essa gravura tem sua origem numa aquarela

4 Ver Lilia Schwarcz, *O sol do Brasil. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

realizada por Bonaventure de Coubertin[5]. Trata- se, na verdade, da residência da irmã do Duque de Luxemburgo, Marie Madeleine, casada em 1791, em Lisboa, com o Duque de Cadaval, príncipe da Casa Real de Portugal, que morreu em março de 1808 durante a breve estada da corte em Salvador. Já viúva, a duquesa seguiu viagem até o Rio de Janeiro, requisitando a casa de um militar antes de mandar construir uma residência em Laranjeiras, no Caminho do Catete (ALMANACH DO RIO DE JANEIRO, 1817)[6].

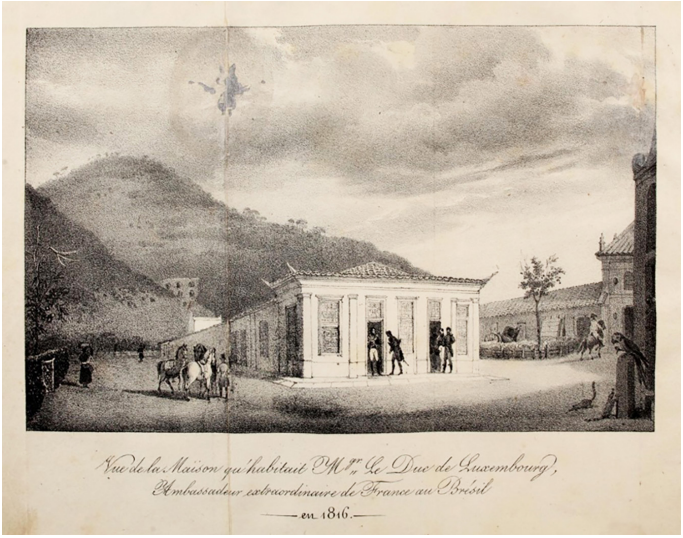


Fig.1 – Vista da casa em que habitava o senhor Duque de Luxemburgo, embaixador extraordinário da França no Brasil, em 1816
© Auguste de Saint-Hilaire, Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais.

Mas o Duque de Luxemburgo não permaneceria mais que dois meses no Rio de Janeiro, tendo por missão, antes de mais nada, buscar a solução do conflito fronteiriço entre a Guiana e o Brasil, após a ocupação portuguesa. A instalação de uma embaixada não chegou a mobilizá-lo além da conta. Seria preciso aguardar alguns anos ainda para que Luís XVIII enviasse um novo embaixador extraordinário, na pessoa do Marquês de Saint-Simon, que tampouco residiu por muito tempo no Rio de Janeiro, mas teve ocasião de ressaltar que

5 Um lote de 28 aquarelas e 3 pinturas (*Voyage au Brésil, 1816*) foi colocado a venda pela família Coubertin, em 1996, pela Christie's (Londres). Veja-se a respeito: *1816: Baron Julien Bonaventure de Coubertin and Brazil.* Disponível em: https://sportplusculture.com/wp-content/uploads/2017/11/1816-Baron-Julien-Bonaventure-de-Coubertin--and-Brazil-.pdf. Acesso em: 2 de stembro de 2022. Além disso, duas telas de Jean-Baptiste Debret, datadas de 1816, pertencentes a colecionadores privados, apresentam a cena da "pedra fundamental do palácio da duquesa de Cadaval" et "a casa da duquesa de Cadaval ocupada pelo duque de Luxemburgo em 1816", cf. Julio Bandeira, Pedro Corrêa do Lago, *Debret e o Brasil: Obra Completa, 1816-1831*, Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p. 72 et 68.

6 Ver igualmente Kisner (1816).

> o embaixador de uma potência como a França, acreditado junto a uma corte que exibe um grande luxo, deve necessariamente ter uma representação de impacto, tendo de lutar contra os ingleses, que, de sua parte, como se sabe, nada poupam quando se trata de esmagar ou eliminar seus rivais. É preciso, pois, que seu tratamento seja proporcional ao estado da casa em que será obrigado a viver e ao custo de vida exorbitante do qual nenhum outro país pode dar uma ideia. É também fundamental que lhe sejam franqueados custos de estabelecimento mais elevados do que aqueles que são usualmente admitidos, a fim de colocá-lo em condições de destacar aos olhos dos brasileiros os móveis e outros itens de luxo que são produzidos por nossa indústria. Trata-se de uma espécie de exposição, disfarçada sob as formas diplomáticas de um salão, que naturalmente apresentaria o povo estrangeiro às artes, ao conhecimento e à fruição de nossos produtos industriais (GAIN, 1930: p. 183).

A França dos Bourbons ainda fez uma derradeira tentativa de abrir uma embaixada, nomeando desta vez, em outubro de 1820, o Barão Hyde de Neuville, que recebeu um despacho do chanceler Pasquier para informá-lo que:

> Sua Majestade, por uma decisão do dia 11 deste mês, nomeou-o seu embaixador junto à corte do Brasil. O senhor apreciará, por este novo testemunho da benevolência do Rei, como ele está satisfeito com a forma distinta e honrosa com que cumpriu sua missão nos Estados Unidos. Esta missão ainda não terminou e é intenção de Sua Majestade que o senhor retorne primeiro a Washington, onde negócios importantes ainda exigem sua presença e seus préstimos. Será lá que a embarcação oficial que o deverá conduzir ao Rio de Janeiro o encontrará tão logo o senhor deva se deslocar ao seu novo destino (MÉMOIRES DU BARON HYDE DE NEUVILLE, 1890: p. 465-466).

Hyde de Neuville jamais iria ao Brasil! Sua missão nos Estados Unidos ainda não havia terminado quando soube que o rei Dom João VI teve de regressar a Lisboa às pressas, sob pressão do parlamento português. Era o fim da corte portuguesa no Brasil!

Uma legação nômade (1822-1918)

Era também o fim do projeto de implantação de uma embaixada da França. Dali em diante, seria uma simples legação que receberia, conforme as circunstâncias do momento, encarregados de negócios ou ministros plenipotenciários. O sinal era claro: sem a corte, o Brasil tornava-se para a França uma potência secundária, que não merecia o investimento que uma embaixada acarretava. Sua independência, proclamada em 7 de setembro de 1822 pelo filho do rei de Portugal, Dom Pedro, nada mudaria nessa situação.

Começou então, depois que a França reconheceu o Brasil independente (em 26 de outubro de 1825[7]), o nomadismo da legação francesa nesse longo século XIX – um nomadismo duplo, aliás, se considerarmos que, depois de 1842, a sede da legação se alternou entre o Rio de Janeiro e Petrópolis, onde a corte do Brasil residia durante os meses de verão, obrigando o corpo diplomático a acompanhá-la.

Fiquemos, porém, no Rio de Janeiro, onde a legação se abrigava em edifícios alugados, sem qualquer visibilidade peculiar, quando não na própria residência do ministro ou do encarregado de negócios. Durante o processo de independência e até o reconhecimento oficial pela França, o Conde de Gestas atuou como encarregado de negócios com escritórios localizados na Rua dos Barbonios (ALMANACH DO RIO DE JANEIRO, 1817: p. 314). Quanto à residência de Charles-Édouard Pontois, que foi enviado ao Brasil em duas ocasiões, primeiro como encarregado de negócios (de 1828 a 1833) e depois como ministro plenipotenciário (entre 1835 e 1837), temos uma litografia representando a sua "casa". Podemos estar certos de que não se tratava da sede da legação, mas sim de uma casa de fim de semana, situada em um bairro bucólico do Rio de Janeiro – certamente na região da Lagoa, com a Pedra da Gávea ao fundo.

Fig. 2 – Vista da Casa do Sr Pontois © Museu Imperial/IPHAN – Coleção Gayer, Rio de Janeiro (RJ).

7 Teixeira Soares, "O reconhecimento do Império do Brasil", *Revista de Ciência Política*, vol.6, n°3, jul/set. 1973, p. 63.; "L'échange de ratifications eut lieu à Rio le 7 juin 1826" (Madame Louis Hermite, *Hommage à Guanabara la superbe: l'Ambassade de France à Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro: Irmãos Barthel éd., 1937, p. 99.)

Em 1844, encontramos a legação instalada no centro da cidade, no número 25 da Rua da Ajuda, durante o período em que o Barão de Langsdorff foi ministro plenipotenciário e o Conde de Ney, encarregado de negócios (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1844: p. 27). Chevalier de Saint-George, encarregado de negócios em cinco ocasiões entre 1844 e 1867, oficiara na "ponte do Cattete", na Rua de Santo Inácio (Catete) ou ainda na Rua do Hospício (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1855, p: 216; 1863, p: 168). Quando o Conde de Gobineau herdou o título de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário entre 1869 e 1872, a legação funcionava no número 44 da Rua da Quitanda (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1870: p. 172). E isso acaso importava para Gobineau, que passava a maior parte das suas tardes com o imperador, com quem manteve um duradouro diálogo. Ainda encontraríamos a legação na Rua do General Câmara em 1884, na Travessa Cruz Lima em 1889, voltando depois à Rua do General Câmara em 1891 (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1884: p. 129; 1889, p: 165; 1891: p. 136). Essas ruas, no centro e em bairros imediatamente adjacentes, em boa medida desapareceram após a grande reforma urbana realizada entre 1903 e 1906 pelo prefeito Pereira Passos.

Devido às recorrentes epidemias de febre amarela que assolaram o Rio de Janeiro, não era raro que a legação se instalasse em Petrópolis, mesmo fora dos meses de verão. Temos uma fotografia tirada em 1876 pelo Sr. Ternaux Compans, secretário da legação francesa no Rio de Janeiro, que alugara "[s]eu palácio" (HERMITE, 1937: p. 257) às margens do Rio Piabanha. Na década de 1910, os ministros plenipotenciários Laurence de Lalande (1911-1913) e Planel (1913-1916) ainda mantiveram sua administração nesse mesmo local.

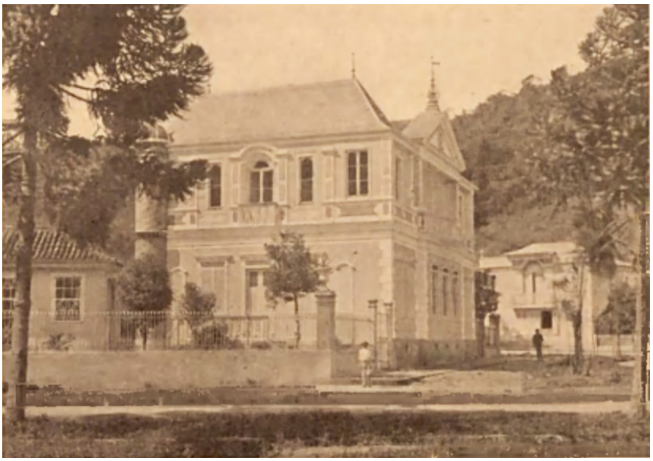


Fig. 3 – Legação da França em Petrópolis (1876)
© Hommage à Guanabara la superbe…, *op.cit.*, p. 257.

Em janeiro de 1917, quando Paul Claudel chegou ao Rio como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, a legação funcionava na Rua Paissandu, uma bela rua residencial, ladeada de palmeiras imperiais e com vista para a Baía de Guanabara[8]. Temos também uma fotografia deste palácio alugado pela representação francesa.

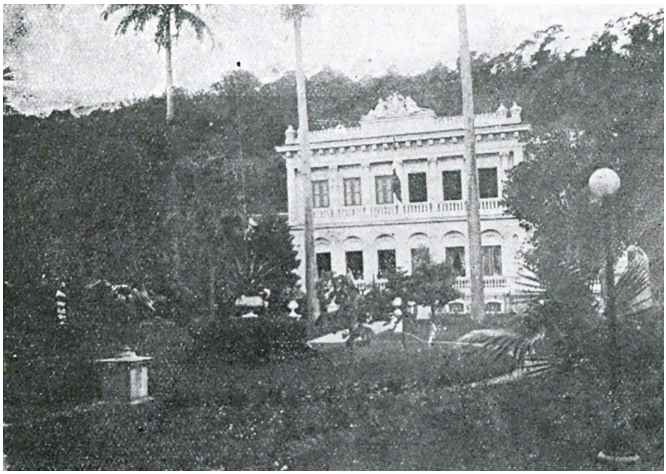


Fig. 4 – Legação da França na rua Paisandú (1917)
© Fon Fon, 1917, ano XI, nº29.

8 Ver a respeito: *Uma outra missão francesa 1917-1918: Paul Claudel e Darius Milhaud no Brasil.* Rio de Janeiro: Éditions Andrea Jakobson, 2017.

Devemos admitir, no final desta primeira parte da investigação, o nosso espanto: ao mesmo tempo que a diplomacia francesa não deixava nenhum vestígio de sua presença no Rio de Janeiro – até mesmo o edifício da Rua Paissandu acabaria desaparecendo –, arquitetos franceses como Grandjean de Montigny ou Henrique Beaurepaire Rohan (nascido no Brasil de mãe francesa) eram encarregados de elaborar os planos para a nova capital do Império do Brasil, além de construir os edifícios emblemáticos do novo regime e de projetar diversos jardins ou praças, a exemplo dos paisagistas Auguste Glaziou e Paul Villon. Até as primeiras décadas da República proclamada em 1889, artistas franceses transformariam o Rio de Janeiro em uma capital "à francesa", com projetos por vezes fantasiosos: vimo-nos, assim, sonhando, ao imaginar que o projeto do escultor Desprez pudesse se tornar realidade. Ele simplesmente queria esculpir no Pão de Açúcar, que os marinheiros normandos do século XVI haviam batizado de Pote de Manteiga, a estátua de Júpiter!

Fig. 5 - Projeto do esculptor Desprez para o Pão de Açucar
© Hommage à Guanabara la superbe…, *op. cit.*, p. 21.

Seria preciso esperar até o final da Primeira Guerra Mundial para que fosse levantada a questão de uma sede oficial para a Embaixada da França no Brasil – a era da legação se encerrava!

"Instale-nos!" A busca de um edifício para sediar a Embaixada da França (1919-1934)

A iniciativa partiu do Brasil. No fim da Grande Guerra, em que o Brasil se envolverá em 26 de outubro de 1917, o futuro Presidente Rodrigues Alves – eleito em 1º de março de 1918 e com posse prevista para 15 de novembro – desejava, "a fim de preservar a influência do Brasil, que as principais legações do Brasil sejam elevadas a embaixadas e que as grandes potências, por sua vez, elevem suas legações no Rio a embaixadas" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 2000, 1918). Diante dessa proposta, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da França era de opinião que,

> para não responder com uma recusa às sugestões que foram apresentadas ao Sr. Claudel, que seja dada ao nosso ministro no Brasil instrução para declarar ao Governo Federal que a França tem a intenção de transformar essa legação em embaixada, mas que essa decisão não poderá ser tomada definitivamente até que o parlamento tenha sido consultado, tal como exige o ordenamento. Desse modo, será fácil ganharmos tempo até depois de 15 de novembro, data da posse do novo presidente, cujas simpatias, como bem sabe o ministro, são integralmente favoráveis à França (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 2000, 1918).

Depois de ter contraído a gripe espanhola, Rodrigues Alves teve de renunciar às suas funções presidenciais: seria o vice-presidente, Delfim Moreira, que levaria a termo o seu projeto. Foi nessas circunstâncias que nasceu a Embaixada da França no Brasil.

Em sua *Homenagem à magnífica Guanabara* [*Hommage à Guanabara la superbe*], a esposa do embaixador Louis Hermite e neta do encarregado de negócios Ternaux Conpans escreveu:

> Em 1919, o dia da assinatura do Tratado de Versalhes, 28 de junho, foi também o dia da assinatura da nomeação do primeiro embaixador da França na República do Brasil [Alexandre-Robert Conty] [...] Mas essa transformação da legação em embaixada não se traduziu externamente de uma forma visível aos olhos. A França permaneceu no Rio em instalações temporárias, casas alugadas, que mudavam ao sabor das circunstâncias e dos chefes de posto (HERMITE, 1937: p. 101-102)[9].

De fato, a criação da embaixada não pôs fim à natureza nômade da residência da França, que se manteve como inquilina "de uma série incoerente de alojamentos precários" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, 1919).

9 Vale lembrar que é em 26 de outubro de 1917 que o Brasil se declara em "estado de guerra".

É verdade que, ao final da guerra, as finanças do país não andavam nada luzidias e não permitiam o empenho das enormes despesas que a aquisição de um amplo edifício implicaria.

Como explicou o embaixador Conty:

> tendo o Senado francês adiado a votação de um crédito para a compra de uma casa para a Embaixada da França no Rio de Janeiro, minha Missão nesta cidade permanece, assim, temporariamente localizada no número 201 da Rua Paysandú. Já assinalei os muitos inconvenientes associados a este imóvel. Inconvenientes estes que são particularmente agravados pela situação provisória e precária em que estamos a prolongar nossa estadia nele. Nos termos do contrato de locação, os reparos incumbiam ao Estado francês. Mas a locação expirou e eu não disponho de nenhum crédito para a manutenção. É pela mera tolerância do senhorio que a locação foi prorrogada de três em três meses. O senhorio se recusa, não sem razão, a realizar os reparos: o arquiteto afirmou que a decadência do edifício é tamanha que ele seria incapaz de realizar qualquer trabalho sem incorrer no risco de se tornar necessária uma renovação completa. [...] Sob tais condições, as rachaduras nas paredes da Embaixada da França no Rio de Janeiro se agravam a cada dia, as chuvas tropicais atravessam o telhado e a água escorre até o nível térreo; a canalização e a tubulação estão fora de serviço e o abastecimento de água se encontra interrompido; a casa está se tornando inabitável (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1331, 1921).

Foi por esse motivo que o Embaixador Conty, que veio encerrar sua carreira diplomática no Brasil, concluiu com tristeza: "a instalação de nossa embaixada no Rio de Janeiro em condições de segurança e dignidade não pode mais ser adiada sem prejuízos significativos para o nosso país". Dito de outra forma: "não se deve confundir a existência diplomática com a vida boêmia" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1316, 2019). Ele mesmo precisou residir entre a cidade de Petrópolis e o bairro de Santa Teresa, onde a embaixada dispunha de uma residência.

Tranquilizado alguns meses depois pela aprovação no Senado "de um crédito de 12.760.000 francos para a compra pelo Estado de imóveis diplomáticos no Brasil, no Uruguai, na Suécia e na Dinamarca" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES DSC 1306, 1920), Conty se lançou à busca de um edifício digno desse nome, com a ajuda de um arquiteto francês, o Sr. Marmorat, o que relatou em uma longa carta de 22 de dezembro de 1919 (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1318, 1919). Juntos, selecionaram cinco candidatos: a casa Guinle, na praia de Botafogo; a casa Street, na Rua São Clemente (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1301-1309, 1919); o edifício Pinheiro Machado, na rua homônima (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1294-1300, 1919); um imóvel situado

na Rua Aqueduto; e a casa Oswaldo Cruz, na Praia de Botafogo. No entanto, em 12 de agosto de 1922, mais de um ano e meio depois, foi com pesar ainda maior que Alexandre-Robert Conty se dirigiu às autoridades superiores:

> O dossiê que laboriosamente montei em 1919, ao custo de muitos esforços, com a intenção de buscar no Rio de Janeiro uma sede para a embaixada francesa, agora pode ser destinado ao arquivo [...] A casa Guinle não está mais à venda, o edifício Street foi vendido; o restante servia de contraponto e não vale a pena ser mencionado (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1292, 1922).

Fig. 6 - Casa Guinle, Praia de Botafogo
© https://www.flickr.com/photos/carioca_da_gema/211043996

Fig. 7 - Prédio da rua Pinheiro Machado
© AMAE - La Courneuve, Ambassade de France au Brésil, 750SUP/1368, DSC 1300.

Fig. 8 - Casa Street
© AMAE - La Courneuve, Ambassade de France au Brésil, 750SUP/1368, DSC 1300.

Fig. 9 – Prédio da Praia de Botafogo, n°406
© AMAE - La Courneuve, Ambassade de France au Brésil, 750SUP/1368, DSC 1395.

Fig. 10 - Rua do Aqueducto
© AMAE - La Courneuve, Ambassade de France au Brésil, 750SUP/1368, DSC 1398.

Enquanto "todas as outras nações têm aqui belas instalações, não somente a Inglaterra, os Estados Unidos, a Alemanha, a Itália, a Santa Sé e as repúblicas sul-americanas, mas também Estados pequenos como Portugal e os Países Baixos" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1831, 1934), é numa "ruína irreparável" que a França deve continuar a viver. E isso já perdurava para muito além do razoável... A mudança para um edifício na Rua Senador Vergueiro (no. 87) nada mudaria quanto a isso. Em 1927, uma delegação de parlamentares franceses encontrou "esta instalação escandalosa" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1580, 1927). O encarregado de negócios Louis de Robien, em carta datada de 11 de janeiro de 1928, considerou que "esta instalação nos torna ridículos" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1568, 1928), antes que o embaixador Dejean alertasse, em novembro de 1929: "a decoração do teto da sala de jantar desabou. Os pedaços caídos pesam entre 10 e 25 quilos. O resto ameaça desabar (...). Serei forçado a interromper por algum tempo todo tipo de recepção na Embaixada" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1511, 1929).

Uma pequena centelha de esperança surgiu em janeiro de 1928: a Câmara Municipal do Rio colocou à disposição das embaixadas estrangeiras – "a título de aforamento, ou seja, como uma espécie de enfiteuse" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1462-1464, 1931) todas as terras situadas na Ponta do Calabouço. No que se referia à França, ela obteria a mais bela das parcelas, "um terreno de 5000 metros quadrados com a mais bela vista da baía, a 5 minutos do centro de negócios" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES

ETRANGERES, DSC 1452, 1931). Isso restituiu um pouco de esperança à França, como disse seu encarregado de negócios:

> No dia em que o projeto for realizado, nossa situação no Brasil será completamente alterada e a França poderá finalmente ocupar neste país o lugar que lhe cabe e que, é preciso reconhecer, não detém, devido à forma miserável como ali está materialmente assegurada a sua representação material (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1574, 1928).

Uma oportunidade dessas só foi possível devido à intervenção do arquiteto francês Alfred Agache, que foi encarregado em 1926 pela cidade do Rio de Janeiro da elaboração de um plano para o desenvolvimento e ampliação da capital. Como ele próprio explicaria alguns anos depois:

> Tirei proveito de minhas excelentes relações com a Prefeitura para fazer com que fosse cedido gratuitamente à França um terreno com a finalidade de construir uma Embaixada, cuja necessidade, como bem sabem, se faz sentir de forma inequívoca [...] O terreno escolhido para ser reservado à França está situado numa posição admirável; sua localização no primeiro plano da cidade saltará aos olhos, aliás, desde o momento em que os transatlânticos adentrarem a baía (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1431, 1932).

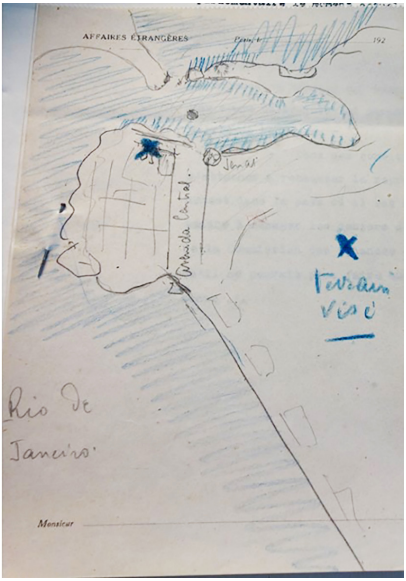


Fig. 11 – Localização do terreno atribuído em *aforamento* à França
© AMAE - La Courneuve, Ambassade de France au Brésil, 750SUP/1368, DSC 1593.

Tal projeto, de fato, atiçou a imaginação dos arquitetos franceses radicados no Brasil: para citar apenas os mais conhecidos, Joseph Gire – autor dos projetos do Hotel Glória, inaugurado em 1922, do Copacabana Palace, em 1923, bem como do edifício A Noite, de 1929 – e Alfred Agache produziram um projeto cada um[10].

Fig. 12 – *Plan masse* de Joseph Gire pela embaixada e o consulado
© AMAE - La Courneuve, Ambassade de France au Brésil, 750SUP/1368, DSC 1539.

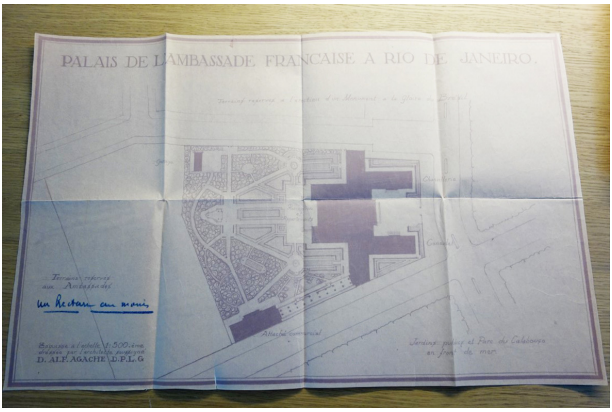


Fig. 13 - *Plan masse* d'Alfred Agache pela embaixada e o consulado
© AMAE - La Courneuve, Ambassade de France au Brésil, 750SUP/1368, DSC 1558.

10 Sobre o plano de Joseph Gire, veja-se : AMAE - La Courneuve, Ambassade de France au Brésil, 750SUP/1368, DSC 1539; para o caso de Alfred Agache, veja-se: AMAE - La Courneuve, Ambassade de France au Brésil, 750SUP/1368, DSC 1558.

Mais uma vez a França tergiversou, mais uma vez as Câmaras se recusaram a conceder os créditos, mais uma vez outras potências demonstraram interesse pelo terreno... como se a história estivesse se repetindo. Especialmente porque, segundo o embaixador Kammerer, numa nota datada de 13 de fevereiro de 1932, "ocorre uma grave complicação [...] O governo federal, dominado pelo clã militar, não ousa recusar a criação de um aeródromo no promontório do Calabouço onde se encontram as terras que nos foram concedidas"[11] (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1436, 1932). Assim terminou o sonho do Calabouço acalentado por Alfred Agache. Se a isto acrescentarmos o fracasso da tentativa de compra do Sanatório Guanabara (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1601-1737, 1932), com a intenção de reformá-lo, a situação da residência da França no Rio de Janeiro no início da década de 1930 tornou-se dramática.

Foi nesse contexto que, em julho de 1933, Louis Hermite foi nomeado embaixador. O Presidente do Conselho, Paul Boncourt, incumbiu-o então de uma tarefa: "Instale-nos!" (HERMITE, 1937: p. 102). Enquanto tentava dissipar as tensões comerciais com o Brasil – que foram finalmente resolvidas em maio de 1934 –, Louis Hermite se dedicou à sua missão com o maior empenho. Em 21 de abril de 1934, foi assinado um contrato de locação com promessa de venda para um imóvel situado na Praia do Flamengo - n°. 364 (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1758, 1934). O terreno tinha testada de 40 metros e área de 3.208 metros quadrados. Pertencente à viúva Ribeiro de Souza, o edifício fora construído entre 1925 e 1927 "com materiais de primeira qualidade, em conformidade com as melhores regras da arte de construir" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1757, 1934), e "com base nos planos do melhor arquiteto francês que já trabalhou no Brasil, J. Gire" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1806, 1934).

O ministro das Relações Exteriores do Brasil exprimiu então "a sua satisfação com a escolha feita pelo governo francês da mais bela vista do Rio e do melhor edifício particular" ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1806, 1934). De fato, a embaixada teria uma localização privilegiada, de frente para a baía, com vista para o Pão de Açúcar de um lado e para o Corcovado do outro. A aquisição foi efetivada em julho de 1934, beneficiando-se de uma taxa de câmbio favorável.

11 O decreto oficial apareceu no *Journal Officiel* (1934).

Fig. 14 - Embaixada da França – praia do Flamengo
© AMAE - La Courneuve, Ambassade de France au Brésil, 750SUP/1368, DSC 1752.

Já não era sem tempo! Eis, finalmente, uma residência para a França! Mais de um século após a tentativa de instalação de uma embaixada durante a presença da corte portuguesa e quinze anos após a elevação da legação em embaixada... E o acaso quis que o arquiteto fosse francês! E não um arquiteto francês qualquer, pois se tratava de Joseph Gire, cujas intervenções no Rio desde o início dos anos 1920 representavam ícones do cosmopolitismo da capital.

Fig. 15 – O terraço da embaixada
© Hommage à Guanabara la superbe…, op. cit., p.123.

De repente, a embaixada se tornou, nas palavras de um político brasileiro, "um dos centros sociais mais atraentes e agradáveis da nossa sociedade[12]". Assim escreveu a esposa do embaixador Louis Hermite: "A França recuperou imediatamente o tempo perdido e não precisa mais lamentar ter esperado tanto tempo pela sua embaixada no Rio de Janeiro" (HERMITE, 1937: p. 121). E não sem se entusiasmar:

> A Embaixada da França no Rio está diante de um magnífico cenário e ocupa o camarote real deste teatro. Algo que sempre acrescentará muito ao inefável encanto deste posto para os diplomatas franceses. Agora que não conhecerão mais a terrível febre amarela, agora que não conhecerão mais as distâncias, já que as vias aéreas os colocam tão perto da Europa, agora que terão um palácio com uma vista ainda mais bela que o Corno de Ouro, mármores em estilo romano, jardins como nenhuma outra residência diplomática francesa os possui, os embaixadores da França na refinada e culta sociedade brasileira, no seio de um país em plena expansão, desfrutarão do encanto do Rio de Janeiro (HERMITE, 1937: p. 149).

Estava instalada a embaixada? Sim, mas a história ainda está longe de ser concluída... De fato, mal se viu dentro das próprias paredes, a representação diplomática francesa foi convidada a celebrar o lançamento, em 11 de outubro de 1935, da pedra fundamental do futuro "Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura", isto é, a Maison de France.

Fig. 16 – Primeira pedra da Maison de France (11 octobre 1935)
© Hommage à Guanabara la superbe…, op. cit., p.292.

12 Affonso Bandeira de Mello, directeur général du Ministère du travail, de l'industrie et du commerce, *Correio da Manhã*, 4 juin 1936.

O lento nascimento da Maison de France (1935-1956)

Tendo sido convidada a construir na capital brasileira um centro cultural, a França também foi instada no mesmo sentido pelo reitor da Universidade Federal, Raul Leitão da Cunha. O terreno previsto, com uma área de 2.000 metros quadrados, estava situado na esplanada do Castelo, no cruzamento das avenidas Presidente Wilson e Aparício Borges. Essa região, onde se localizava o Monte do Castelo, destruído em 1921, e na qual se estabelecera outrora o núcleo original da cidade, estava no coração do projeto de remodelação da cidade do Rio por Alfred Agache, que ali assentou o distrito dos ministérios.

Como explicou a esposa do embaixador Louis Hermite, "o nome 'Maison de France' foi conferido antecipadamente ao edifício que ali será construído" (HERMITE, 1937: p. 292). O nome estava definido! Quanto à ideia, remontava a 1926. Em troca da doação ao Brasil do pavilhão francês na Exposição Internacional de 1922 – uma reprodução do Petit Trianon, que mais tarde se tornaria a sede da Academia Brasileira de Letras –, um grupo de intelectuais brasileiros apoiou a ideia de que a França pudesse ser agraciada com um terreno para a construção de uma Maison de France (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1839, 1956). Uma pedra fundamental chegou a ser lançada na presença do Embaixador Conty[13]. Os nomes desses intelectuais não chegaram a ser especificados, mas é de se presumir que alguns deles fizessem parte da delegação vinda da Academia Brasileira de Letras para assistir ao lançamento da pedra fundamental em outubro de 1935: Ataulfo de Paiva, Celso Vieira, Adelmar Tavares e Miguel Osório de Almeida (HERMITE, 1937: p. 291).

Uma pedra fundamental, uma segunda pedra fundamental, e depois mais nada! Foi no final de uma década conturbada – com a decretação do Estado Novo, a partir de 1937, e a eclosão da Segunda Guerra Mundial – que renasceu o projeto de uma Maison de France, tendo seu escopo ampliado para dali em diante incluir também as representações diplomática e consular.

Em 25 de setembro de 1945, o Presidente Getúlio Vargas assinou um decreto-lei "considerando ter ficado sem efeito a cessão feita à Universidade do Brasil [...] do terreno [...] para construção do edifício com a denominação de Maison de France" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1839, 1945). Uma mera mudança de proprietário? Num primeiro momento, o terreno pertencente à cidade fora cedido à universidade. De agora em diante, seria a União Federal a proprietária do terreno. A questão envenenou ainda mais o processo... Uma vez definida essa revogação, o Presidente da República decretou:

13 *Manchete*, n° 206, 31 março de 1956, p. 64.

> O Governo Brasileiro cede gratuitamente ao Governo Francês o lote 1 da Quadra 9 da Esplanada do Castelo de forma perfeitamente retangular, com 64.00 metros de largura, na Avenida Presidente Wilson, igual dimensão nos fundos, e 20,00 metros de cada lado, e a área de 1378.00 m2 [...] No lote acima descrito, o Governo da República Francesa se obriga a construir, dentro do prazo de 3 (três) anos, a contar da data da publicação deste Decreto-lei, edifício cujo gabarito e demais requisitos de estrutura e arquitetura obedecerão em tudo às normas e regras prescritas na legislação para edificações nas áreas do Castelo e do Calabouço. Nesse edifício, além da Chancelaria da Embaixada da Franca e do Consulado Geral da República Francesa, terá instalação adequada ao seu funcionamento o Instituto Franco- Brasileiro de Alta Cultura desta Capital, além de outras obras de difusão da cultura francesa, que o mesmo Governo tencione criar ou patrocinar, tudo constituindo a Maison de France (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1839, 1945).

Um belo presente... mas envenenado. Ao final de um novo conflito mundial, as finanças francesas efetivamente não lhe permitiam arcar com as consideráveis despesas envolvidas na construção de um edifício de doze andares – que era a norma nesse bairro –, ainda mais dentro de um prazo de três anos. Em caso de descumprimento, o terreno seria devolvido à cidade. Se, por um lado, a França tentava negociar rapidamente uma prorrogação do prazo, também pretendia, por outro lado, trocar esse terreno por outro, talvez até nem tão bem localizado, mas acima de tudo com menos obrigações em termos de dimensões e destinação, dentre as quais particularmente a proibição de locação para uso comercial. Em outras palavras, as negociações eram das mais complicadas. Ainda mais por ser preciso levar em conta "a megalomania, o caráter violento e as maneiras de sátrapa oriental" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1849, 1948). do prefeito do Rio, o general Mendes de Morais.

Após inúmeras adiamentos [*atermoiements*] – uma palavra-chave neste caso, tanto da parte das administrações brasileiras quanto das francesas –, um decreto datado de 24 de setembro de 1948 finalmente prorrogou o prazo por três anos, o que assegurou uma margem de tranquilidade (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1849, 1948). Mas as questões financeiras permaneciam. Enquanto se considerava a possibilidade de não construir os doze andares previstos, o prefeito do Rio, aparentemente assumindo uma postura mais amistosa, "assinala, no entanto, que a visão de uma Maison de France de cinco ou seis andares no meio de edifícios muito mais altos não seria muito honrosa para o nosso país" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1853, 1948).

Por conseguinte, ao mesmo tempo que negociava uma atenuação das restrições – a locação comercial fora finalmente aceita –, a França apenas teria de se resignar à perspectiva original de edificação, algo que, a despeito de tudo o

mais, oferecia a vantagem de agrupar todos os serviços culturais, salas de espetáculos, de cinema e de exibição em um mesmo local. Por esse motivo, "as personalidades da colônia francesa que foram consultadas se mostraram unânimes em expressar a opinião de que seria infinitamente vantajoso fazer bom uso da doação feita à França de um terreno de localização admirável no distrito dos ministérios" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1857, 1949). Nesse mesmo sentido, uma nota datada de 1o. de julho de 1949 muito oportunamente assinalou que "a Embaixada da França no Brasil tem seus diversos serviços espalhados por edifícios acanhados e decadentes no Flamengo, e sua sede é sabidamente apertada demais" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1866, 1949). Mal se haviam passado dez anos desde o entusiasmo inicial da aquisição e a sede mais uma vez voltava a ser debatida, e em termos menos lisonjeiros. Contudo, o autor dessa nota ainda enxergava alguma esperança: "o projeto como um todo poderia não implicar nenhum desembolso de fundos, porque o valor do terreno do Flamengo é alto o suficiente para cobrir o custo da construção". Porém, a operação não poderia ser realizada simultaneamente: o governo francês teria, portanto, de fazer o pagamento antecipado, antes de obter o reembolso por meio da venda das propriedades do Flamengo. Por fim, uma sociedade de financiamento da construção da Maison de France foi criada para coordenar toda a operação financeira.

Em janeiro de 1950, o embaixador francês enviou ao ministro dos Negócios Estrangeiros da França os planos elaborados por Jacques Pilon, arquiteto francês "baseado em São Paulo (Rua Marconi, 107), onde goza da mais alta reputação, tanto no plano pessoal quanto profissional" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1887, 1950). Jacques Pilon especializou-se em imóveis de luxo nas grandes metrópoles brasileiras, notadamente em São Paulo, após sua associação com Francisco Matarazzo Netto. Em outras palavras, embora não desfrute da fama de Oscar Niemeyer ou dos irmãos Roberto e Henrique Mindlin, ele é quem mais constrói em São Paulo:

> Construiu ao longo dos últimos anos 51 edifícios de escritórios e de apartamentos, 55 residências, 10 fabricas e laboratórios, num total de 800.000 metros quadrados. Pilon é francês e está radicado no Brasil desde 1933. Para além da sua formação (na École des Beaux-Arts de Paris) como engenheiro- arquiteto e construtor, é também advogado. Considera-se brasileiro, admira profundamente a 'escola' brasileira de arquitetura, mas se descreve como moderadamente moderno. Ele favorece a funcionalidade e a beleza estética no design[14].

14 *Manchete*, n° 92, 23 jan. 1954, p.28. Ver também Franco (2011).

Fig. 17 - Jacques Pilon
© *Manchete*, n°92, 23 janvier 1954, p.28.

O edifício que ele previa para a Maison de France – com a ajuda de Auguste Rendu, um arquiteto francês estabelecido no Rio – não só teria o tamanho necessário, como também integraria módulos modernistas para se encaixar no conjunto arquitetônico da Esplanada do Castelo, como os pilotis e brise-soleil da fachada norte.

No dia 29 de novembro, os planos foram aprovados pela Prefeitura do Distrito Federal (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1901, 1950). A Maison seria composta por:

> doze andares agrupados em três partes distintas, cada uma respondendo a uma destinação especifica, nomeadamente: a parte cultural, com auditório, teatro, serviço da Aliança Francesa, centro de ensino superior França-Brasil, biblioteca, discoteca, cinemateca etc.; a parte oficial, com a chancelaria diplomática, o consulado, os diversos serviços técnicos da embaixada, incluindo o da Expansão Econômica e os serviços do Turismo; a parte de interesse geral, contando especialmente com importantes serviços da Câmara de Comércio francesa, salas de exposição permanente para exibir amostras e materiais franceses, documentação... Nesta parte do edifício, também serão instalados serviços tais como os da Air France e da France Presse (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1904-1905, 1951).

Em 16 de agosto de 1951, o embaixador Gilbert Arvengas lançou a pedra fundamental da Maison de France, na presença do prefeito da cidade e de um representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Pedra fundamental, sim, mas não era a primeira. Na verdade, era já a terceira pedra de fundação! Mas a memória das duas primeiras se perdeu... O que não se perdeu, por outro lado, foi o ritmo que se reduzia sempre que se tratava de resolver a questão de sediar a França no Rio. Desta vez, nas palavras do embaixador Hardion, a

culpa era do arquiteto-chefe Jacques Pilon, "um homem de grande talento e muito ansioso para concluir rapidamente uma obra pela qual não quis aceitar nenhuma remuneração [...] mas que, sobrecarregado de trabalho e sem morar no Rio, vinha apenas a intervalos irregulares e sua ação somente se fazia sentir de forma descontínua" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1910, 1955). Quanto ao seu assistente, o arquiteto Auguste Rendu, deixara o Brasil em agosto de 1954.

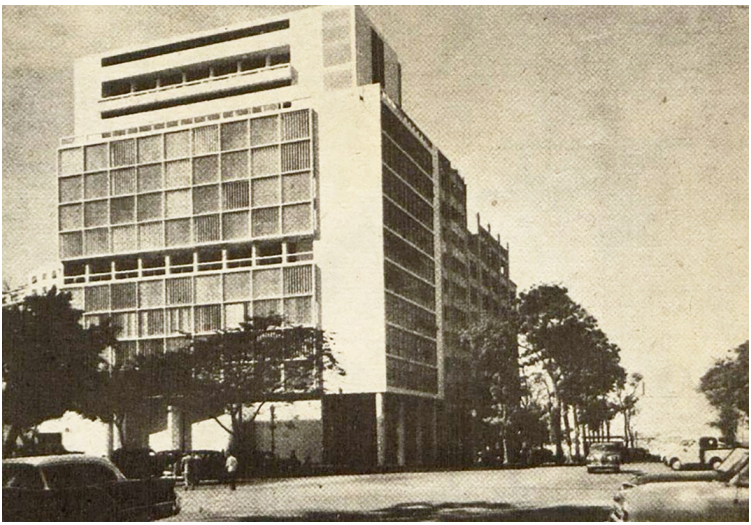


Fig. 18 - A maison de France, no dia de sua inauguração
© *Manchete*, n°206, 31 mars 1956, pp. 64.

A despeito de tudo, os trabalhos avançaram e, no início de 1956, a data de 20 de março foi oficialmente definida para a inauguração. Ironicamente, poucos meses depois, em setembro de 1956, o presidente Kubitschek lançou o concurso de planejamento urbano para elaborar o Plano Piloto para a futura capital do Brasil – que ele efetivamente inaugurou em abril de 1960. Mal se viu dentro de suas próprias paredes e os dias da embaixada da França no Rio de Janeiro já estavam contados. Decididamente, o caminho percorrido durante esse projeto de instalação não foi nada fácil!

O que ocorreu com a residência do Flamengo infelizmente não se sabe até hoje. Ela já não existe nos dias atuais, tendo sido substituída por um edifício sem qualquer caráter distintivo, certamente erguido no início da década de 1960, época da construção do Aterro do Flamengo, esse imenso terrapleno que avança sobre a baía e faz a linha costeira recuar mais de 200 metros.

Da inauguração da Maison de France até a transferência da embaixada em Brasília (1956-1976)

Em 20 de março de 1956, por volta das cinco horas da tarde, uma multidão de seiscentos convidados – estando presentes as mais altas autoridades do país e os chefes das principais missões diplomáticas, assim como as principais personalidades da colônia francesa no Rio – aguardava a chegada do Presidente da República do Brasil. Enquanto um batalhão de fuzileiros navais tocava os hinos francês e brasileiro e as bandeiras dos dois países eram hasteadas, o Presidente da República, na presença de Maurice Faure, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da França, do embaixador francês Bernard Hardion, do prefeito do Distrito Federal e dos arquitetos Jacques Pilon e Auguste Rendu, cortou a fita simbólica da Maison de France. O motivo em bronze que adornaria a fachada foi então revelado: um galo esculpido pela artista plástica Maria Martins, esposa do ex-embaixador brasileiro na França. Em seguida, a multidão se moveu – lentamente, pois estavam no 11o. andar – em direção ao salão de festas, onde então se sucederam os discursos (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1944-1947, 1956).

O primeiro a fazer uso da palavra foi o embaixador, que nos lembrou o longo caminho até a Maison de France, citando os nomes dos seus antecessores que se dedicaram a esse projeto. Foi sucedido por Maurice Faure, que, ao encerrar seu discurso, se voltou para Juscelino Kubitschek para se regozijar: "Sr. Presidente, esta casa é sua[15]". Foi nesse momento que Kubitschek, que acabara de receber a medalha de ouro comemorativa da inauguração, improvisou um de seus discursos inflamados, dos quais detinha o segredo:

> A Maison de France é de fato a casa de todos os brasileiros, tantos são os laços de amizade a unir nossos dois países. A educação e a formação espiritual do povo brasileiro têm bebido nas fontes da cultura francesa, visto que a França recobriu o universo de uma imensa cúpula cujas estrelas iluminam os caminhos de todas as nações da terra[16].

15 *A Noite*, 22/03/1956, p. 2.

16 *Diário Carioca*, 21/03/1956.

Fig. 19 – Inauguração da Maison de France © *Fon Fon*, n°2559, 21 avril 1956.

Fig. 20 - Discurso do embaixador Hardion, na presença de Maurice Faure (à direita) e de Juscelino Kubitschek. No primeiro plano, o arquiteto Jacques Pilon © *Fon Fon*, n°2559, 21 avril 1956.

Ah, é verdade que alguns pontos do programa saíram dos trilhos! A peça *História de 50 anos de elegância (Histoire de 50 ans d'élégance)* foi "de uma mediocridade atroz" (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1948, 1956), nas palavras do embaixador. Felizmente, a exibição do filme *O Mundo do silêncio*, de Jacques Cousteau, fez mais sucesso. Mas, no fim das contas, o embaixador Hardion estava satisfeito:

> No conjunto, as cerimônias inaugurais da Maison de France foram noticiadas na imprensa com grande simpatia. Lamentei, no entanto, que não tenham suscitado comentários mais substanciais do que as banalidades habituais sobre a amizade franco-brasileira e que os nossos amigos não tenham sido mais enfáticos ao destacar a importância de um acontecimento que não deveria ser apenas a consagração material da posição relativamente privilegiada que a França ocupa neste país, mas sim o ponto de partida para novos fluxos de trocas entre os dois povos nos mais diversos campos[17] (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1947, 1956).

Foi assim que começou, sob os mais belos auspícios, a história do edifício da Maison de France no Rio. Nem a transferência da embaixada para Brasília em 1976[18], nem a transformação do edifício em Casa da Europa, com o acolhimento do Consulado da Alemanha em dezembro de 2013, mudariam o que nele permanece essencial: esse edifício é hoje um dos lugares de memória da França no Rio de Janeiro.

FONTES

ALMANACH DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1817.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Em casa dos editores-proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1844.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Em casa dos editores-proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1855.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Em casa dos editores-proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1863.

17 Em paralelo e de maneira bem mais pragmática, mas deixando no esquecimento a história que a conduziu oferta do terreno pelo Brasil para a França, o embaixador do Brasil na França apela ao jogo da "reciprocidade próxima" para obter o terreno em Paria para sua embaixada. Mas essa é uma outra história… com implicações para uma longa as relações diplomáticas dos dois países, a França e considera que deveria previamente apoiar a construção da Maison de France num convênio franco-brasileiro para expressar (…) que o imóvel seria registrado como domínio público francês", sem esquecer de regularizar os títulos de propriedade do terreno do Rio (ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DSC 1972, 1957).

18 Ver a respeito: https://riodejaneiro.consulfrance.org/A-construcao-do-consulado. Acesso em: 2 de setembro de 2022.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Em casa dos editores-proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1870.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Légation de France au Brésil*, Correspondance générale, DSC 2000, télégramme du 8 out. 1918.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1316, 22 dez. 1919.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1318, 22 dez. 1919.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil,* 750SUP/1368, DSC 1331, 22 dez. 1919.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1306, 7 out. 1920.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1283, 19 jun. 1921.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil,* 750SUP/1368, DSC 1292, 12 out. 1922.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1580, 10 out. 1927.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1568, 11 jan. 1928.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1574, 11 jan. 1928.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1294-1300, 1919.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1301-1309a, 1919.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1511, 16 nov. 1929.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1462-1464, 6 mar. 1931.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1452, 3 dez. 1931.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1436, 13 fev. 1932.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1431, 2 maio 1932.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1601-1737, 1932.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1831, 8 mar. 1934.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). Ambassade de France au Brésil, *Journal Officiel*, 26 mar. de 1934, 750SUP/1368, DSC 1825, 31 mar. 1934.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1758, 21 abr. 1934.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1806, 6 maio 1934.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 750SUP/1368, DSC 1757, 5 jun. 1934.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 82QO-97, DSC 1839, 25 set. 1945.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 82QO-97, DSC 1849, 13 abr. 1948.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 82QO-97, DSC 1853, 18 set. 1948.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 82QO-97, DSC 1849, 24 set. 1948.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 82QO-97, DSC 1857, 11 jan. 1949.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 82QO-97, DSC 1866, 1 jul. 1949.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 82QO-97, DSC 1887, 14 jan. 1950.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 82QO-97, DSC 1901, 1950.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 82QO-97, DSC 1904-1905, 7 out. 1951.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 82QO-97, DSC 1910, 21 abr. 1955.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil* 82QO-97, DSC 1944-1947, 30 mar. 1956.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 82QO-97, DSC 1948, 30 mar. 1956.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil* 82QO-97, DSC 1839, 8 maio 1956.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES (AMAE - La Courneuve). *Ambassade de France au Brésil*, 82QO-97, DSC 1972, 18 jul. 1957.

ARCHIVES DU MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES. Mémoires et documents Brésil, vol.1, fl.04 (20/11/1814).

Mémoires du baron Hyde de Neuville, Paris: Plon, 1890, tome II, "La Restauration, les Cent-Jours, Louis XVIII", p.465-466.

Referências ibliográficas

FRANCO, Tiago Seneme. Arquitetura tradicionalista nos edifícios de escritório de Jacques Pilon. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 137.03, Vitruvius, out. 2011. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.137/4095. Acesso em: 2 de set. 2022.

GAIN, André. *De la Lorraine au Brésil. Les derniers seigneurs de Bertrange*, ed. de l'Académie Nationale de Metz, 1930.

HERMITE, Madame Louis. *Hommage à Guanabara la superbe*: l'Ambassade de France à Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Irmãos Barthel éd., 1937.

KISNER, Pauline. *Uma duquesa de luto no Brasil, 1816*. Disponível em: http://amodistadodesterro.com/duquesa-de-luto/. Acesso em: 2 de setembro de 2022.

NUNES, Lucas de Araújo Barbosa, A Missão Artística Francesa de 1816 e a diplomacia de Jean-Baptiste Maler. *Veredas da História*, v. 9, n. 2, p. 111-128, dez., 2016. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/48026/26164. Acesso em: 2 de set. 2022.

Recebido em 10/11/2022
Aprovado em 30/11/2022

CENTENÁRIOS NO CENSO DE 1906: ATORES HISTÓRICOS POBRES E ESQUECIDOS

Lená Medeiros de Menezes[1]

Resumo

O artigo utiliza o Censo de 1906 como fonte básica para analisar personagens pobres e esquecidos, que transitavam à margem do Rio de Janeiro do progresso e da civilização. A análise tem como foco a seção que destaca os indivíduos centenários, com o objetivo de mapear quem eles eram e de que formas seus registros remetiam à vida cotidiana no pós-abolição. As fotografias que acompanham alguns registros permitem que texto e imagem sejam colocados em diálogo, levado ao preenchimento de importantes lacunas concernentes aos primeiros tempos republicanos, em especial a população negra que se mostra majoritária no conjunto dos centenários.

Palavras-chave: Censo de 1906; centenários; pobreza e exclusão.

Abstract

The article uses the 1906 Census as a basic source to analyze poor and forgotten characters, who passed on the bank of Rio de Janeiro of progress and civilization. The analysis focuses on the section that highlights the centenary individuals, with the objective of mapping who they were and in what ways their records referred to everyday life in the post-abolition. The photographs that accompany some records allow text and image to be put into dialogue, led to the filling of important gaps concerning the early Republican times, especially the black population that is majority in the set of centenarians.

Keywords: 1906 census – centenarians – poverty and exclusion.

Considerações iniciais

Vez por outra, o historiador depara-se com fontes inesperadas, que surpreendem por sua riqueza e permitem penetrar em dimensões silenciadas e/ou esquecidas. Esse é o caso da seção sobre centenários do Censo de 1906, que desvela indivíduos pobres, anônimos e esquecidos pela República, em um Rio de Janeiro que se apresentava como uma espécie de *Janus*[2] revisitado, imagem apropriada a uma cidade desde sempre "partida"[3].

Encontrar atores históricos mergulhados nas brumas do esquecimento é trabalho desafiador, conquanto fascinante. Quando essa busca contempla o alvorecer dos tempos republicanos, em um país que tendia a desconsiderar

1 Doutora em História Social (USP – 1988), Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (2020-2024), Professora Emérita e Titular de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisadora do CnPq (bolsa de Produtividade) e da FAPERJ (Pesquisadora Visitante Emérita).

2 Deus da mitologia romana, possuidor de duas faces, uma voltada para a frente, outra para trás, dando origem à palavra que designa o primeiro mês do ano: janeiro.

3 A imagem de "cidade partida". Para designar os contrastes sociais, foi criada por Zuenir Ventura.

o papel a ser ocupado pelo negro na nação brasileira, o trabalho implica um exercício de busca de pistas e o manejo do método indiciário (Ginzburg (1987), único capaz de possibilitar a escrita de uma História esquecida.

Um dos "atores" pobres e esquecidos que o Censo de 1906 apresenta chamava-se Domiciano Fernandes Neves. Ao contrário de muitos outros, ele possuía nome e sobrenome e sabia ler e escrever. Suas vestes desgastadas, sua aparência cansada são um convite à reflexão.

Foto de Domiciano Fernandes Neves
Fonte: *Censo de 1906*, p. 157.

Brasileiro no momento em que foi entrevistado, ele afirmou ter 105 anos. Era alfaiate, viúvo e tinha perdido a esposa no ano de 1898, quando o império e a escravidão ainda eram lembranças recentes. Residia à rua Sá Freire, 54, no Rio de Janeiro, mas havia nascido em Mathias Barbosa (Minas Gerais), na fazenda da Marquesa de São Matheus. Segundo ele, quando a marquesa faleceu, tornou-se "empregado do Senador do Império Conde de Baependi e do Barão de Santa Justa".[4] Era pai de três filhos, que lhe haviam dado três netos e dois bisnetos. Segundo os recenseadores, ele ouvia bem, mas enxergava pouco, além de sentir "muita fraqueza nas pernas" (*Censo de 1906*, p. 157).

Domiciano Neves faz parte do grupo dos 178 centenários incluído em relação nominal que, dependendo da comissão regional encarregada da apuração censitária, incluiu não apenas informações básicas, mas também fotografias e esboços de trajetórias que extrapolam em muito os dados constantes das fichas de família. Ainda que os registros careçam de uniformidade, alguns deles

4 A ortografia foi atualizada em todos os textos citados, sendo mantida a estrutura frasal e vocábulos de época.

transformam-se em ricas possibilidades de análises qualitativas, revelando fragmentos de histórias de vida do antes e do pós-abolição. Para além de nome, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e capacidade de ler e escrever, fatos curiosos, ocupações e outras informações constituem-se em "joias raras" para os historiadores.

Rio: um *Janus* na modernidade republicana

Texto e imagens, na obra analisada, formam, no todo, um conjunto que se traduz em apologia da gestão Pereira Passos, mas, em uma seção específica dedicada aos centenários permite travar contato com um Rio de poucos registros historiográficos, em uma temporalidade que projeta a modernidade republicana. Quando as fotografias são objeto da reflexão, rostos cansados "convidam" o pesquisador a penetrar em algumas das zonas de sombras que se abateram sobre o imediato pós-abolição. Nessa imersão ele "encontra" indivíduos esquecidos pela República.

Para além dos homes e mulheres que se mostram as fotografias, alguns cenários desvelados, desvelando casebres de pau a pique que afrontam os faustos das edificações da Avenida Central. É então que os contrastes entre o centro "civilizado" da cidade e espaços "miserabilizados" mostram-se impactates, opondo riqueza e extrema pobreza; distinguindo brancos e negros, contestando – ou pelo menos relativizando – o impacto de uma *Belle Epoque* forjada por elites que pensavam viver Paris nos trópicos.[5]

Em uma cidade na qual belas avenidas, praças, monumentos e prédios luxuosos – comparáveis aos de grandes capitais europeias – transformavam-se em ícones do progresso, a pobreza, escondida, apresentava-se como reverso da medalha, denunciando "imobilismos" que se arrastavam e se arrestariam no tempo.

Avenida Central e Morro das Caboclas.
Fonte: *Censo de 1906*, p. XLII e 165.

5 Guardadas as devidas e necessárias distâncias, é importante lembrar que também a Paris de Haussman tinha uma miséria resistente (ver MENEZES, no prelo [2023]).

Muitas fotografias do Rio da Avenida Central – mais de cem – formavam o contraponto "civilizado" a um Rio pobre e esquecido, que parecia estar "fora de lugar". Ao destacar os centenários, a ora dava corpo e voz a atores de contraponto, quem sabe uma forma "enviesada" de demonstrar que, também na questão da longevidade, a capital brasileira seguia os ditames do progresso ao vencer as epidemias.

Qualquer que tenha sido a intenção dos responsáveis pela consolidação das informações censitárias, ela se perdeu no silêncio do passado, levando-nos à lembrança das palavras de Raoul Girardet, ao dizer que: "Em sua vontade de conhecer e de compreender o desenrolar da aventura humana através do tempo, não é afinal inútil que ele [o historiador] lembre de que há portas que não poderá jamais forçar, de que há limites que não poderá jamais transpor..." (Girardet, 1987, p. 24). Apesar das "portas cerradas", a opção por incluir e destacar os centenários na obra permitiu que um outro Rio pudesse ser mostrado: um Rio pobre de gente pobre marcada pela escravidão, presente até mesmo nas "franjas" da área central, como denunciou a revista *Careta*, nos idos de 1909, em matéria intitulada "O Rio desconhecido".

> Para nós, cariocas de todos os bairros, o Rio de Janeiro é o nosso bairro, a Av. Central, Botafogo e os pontos pitorescos celebrados pela admiração embasbacada dos estrangeiros.
>
> Não suspeitam que dentro do nosso bairro, qualquer que seja o de nossa residência, uma cidadezinha pobre e exótica floresce ou vegeta, aninhando em sua escura modéstia um vasto turbilhão de ambições humanas.
>
> No coração da cidade, mesmo nas proximidades da Av. Central, existe esse estranho bairro de Sto Antonio, há pouco descoberto com espanto e vergonha do Rio modernizado […]
>
> As suas casinholas bizarramente construídas de tábuas, de pedaços de caixão, de latas e folhas de zinco dominam um soberbo panorama […].
>
> Laboriosamente construídos sobre rochas, essas casinholas abrigam numerosas famílias, operários, lavadeiras e até fascínoras […].
>
> Da Favela e bairros congêneres têm saído esses famosos e terríveis Prata Preta, Pula Ventana, Chico Pé de Vento e tantos outros heróis das grandes pugnas eleitorais e dos formidáveis conflitos das tabernas (*Careta*, 4 dez.1909, p. 25).

Concentrada nos morros centrais e periferias degradadas, ou deslocada para distritos distantes (destaque para o entorno e encostas do Maciço da Pedra Branca), a pobreza mostrava-se companheira presente na vida de negros

que partilhavam espaços com brancos, também pobres, contando-se entre estes, ainda que em muito menor número, estrangeiros analfabetos e sem qualificações, como os primeiros carentes de políticas republicanas de apoio e inclusão. A condição de penúria desses seres desprovidos de atenção, desnudava uma cidade de duas faces. Nas periferias viviam indivíduos "esquecidos" pelos poderes constituídos, compondo um cenário de sombras oposto às luzes da modernidade.

A situação de abandono acima mencionada pode ser observada, no caso dos centenários, de diferentes formas, destacando-se, por exemplo, a quantidade significativa de indivíduos recenseados em asilos (doze no total), em especial no Asilo São Francisco de Assis. Nesses espaços de abandono foram recenseados, entre outros, Dionysia Maria das Dores, brasileira, viúva e analfabeta e João Mina, que chegou ao Brasil com cerca de quinze (15) anos de idade, possivelmente em 1821.

Fotos de João Mina e Marcellina de Jesus
Fonte: *Censo de 1906*, p. 160 e 155.

Citem-se, ainda, João Mina Africano, que, como o anterior, saia ler e escrever; Marcellina de Jesus, africana, solteira e analfabeta; Maria da Conceição, africana, solteira e analfabeta, recolhida ao Asilo Santa Maria, e Paula Gertrudes da Conceição, brasileira (negra, conforme sua fotografia), solteira e analfabeta, recolhida ao Asilo da Velhice Desamparada (*Censo de 1906*, p. 154-160).

A Santa Casa da Misericórdia e na Colônia dos Alienados também foram encontrados centenários. Na última, por exemplo, desde sua inauguração, em 1890, vivia Antonio Manoel, africano, analfabeto e de estado civil ignorado. (*Censo de 1906*, p. 172). Marcolino Jorge dos Santos, embora não internado, também sofria de alienação mental. Recenseado à rua Miguel Angelo, ele vivia

em um barracão sem numeração e declarou ter chegado ao Brasil com cinco anos de idade. Era africano, viúvo e analfabeto. Como observação dos recenseadores, destaca-se a informação de que ele tinha "mania religiosa [era] curandeiro e esta[va] sofrendo de amolecimento cerebral", estabelecendo-se, assim, uma relação inequívoca entre loucura e religião de matriz africana. (*Censo de 1906*, p. 161).

Em casas de cômodo e estalagens foram recenseados outros censitários, o mesmo ocorrendo em endereços sem numeração, regra geral, situados as encostas de morros. Em um desses endereços morava Isabel Maria da Annunciação, recenseada no Morro de Santo Antonio. Brasileira, ela era viúva, analfabeta e natural da Bahia, onde casou pela primeira vez. Desse casamento nasceram cinco filhos, dos quais quatro morreram crianças. Aos quarenta anos, ficou viúva e transferiu-se para o Rio de Janeiro. Segundo ela, tinha "5 anos quando Tiradentes foi esquartejado" [1792]. Lembrava-se também "das guerras dos Gafanhotos, das Sabinas [Sabinada], Papagaios, Dous de Julho [fim da Guerra da independência na Bahia] e Paraguay". No morro em que morava, vivia em condições de extrema pobreza: "n'um barracão forrado de zinco e envolvido de cima a baixo por um tecido cipoal de favas e maracujás que a abriga[va] da chuva e do frio". No local, mantinha uma plantação de cana e cultivava legumes com suas próprias mãos, aos 114 anos de idade (*Censo de 1906*, p. 148)

Histórias como a de Isabel da Annunciação representavam o lado esquecido de uma cidade a qual circulavam outras mulheres, entre elas Faustina Cândida Passos de Alencastro, a única centenária, pertencente às classes mais privilegiadas, recenseada em 1906.

Faustina Candido P. de Alencastro

Fonte: *Censo de 1906*, p. 151.

Filha de um capitão de milícias do Rio Grande do Sul, Faustina Alencastro era casada com um advogado, também sulista, tendo como descendentes "pessoas ilustres e pertencentes a famílias distintas". Foi recenseada à rua São Clemente e sua inserção no conjunto mostra-se um ponto "fora da curva", quer com relação à cor quer com relação às seu ***status*** social e condições financeiras.

Entre a rua São Clemente, onde Faustina morava, e a maioria absoluta dos endereços onde foram recenseados outros centenários/as, havia, para além dos distanciamentos econômicos e sociais, os raciais e culturais. Vejam-se os casos das duas mulheres "africanas" que se seguem.

Anna (simplesmente Anna) era analfabeta, viúva e mãe de quinze filhos. Havia chegado da África com nove anos de idade e, segundo disse, sempre fora cozinheira e lavadeira, ocupando-se, na data do censo, "em vender doces" (*Censo de 1906*, p. 150). Delphina Maria da Conceição, solteira e também analfabeta, "veio de sua terra para a Bahia com cerca de quinze anos', transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde passou a exercer "a profissão de cozinheira". Nos últimos três anos dedicava-se "a vender plantas, cestas, roseiras, etc", "fazendo ponto" em uma das portas do armazém da rua Marechal Floriano, pertencente à firma Braga Dias e Cia, devido ao fato de esses senhores, segundo ela, a estimarem muito. Segundo os recenseadores, "era forte, andava, via e ouvia bem" (*Censo de 1906*, p. 150).

Ainda que não seja objetivo deste artigo aprofundar discussões sobre a abolição da escravatura e a historiografia relativa ao tema, ou, ainda, sobre práticas políticas da época, sobre o processo migratório e as raízes das ideias de progresso, civilização e branqueamento, que norteavam a opção pela mão-de--obra europeia (vd. MENEZES, 2008), um percurso por esses temas, ainda que superficial, torna-se necessário, por tudo terem a ver com os atores anônimos analisados.

Algumas questões relativas aos processos de abolição e imigração, cujos "fios" apresentam-se de muitas formas emaranhados, merecem, por exemplo, algumas breves observações, sendo uma delas a significativa mudança observada em relação à opção republicana pelo uso da palavra estrangeiro em substituição a imigrante, projetando a exterioridade inerente ao prefixo "ex" (vid DUROSELLE, 2000) em sentido oposto ao prefixo "in" da palavra imigrante, que remete à ideia de movimento para o interior. À medida que o vocábulo "estrangeiro" se tornou dominante no discurso político e jurídico, ele passou a projetar à ideia da existência de um "outro" oposto ao "eu" [nacional], em uma espécie de "espelho invertido" (vid. FRANK, 2000). Essa alteração permitiu que identidades fossem forjadas e pudessem definir o que era a nação. Como venho defendendo (MENEZES, 2020), a ideia de nação passou a ser definida pela alteridade, o

que descartava a necessidade de pensar o papel do negro em uma "comunidade imaginada" (ANDERSON, 2008) construída pela exclusão.

Como estrangeiros estavam incluídos os "africanos" centenários, embora muitos deles tivessem chegado ao país com menos de dez anos, mesmo que lei de 1900 (chamada da Grande naturalização), tivesse tornado brasileiros todos aqueles e aquelas que, a data da lei fossem indivíduos residentes, a não ser que divulgassem publicamente, nos jornais, seu desejo em contrário. Aliás, para os "africanos" era negada sua eticidade, pois a denominação remetia a um pertencimento continental, como se a África não comportasse etnias e culturas variadas.

Em um país de escravidão recente, no qual persistiria uma mentalidade escravista, não apenas nas relações de trabalho, mas também na forma de enxergar o negro como o "outro" inferior, forjando um racismo estrutural, a denominação seria crivada de preconceitos. Nesse processo, não é demais lembrar que, em 1906, somente se haviam passado dezesseis anos desde que a Lei Áurea havia abolido a escravidão, 21 anos desde que os sexagenários se haviam tornado homens livres e 35 anos desde que fora promulgado o "ventre livre".

O que apontam os registros

Na amostra tomada como base de análise para pensar a vida no pós-abolição, é importante lembrar que não é possível saber quantos centenários foram alforriados antes de 1885, ou se esta é a data em que eles, ou a maioria, tornaram-se libertos, tendo em vista que, tendo cem anos ou mais, em 1906, eles teriam, pelo menos, 79 anos de idade por ocasião da Lei dos Sexagenários.

Nos dados concernentes a cada centenário, constam informações obrigatórias, como idade, nacionalidade, profissão e condição de alfabetizado ou analfabeto, impressos tato nas listas de família quanto nas cartolinas de apuração. Dependendo das comissões censitárias regionais, porém, outras informações podiam ser acrescentadas, algumas de uma riqueza surpreendente. Considerando-se a variedade dos registros, nos deparamos com distritos nos quais as informações são apenas as básicas, enquanto em outros estão incluídas lembranças variadas e dados sobre formas de vida e trabalho, em narrativas por vezes longas. Entre todos os distritos, Campo Grande tem um destaque especial, não só por apresentar o maior número de centenários recenseados como pela riqueza das informações sobre eles prestadas, o que aumenta em importância quando lembramos a carência de fontes sobre a vida dos negros no imediato pós-abolição.

No universo dos 178 centenários efetivamente arrolados[6], as informações básicas são as únicas constantes em 46 dos casos, representando 25,84% do total, acrescidas, por vezes, de endereços que permitem, por si só, importantes reflexões sobre condições de vida. Nos casos em que só existem informações básicas, servem de exemplo os registros de Bernardo Joaquim de Almeida: "100 anos de idade, casado, africano, analfabeto, recenseado à rua Senador Pompeu, n. 194"; João Mina: "100 anos de idade, solteiro, africano, sabendo ler e escrever, recenseado no Asilo de S. Francisco de Assis"; e Luiza – simplesmente Luiza – "100 anos de idade, estado civil ignorado, brasileira, analfabeta, residente à rua Benedito Hypólito, 50", servem de exemplo (*Censo de 1906*, resp. p. 152, 155 e 158).

Por vezes, informações como o local de nascimento, condições de saúde, profissão, condições de sobrevivência e outros figuram como acréscimos. Vejam-se os casos de Dionysia Maria das Dores: "100 anos de idade, viúva, brasileira, analfabeta, recenseada no asilo de S. Francisco de Assis", sobre a qual há as informações de que havia nascido no Rio de Janeiro, era mãe de dois filhos (ambos falecidos) e "aia de José Bonifácio de Andrade e Silva" (*Censo de 1906*, p. 154), ou de Elvira Sant'Anna, que "veio da África muito criança e foi residir na Bahia, onde se conservou durante muito tempo e, um ano após "a Guerra do Paraguai [1871] veio para o Rio de Janeiro" (*Censo de 1906*, p. 158). Em alguns casos, as lembranças parecem fantasiosas, quem sabe uma forma de atribuir importância a uma vida considerada como carente de importância, quando não de dignidade.

Em termos de deslocamentos espaciais, os registros comprovam movimentação significativa de outros estados da Federação em direção ao Rio de Janeiro, com a Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe tendo visibilidade. No estado do Rio de Janeiro, também são observados deslocamentos de Angra dos Reis, Campos, Cantagalo, Ilha de Itacuruçá, Magé, Mangaratiba e Maricá e Santa Maria Madalena. Veja-se o caso de Benedicto dos Santos, solteiro, analfabeto e trabalhador na lavoura, que nasceu e se deslocou de Pernambuco, passou grabde parte de sua vida em Santa Maria Madalena, deslocando-se depois para a cidade do Rio de Janeiro, onde possivelmente faleceu. Segundo os recenseadores, era um indivíduo "bastante forte", mas andava "com muita dificuldade, porque [sofria] de uma afecção cutânea nos pés" (*Censo de 1906*, p. 150).

No caso dos que foram identificados como africanos, grande parte deles chegou ao Brasil ainda criança. Thereza de Jesus: "100 anos, solteira, africana e analfabeta", desembarcou com três anos, guardando, em suas lembranças, o

6 O documento fala em um total de 182, mas constam apenas 178 a distribuição por freguesias.

momento da chegada da imperatriz [não cita o nome] no Brasil (*Censo de 1906*, p. 151). Feliciana do Amaral, uma das únicas em que a região de seu nascimento na África foi citada, era atural do Cogo, congolesa, viúva, analfabeta e tinha chegado ao Rio de Janeiro com dez anos de idade. Fez questão de declarar que havia chegado "no tempo de D. Pedro I", havia assistido ao batizado de D. Afonso e à coroação de D. Pedro II (*Censo de 1906*, p. 158).

A profissão também aparece citada em alguns casos, bem como ocupações que continuavam a ser exercidas pelos recenseados, apesar de sua idade avançada. No caso das mulheres, as ocupações citadas tinham relação, em geral, com dotes culinários, mas também havia menções a atividades artesanais. Nesse caso, a venda ambulante de produtos dava continuidade, de alguma forma, a serviços prestados na casa-grande ou "no ganho". Veja-se o caso de Henriqueta Costa. Viúva e analfabeta, ela residia à rua Visconde de Sapucaí. Fora amasiada com seu primeiro patrão, português de nascimento, e com ele teve três filhos, todos falecidos em 1906, data do censo. Após ficar viúva, casou-se com um africano, que faleceu em 1901, deixando-lhe uma filha, quatro netos e um bisneto. Na ocasião em que foi recenseada, ela sobrevivia da venda de "quitandas" por ela preparadas, principalmente rosários, costumando "fazer ponto ora em corredores da Rua Marechal Floriano e da Rua Primeiro de Março, ora na entrada da Praça do Mercado" (*Censo de 1906*, p. 159).

Segundo a distribuição dos centenários pelos distritos da cidade, observa-se as maiores incidência no Espírito Santo e em Campo Grande. No primeiro caso, é importante destacar sua localização na periferia da zona central; no segundo, em região onde existiram grandes fazendas – destaque para a do Mendanha – e a formação de quilombos, responsáveis por atraírem grande número de negros para a região. No pós-abolição, a tendência foi a de permanecer no local, devido à facilidade de acesso à terra, condição necessária à produção de alimentos, quer para consumo próprio quer para venda no mercado, como alguns casos demostram.

A distribuição dos centenários por distritos possibilita ainda observar o espraiamento do povoamento, com a população mais pobre sendo impelida a ocupar as encostas dos morros, numerosos tanta na área central quando nas encostas dos Maciços da Tijuca e da Pedra Branca. Cite-se, ainda, a atração exercida por áreas portuárias (destaque para Inhaúma). Deve ser dada também ênfase a São Cristóvão, bairro imperial, onde, localizaram-se fábricas, em especial de fiação, enquanto as de tecelagem tenderam a se fixar às margens dos rios que desciam do Maciço da Tijuca, em terras da hoje Grande Tijuca (ver MENEZES, 2015). Com relação à Gamboa, destaca-se o fato de dez dos onze recenseados serem "africanos", confirmando a conformação da Pequena África, que viria a se tornar o berço do samba (MOURA, 1983).

Considerando-se os distritos localizados na área central da cidade: Santa Rita, Sacramento, São José (maior incidência de centenários europeus), Santo Antônio, Santana e Espírito Santo, a concentração no distrito do Espírito Santo é significativa, tanto pela citada tendência da fixação de antigos escravizados em áreas de periferia quanto pelo fato de, no distrito estar situado o Asilo da Mendicidade.

Distribuição por distritos urbanos, suburbanos, rurais e insulares					
Distrito	**Total**	**Distrito**	**Total**	**Distrito**	**Total**
Santa Rita	2	Santana	5	Meyer	12
São José	6	Gamboa	11	Inhaúma	13
Santo Antonio	4	Espírito Santo	21	Irajá	11
Sacramento	2	São Cristóvão	14	Jacarepaguá	1
Santa Tereza	4	Tijuca	1	Campo Grande	22
Glória	7	Engenho Novo	10	Guaratiba	4
Lagoa	5	Andaraí	6	Santa Cruz	5
Gávea	2	Engenho Velho	4	Ilhas	6
				TOTAL	178

Fonte: Elaboração própria, com base no *Censo de 1906*.

Quanto ao fator idade, elas não deviam corresponder exatamente à realidade, até porque alguns nem sabiam o ano em que tinham nascido, enquanto outros tendiam ao exagero, chegando a declarar ter alcançado mais de 140 anos de existência. A tendência a exagerar a idade, inclusive, assim foi destacada em introdução da referida seção o Censo:

> Os velhos do Rio de Janeiro não se eximem, portanto, do inocente, mas censurável hábito de exagerar a idade, tão comum aos que já viveram muito, como diminuí-la é o costume dos moços depois de certa idade. Em effet – diz Levasseur – *si les jeunes femmes, les filles surtout, chercent à se rajeunir, les vieillards três avancés em âge mettent leus vanité dans la réputation opposée; ils aiment solvente à se vieillir, présisement parce que ce grand âge est um objet d'admiration* [se as jovens, especialmente as moças, procuram rejuvenescer, os velhos muito avançados colocam sua vaidade na reputação oposta; eles gostam de envelhecer, justamente porque essa grande idade é objeto de admiração] (*Censo de 1906*, p. 85).

A possibilidade do número dos centenários ser menor – ou mesmo, muito menor – em nada desmerece a riqueza de sua presença e destaque, tendo em vista tratar-se de homens e mulheres idosos/as que, apesar da pobreza, haviam conseguido vencer a passagem do tempo, em uma cidade propensa a muitas epidemias e agredida por grande carestia, que afetava, em especial, os mais

pobres.[7] E mais, devido ao fato de serem indivíduos que haviam acompanhado a passagem do Império à República, grande parte deles – senão a maioria – tendo vivido parte, ou a maior parte de suas vidas, sob o jugo da escravidão, projetando-se como constatação interessante (ou, quem sabe, ironia) os mais velhos/as serem, justamente negros que haviam tido uma vida de privações e sofrimento, tornando-se a imensa maioria de pobres da República .

O sentido da longevidade, por vezes, é ressaltado por referências ao fato dos indivíduos terem conhecido um ou os dois imperadores, o que eles apontavam, ao que tudo indica, com orgulho. Luciano da Costa Garcia, casado e analfabeto, disse ter chegado ao Brasil com "10 anos mais ou menos" e afirmou "ter conhecido o primeiro imperador do Brasil, D. Pedro I, quando esteve na província de Minas Gerais". Pai de um filho, de uma filha e avô de um neto, "era forte, via e ouvia bem", vivendo da lavoura (*Censo de 1906*, p. 162). Outra que mencionou o nome de Pedro I foi Paula Gertrudes da Conceição, brasileira, negra segundo sua foto, recenseada no "Asilo da Velhice Desamparada". Segundo ela, foi "empregada do Senador do Imperio Antonio Pinto Chichorro da Gama" e conheceu "muito bem D. Pedro I e D. Pedro II". Apesar da idade, 138 anos – possivelmente um exagero –, ela enxergava e ouvia bem, embora andasse "com muita dificuldade" (*Censo de 1906*, p. 157).

No caso de D. João VI, ele foi mencionado por Maria da Conceição, brasileira, viúva e analfabeta, recenseada no Méier. Era natural de Guaratiba, onde residiu durante muitos anos, dedicando-se à lavoura em uma fazenda da região. Lá teria tido "oportunidade de conhecer D. João VI, durante o tempo de sua residência na antiga Fazenda Imperial de Santa Cruz" (*Censo de 1906*, p. 160).

Apesar das mulheres serem maioria inquestionável (72% do total,) não há nenhuma reflexão sobre esse fato. O silêncio recai também sobre a constatação do peso majoritário das negras no conjunto. Aliás, referências ou menções à raça ou etnia, com exceção da referência aos africanos, são informações praticamente ausentes, compensadas pelas evidências fotográficas. Em apenas um caso há a referência ao fato do centenário (Abel Corrêa da Silva) ser "um preto africano" (*Censo de 1906*, p. 86).

A quantificação por sexo revela que as mulheres totalizavam 137 no conjunto, com expressiva projeção das negras, que representam 81,06% desse total e 100% do número relativo aos distritos de São José, Sacramento, Santana,

7 A carestia atingia não só produtos alimentares, tendo em vista que muitos produtos, como a manteiga, eram importados (o preço dos gêneros alimentícios teve trajetória ascendente de 1893 a 1914), quanto o preço dos aluguéis, segundo os jornais, era um verdadeiro escândalo. A carestia era tema era não só pauta jornalística, como motivação de comícios pela cidade, tendo presença permanente nas *Revistas de Ano*, de Arthur Azevedo, em especial em *A Capital Federal*: "Já não se encontra casa decente / que custe apenas uns cem mil réis / E os senhorios constantemente / o preço aumentam dos aluguéis! / Anda o povinho muito inquieto / e tem – pudera – toda a razão; Não aparece nenhum projeto / que nos arranque desta opressão" (AZEVEDO, s/d., p. 81).

Glória, Tijuca, Engenho Novo e Jacarepaguá. Ainda que representem um universo circunscrito: o dos centenários, esses totais remetem não só à tendência da maior longevidade feminina, como também à possível maior resistência das/os negra/os no enfrentamento de algumas epidemias.

Quanto ao estado civil, a maioria é composta por viúvos e viúvas, mas tem destaque o fenômeno da solteirice: 64 no total dos 102 que indicaram estado civil, correspondendo ao percentual de 62,74%, com as/os negras/os sobressaindo-se no grupo, remetendo a outra marca da escravidão: a dificuldade de constituição de uma família.

No quesito "sabe ler e escrever", apenas em vinte e um casos a resposta foi afirmativa (11,79), incluindo um português, quatorze brasileiros e seis africanos. Como dado remarcável, os números censitários remetem à relação inequívoca entre escravismo e analfabetismo, principalmente no caso das mulheres. No total das 39 africanas arroladas, 37 delas eram analfabetas, correspondendo a 94.87%, com a proporção sendo menor no caso dos homens (78.94%).

Algumas histórias, como já mencionado, trazem dados fantasiosos. Veja-se o caso de um centenário chamado simplesmente de Felippe, que teria integrado, com dois de seus filhos, batalhões na Guerra do Paraguai, onde combateu "sob comando do Duque de Caxias, e em outro comandado pelo Conde D'Eu". Ora, caso a idade de 130 anos, declarada no momento do censo fosse verdadeira, ele teria, em 1864, 88 anos, inapto, portanto, para o campo de batalha. Quem sabe, ao mencionar seus dois filhos, a empolgação o tenha dominado e ele tenha se incluído. No caso dos filhos de Filippe, não há qualquer informação se eles voltaram vivos ou morreram na guerra, (*Censo de 1906*, p. 154 e 155), como aconteceu com os dois filhos de Francisca da Costa, brasileira, viúva e analfabeta, que morreram em combate, com o lamento explícito da centenária de que nunca mais deles teve notícia (*Censo de 1906*, p. 164).

Tal qual Felippe, acima citado, outros africanos foram recenseados sem menção a sobrenomes. Quando estes existiam, tendiam a ter referências religiosas, como indicam Anacleta de Jesus, Thereza de Jesus e Maria da Conceição. Podiam, também, indicar a África como referência, caso de Domingos Africano, João Mina Africano e Maria Africana.

Um total significativo dos endereços declarados remete a moradias sem numeração, demonstrando sua localização em locais situados à margem dos arruamentos, regra geral em morros e terras tomadas às matas. No total, são trinta desses endereços, correspondendo a 16.85% do conjunto total. Aniceto de Andrade, viúvo e brasileiro, por exemplo, foi recenseado à Estrada da Castorina, s/n (*Censo de 1906*, p. 150); Maria Luiza, solteira, brasileira e analfabeta,

morava no Beco do Rio, s/º (*Censo de 1906*, p. 149) e Domingas Rosa, solteira, africana e analfabeta, tinha "casa s/nº (barraco)" (*Censo de 1906*, p. 160).

Com relação aos morros, há menções tanto aos situados na área central (Santo Antonio, Santa Tereza, Senado e Valongo), como nas encostas do Maciço da Tijuca (Salgueiro, na Tijuca, e Guararapes, no Cosme Velho), em São Cristóvão (Telégrafo), na Ilha do Governador (Inglês) e no Maciço da Pedra Branca (Ferreiro, Cabunguy, Murundum, Taquaral, Magarça e Invernada).

A riqueza das fotografias e Campo Grande como diferencial

Considerando-se a fotografia como importante fonte indiciária para a escrita da História, é importante lembrar que sua "leitura" implica, obrigatoriamente a consideração da dimensão social que a envolve, incluindo aspectos que vão da foto em si e de sua temporalidade ao seu "consumo" como imagem (ver Mauad, 1995). Segundo Nelson Schapochnik, citado por Sevcenko (1988) a imagem fotográfica antecipa a memória, pois, eterniza um momento, transformando-se em objeto que rememora o passado.

As fotografias que acompanham os registros relativos a alguns centenários transformam-se, assim, em objeto que rememora um passado marcado pela escravidão. Ainda que sejam poucas numericamente: apenas 26 no total geral dos registros (14,60%), elas são por demais instigadoras, revelando horizontes de possibilidades interpretativas, em especial análises étnico-sociais dos primeiros tempos republicanos. Em algumas fotos, por exemplo, não só é possível "encontrar" rostos de personagens esquecidos quanto a pobreza que era vivenciada em espaços situados à margem do progresso, expressa em casebres humildes e em roupas de algodão grosseiro (típicas de tempos de escravidão) que a maioria envergava, sem falar na tristeza pungente de rostos marcados por anos de submissão e sofrimento e de exclusão no pós-abolição.

No conjunto das fotos, cinco (5) referem-se a "africanos", sendo as demais de "brasileiros", dentre os quais quinze (15) são negros, representando, portanto, 75% do conjunto. Somados aos africanos, o número de negros eleva-se ao patamar de vinte (20) no total dos 26, atingindo um percentual de 76,92%. Como projeção, considerando-se indícios textuais presentes em outros registros, é possível ousar dizer que os negros são mais do que setenta (70) no total geral, correspondendo, pelo menos, a 68,62% do conjunto.

A quantidade de fotos de negros e negras, em uma documentação onde inexistem registros relativos à cor, assume ampla significação, por romper silêncios presentes em outras fontes, bem como nos muitos não-ditos, revelando, ademais, importantes facetas da silenciada vida cotidiana dos pobres no pós-abolição. Não há como saber a data em que as fotografias foram tiradas, mas

é possível pensar que muitas delas tenham sido em datas anteriores ao censo, quem sabe para algum tipo de outro registro.

No conjunto das fotos, a maior quantidade concentra-se nos distritos de São Cristóvão e Campo Grande, onde constituem praticamente a metade dos registros. Outros distritos, no polo oposto, não trazem sequer uma única foto, caso, por exemplo, do distrito do Méier.

DISTRICTO DE S. CHRISTOVÃO

Jerusyma da Conceição, com 137 annos de edade, viuva, brazileira, analphabeta, recenseada no Asylo da Velhice Desamparada. Fallecida em 19 Março de 1907.

Jerusyma da Conceição

Martha de Souzá, com 107 annos de edade, solteira, brazileira, analphabeta, recenseada á rua Major Fonseca n. 3 A. E' natural do Ceará. Sempre gozou saude e é muito forte. Vê muito pouco e ouve bem.

Anna da Silva, com 120 annos de edade, viuva, brazileira, analphabeta, recenseada á rua da Alegria n. 47. Nasceu na ilha de Itacurussá, Estado do Rio, e ahi se casou aos 13 annos com Ignacio José da Silva, fallecido ha 40 annos. Depois de viuva veiu morar em Mangaratiba, em companhia de uma filha. Sempre gozou saude. Anda, ouve bem e vê pouco. Teve 12 filhos. A sua actual descendencia é representada por 2 filhos, 2 netos e 4 bisnetos.

Anna da Silva

Joaquim Teixeira Barbosa, com 121 annos de edade, solteiro, portuguez, analphabeto, recenseado á Praia de S. Christovão n. 177 (Hospicio de N. S. do Soccorro). Fallecido em 18 de Outubro de 1906.

Paula Bernardes de Gonçalo, com 138 annos de edade, solteira, brazileira, analphabeta, recenseada no Asylo de Velhice Desamparada. Nasceu no Rio de Janeiro, freguezia de Engenho Velho, e foi empregada do Senhor do Engenho Antonio Pinto Chichorro da Gama. Esteve em Pernambuco cuja de 5 annos quando presidiente dessa provincia o saudoso Senador. Conheceu muito D. Pedro I e D. Pedro II. Vê e ouve bem; anda com muita facilidade.

Paula Bernardes de Gonçalo

Rita de Ellis, com 100 annos de edade, viuva, brazileira, analphabeta, recenseada á rua da S. Christovão n. 104 (estalagem). Fallecida em 11 de Outubro de 1906.

Rita de Ellis

Damiana Fernandes Torres, com 109 annos de edade, viuva, brazileira, cabanda (tir e escrever, africana, recenseada á rua Dr. Paula n. 34. Nasceu no Estado de Minas Geraes, em Matthias Barbosa, na Fazenda da Mangueira do D. Matheus. Depois da morte dessa senhora, foi empregada do Senhor do Imperio Conde de Barpendy e do Barão de Santa Justa. Foi casada com Ludovico Maria Theodoro, fallecido ha 8 annos. A sua actual descendencia é representada por 3 filhos, 3 netos e 2 bisnetos. Vê muito pouco e ouve muita fraqueza nas pernas. Ouve bem.

Damiana Fernandes Torres

Francisco Vianna, com 103 annos de edade, viuvo, brazileiro, sabendo lêr e escrever, solteiro, recenseado á rua das Tres Barras n. 1 A. Nasceu na praia das Sardinhas; tem-se 3 annos. A primeira vez com Leopoldina Silva Vianna, a segunda com Carolina Soares Vianna e a terceira com Maria dos Reis Vianna. Desses casamentos teve 18 filhos, actualmente apenas 1 filha, com quem vive. Esta teve ses só filho, afirmado como solteiro e fallecido em Cataduva, na expedição Moreira Cesar. Dedicou-se sempre ao serviço de Egreja, chegando a occupar o cargo de sacristão-mór da Capella Imperial. Recebeu do Imperador uma pensão de 20$000 annuaes. Em primeiro de Abril de 1906 foi demittido. Recebe actualmente uma pensão mensal de 20$000 da Irmandade do Carmo. Deixou de ser sacristão por estar soffrendo da vista. Ainda está bem forte.

Francisco Vianna

Rêvelgas, com 115 annos de edade, viuva, africana, analphabeta, recenseada á rua de S. Januario n. 29.

Rêvelgas

Maria Francisca, com 100 annos de edade, solteira, africana, analphabeta, recenseada á rua Conde de Leopoldina n. 8 (estalagem, casa 7). Só teve uma filha, que ainda vive e conta já 61 annos. Vê e ouve bem, anda com difficuldade. Tem vivos 1 filha, 2 netos, 8 bisnetos e 3 tataranetos.

Catharina da Conceição, com 110 annos de edade, solteira, africana, analphabeta, recenseada á rua S. Januario n. 119 A. Vê, ouve, anda bem e goza saude.

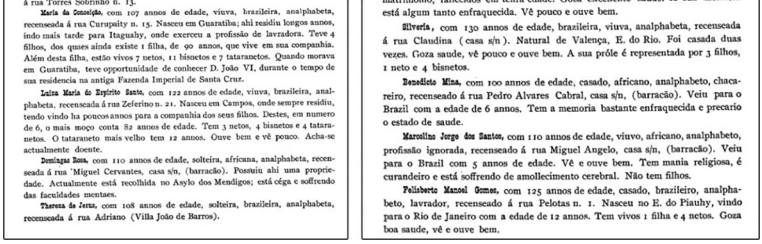
Joaquina da Costa, com 100 annos de edade, solteira, africana, analphabeta, recenseada na Quinta do Caju n. 19

Fernando Felix do Espirito Santo, com 101 annos de edade, solteiro, brazileiro, analphabeto, operario, recenseado á rua da Alegria n. 36. Nasceu no Estado da Bahia. Veiu para o Rio de Janeiro com 40 annos. Além do serviço domestico, exercia nas horas vagas o officio de sapateiro. Ha 3 annos que serve como porteiro da Fabrica de Tecidos S. João. Está forte, vê, ouve e anda bem. Goza muito boa saude.

Maria Adelaide A. Teixeira, com 100 annos de edade, viuva, brazileira, sabendo lêr e escrever, recenseada á rua Caixa d'Agua n. 2.

Fernando Felix do Espirito Santo

Centenários no distrito de São Cristóvão. Fonte: *Censo de 1906*, p. 156-8.



DISTRICTO DO MEYER

Rosa Maria da Costa, com 100 annos de edade, viuva, brazileira, sabendo lêr e escrever, recenseada á rua Dr. Padilha n. 20. Nasceu no Rio de Janeiro na rua Jardim Botanico. Foi casada duas veres; teve 3 filhos, cuja descendencia actual é constituida por 3 netos. Vê muito pouco, mas ouve bem.

Apollinaria, com 100 annos de edade, solteira, africana, analphabeta, recenseada á rua Torres Sobrinho n. 13.

Maria da Conceição, com 107 annos de edade, viuva, brazileira, analphabeta, recenseada á rua Curupaity n. 15. Nasceu em Guaratiba; ahi residiu longos annos, indo mais tarde para Itaguahy, onde exerceu a profissão de lavradora. Teve 4 filhos, dos quaes ainda existe 1 filha, de 90 annos, que vive em sua companhia. Além desta filha, estão vivos 7 netos, 11 bisnetos e 7 tataranetos. Quando morava em Guaratiba, teve opportunidade de conhecer D. João VI, durante o tempo de sua residencia na antiga Fazenda Imperial de Santa Cruz.

Luiza Maria do Espirito Santo, com 122 annos de edade, viuva, brazileira, analphabeta, recenseada á rua Zeferino n. 21. Nasceu em Campos, onde sempre residiu, tendo vindo ha poucos annos para a companhia dos seus filhos. Destes, em numero de 6, o mais moço conta 82 annos de edade. Tem 3 netos, 4 bisnetos e 4 tataranetos. O tataraneto mais velho tem 12 annos. Ouve bem e vê pouco. Acha-se actualmente doente.

Domingas Rosa, com 110 annos de edade, solteira, africana, analphabeta, recenseada á rua Miguel Cervantes, casa s/n, (barracão). Possuiu ahi uma propriedade. Actualmente está recolhida no Asylo dos Mendigos; está céga e soffrendo das faculdades mentaes.

Theresa de Jesus, com 108 annos de edade, solteira, brazileira, analphabeta, recenseada á rua Adriano (Villa João de Barros).

Lauriana M. da Conceição, com 108 annos de edade, solteira, brazileira, analphabeta, recenseada á rua Bazilio de Britto n. 7.

Severina Maria da Conceição Barreiro, com 120 annos de edade, viuva, africana, analphabeta, recenseada á rua Dr. Lins de Vasconcellos n. 51. Veiu para o Brazil com 10 annos de edade. Foi casada duas vezes, tendo tido 2 filhos do primeiro matrimonio, fallecidos em tenra edade. Goza excellente saude. A sua memória está algum tanto enfraquecida. Vê pouco e ouve bem.

Silveria, com 130 annos de edade, brazileira, viuva, analphabeta, recenseada á rua Claudina (casa s/n). Natural de Valença, E. do Rio. Foi casada duas vezes. Goza saude, vê pouco e ouve bem. A sua prôle é representada por 3 filhos, 1 neto e 4 bisnetos.

Benedicto Mina, com 100 annos de edade, casado, africano, analphabeto, chacareiro, recenseado á rua Pedro Alvares Cabral, casa s/n, (barracão). Veiu para o Brazil com a edade de 6 annos. Tem a memoria bastante enfraquecida e precario o estado de saude.

Marcolino Jorge dos Santos, com 110 annos de edade, viuvo, africano, analphabeto, profissão ignorada, recenseado á rua Miguel Angelo, casa s/n, (barracão). Veiu para o Brazil com 5 annos de edade. Vê e ouve bem. Tem mania religiosa, é curandeiro e está soffrendo de amollecimento cerebral. Não tem filhos.

Felisberto Manoel Gomes, com 125 annos de edade, casado, brazileiro, analphabeto, lavrador, recenseado á rua Pelotas n. 1. Nasceu no E. do Piauhy, vindo para o Rio de Janeiro com a edade de 12 annos. Tem vivos 1 filha e 4 netos. Goza boa saude, vê e ouve bem.

Centenários no distrito do Méier. Fonte: *Censo de 1906*, p. 160-1.

Em geral, as fotos referem-se a negras e negros, sendo cinco (5) relativas especificamente a *africanos*. Todas as demais são de brasileiros, entre os quais quinze (15) são negros, representando 75% desse conjunto, não havendo nenhuma foto de imigrante europeu (onze (11) no conjunto, representado 6, 17%) do total). Com relação a estes, chama atenção o fato de apenas um deles dominar a leitura e a escrita.

Fotos de Paula Gertrudes e Edwiges – africanas e de Domingas F. Vieira e Francisco Vianna – brasileiros
Fonte: *Censo de 1906*, resp. p. 157, 158, 152 e 157.

Somados os brasileiros negros aos africanos, encontramos o número total de vinte (20) no conjunto dos 26 fotografados, o que representa um percentual de 76,92%. Projetando-se esse número para o todo do conjunto, incluindo os que não têm fotos, é possível chegar à estimativa da presença de mais de uma presença majoritária de centenários de pele negra, correspondendo a uma estimativa de mais de 70% do total.

A quantidade de fotografias de negras e negros, porém, em uma documentação onde praticamente inexistem registros de cor, assume ampla significação, rompendo silêncios presentes nos muitos não-ditos, revelando, ademais, importantes facetas da vida cotidiana da população mais pobre. Não há como saber a data das fotos, mas tudo parece indicar que elas eram anteriores à data do recenseamento.

Apesar da má qualidade das imagens, em dois casos é possível visualizar construções de pau-a-pique localizadas na encosta do morro das Caboclas. Em uma delas, Rechelina Baptista aparece sentada, com os filhos, diante de sua habitação. Em outra, Ricardo de Oliveira, produtor de bananas, posa de paletó em frente ao seu casebre. Os dois foram recenseados no distrito de Campo Grande. Sobre este distrito, em especial, cabe lembrar que, em 1906, ele permanecia parte da área rural que abastecia a cidade. A região, em um passado recente, a fazenda do Mendanha, dedicada à monocultura da cana-de-açúcar, e depois do café, detinha grande quantidade de escravizados. Com o processo de abolição, por lá fixaram-se antigos escravizados em terras tomadas à mata, onde se dedicavam ao cultivo de produtos como a banana. Na área, há treze (13) endereços de moradias sem numeração, comprovando o processo de tomada de terras devolutas, com algumas menções objetivas ao morro das Caboclas e às serras do Lameirão e da Capunga.

A riqueza de detalhes encontrada nos apontamentos do distrito foge à lógica adotada aos demais distritos, com o acréscimo de informações que representam "joias raras" para os historiadores. Não só em termos de informações textuais, como também iconográficas, permitindo a observação de lugares e

formas de viver. Vejam-se os casos de Silveria Maria da Conceição, Carlos Cardozo de Souza e Ricardo Antonio de Oliveira.

> Silveria Maria da Conceição, 130 anos de idade, viúva, brasileira, analfabeta, recenseada na estrada d'Água Branca (casa s/n). Reside com seu filho José Gallo dos Santos. É natural de Maricá: nasceu no dia de S. João, em 24 de junho de 1776, casou-se aos 35 anos, com José Gallo de Santa Ursula, maior de 40 anos. Perdeu seu marido na epidemia de *cólera morbus* de 1856, falecendo ele com 95 anos. Tinha nesta época 5 filhos e tanto ela como eles foram também acometidos de cólera, sucumbindo 2 filhos já homens e bem fortes. Os seus pais faleceram muito velhos, não podendo bem precisar a idade: parece-lhe, porém, que ambos morreram com mais de 100 anos (*Censo de 1906*, p. 166).

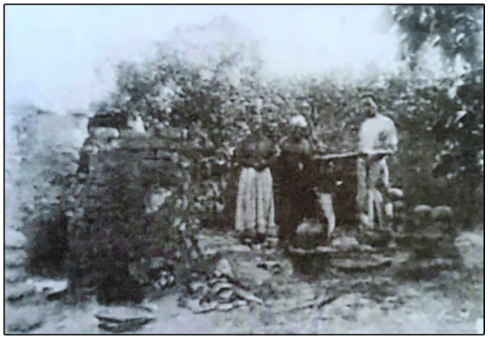
O texto sobre Silvéria é o mais extenso dentre todos. Para muito além de respostas breves, este fato indica que ela, ao contrário de outros, pôde exercitar livremente o direito de falar, o que se traduziu em rica narrativa sobre seus hábitos, condições de saúde e trabalho remetendo, de várias formas, a um coletivo formado por gente pobre como ela.

> Até a data de hoje [1906] não se recorda de ter nisto nascer o dia estando na cama. Levanta-se de madrugada, antes do romper d'alva, mesmo no tempo do frio, e gosta de deitar-se logo que anoitece. A única doença que teve até esta data foi o cólera. Não se recorda de ter tido dor de cabeça nem de dente: atualmente começa a incomodá-la o reumatismo. Vê, ouve e anda perfeitamente [...]. (CENSO de 1906, p. 166).

> Silveria dedica-se à indústria de objetos de barro, tais como, panelas, moringas, quartinhas etc; isto desde a idade de 10 anos, havendo, por conseguinte, 120 anos que trabalha neste serviço. No começo do negócio vendia o cento de panelas por 12$000 e, atualmente, o cento custa 40$000 e não tem mãos a medir, tal a procura. Não havendo onde reside o barro especial de que precisa, vai buscá-la no lugar denominado Retiro, distante 4 quilômetros. Nessas ocasiões aluga uma carroça e vai pessoalmente fazer o serviço. Na sua olaria o barro é amassado, enformado e cozido nos fornos só por ela, sem auxílio de quem quer que seja. [...] (CENSO de 1906, p. 166).

Como no caso de outros/as centenários, também no relato sobre Silvéria há referências a D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, "este último ainda menino". Quem sabe por isso, ela "não se conforma[va] com a proclamação da República, e o que mais a incomoda[va] [era] não conhecer bem o dinheiro em papel, constantemente substituído por notas novas". Mãe de "enorme prole", ela contava com apenas "3 filhos [vivos]" à época do censo, mas seus filhos/as haviam possibilitado que ela tivesse "19 netos, 26 bisnetos, 14 tataranetos e 6 bis-tataranetos", com uma descendência total de 65 pessoas, distribuídas pelas cidades de Maricá, São Gonçalo e Niterói (CENSO de 1906, p. 167).

Segundo consta das informações prestadas pelos recenseadores, seu estado intelectual era "o melhor possível", pois lembrava, com precisão, datas e fatos, recordando-se, em detalhes, de fatos importantes de sua vida.



Fotos de Silveria da Conceição e de sua olaria. Fonte: *Censo de 1906*, p. 166 e 167.

Outros registros importantes dizem respeito a Carlos Cardozo de Souza, que também disse ter conhecido os três monarcas. Nascido em Campo Grande, "onde sempre residiu e contraiu casamento com 24 anos", era brasileiro, viúvo, analfabeto e tinha 115 anos quando foi recenseado à Serra do Lameirão Pequeno, onde residia com um filho. Ao todo, ele teve dezoito (18) filhos, estando apenas cinco (5) vivos por ocasião do Censo de 1906, todos nascidos de uma única mulher. O mais velho tinha 88 anos e o mais jovem 62, contando-se, ainda, dezessete (17) netos, 25 bisnetos e oito (8) tataranetos. Forte, vendo e ouvindo bem, "sempre gozou de boa saúde e foi sempre muito trabalhador", tendo exercido o ofício de carpinteiro quando era moço, recordando que participou da construção da "antiga igreja de Campo Grande, destruída por um incêndio" por volta de 1886. Em 1906, ocupava-se "com o fabrico de jacás, cestos e cestas de taquara ou bambu, indústria que lhe da[va] bastante lucro pela grande procura como meio de transporte de bananas" (*Censo de 1906*, p. 167).

Foto de Carlos Cardozo de Souza. Fonte: *Censo de 1906*, p. 167.

Quem sabe era ele fornecedor de Ricardo A. de Oliveira, que se dedicava ao cultivo de bananas. Filho de pai nascido em Ouro Preto e por volta de 1886, ele também havia nascido em Campo Grande. Era brasileiro, lavrador, declarou ter 102 anos no momento do recenseamento, sabia ler e escrever e era casado uma com mulher de noventa (90) anos, chamada Anna Rosa de Oliveira. Foi recenseado no Morro das Caboclas, em casa sem número. No distrito de nascimento, casou e passou toda a sua vida, tornando-se pai de uma filha e de três filhos. Quando tinha cerca de trinta (30) anos – por volta, portanto, de 1834, caso seus 102 anos fossem reais – tornou-se feitor de fazenda, e assim trabalhou durante algum tempo. Tornou-se conhecido no bairro pela alcunha de "caixeiro", devido ao fato de, liberto, ter sido ajudante do primeiro estabelecimento comercial surgido em Campo Grande.

Foto de Ricardo de Oliveira. Fonte: *Censo de 1906*, p. 168.

Ao que tudo indica muito falante, ele declarou aos entrevistadores que, após conseguir juntar algum dinheiro, comprou a terra onde morava e nela construiu sua casa, que a foto demostra ser de pau-a-pique. Em terras que considerava suas, dedicou-se ao cultivo de bananas que, segundo ele, era "o gênero de cultura de sua predileção e lhe [vinha dando] muito bom resultado, pois [era] um dos maiores exportadores da estação de Campo Grande", trabalhando "de enxada" quando era preciso. Com saúde que ele considerava "invejável", interessava-se pelos progressos do país, acompanhando a política e sendo

partidário do Senador Augusto de Vasconcelos,[8] "a quem chama[va] de chefe, sendo, também, leitor de jornais (***Censo de 1906***, p. 168).

Nos três casos acima tratados, os protagonistas eram afrodescendentes. Em dois casos, há citações a deslocamentos espaciais. No caso de Silveria, de Maricá para a capital; no caso de Ricardo, de Ouro Preto para o Rio de Janeiro. Os relatos, por outro lado, indicam melhores condições de sobrevivência na área rural, onde o acesso à terra era mais fácil. Por fim, desperta curiosidade a explicitação de preferências e/ou de posturas políticas: Silvéria tinha críticas à República; Ricardo era um indivíduo envolvido nas teias do clientelismo republicano. Todos eles, no alto de suas idades avançadas, continuavam a trabalhar, sendo responsáveis pela própria sobrevivência.

Em um contexto que privilegiava o ***não-dizer***, relatos de "centenários" como eles constituem-se em importante possibilidade de lançar o olhar investigador sobre "zonas mudas", nas quais movimentavam-se "pessoas comuns" que lutavam duramente pela sobrevivência. Negros em geral, mas também brasileiros estrangeiros. No caso destes, aqueles que se afastavam do protótipo de imigrante desejado.

Recolhidos em asilos e hospitais da cidade, em atividade na lavoura, no desempenho de tarefas diversas, ou simplesmente na inatividade, após anos e anos de trabalho, pessoas muito idosas, graças ao Censo e à forma pela qual os dados coletados foram sistematizados e chegaram ao público, puderem ser desveladas como atores históricos excluídos do Rio do progresso e da civilização. Nessa dimensão, viveram "outra cidade", conformada por "outras" circunstâncias, possibilidades, sensibilidades, crenças e costumes. Nela lutaram duramente pela sobrevivência, esquecidas pelos poderes constituídos.

Fontes

BRASIL. *Recenseamento do Rio de Janeiro* (Districto Federal), realizado em 20 de setembro de 906. Rio de Janeiro: Officina da estatística, 1907.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

8 Augusto de Vasconcelos (1853-1915) era médico e ganhou destaque em Campo Grande, onde fez carreira política. Foi Delegado da Higiene ao tempo do Império e Membro do Conselho de Intendência Municipal da cidade do Rio de Janeiro. Foi eleito Deputado Federal em 1897, sendo reeleito mais duas vezes (1900 e 1903). Em 1906 assumiu o primeiro mandato de senador (1906-1914), sendo reeleito em 1915, ano em que faleceu. Informações disponíveis em http://cpdoc.fgv.br/sites/ default/files/verbetes/ primeira-republica/VASCONCELOS,%20 Augusto%20de.pdf. Consulta em 02 de junho de 2016. Foi membro da Comissão Regional de Campo Grande no Censo de 1906.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império perecerá*. Teoria das Relações Internacionais [Trad. Ane Lize Spaltenberg de S. Magalhães]. Brasília/São Paulo: UNB/ Imprensa Oficial do Estado, 2000. 484 p. (Nova Clio, A História e seus problemas, 38.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MAUAD, Ana. Através da imagem: possibilidades teórico-metodológicas para a análise de fotografias como fonte histórica. In: "Seminário Pedagogia da Imagem, Imagem da Pedagogia". *Anais* ... Niterói, 1995, pp. 21-31.

MENEZES, Lená M. de. "A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX". In: CANCINO, H. y MORA, R. de la (coord.). *Ideas, intelectuales y paradigmas en América Latina (1850-2000)*. Vera Cruz: Univ. Veracruzana Lomas del Estadio, 2008, p. 396-414.

____. "O estrangeiro como "outro" na construção de uma 'comunidade imaginada'". In: PITA, António P.; PRADO, M. Emilia; DALES, Michelle (Org.). *Mundo Ibero--americano - Entre a tradição e a modernidade*. Coimbra/ Campina Grande: Ed. Univ. Federal de Campina Grande; Imprensa da Un. de Coimbra, 2020, p. 53-68.

____. Tijuca: registros da lusitanidade. Indústria, comércio e cadeias migratórias. In: MENEZES, L. M. de e SOUSA, F. *Anais do IX Seminário Internacional sobre Emigração Portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: LABIMI/UERJ, 2015, p. 231-238.

____. *Nem tudo era moda ou cancan*. Francesas no Rio Imperial (dig.). No prelo para publicação em 2023, pela Editora Ayran.MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. FUNARTE/ Instituto Nacional de Música, 1983.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*, 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 423-512.

Recebido em 04/11/2022
Aprovado em 30/11/2022

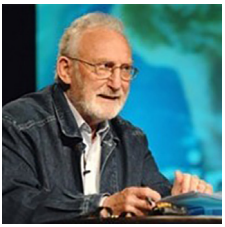
ESBOÇO TEMÁTICO

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 29 • Número 29 • 2022

NACHMAN FALBEL

Anat Falbel[1]



Nachman Falbel, nasceu em 21 de março de 1932, na cidade de Krystynopol, Polonia, atualmente Chernovograd, Ucrânia. Chegou ao Brasil em 1939 onde frequentou as escolas do ciclo médio. Em 1956, radicou-se em Israel, onde realizou seus estudos de graduação de História e Filosofia na Universidade Bar-Ilan, iniciados em 1960. Como estudante naquela universidade e incentivado pelo notável medievalista Prof. Avrom Saltman passou a especialização em história e pensamento medieval.

Ao retornar ao Brasil inscreveu-se na Universidade de São Paulo, onde retomou suas atividades acadêmicas na área de estudos medievais. Enquanto ainda estava revalidando seu diploma de Bar-Ilan, foi convidado a lecionar no Departamento de História da Universidade de São Paulo onde apresentou trabalhos subsidiárias a fim de poder se inscrever no doutorado. A primeira pesquisa era intitulada *As heresias dos séculos XII e XIII* e foi apresentada na área de História das Religiões; e a segunda intitulada *De Reductione Artium ad Theologiam, de São Boaventura*.

O tema da pesquisa do seu doutorado foi sugerido pelo Prof. Avrom Saltman quando ainda estudante da graduação em Bar-Ilan, em Israel. A pesquisa teve continuidade durante os anos seguintes no Brasil uma vez que as temáticas trabalhadas em suas teses subsidiarias estavam relacionadas ao tema de seu doutorado, apresentado em 1972, sob o título *A luta dos Espirituais e sua contribuição para a reformulação da teoria tradicional acerca do poder papal*, que

1 Arquiteta. Co-organizadora e co-autora, com Avraham Milgran e Fabio Koifman do livro *Judeus no Brasil: história e historiografia*; ensaios em homenagem a Nachman Falbel. São Paulo: Garamond, 2021.

em 1995 seria publicada pela editora Perspectiva, sendo agraciada com o prêmio Jabuti do ano de 1996. A mesma obra foi posteriormente traduzida e publicada pela mesma editora na língua inglesa em 2011.

A partir de 1969, o Prof. Nachman Falbel teve um papel ativo na criação do Centro de Estudos Judaicos no Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo, do qual foi diretor durante muitos anos. Foi nesse tempo que implementou a disciplina *História dos Judeus na Idade Média*, que passou a ser oferecida pelo Departamento de História aos cursos de graduação da USP. Do mesmo modo, organizou no Programa de Pós-Graduação de História Social da mesma universidade, cursos dedicados ao estudo das relações entre *regnum* e *sacerdorium* na Idade Média, e ainda sobre as crônicas hebraicas medievais. Sobre esse tema publicaria o livro *Kidush haShem, Crônicas Hebraicas sobre as Cruzadas* (Edusp, 2001). Em 1975, por iniciativa do Prof. Nachman Falbel, foi criado o Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, hoje integrado ao Museu Judaico de São Paulo, com a finalidade reunir documentação sobre história, imigração e presença judaica no Brasil, relativa particularmente ao período contemporâneo. Exercendo a função de diretor dessa instituição, durante várias décadas, Falbel desenvolveu estudos significativos nessa área, ampliando os horizontes historiográficos.

Passados alguns anos após o doutorado, em 1977, Falbel prestaria novo concurso de livre-docência, apresentando a tese *Arnaldo de Vilanova, sua doutrina reformista e sua concepção escatológica*. A obra seria publicada pela FFLCH-Humanitas, em 2018, com prefácio do Prof. Jaume Mensa i Valls, da Universitàt Autònoma de Barcelona. Entre os concursos que prestou, encontra-se o de professor-adjunto, realizado em 1983, título acadêmico que nesse tempo ainda era obrigatório na carreira universitária e no qual obteve o primeiro lugar. Seu último concurso público para Professor Titular se deu em 1992.

Aposentado em 1998, Nachman Falbel contribuiu de forma substancial para o desenvolvimento da área dos estudos medievais, assim como a formação de um seleto número de estudiosos e medievalistas em diversas universidades do Brasil.

Foi autor e organizador de vários livros e artigos, além de ter atuado como curador de exposições sobre a história de judeus no Brasil.

Recebido em 17/10/2022
Aprovado em 30/11/2022

O CASTELINHO DA GLÓRIA E A OBRA DE ANTONIO VIRZI[1]

William Bittar[2]

In memoriam do Professor Arquiteto Olinio Coelho,
Grande defensor do Ecletismo
e da obra de Antonio Virzi no Rio de Janeiro

Em matéria de 05 de julho de 2022, o jornal *Diário do Rio* noticiou a reinauguração do Hotel Glória como residencial, prevista para 2026. Além do edifício principal, o projeto contempla o restauro do entorno imediato composto pelas calçadas, jardins e balaustrada, incluindo um pequeno palacete situado à rua do Russel, nº 734, conhecido como Villino Silveira, inscrito, em 1970, nos livros do Tombo Histórico e de Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), portanto sob proteção federal. Segundo o jornal, este imóvel deverá funcionar como café-escola e abrigar o acervo histórico do edifício e do hotel, um pequeno centro cultural.

Villino Silveira. Foto do autor.

O imóvel, conhecido na cidade também como Castelinho da Glória, foi projetado por Antonio Virzi, arquiteto italiano, nascido em Palermo, em 1882, aluno de Arquitetura no Instituto de Belas Artes, em Nápoles, e no Instituto de Belas Artes de Milão.

1 A versão original deste texto foi publicada no jornal *Diário do Rio*, 14 de julho de 2021. Disponível em: https://diariodorio.com/william-bittar-o-castelinho-da-gloria-e-a-obra-de-antonio-virzi/. Acesso em: 22 de julho de 2022.

2 Arquiteto, livre-docente em Arquitetura, professor aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ). Autor de pesquisas e projetos de restauração e revitalização do patrimônio cultural. Coautor de vários livros, além de diversos artigos e entrevistas em periódicos sobre Patrimônio Cultural e Arquitetura no Brasil.

Virzi chegou ao Brasil em 1910, se casando, em segundas núpcias, com a brasileira Lívia da Rocha Miranda, filha de uma família tradicional da elite carioca. A partir da segunda década do novecentos, desenvolveu sua atividade profissional na cidade do Rio de Janeiro, para mais tarde se transferir para São Paulo, onde faleceu em 1954. Em 1911, ministrou aulas de concepção e elaboração de ornatos na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), por indicação do escultor Rodolfo Bernardelli, diretor da instituição. O arquiteto projetou diversos edifícios nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e São Paulo, apresentando um repertório muito singular e original, marcando sua passagem pela arquitetura nacional[3].

O Villino[4] Silveira foi projetado, em 1915, para a residência de Gervásio Renault da Silveira. Conforme a bibliografia, o autor já possuía experiência em diversos tipos de projetos na Itália, antes mesmo de migrar para o Brasil. Provavelmente, seu repertório muito particular está associado à formação em sua terra natal, como a obra do arquiteto Ernesto Basile, também autor de alguns *villini*[5].

O proprietário do Villino Silveira era o fabricante do famoso Elixir de Nogueira, cuja fábrica foi instalada em 1916, em endereço bem próximo no mesmo bairro, na rua da Glória, n. 214. Era um edifício que se destacava na paisagem do bairro e pela singularidade de sua arquitetura com ornamentação excepcional de figuras oníricas, o que justificou sua proteção por tombamento estadual em 1966. No entanto, três anos depois o tombamento foi suspenso pelo governador do antigo estado da Guanabara Negrão de Lima, o que permitiu sua demolição em 1970 - uma perda irreparável para o patrimônio cultural carioca. É possível supor que esse fato contribuiu para a aprovação do tombamento na esfera federal do Villino Silveira, no-mesmo ano da demolição do mais conhecido edifício histórico projetado pelo arquiteto italiano que desenvolveu sua criação no Brasil[6].

A obra de Virzi também é relacionada aos trabalhos de Antonio Gaudí, notável arquiteto catalão, que associava conhecimentos técnicos e artísticos em suas concepções compostas de volumes inesperados, soluções complexas de planta e fachada e apropriações de lotes com projetos inovadores e instigantes.

---

3 HERMES, Maria Helena da Fonseca. *Antonio Virzi, arquiteto*. 19&20, Rio de Janeiro, v. VI, n. 1, jan./mar. 2011. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/arte decorativa/virzi.htm. Acesso em 22 de julho de 2021.

4 O termo italiano *villino* se refere a palacetes, denominação adotada no Brasil por Antonio Virzi.

5 ARESTIZÁBAL, Irma e GRINBERG, Piedade E.. Antonio Virzi. *Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, 1989. p. 4 – 27.

6 COELHO, Olínio Gomes P.. Arquitetura perdida: Elixir de Nogueira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, ano 24, n.24, p. 145-192, 2017. Disponível em: https://www.ihgrj.org.br/uploads/1/3/4/5/1345009/revista_do_ihgrj_24_2017.pdf. Acesso em: 22 de julho de 2022.; Elixir de Nogueira – Monumento histórico. *Arquitetura*, Rio de Janeiro, n. 64, p. 3-6, out. 1967.

Assim como Gaudí, a atribuição de rótulos estilísticos é uma tentativa simplista para classificar um profissional com tal criatividade e ousadia, mesmo em um período pródigo em referências formais. Algumas características podem ser reconhecidas na sua arquitetura, como influências historicistas, *Liberty, Sezession, Art-Nouveau***,** que variavam à medida que novos edifícios saíam de sua prancheta, a maioria demolida na década de 1970 para atender à especulação imobiliária: Vila Marinha, à rua Senador Vergueiro; o edifício da fábrica do Elixir de Nogueira, na rua da Glória; o indescritível Palacete Martinelli, situado na Av. Oswaldo Cruz; a casa Smith Vasconcelos, em plena avenida Atlântica, no bairro de Copacabana.[7]

Casa Smith Vasconcelos. Coleção Particular.

Apesar de tudo, além da residência Silveira, no bairro da Glória, foram preservados alguns exemplares de singular arquitetura capazes de testemunhar a genialidade deste profissional, na cidade do Rio de Janeiro, conforme registrou o Professor Olínio Coelho em artigo publicado na *Revista do IHGRJ*, fonte principal deste texto: "a residência da família Silveira, proprietária da Fábrica do Elixir de Nogueira, na Rua do Russel, 734; a residência Victor Villiot Martins, na Rua Sá Ferreira, 80, hoje Biblioteca Municipal; a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, na Avenida Vinte Oito de Setembro, 200; a Garage Pagani, na Rua Aníbal Benévolo,

7 TAVEIRA, Alberto Antonio. *Fogos de artifício à luz do dia: a arquitetura de Antonio Virzi no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

315/A"[8]. Coelho também registrou a demolição de outras obras de Virzi, entre elas a residência Smith Vasconcellos, na avenida Atlântica, 680, o palacete Martinelli, na avenida Oswaldo Cruz, 149, assim como o edifício original do Cinema América, na praça Saens Peña, muito modificado ao longo dos anos, que também é atribuído ao arquiteto.

O Villino Silveira salvou-se da sanha demolidora através do processo de tombamento defendido em parecer pelo professor arquiteto Paulo Santos com as seguintes palavras: "A posteridade, quando fizer inteira justiça a Virzi – o que já começa a acontecer -, não nos perdoaria se negligenciássemos o dever de recomendar ao tombamento a casa, como propomos se faça"[9]. Supreendentemente a avaliação foi ratificada pelo arquiteto Lucio Costa, que anteriormente fizera críticas pouco abonadoras sobre a obra daquele profissional, utilizando termos como "fogos de artifício" para a fábrica Elixir de Nogueira[10].

Conforme consta no documento que deu início ao processo de seu tombamento em 1966, de autoria de Olínio Coelho, então chefe do Serviço de Tombamento e Proteção da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA) do antigo estado da Guanabara, o edifício da antiga Fábrica e Laboratório do Elixir de Nogueira se caracterizava como:

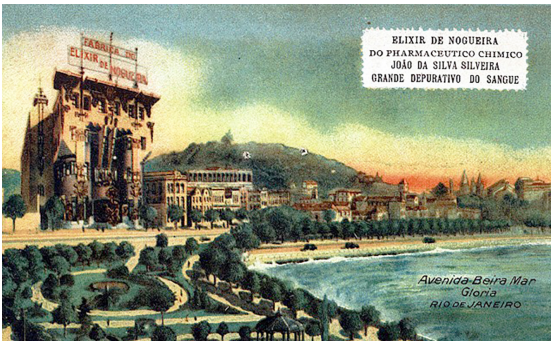
> edifício de quatro pavimentos, com subsolo, erigido em terreno de 19,50 m de testada por 35,67 m de fundos. Sua concepção arquitetônica desaparece face à obra escultórica que o envolve: as esculturas que adornam a fachada principal de alto a baixo, em excessivos ornatos, figuras humanas de grande dramaticidade, ornamentos vegetais, animais, flâmulas, emblemas, máscaras, em uma composição imprevista. As figuras parecem se despregar dos panos das paredes tão movimentadas se apresentam[11].

8 COELHO, Olínio Gomes P.. Arquitetura Perdida: Elixir de Nogueira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, ano 24, n.24, 2017. p. 152. Disponível em: https://www.ihgrj.org.br/uploads/1/3/4/5/1345009/revista_do_ihgrj_24_2017.pdf. Acesso em: 22 de julho de 2022.

9 ARESTIZÁBAL, Irma e GRINBERG, Piedade E.. *op. cit*. p.5

10 TAVEIRA, Alberto Antonio. *op. cit*.

11 COELHO, Olínio Gomes P.. Arquitetura Perdida: Elixir de Nogueira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, ano 24, n.24, 2017. p. 156. Disponível em: https://www.ihgrj.org.br/uploads/1/3/4/5/1345009/revista_do_ihgrj_24_2017.pdf. Acesso em: 22 de julho de 2022.



Fábrica Elixir de Nogueira. Bilhete postal. Coleção particular.

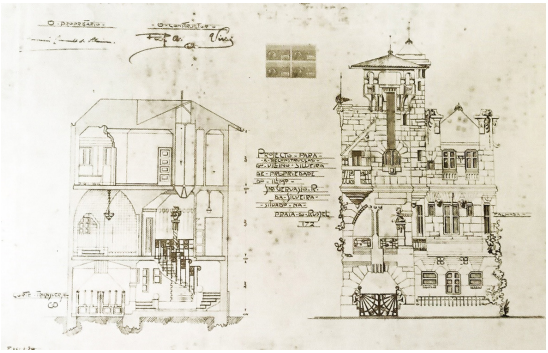
Mesmo com tantas qualidades e importância, este exemplar foi destombado, em 1969, e demolido apressadamente para evitar qualquer nova medida preservacionista, iniciada por intelectuais, apoiada pelo professor Trajano Quinhões, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara, conforme noticiava o jornal *O Globo*, no dia 13 de janeiro de 1970: "Apelo não valeu: prédio do Elixir já em demolição[12]". A escritora Dinah Silveira de Queiroz fazia um apelo ao governador para que não destombasse o prédio da Rua da Gloria, nº 214, "pois aquele belo-horrível é a coisa mais positiva da *Art-Nouveau* entre nós[13]". No mesmo dia, o *Correio da Manhã* registrava o obituário: "Prédio do Elixir de Nogueira dá lugar a outro de doze andares[14]".

O Castelinho da Glória, ou *Villino* Silveira, foi projetado, em1915, para residência, inspirado em solares semelhantes italianos, exemplares que Virzi conhecia muito bem. O edifício foi implantado de forma criativa em terreno de dimensões reduzidas, incluindo uma reduzida testada. Através da apropriação volumétrica singular, conseguiu iluminar e ventilar diretamente os ambientes. A fachada apresenta elementos de origens diversas, como o torreão florentino que se destaca, arrematado por um terraço coberto, contíguo a uma torre cilíndrica que percorre a verticalidade do imóvel. A ornamentação, com serralheria de boa qualidade artística, atribuída a Pagani, percorre a influência *art-nouveau* até a geometrização do *art-déco*, tornando-se pioneiro na demonstração desta transição no Brasil. Trata-se de um exercício arquitetônico de um período que produzia arquitetos capazes de compreender a associação entre história, teoria, técnica, funcionalidade e representação gráfica, um momento pouco compreendido por muitos, alguns responsáveis pelo desaparecimento de exemplos similares.

12 *O Globo*, 13 de janeiro de 1970.

13 *O Globo*. 10 de janeiro de 1970. p.6

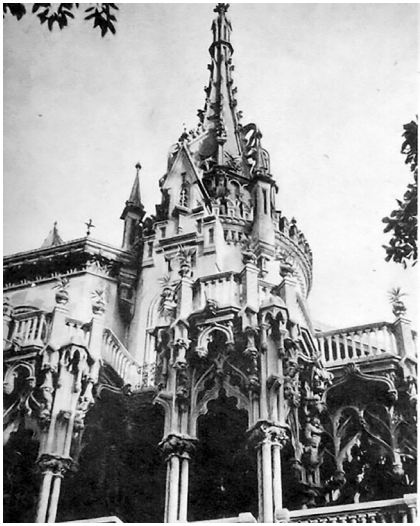
14 *Correio da Manhã*. 13 de janeiro de 1970. p.7



Projeto Villino Silveira. Fonte: AGCRJ.

Ainda assim, ocorreram pedidos para seu destombamento, inclusive para incorporar o estreito lote ao edifício vizinho projetado para a antiga Rede Manchete, que felizmente não lograram êxito e o "castelinho" ainda resiste ao tempo e às picaretas.

Nas imediações do Castelinho da Glória, existia um outro notável exemplar do mesmo arquiteto, igualmente singular e notável em seu partido: o palacete Martinelli, na Av. Oswaldo Cruz, demolido na década de 1970 para construção de edifícios residenciais modernos. Mas esta já é uma outra história, tal a importância dessa residência no cenário arquitetônico e cultural da cidade que, antropofagicamente, o devorou.



Palacete Martinelli. Fonte: Revista da Semana, 31 de agosto de 1946.

Fontes

Correio da Manhã. 13 jan. 1970. p.7

O Globo. 10 jan. 1970. p.6

Referências bibliográficas

ARESTIZÁBAL, Irma e GRINBERG, Piedade E.. Antonio Virzi In: *Arquitetura Revista* v. 7. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1989.

COELHO, Olinio Gomes P.. Arquitetura Perdida: Elixir de Nogueira In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, ano 24, n.24, 2017. p.145.

____. *Elixir de Nogueira* – Monumento histórico. Arquitetura, Rio de Janeiro, n. 64, out. 1967, pp. 3-6.

Correio da Manhã. 13 jan. 1970. p.7

HERMES, Maria Helena Fonseca. *Antonio Virzi, arquiteto*. Disponível em: <http:// www.dezenovevinte.net/arte decorativa/virzi. htm>. Acesso em 05 ago. 2017.

TAVEIRA, Alberto Antonio. Fogos de artifício à luz do dia: a arquitetura de Antonio Virzi no Rio de Janeiro, 1998. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-graduação em Arquitetura (Proarq), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Recebido em 28/10/2022
Aprovado em 30/11/2022

A COPACABANA DE JOÃO ROBERTO KELLY

Francisco Vasconcellos[1]

Boemio... Malandros... Irmãos ... foi o título que dei ao livro publicado, em 2018, para enfocar o período inicial da carreira artística de João Roberto Kelly, no contexto de um Rio de Janeiro que ainda podia ostentar o título de Cidade Maravilhosa. Referia-me ao fim dos anos de 1950 e início da década seguinte, quando despreocupados e garantidos por um mínimo de segurança pública vivíamos intensamente as delícias das noites cariocas. A vida era realmente mansa e tranquila.

Colegas desde os tempos escolares e depois na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, que hoje integra a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde colamos grau em dezembro de 1961, o que nos irmanou foi o gosto pela boemia, o interesse pelo belo sexo, na expressão de época, e pela música popular brasileira com tônica no samba e nas marchinhas carnavalescas com suas letras picantes e satíricas. Cedo desabrochou no espírito de João Roberto Kelly o talento do compositor inspirado, e sensível às peculiaridades do mundo que o cercava.

Desde o início de sua escalada rumo ao sucesso, acompanhei o amigo na luta para se impor no meio musical do Rio de Janeiro, deveras competitivo e insidioso. Contudo, segundo o ditado popular, quem quiser se fazer não pode, quem é bom já nasce feito. Foi o caso dele, conforme o reconhecimento dos seus contemporâneos.

Tornei-me testemunha pessoal dos acontecimentos e já imbuído da índole de pesquisador, fui recolhendo o material que haveria de possibilitar o surgimento do livro ora em exame. Devo esclarecer que a palavra Malandro, integrante do título da obra, não tem qualquer conotação pejorativa, não se referindo nem ao parasita inimigo do estudo e do trabalho, nem ao trapaceiro, velhaco, armador de ciladas de modo a auferir vantagens à custa da boa fé de terceiros. Malandro, no caso vertente, é aquele que sabe sair das enrascadas que a vida oferece sem se machucar e sem ferir os circunstantes; aquele que sabe negociar, que tem jogo de cintura, que contorna, que não estrila; é aquele que é safo e que não se deixa enganar pelos que se acham espertos; é aquele

1 Jornalista, autor, entre outros, de *Boemios...Malandros...Irmãos.* Local: Editora, 2018. Sócio correspondente do IHGRJ.

que sacode a poeira e dá a volta por cima, que perde uma batalha para ganhar a guerra, que quando se sente fraco não briga. Malando no caso do título em apreço, é antônimo de otário, de loca, de trouxa.

Dentre os temas abordados no livro em epígrafe, quiçá o mais emblemático talvez seja o bairro de Copacabana como laboratório e posto de observação de João Roberto Kelly. O simpático bairro da Zona Sul carioca foi sempre uma fonte de inspiração para os líricos, que nunca se cansaram de exaltar seus encantos e belezas naturais. Entretanto, João Roberto Kelly discreparia desse grupo produzindo obra consistente ao ferir a psicossociologia de Copacabana, na virada dos anos cinquenta para os sessenta do século XX, através do retrato falado de certos tipos e situações, muitas vezes, pela via de oportunas sátiras. O modismo temperado pela terminologia da época deu um colorido especial às suas composições. Vamos aos exemplos.

Em princípios de 1958, Geisa Bôscoli trouxe à cena no Teatro Jardel, em Copacabana, a revista *Esputinique no Morro*, toda ela musicada por João Roberto Kelly. Na apoteose final a companhia cantava um samba cuja letra foi assim concebida:

> Com licença Mangueira
>
> Aqui também se faz samba com harmonia
>
> É melodia bem brasileira
>
> Copacabana não é só a sociedade
>
> Que vive do luxo e da vaidade
>
> Copacabana também tem malandro
>
> Que mora no morro e pede socorro pra viver
>
> E quando a cabrocha vai embora, faz samba
>
> Faz samba pra esquecer.

O *playboy* de Copacabana, tipo descompromissado com as mínimas obrigações da vida adulta e filho de papai rico foi satirizado no samba *Consolo de Otário*, gravado em 1959, trazendo letra muito significativa, abordando situações ainda hoje em plena evidência. Vejamo-la:

> A vida hoje está pra quem tem grana
>
> Muita renda e vida mansa ai, ai, ai
>
> Play boy de Copacabana filhinho de papai
>
> Papai capitalista que nem sabe de onde a gaita sai

A carestia aumenta dia a dia

E coitado de quem vive como eu de economia

Hoje sente saudade do passado

Do tempo em que ganhava cem mil réis de ordenado

Essa história de aumento de salário

É conversa de bacana e consolo de otário

Naquele tempo, ainda constavam das escrituras públicas como profissões de outorgantes, as de capitalistas e proprietário. É preciso explicar aos de hoje que "gaita" nos anos cinquenta era sinônimo de dinheiro. E a vida naquela época, como agora, era boa e segue sendo para quem tinha e tem dinheiro, o que dispensa a luta quotidiana pela sobrevivência. E o tema do aumento de salário segue na ordem do dia, nunca deixando de ser "conversa de bacana e consolo de otário", conforme diz a letra da canção.

O *playboy* de Copacabana era aquele rapagão bem apessoado, que tinha casa, comida e roupa lavada, passava o dia na praia para pegar uma cor depois, com uma namoradinha na garupa, saía numa carreira desabalada, pilotando uma lambreta, em busca de locais paradisíacos tais como Joá, Barra da Tijuca, etc, ainda não alcançados pela selvagem explosão imobiliária. Para nós daquele tempo, a Zona Sul carioca em termos urbanos terminava no Leblon.

Em fins de 1960, Geisa Bôscoli estava de novo em cartaz com a burleta *Porque eu me ufano de Bananal*, encenada no Teatro São Jorge, localizado nas imediações da Praça José de Alencar, no bairro do Flamengo. A peça era estrelada pela veterana Aracy Costa, que, já entrada em anos, estava em perfeita forma. A trilha poético-musical esteve a cargo de João Roberto Kelly. Num dos quadros apresentavam-se cinco garotas cantando:

Dadá, Dedé, Didi, Dodó, Dudu

Nós somos cinco brotos legais

Certinhas da coluna do Lalau

E de Copacabana as maiorais

Brilhando nos desfiles da Bangu

Dadá, Dedé, Didi, Dodó, Dudu

Lalau era o Stanislaw Ponte Preta, pseudônimo do grande cronista Sérgio Porto, que mantinha uma coluna no jornal falando das "certinhas", ou seja, as garotas bem feitas de corpo, segundo os padrões da época, mencionadas na letra da canção. Do mesmo modo, "os desfiles da Bangu" se referiam aos even-

tos patrocinados anualmente pela Fábrica de Tecidos Bangu, da família Silveira e se resumiam numa requintada apresentação da moda feminina.

Ao iniciar-se a década de sessenta dos novecentos a gravadora Mocambo lançou um LP denominado *Samba 61*, contendo composições de João Roberto Kelly, interpretadas por ele mesmo, acompanhado por um coro feminino. Numa das faixas está o samba *Brotinho Bossa Nova*, cuja letra segue abaixo:

Brotinho Bossa Nova

Fina Flor do Sindicato

Do cachorro quente, da lambreta e do boato

Cabelo no ombro, na pinta um assombro

Porém não me engana

Com todo o seu it

É a falsa Brigitte de Copacabana.

II

Diz que é fã de aventura

Que é louca por carinho

Mora na literatura das histórias em quadrinho

Do Rio quando ela sai

É pra estudar na Suíça

Ou pra se casar no Uruguai

E quem manda é o papai...

Era bem o retrato dos estereótipos da época. A garota habitante de Copacabana, de cabeça oca, mas cheia de razão, esforçando-se por assemelhar-se a Brigitte Bardot, grande estrela do cinema francês, que andava por aqui fazendo sucesso e que teria sido a grande promotora do incremento de Búzios na região dos lagos fluminenses. E não foram poucas as marchinhas carnavalescas que tiveram Brigitte Bardot como tema.

Também estiveram na mira da sátira kelliana dois aspectos marcantes do *high society* da época: mandar os filhos estudar na Suíça e promover casamento dos eventualmente desquitados no Uruguai, já que na altura ainda não tínhamos divórcio. Mera formalidade para tapar o sol com a peneira. Tudo sob o alto patrocínio do "papai", em geral capitalista que "ignorava a origem da gaita".

Da mesma época é o samba que satiriza o garotão de Copacabana contaminado pelo figurino de Elvis Presley, que submeteu o jovem de então à ditadura do *rock and roll*, em detrimento dos nossos valores culturais. Infelizmente, o samba foi censurado por causa do seu final desconcertante. A letra era a seguinte:

Troquei a valsa pelo rock

Sou da juventude que balança, mas não cai

Camisa vermelha, cabelo na orelha a la americana

Sou a fina flor de Copacabana.

II

Eu de lambreta vou do Leme ao Leblon

Se tem alguém vou para o Joá, ai como é bom

Pra que colégio se a vida é minha escola já se viu

Eu sou a esperança do Brasil.

Enfim, o roqueiro não precisava estudar regularmente. Quantos embarcaram nessa! A expressão "balança, mas não cai", adveio de um programa humorístico da Rádio Nacional, chamado *Edifício balança, mas não cai*, produzido por Max Nunes e Paulo Gracindo. Ia ao ar, se não me falha a memória, às sextas feiras à noite. Fazia enorme sucesso e a expressão acabou se tornando comum e corrente.

A influência norte-americana no meio musical brasileiro foi contundente máxime depois da Segunda Guerra Mundial e ganhou espaço graças ao dinheiro e à propaganda. Primeiro foi o *jazz*, depois o *rock*, cujo prestígio cresceu assustadoramente no embalo dos modernos e diversificados meios de comunicação. João Roberto Kelly, fiel ao samba de raiz e cultor das marchinhas carnavalescas foi atropelado pela *bossa nova*, no seu conceito samba "americanalhado" e depois pela *jovem guarda*, que fez do *rock* abrasileirado a sua grande bandeira.

Entretanto, ele jamais arredou pé dos seus gostos e convicções musicais, assim como não abandonou em momento algum o seu posto de observação em Copacabana, onde veio fixar residência definitivamente depois que deixou a velha casa da Rua Fonte da Saudade, na Lagoa, onde plasmou *in illo tempore* a sua obra poético-musical.

Recebido em 29/07/2022
Aprovado em 30/11/2022

RESENHAS DE LIVROS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 29 • Número 29 • 2022

MOURA, Carlos Francisco. *O Rio de Janeiro nas notícias da Gazeta de Lisboa*, 1751-1800. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2021. v. II.

Paulo Knauss[1]

Desde a década de 1990, a história do Rio de Janeiro foi renovada pela exploração de fontes de época que noutros tempos se mantinham inexploradas na historiografia carioca e fluminense. Em relação aos estudos do período colonial, não há dúvida de que o Projeto Resgate Barão do Rio Branco, iniciado pela Biblioteca Nacional brasileira no contexto das iniciativas comemorativas do quinto centenário do Descobrimento do Brasil, foi decisivo para tornar acessível as fontes da administração colonial lusitana referentes ao Brasil, por meio da sua microfilmagem, digitalização e difusão por meio eletrônico. Nesse conjunto, interessa destacar especialmente que a difusão dos numerosos documentos manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro permitiu que a pesquisa histórica renovasse seus temas e aprofundasse a suas análises. Esse quadro geral evidenciou como a história colonial do Rio de Janeiro não pode prescindir do conhecimento dos acervos de origem portuguesa.

A publicação de *O Rio de Janeiro nas notícias da Gazeta de Lisboa*, de autoria de Carlos Francisco Moura é outra iniciativa importante para divulgar e dar acesso a um conjunto documental valioso de origem portuguesa para o conhecimento da história colonial do Rio de Janeiro. Trata-se de material de referência valioso que reúne uma compilação temática de notícias sobre o Rio de Janeiro do periódico lisboeta, que esteve em circulação entre 1715 e 1820.

O livro é organizado em duas partes, seguido de uma sessão de índices correspondentes a cada uma das partes do livro que servem de instrumentos de pesquisa. A primeira parte, intitulada "Comentários", apresenta aos leitores informações gerais que se encontram na *Gazeta de Lisboa* sobre o governo e legislação da capitania e da cidade, economia e comércio, vida literária, festejos e notícias várias. A segunda parte consiste da "Transcrição das notícias da Gazeta de Lisboa" em ordem cronológica por ano e dia, divididas em épocas correspondentes a fases da história do órgão de imprensa. Conforme indica o autor em sua apresentação, a pesquisa seguiu o modelo de *Notícias históricas de Portugal e do Brasil*, obra editada em 1964, organizada por Manuel Lopes de

1 Sócia efetiva do instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. .

Almeida, antigo diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. A obra que serviu de modelo, serviu igualmente como fonte documental, complementada pela pesquisa e conferência na coleção da *Gazeta de Lisboa* existente na coleção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Os dois volumes de *O Rio de Janeiro nas notícias da Gazeta de Lisboa* interessam especialmente por revelar que por meio da imprensa metropolitana é possível acompanhar a história da cidade do Rio de Janeiro. Sabe-se que antes da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, a imprensa no mundo colonial era interditada, de modo que não havia imprensa local. Foi apenas sob os auspícios da imprensa régia portuguesa que se inaugurou a imprensa carioca com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, seguindo o modelo metropolitano da *Gazeta de Lisboa*. Importa destacar que o estudo da *Gazeta de Lisboa* evidencia que a folha lisboeta, como publicação régia, era mais do que um veículo de notícias locais, definindo-se como um canal de expressão do universo do império colonial português, o que fazia com que a cidade do Rio de Janeiro se tornasse motivo de notícia. Essa evidência revela uma fonte valiosa para a história da cidade e do governo da capitania do Rio de Janeiro.

A recente publicação do segundo volume de *O Rio de Janeiro nas notícias da Gazeta de Lisboa* completa o projeto editorial, iniciado, em 2016, com o patrocínio do Real Gabinete Português de Leitura. Trata-se de obra de Carlos Francisco Moura, autor engajado na valorização da história luso-brasileira, que se tornou conhecido pelos seus estudos pioneiros e de referência obrigatória sobre a história da arte no Mato Grosso do século XVIII, que antecederam seus livros mais recentes como *Teatro a bordo de naus portuguesas* (2000) e *Chineses e chá no Brasil* (2012). A originalidade de seus estudos, que tratam de temas pouco presentes na historiografia e que se sustentam no uso de fontes pouco exploradas, justifica sua distinção como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outras entidades congêneres estaduais brasileiras, além da Academia Portuguesa da História e da Academia das Ciências de Lisboa.

Certo é que o novo livro de Carlos Francisco Moura valoriza a imprensa como fonte para o estudo da história do Rio de Janeiro, inserindo-se numa tendência moderna da historiografia carioca que teve na obra de Delso Renault sua referência pioneira ao publicar, em 1969, *O Rio Antigo nos anúncios de jornais (1808-1850),* livro que antecedeu *Rio de Janeiro, a vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870)*, de 1978, e *O dia-a-dia do Rio de Janeiro segundo os jornais - 1870-1889*, lançado em 1982. Os livros do jornalista, sócio do IHGRJ e do IHGB, foram inovadores à sua época por deixar para trás a tradição do gênero da crônica histórica, que tinha no texto jornalístico seu modelo narrativo e na imprensa diária a sua principal plataforma de divulgação, transformando a relação da historiografia com a imprensa ao tomar o noticiário como fonte para

caracterizar o cotidiano da vida urbana. Os contornos acadêmicos do estudo da imprensa como fonte para a história urbana foram confirmados com o livro *As queixas do povo*, de autoria de Eduardo Silva, lançado em 1988, que analisa o contexto das reformas urbanas do início do século XX a partir de manifestações dos habitantes da cidade publicadas em coluna de leitores do *Jornal do Brasil*. Mais recentemente, em 2007, Maria Beatriz Nizza da Silva publicou *Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*, em que trata a vida material e cultural do Rio de Janeiro no tempo de d. João. Com a publicação de *O Rio de Janeiro nas notícias da Gazeta de Lisboa*, de Carlos Francisco Moura, a historiografia carioca passa a contar com mais um título sobre as relações entre imprensa e cidade, constituindo-se em material de referência obrigatória para todos os interessados em conhecer e pesquisar a vida e a sociedade do Rio de Janeiro colonial.

Recebido em 12/08/2022
Aprovado em 30/11/2022

O CRAVO NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XX

FAGERLANDE, Marcelo; PEREIRA, Mayra; BARROSO, Maria Aida. *O cravo no Rio de Janeiro do século XX.* Rio de Janeiro: Rio Books, 2020. 348p..

Paulo Knauss[1]

A música como fato urbano pode não ser uma exclusividade da cidade do Rio de Janeiro, mas não há dúvida de que se consagrou como um tema importante para a história da cidade e para a consideração de sua singularidade. Por outro lado, essa perspectiva enriquece igualmente a história da música como construção histórica. Esse entrelaçamento entre a história da música e a história da cidade tem sido um campo fértil de pesquisa e que ganha uma nova contribuição com o lançamento do livro *O cravo no Rio de Janeiro no século XX*, escrito por Marcelo Fagerlande, Mayra Pereira e Maria Aída Barroso.

O livro surpreende, em primeiro lugar, por chamar atenção para a importância do cravo no meio carioca e brasileiro. Valoriza, assim, a abordagem da história musical a partir dos instrumentos musicais. No caso do Rio de Janeiro, a historiografia já evidenciou a popularidade do violão como instrumento musical no cotidiano da cidade, acompanhando a crônica dos viajantes do século XIX e as descrições literárias do ambiente urbano. Ao lado disso, é consagrada a imagem de que Rio de Janeiro se caracterizou como "cidade dos pianos", conforme expressão de Manuel de Araújo Porto-alegre, em meados do século XIX. Enquanto o primeiro instrumento musical levou tempo para ser consagrado pela crítica musical, o segundo tendeu a deixar a cena dos recitais para conquistar o gosto popular e se difundir na sociedade. Certo é que o livro não tem qualquer intenção de instalar o cravo num quadro de disputa de popularidade com o piano ou o violão, apenas ressaltar que o cravo tem seu lugar na história da cidade.

A leitura do livro apresenta como o cravo, mesmo sendo um instrumento europeu antigo e tradicional, contribuiu para a renovação da *atividade musical* no Rio de Janeiro no século XX, para retomar o conceito proposto por Renato Aurélio Mainente para pensar a música no Rio de Janeiro no século anterior. A partir de um quadro geral organizado por décadas, os autores elaboraram um quadro histórico que se inicia com a aquisição de um cravo pelo maestro e compositor brasileiro Leopoldo Miguez, na Casa Pleyel, na França, no ano

1 Professor da Universidade Federal Fluminense e sócio efetivo do Instituto Histórico do Rio de Janeiro.

de 1900. No mesmo ano, às vésperas da inauguração do novo século, tem-se notícia que o maestro e pianista brasileiro Carlos de Mesquita, residente em Paris, publicou na França uma peça para cravo de sua autoria. Naquele tempo, porém, o musicista se viu ainda obrigado a interpretar a peça musical num piano. A cidade teve que aguardar até o ano de 1904 para assistir o primeiro recital de cravo no novo século, quando a belga Elodie Lelong realizou os primeiros concertos de cravo no Rio de Janeiro do século XX, durante turnê de companhia estrangeira que era integrada por um quarteto de instrumentos antigos.

Com base no levantamento de notícias na imprensa carioca, o leitor acompanha de perto a crônica de como o cravo se tornou assunto na cidade e passou a conquistar o seu público. Decisiva foi a popularização proporcionada pela indústria fonográfica em desenvolvimento a partir da década de 1920 no mundo e que criou condições para sua difusão pelo rádio. O cravo conquistou, assim, um espaço importante na programação de rádio, a partir de 1957, com a criação do Conjunto de Música Antiga da Rádio MEC, em que se destacava a participação da cravista ucraniana Violetta Kundert. O Conjunto realizou provavelmente a primeira apresentação musical na televisão brasileira, em 1958, na antiga TV Rio. Na programação televisiva dos anos de 1970, o cravo encontraria ainda espaço em programas focados, como *Concertos para a Juventude*, da TV Globo, e *Programa Opus*, da TV Educativa, participando do contexto da comunicação de massa contemporânea.

De todo modo, o argumento geral conduz o leitor a reconhecer como o cravo ganhou a cidade e contribuiu para afirmar a música de câmara no Rio de Janeiro. Depois de uma época de concertos frustrados na década de 1920, a presença do cravo na cultura da cidade se afirmou, nos anos de 1930, com apresentações no Salão Pro Arte, Theatro Municipal e Casa d´Itália. O primeiro concerto, ocorrido em 1933, teve caráter passageiro associado à turnê internacional dos músicos austríacos do Trio Schneider, que chamou atenção justamente pela participação inusual do cravo tocado por Anatol Vietinghoff-Scheel. Foi, porém, em 1936, com a apresentação no Theatro Municipal do Rio de Janeiro da argentina Lucila Machuca de Garcia, discípula da internacionalmente conhecida Wanda Landowska, que o cravo alcançou a consagração na cidade, fazendo com que a cravista estabelecesse uma longa relação com o público carioca. Três anos depois, em 1939, a brasileira Gabriela Ballarin, aluna do maestro Hans Joachim Koellreuter, se apresentou acompanhando ao cravo uma conferência do prof. Vicenzo Spinelli, difusor do instrumento antigo na cidade, que habitualmente, na falta de um cravista, contava com a participação de um pianista. Iniciava-se, então, uma presença recorrente nos palcos da cidade do cravo de Gabriela Ballarin.

A análise histórica elaborada indica que esse circuito de salas seria totalmente alterado com o contexto da Segunda Guerra Mundial. De fato, apenas com a inauguração da Sala Cecília Meireles, em 1965, a cidade institucionalizou um espaço especialmente dedicado à música de câmara capaz de valorizar o som do cravo. A Sala vai projetar a criação artística de Roberto de Regina como protagonista de uma época e precursor de uma geração de cravistas que consagraram o cravo como expressão carioca, em que despontam vários nomes, como Rosana Lanzelotte e Marcelo Fagerlande, aliás, um dos autores do livro. A partir da década de 1970, a música de câmara vai ampliar sua programação na cidade ao encontrar vários auditórios na cidade, como a sala do IBAM, Salão Leopoldo Miguez, Teatro da ABI, Casa de Rui Barbosa, Museu Nacional de Belas Artes e Museu da Chácara do Céu, e ainda vai encontrar lugar em espaços populares como a Concha Verde do Morro da Urca.

A pesquisa evidencia que a atividade musical não depende apenas de espaços, mas igualmente de um calendário de eventos musicais, como as diferentes edições do Ciclo Bach, que atraia concertistas brasileiros e estrangeiros, que faziam do Rio de Janeiro um ponto de referência no cenário internacional do cravo. O argumento dos autores conclui que a arte do cravo se favoreceu na década de 1990 pela profissionalização dos artistas do cravo como produtores culturais. Assim, não seria exagero considerar que a inauguração, em 1990, da Capela Madalena, instalada, por Roberto de Regina, em sítio na Zona Oeste do Rio de Janeiro, serve para demarcar esse contexto de fim do século XX.

Ao final da leitura, a angústia diante da interrogação final dos autores sobre o futuro do cravo na cidade do Rio de Janeiro, considerando os desafios do século XXI, só pode ser arrefecida pelo desejo de assistir um belo concerto de cravo com plateia cheia e atenta, preparada para aplaudir com entusiasmo o espetáculo.

Recebido em 30/09/2022
Aprovado em 30/11/2022

DISCURSOS E SAUDAÇÕES

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 29 • Número 29 • 2022

SAUDAÇÃO À SÓCIA EFETIVA DENISE GOMES PORTO

Nelson de Castro Senra[1]

Quando a Prof. Lená Medeiros de Menezes, nossa ilustre e ilustrada Presidente, telefonou-me convidando-me para proferir essas palavras de recepção à nossa nova confreira, *Denise Gomes Porto*, fiquei a pensar se seria a pessoa mais justa para a função. De pronto, então, ponderei por outros nomes, mas ela, nossa Presidente, não se demoveu, e insistiu que fosse eu e o fez com tanta convicção que não tive como dizer não.

Entendam bem, não estava a hesitar por não querer estar aqui neste momento, porquanto desde que o convite me fora feito, fiquei muito vaidoso e louco por aceitar, mas, pelo enorme apreço que tenho por nossa nova confreira achei que ela merecia pessoa mais qualificada para recebê-la, alguém mais próximo dela, que a descrevesse muito melhor do que eu seria capaz. Mas, não tendo demovido nossa Presidente, procurei preparar-me para estar à altura desta cerimônia.

Então fiquei a pensar como começaria: falaria primeiro da *Denise diurna* ou da *Denise noturna*, valendo-me da dicotomia que se aplicava ao notável filósofo francês Gaston Bachelard.

Então achei melhor iniciar falando da *Denise diurna*, a intelectual, donde visitei seu Curriculum Lattes, o LinkedIn dos Acadêmicos. E se algum dos senhores e senhoras já o fez terá ficado impressionado, tanto quanto eu fiquei. Diante do Lattes, comecei por me deixar levar pelo meu viés profissional, e busquei seus indicadores de produção, e pude ver que eles não param de se movimentar ao longo do tempo, e em diferentes temáticas, muito complementares, o que revelava a riqueza da intelectual / acadêmica Denise, como logo lhes mostrarei. Vejam, então:

Assim, já Mestre em História, desde 2019, pela Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Salgado de Oliveira, sob a orientação da Profª Mary del Priore, de nome consagrado, e nossa confreira, com a dissertação *A voz feminina e estrangeira de Maria Graham na construção de uma narrativa historiográfica sobre o Brasil Oitocentista-1821-1825*, não tardou em prosseguir

1 Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

sua trajetória sendo hoje Doutorando no mesmo Programa, agora sob a orientação da Profª Cláudia Mesquita, com projeto já qualificado sob o título "*Imagens de um passado: novas abordagens teóricas acerca da autoria das aquarelas da Bahia do século XIX atribuídas à Maria Graham*". Esse Mestrado e esse Doutorado seguem naturalmente sua Graduação em História, que concluiu (em 2016) com o Trabalho de Bacharelado intitulado *Maria Graham e D. Leopoldina: Iluminismo, Destinos e Desventuras na Corte de D. Pedro I*.

E há muito mais. Afora os bancos escolares, nossa nova confreira é bolsista FAPERJ no edital do Bicentenário da Independência do Brasil em cooperação com a Fundação Biblioteca Nacional, no Projeto "Identificação e Exposição dos documentos históricos relativos ao processo de Independência do Brasil contidos no acervo do Projeto Resgate Barão do Rio Branco da Fundação Biblioteca Nacional, sob a coordenação do nosso confrade João Carlos Nara Júnior. E ainda integra o Grupo de Pesquisa CNPq "Política, Sociedade e Economia do Brasil no longo século XIX", atuando na Linha de Pesquisa: Estado, Cultura e relações de poder do PPGH - UNIVERSO, sob a liderança da Prof.ª Vitória Fernanda Schettini. Quanta dinâmica, não?

Entre seus muitos artigos e textos publicados, sendo ainda coautora de vários e-books, valerá destacar seu livro *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil* (saído pela Editora CRV, em 2020), que todos teremos lido com indizível prazer.

Ainda haveria muito que falar da *Denise diurna*, a intelectual / acadêmica, mas deixo que façam uma visita ao seu Lattes.

E passo agora à outra Denise, à *Denise noturna*, a Denise das rodas de conversa, do cafezinho no terraço, sempre alegre, sorridente. (Talvez assim o seja nas rodas de chopp, mas disso não sei, apenas especulo).

Essa Denise tem conversa fácil, livre, é sempre amável e disposta a ajudar. Tão gentil que nos elogia até quando não merecemos –, pelo menos é o que ela faz sempre comigo quando lhe envio meus livros de lazer, vou assim chamá-los, por não serem técnicos, sendo apenas livros de memórias familiares e aventuras romanescas. Pois, diante desses livros, que não merecem grande atenção a uma tão notável historiadora, como vimos antes, ela tem sempre uma palavra amável, ela sempre encontra algum valor, e diz algo que adoçam nossos corações. Como é bom ter amigos generosos que nos estimulam a seguir em frente, em tão variadas frentes de escritas. Obrigado, querida Denise.

Pois essa *Denise noturna*, não tem apenas a marca do humano, o que já lhe seria bastante, essa Denise possui formação interdisciplinar na área de Artes Plásticas. É a Denise que recebeu formação artística e frequentou a licenciatura

em Pintura na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Além disso, seguiu os cursos de pintura e desenho artístico no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro oferecidos pelos artistas plásticos Aluísio Carvão, Gastão Manoel Henrique e Anna Bella Geiger. Pois nessa linha das Artes Plásticas, Denise participou de inúmeras exposições coletivas e individuais, realizadas em salões artísticos, em museus e em galerias de arte, nacionais e internacionais.

Essa *Denise noturna* é a artista sensível à beleza da pintura e do desenho, de onde, penso eu, nasce a Denise sensível da conversa amena, suave. E vou mais longe, e ouso afirmar que dessa *Denise noturna*, dessa sua vertente artística, terá vindo muito de sua forma de escrever, é daí que emerge a fineza das suas frases, a beleza das palavras que escolhe. Em suma, a *Denise noturna* se soma e influi, como não poderia deixar de ser, a *Denise diurna*.

Em tudo e por tudo é essa conjunção de Denises, *Diurna* e *Noturna*, que nos toca ao coração e ao espírito, e que, por certo, dará grandeza ao nosso Instituto como, por certo, já está dando grandeza ao Instituto Histórico e Geográfico de Niterói, no qual entrou este ano de 2022.

Aqui, entre nós, ocupará a Cadeira 32, cujo patrono é Alexandre de Melo Morais Filho, médico, folclorista, etnógrafo, poeta, prosador e cronista da vida carioca, e não bastando tudo isso, era tio-avô do nosso grande poeta e diplomata Vinícius de Moraes.

Vale ainda lembrar, que Denise Porto, a quem o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, hoje recebe de braços abertos, substituirá nosso tão querido e saudoso confrade Olínio Coelho, sempre presente em nossos corações e em nossos espíritos.

Denise, seja feliz entre nós, como estamos felizes por estar com você. Faça nosso Instituto ainda maior, honre seu Patrono e seu Antecessor.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2022.

DISCURSO DE POSSE DA SÓCIA EFETIVA DENISE MARIA COUTO GOMES PORTO

Denise Maria Couto Gomes Porto[1]

Excelentíssima Sra. Presidente do Instituto histórico e Geográfico do Rio de Janeiro,

Dra. Lená Medeiros de Menezes,

Ilustríssima Vice- Presidente, Dra. Neusa Fernandes,

Ilustríssima Primeira secretária, Dra. Vera Cabana,

Digníssimas confreiras e confrades presentes,

Prezadas Senhoras e Senhores, amigos e familiares,

É com um sentimento de verdadeiro júbilo que elevo ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro o meu tributo de gratidão, pela honra de ser admitida ao seu seleto quadro de membros, ao assumir hoje a cadeira de nº32 patronímica de Alexandre José de Mello Morais Filho.

Dirijo meu carinho e gratidão a todos os digníssimos confrades e confreiras que creditaram seus votos na minha nomeação, confiantes do meu comprometimento em honrar com os princípios estatutários e com o meu empenho em prol do engrandecimento dessa Instituição.

Estendo estas palavras iniciais de agradecimento, ao confrade Nelson Senra, economista, historiador, escritor, e um grande interlocutor intelectual, que me apresentou a esta egrégia casa com palavras urdidas pela estima e generosidade, tão próprias de sua sensível lavra.

Relembro com a ternura da saudade, as palavras dos meus pais – *in memoriam* – que cotidianamente cultivaram-me no espirito, o gosto pelos estudos das artes, da música e da História, ensinando-me que sonhos e objetivos são alcançados com empenho, coragem e paixão. A eles dedico este meu momento de Regozijo.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, instituição acadêmica sexagenária de notório reconhecimento, tem como princípio norteador a no-

1 Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

bre missão de fomentar e difundir a pesquisa da memória histórica e geográfica da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Tal legado cientifico e cultural, de relevância inestimável, é construído, sobretudo, a partir de um incessante "entrecruzamento de itinerários" de vidas, ideias e projetos de homens e mulheres dedicados aos ofícios da História, da Geografia e dos campos disciplinares afins. Desde a sua fundação no ano de 1957, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro mante-se em atividade e chega aos dias de hoje com renovado frescor. Assim, este "entrecruzamento de itinerários" pode ser entendido aqui, como uma continua "confluência epistemológica", para bem reforçar o sentido de profícua interdisciplinaridade acadêmica que tem nos quadros do IHGRJ a sua mais brilhante e singular representação identitária.

O Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa que me viu nascer, suscita em todos aqueles que a conhecem um encantamento pelas suas belezas naturais, pelo cosmopolitismo multiculturalista de sua gente e pelo mágico encontro entre o passado e o presente percebido no rico patrimônio histórico e artístico que atesta a passagem do tempo desde os idos de Estácio de Sá.

A cidade que no dia 22 de janeiro de 1808 se despojou de suas vestes coloniais, ornamentou-se então com trajes de corte, para que, em décadas futuras, viesse a paramentar-se da gala republicana. Faceira, preparou-se altiva para o novo século que se avizinhava. Embelezou seus passeios, urbanizou ruas, e ao som do chorinho preparou seus salões com decoração, louças e serviço à francesa para a chegada dos novos tempos. E assim, com os ares da modernidade europeia foi recebido o século que eternizou Copacabana. A cidade então alegre e irreverente, vestiu-se com biquini, dançou o samba e a bossa nova e reinventou-se com o "jeito carioca de ser".

Logo, a sempre bela e acolhedora cidade foi descrita por cronistas que se dedicaram a registrar para a posteridade, os hábitos e costumes cotidianos do Rio antigo daqueles anos. E tal enlevo, que inspirou a escrita de gerações do passado, foi o mesmo que moveu a pena do cronista Alexandre José de Melo Morais Filho, o patrono da cadeira nº 32 que hoje tenho a honra de ocupar.

Nascido em Salvador em 1844 e falecido no Rio de Janeiro em 1919, Alexandre José de Melo Morais Filho, foi um médico, folclorista, etnógrafo, poeta e historiador, além de cronista da vida carioca. Diretor do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, dedicou-se também ao jornalismo e à literatura. Destacou-se como escritor, com vasta obra publicada que soma, dentre temas ligados aos costumes, folclore, poesias, biografias e Antologias, o total de 50 títulos.

Em seu livro "Fatos e Memórias" publicado em 1904 pela Garnier, Alexandre José de Melo Morais Filho mostra-se como um dos grandes observadores da vida carioca de seu tempo. Nesta obra, o cronista aborda a criminalidade,

a mendicidade, os ciganos, o Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes) e a Rua do Ouvidor. Surpreende o leitor contemporâneo a modernidade da crônica de Alexandre Melo Morais Filho, pois, segundo nos conta o autor, "no Rio de Janeiro rouba-se por todas as formas, assalta-se a qualquer hora do dia e da noite, e ninguém poderá assegurar, deixando os sobressaltados lares, se a eles voltará sem a carteira, sem o relógio, ou mesmo sem a vida".

Sob a égide patronímica de Alexandre José de Melo Morais Filho, tomaram o assento da cadeira 32 os notáveis intelectuais, os quais, muito me enobrece saldá-los:

O ensaísta Gustavo Dodt Barroso, nasceu na cidade de Fortaleza em 1888 e faleceu no Rio de Janeiro em 1959. Professor, romancista e tradutor foi o fundador e diretor do Museu Histórico Nacional a partir de 1922 e membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dentre outras instituições congêneres.

Sucedeu-o o historiador, professor e tradutor Américo Jacobina Lacombe. Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1909, faleceu na mesma cidade em 1993. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, grande benemérito e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Diretor da Casa de Rui Barbosa. Como tradutor, destaco que Américo Jacobina Lacombe foi o responsável pela tradução da obra da escritora inglesa Maria Graham no Brasil, além da correspondência trocada entre ela e Imperatriz d. Leopoldina.

Sucedeu a Américo Jacobina Lacombe, o dramaturgo Egon Wolff. Nascido em Santiago no Chile em 1926, faleceu em 2016 na mesma cidade. Dramaturgo e escritor, a obra de Egon Wolff foi publicada em 26 países e traduzida em 19 idiomas. Membro da Academia Chilena de Línguas, no ano de 1969 ele esteve no Brasil dedicando-se a pesquisa da história dos judeus em solo brasileiro, quando escreveu a obra "A odisseia dos judeus em Recife". Egon Wolff, tal como seus antecessores, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Substituiu a Egon Wolff, Gabriel Augusto de Mello Bittencourt. O historiador e professor nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, ES, em 1943. É membro da Academia Espírito-Santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dentre outras Instituições congêneres.

O quinto estudioso a ocupar a cadeira 32 foi o arquiteto e urbanista Olinio Gomes Pascoal Coelho, a quem hoje honrosamente sucedo. Presto aqui o meu singelo tributo ao inesquecível intelectual.

Nascido no Rio de Janeiro em 1935, e tendo dedicado à sua vida ao magistério da História da Arquitetura e Urbanismo e ao restauro e tombamento do Patrimônio Histórico, Olinio Gomes Pascoal Coelho brilhará para sempre na

memória daqueles que como eu tiveram a sorte de conviver com ele, ainda que brevemente. Conheci o Prof. Olinio Coelho na década de 1980, quando eu cursava pintura com o artista Aluísio Carvão e fazia monitoria nos cursos do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, e ele era o Diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do MAM. Naqueles tempos pretéritos eu não poderia supor que por um "entrecruzamento de itinerários", de destinos, nos reencontraríamos, num futuro distante, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Lembro-me com um misto de saudade e alegria, da figura, imponente, jovial e dinâmica do Prof. Olinio Coelho transitando animado pelos corredores do Instituto nos dias de sessão. Ele saudava a todos com a generosa cordialidade que o distinguiu como o grande ser humano e intelectual que foi. Incansável incentivador do IHGRJ, o entusiasta e comprometido 1º Secretário Olinio Gomes Pascoal Coelho, que desde a sua posse no ano de 2005 esteve presente nas reuniões mensais, contribuiu com ideias e projetos inovadores para a Instituição. Falar de Olinio Coelho é falar do seu espírito alegre, de seu sorriso largo, da sensibilidade de um artífice em continuo processo criativo, que deixou uma obra literária meritória e que muito contribuiu para a preservação da memória e do patrimônio Histórico da cidade do Rio de Janeiro.

Nome reconhecido na vanguarda do ensino da arquitetura nos anos 60, o Prof. Olinio Coelho foi um pioneiro ao conceituar a Arquitetura como sendo uma representação cultural, um espelho de uma sociedade em continua mutação. Olinio Gomes Pascoal Coelho tomou para si a missão de entender e preservar a História de uma arquitetura que se metaforizou em estilos diversos, sendo ela mesma, um reflexo da própria evolução social e urbana da cidade do Rio de Janeiro. Hoje, o inovador modelo teórico elaborado pelo visionário arquiteto, quando propôs a aproximação dos estudos da arquitetura aos da sociologia, é aplicado por diversas faculdades de Arquitetura e Urbanismo em todo o Brasil.

Com uma vida plena de realizações, Olinio Coelho teve atuação marcante no campo da preservação do patrimônio histórico, sendo o responsável, dentre outras igualmente importantíssimas ações de tombamento, da elaboração do decreto que tombou o Parque Lage. Foi dele também, a criação do Curso de Restauração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Olinio Coelho esteve à frente de diversos projetos de restauro de monumentos históricos na cidade do Rio, como as do complexo arquitetônico do Convento de Santo Antonio no Largo da Carioca e da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Podemos acrescentar ainda, em meio ao seu brilhante Currículo, a atuação no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro-CREA-RJ, a Assessoria Técnico- Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro- FAPERJ ,a Chefia no Serviço de Tombamento e Proteção da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanaba-

ra - DPHA, no Conselho Estadual de Tombamento, INEPAC, além de ter exercido a Presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras.

Olinio Gomes Pascoal Coelho deixou uma vasta obra publicada, dentre livros, artigos em periódicos e ensaios, que são hoje referências para os estudos da Arquitetura, História e do Patrimônio Histórico e Cultural do Rio de Janeiro e de Vassouras, as duas cidades queridas que o acolheram carinhosamente, tanto quanto ele as amou. Dentre a obra de Olinio Coelho sito as que se seguem:

Do Patrimônio Cultural e Catálogo Geral de Desenhos e Pinturas de Grandjean de Montigny-1992.

História e Geografia Fluminense-2008.

75 anos do CREA-RJ: a invenção de um novo tempo-2009.

História e Geografia do Vale do Paraíba-2013.

Efemérides Cariocas- Em coautoria com Neusa Fernandez -2016.

Olinio Gomes Pascoal Coelho faleceu no dia 11 de setembro de 2021 na cidade do Rio de Janeiro. O legado intelectual e humano do pesquisador e professor querido e admirado por seus alunos, amigos e pares, eternizou-se no famoso aforismo que o acompanhou por toda a sua vida acadêmica e que traduz o sentido de infinitude de sua obra:

"Da meta jamais verei os olhos".

E foi com essa certeza que Olinio Coelho construiu sua edificante história de vida, cuja memória transcenderá a inextinguível fluidez do tempo e permanecerá viva, como um patrimônio imperecível da cidade Maravilhosa que ele tanto amou.

Obrigada.

Rio de Janeiro,10 de novembro de 2022

SAUDAÇÃO AO SÓCIO EFETIVO ANTONIO EDMILSON MARTINS RODRIGUES

Paulo Knauss[1]

Prezada presidente do IHGRJ, Profa. Lená Medeiros de Menezes,

Prezadas e prezados membros da mesa desta sessão,

Prezadas confreiras e prezados confrades,

Prezadas senhoras e prezados senhores, amigas e amigos do IHGRJ:

Tenho a satisfação, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e seus consócios, de dar boas-vindas ao estimado Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues, conhecido por todas e todos como prof. Edmilson, que a partir de hoje passa a integrar formalmente o quadro social de nossa instituição acadêmica dedicada à história da cidade e do estado do Rio de Janeiro.

Não posso deixar de iniciar por uma nota de lembrança e que justifica a minha alegria pessoal por estar aqui, neste momento, celebrando a trajetória do Prof. Edmilson. Foi no início da década de 1980, que ingressei no curso de graduação em História da Universidade Federal Fluminense e tive a satisfação de ser recebido junto com todos os calouros da época pelo nosso, agora, confrade Prof. Edmilson, que, na altura, exercia o papel institucional de chefe do departamento de História da universidade. Foi, portanto, o primeiro professor, que encontrei em espaço universitário na minha trajetória de formação profissional. Evito fazer a matemática dos anos, afinal, trata-se de uma cronologia estendida. Gostaria, porém, de ressaltar, a latência dessa lembrança que sustenta meu sentimento por ter sido agraciado pelo destino, pro intermédio de nossa presidente, em ter a oportunidade de me dirigir ao nosso novo confrade em nome do corpo social do nosso IHGRJ para recebê-lo com a devida solenidade. Acima de tudo, porém, espero que minhas palavras o alcancem com a mesma gentileza e o mesmo espírito generoso com que dedicou a suas alunas e seus alunos em outra época. Para aqueles que têm alma de professor, bem sei, que a palavra de um antigo aluno deve ter um peso especial, pois vem carregada de admiração.

Digo isso, porque não há como deixar de destacar que nosso novo confrade é professor de percurso longo e variado, participou da formação de vá-

1 Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

rias gerações de profissionais de história no Rio de Janeiro, desde que obteve sua graduação superior em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1971. Sua trajetória docente inicial foi marcada pela atuação no curso de pré-vestibular da Faculdades Hélio Alonso (Facha). Logo, porém, começou a construir uma trajetória destacada de professor universitário, ingressando na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e, quase na mesma época, na Universidade Federal Fluminense (UFF), como professor de História Moderna e Contemporânea. Posso dar depoimento de que suas aulas de história do Renascimento eram concorridas e faziam parte dos comentários no meio do alunado de minha época, por exemplo.

Cabe lembrar, nesse ponto, que sua atuação na PUC-Rio e na UFF foi marcada pela sua colaboração intelectual com o prof. Francisco Falcon, um dos grandes mestres universitários do Rio de Janeiro. Da parceria intelectual com o prof. Falcon resultou uma produção valiosa para o ensino superior no Brasil de obras de referência, que inclui o livro *Formação do mundo moderno*, publicado em livro em 2004, tratando-se, na verdade de versão revista de um manual de estudos que circulava há muito entre alunos do ensino superior do Rio de Janeiro em um formato não comercial. Nessa mesma linha, os dois publicaram, no ano de 2000, *Tempos Modernos: ensaios de história cultural* (2000). Essa produção conjunta, no entanto, foi antecipada anos antes pela publicação, em 1974, da coletânea de ensaios reunidos sob a organização de nosso caro Edmilson, com o prof. Francisco Falcon e o saudoso Théo Santiago, que se intitulava *Fascismo*, obra até hoje incontornável na bibliografia brasileira sobre o fascismo, que incluía a tradução de textos fundamentais de circulação internacional de Nicos Poulantzas, Ernst Nolte e Hugh Trevor-Roper, entre outros, cuja leitura diante dos desafios da história do tempo presente voltou a ser tão atual quanto foi na época de sua edição em que o Brasil vivia sob um regime político autoritário e militarizado.

Já como professor universitário com carreira consolidada, ingressou, em 1993, na carreira docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e passou então a se dedicar especialmente ao ensino superior da história do Rio de Janeiro, disciplina que assumiu com gosto e entusiasmo renovado. A rigor, pode-se considerar que seu vínculo com a UERJ é anterior à sua atuação docente na instituição de ensino superior estadual, considerando que foi onde defendeu, em 1986, sua livre-docência, à moda dos antigos mestres, como o próprio prof. Falcon, do tempo em que os cursos de pós-graduação e especialmente de doutorado em História eram inexistentes, ou iniciantes, naqueles idos da década de 1980, sendo a livre-docência alternativa para quem, por muitas razões pessoais, não podia se transferir para estudar em São Paulo, ou em outro país.

A tese de livre-docência intitulada *O Rio de Janeiro da Bela Época: história e cultura na passagem do século XIX ao XX*, aponta para o investimento na pesquisa sobre a história social da cultura pela valorização da literatura como fonte e objeto da pesquisa da história social em suas relações com a história urbana. Me recordo bem de ter assistido a sessão de defesa, acompanhada de sua esposa com os filhos pequenos, um deles em carrinho, o que me deu a dimensão da mobilização familiar para aquela realização. O que importa frisar, é que a pesquisa acompanhava uma vertente de pesquisa pioneira na época, que teve como marco historiográfico o famoso livro de Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão*, e, no Rio de Janeiro, porque não dizer, de igual importância foram as aulas e os diversos ensaios da profa. Margarida de Souza Neves, sua colega de trabalho na PUC-Rio e na UFF, assim como penso ser justo lembrar a repercussão do livro de André Luiz Vieira de Campos, seu colega na UFF e na UERJ, sobre Monteiro Lobato.

A pesquisa histórica a partir da literatura e da crônica jornalística ofereceu a oportunidade para a criação de vários livros como *João do Rio: a cidade e o poeta – olhar de flâneur na Belle Époque tropical* (2000); *José de Alencar: o poeta do século XIX (2001) e As mulheres de Machado de Assis* (2004), além de *Nair de Teffé - vidas cruzadas* (2004). A partir daí os estudos sobre a história da cidade do Rio de Janeiro e a modernidade urbana na passagem da virada do século XIX para o XX concentraram seus estudos e pesquisas. Assim, passou a investigar aspectos da história da vida urbana como a experiência gastronômica no livro *Confeitaria Colombo, sabores de uma cidade* (2013), em coautoria com Renato Freire, que foi seguido de *Costuras da cidade, sobre a mobilidade carioca* (2016), que apresenta uma abordagem, a partir da abordagem da história da expansão urbana baseada em memórias familiares, e que se completa ainda com a publicação, mais recente, de *Narrativas e performances de consumo na cidade*, em coautoria com Amanda Costa, que, de modo original, aborda a experiência comercial carioca.

Desse balanço geral de sua produção intelectual, o que faz um conjunto de dezenas de artigos em periódicos, 25 capítulos de livros e 19 livros publicados, preciso enfatizar dois aspectos:

O primeiro se refere ao gosto pela construção coletiva, o que se verifica pelos vários títulos em coautoria. Eu diria que se trata de uma expressão de sua geração que se dedicou a institucionalizar a pesquisa histórica, por meio de projetos integrados de pesquisa e ação acadêmica e, e ao mesmo tempo, que traduz o seu compromisso pessoal com a formação de jovens profissionais que de alunos passam a colegas e parceiros de pesquisa.

O segundo aspecto é o fato de que sua produção intelectual combina a contribuição historiográfica renovada com a experimentação de novas narrativas históricas em busca de novos pontos de vista, o que se verifica, por exemplo, no livro sobre João do Rio em que narrativa é construída tendo a personagem histórica assumindo o lugar de narrador, ou no caso do livro do livro sobre a Confeitaria Colombo em que o estabelecimento gastronômico se define como o protagonista da história da cidade, ou no livro sobre a mobilidade urbana em que a memória familiar é tomada como referência, tomando a experiência subjetiva como ponto de partida para a abordagem da história. Não há dúvida, de que o debate suscitado pela interrogação em torno do giro linguístico conduz a experimentação da narrativa histórica.

No entanto, comentar a contribuição historiográfica inovadora e provocativa de nosso novo confrade não se completa sem falar que se trata de produto de quem tem alegria no convívio social, no interesse pelas histórias da vida de toda gente, pela capacidade de trânsito por todo tipo de roda social, que lhe confere uma identidade carioca própria com o gosto especial de ser carioca, mesmo tendo nascido nos Açores.

Que bom recebê-lo entre nós no IHGRJ, meu caro confrade, permita tratá-lo assim diretamente, a partir de agora, imaginando que tudo isso merece se completar com uma resenha social na Pedra do Sal. Como estamos um pouco distantes do lugar de memória da cidade, rogo que a vista do terraço da casa que nos abriga que ressalta os contornos da paisagem guanabarina, sirva-nos sempre de inspiração. Bem-vindo ao IHGRJ.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2022.

DISCURSO DE POSSE DO SÓCIO EFETIVO ANTONIO EDMILSON MARTINS RODRIGUES

Antonio Edmilson Martins Rodrigues[1]

Boa tarde, senhoras e senhores. Gostaria de iniciar cumprimentando os membros da mesa: a presidenta, professora Lená Medeiros de Menezes, a vice-presidente, pesquisadora Neusa Fernandes, e a primeira secretaria, Vera Cabana de Andrade, os companheiros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, a minha família, as amigas e os amigos presentes da Universidade Federal Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e também aqueles que estão nos vendo através dos canais de transmissão e ao público em geral.

Quero especialmente agradecer a três pessoas que estão aqui presentes e por quem tenho um carinho especial. A presidenta Lená Menezes, pela força que me deu para chegar ao lugar que estou agora. A professora Lúcia Guimarães, pela sua solidariedade e delicadeza no trato cotidiano da vida docente, e ao professor Paulo Knauss, meu prezado colega e ex-aluno, pelas palavras que marcaram seu discurso de recepção. Juro de pés juntos que não tinha ideia de que ele era aquele que me receberia no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Fiquei comovido e emocionado com o perfil que apresentou da minha pessoa. Será um prazer enorme ter os três como confrades.

Começo dizendo que estou muito contente e lisonjeado. De certo modo, hoje é o momento de auge de minha carreira de historiador, professor e pesquisador, o momento de reconhecimento do trabalho de muitos anos durante os quais me dediquei à história da cidade do Rio de Janeiro. Durante todos esses anos, lutei incessantemente para que a história desta nossa cidade pudesse adquirir o sentido de protagonista nos estudos dos cursos das áreas de Ciências Sociais e Humanas. E fiz isso de um lugar muito especial. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro é esse lugar de onde pude e posso assumir o papel de defesa da cidade e de sua história, pois ela possui, como um ganho privilegiado no currículo do curso de História, disciplinas obrigatórias de História do Rio de Janeiro.

1 Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

A partir daí pude desenvolver meus estudos e pesquisas sobre vários aspectos da dimensão urbana do Rio de Janeiro e estabeleci a cumplicidade dos alunos e dos colegas professores que foram e são os desdobradores dessa luta ao ampliarem as ideias que discutimos em vários lugares, como na disciplina História da urbanização no Rio de Janeiro, no âmbito do Programa de Especialização em Sociologia Urbana do Instituto de Ciências Sociais. Não posso também deixar de incluir nessa homenagem as sucessivas direções do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Através de todos esses incentivos é que pude desenvolver a ideia da *Revista Rio de Janeiro* que espero possa ver novamente circulando entre nós.

Isso me deu a chance de poder assumir a condição de membro titular do Conselho Municipal do Patrimônio e sentir, de perto, as tensões e as contradições de uma cidade em constante movimento. Esse meu gosto pela cidade, entretanto, surgiu nos cursos que ministrei quando atuei como professor na graduação de História na Universidade Federal Fluminense. Durante muitos anos, antes de encontrar o pouso decisivo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi lá que comecei a abrir caminho na aventura da *Revista Rio de Janeiro* que, para minha satisfação, veio comigo para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Meu intuito nessa luta é fazer com que se compreenda que se deve tomar muito cuidado com o que fazemos com a cidade chamada de maravilhosa e alertar aqueles que dirigem a cidade para alguns aspectos que retiram dela a sua qualidade, transformando-a no mar de empreendimentos que anulam as suas tradições. Qualquer intervenção nessa cidade deve olhar com profundidade a história do local e as consequências de qualquer intervenção devem ser devidamente avaliadas para que não trabalhemos no sentido de destruir os lugares de memória.

Olhando para a cidade, verifico que, de certa maneira, algumas coisas foram conseguidas, poucas, pequenas, mas que animam a continuar lutando. Depois de muito tempo, a estação do VLT Parada dos Navios juntou ao seu nome Valongo. Na verdade, o desejo é que ela se transformasse em Parada do Valongo. Da mesma forma que a luta continua em torno da Parada dos Museus, que deve se chamar Praça Mauá ou Parada da Prainha. Não vou nem mencionar o BRT - aí a coisa é mais pesada, a sintonia com as tradições é mais distanciada com exceção de algumas estações como Mato Alto. Esses exemplos bastam para mostrar o que temos pela frente.

São exemplos da ausência desse cuidado que mencionei e do alcance da política urbana que fazem da cidade cada vez mais uma mercadoria, uma cidade de eventos que, em certo sentido, retoma experiências realizadas e respal-

dadas pela ideia de modernização desde a reforma de Pereira Passos, em 1903, que passou por outro momento de transformação na década de 1920, quando o perfeito Carlos Sampaio, em nome do progresso, retirou de nossa visão e da paisagem da cidade o Morro do Castelo. São essas intervenções que não dialogam com as tradições que configuram a luta em que estamos envolvidos.

Avaliando os resultados dessa luta, reconheço que, se não fui vitorioso, pelo menos venci muitas batalhas e sou muito grato a todos que se juntaram a mim nessa caminhada, que tem hoje, para minha alegria e satisfação, um ponto de referência no *Riomemórias*, site de um museu virtual que apresenta um panorama em movimento da história da cidade e já possui doze galerias que dão conta de aspectos variados da cultura carioca, através da memória das tradições da bola de gude, do carinho de rolimã, do pique bandeira, da carniça, do frescobol, dos jogos de rua como a porrinha, que pontuava as esquina do centro da cidade, das ausências que hoje temos na cidade como do Palácio Monroe. Recomendo que olhem com atenção o site do *Riomemórias*. Semana passada terminamos uma experiência importante: uma conversa com quatro sessões e uma caminhada cultural ao final, que intitulamos "História e memórias etílicos gastronômicas do Largo da Prainha e arredores".

O Rio de Janeiro é a cidade das ruas, já dizia João do Rio e os cariocas adoram perambular com inteligência por elas, e é isso que gosto de fazer, com a intenção de descobrir coisas novas que não tinha visto antes. Esse é o movimento do carioca: as ruas e as estórias que elas contam.

Esse percurso é que me trouxe até aqui, ao meu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. E agradeço aos meus confrades pelo carinho que me dedicaram aceitando o meu ingresso e que tiveram por mim uma grande consideração, especialmente a presidenta professora Lená Medeiros, porque foi sua bendita mão que me trouxe para o convívio neste instituto, peça central na manutenção dos estudos e pesquisas sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Como é de praxe em uma posse, devo fazer menção aos que me antecederam na cadeira 37, que tem como patrono Manoel da Nobrega e que suscita uma relação comigo de duas maneiras. A primeira pela minha inserção na vida universitária. Iniciei o trabalho de professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, uma universidade jesuíta no ano de 1972, não façam contas, por favor. A segunda maneira pelo olhar que tenho tido para a obra dos jesuítas na cidade do Rio de janeiro ao estudar as utopias americanas, afinal Manoel da Nobrega como vários outros jesuítas semearam o saber inaugural na cidade com a criação do colégio do Rio de janeiro, disseminando a cultura cristã com alteridade, defendendo os índios de forma muito particular nas missões organi-

zadas pelos padres missionários e tomo apenas um exemplo para indicar essas ações.

Ela é a recordação que registro do episódio que envolveu Manoel da Nobrega e o bispo Dom Pero Fernandes Sardinha e teve como resultado a morte antropofágica do bispo. O papa Júlio III criou o primeiro bispado do Brasil, em 1552. e o bispo Sardinha foi o primeiro a ocupá-lo. As desavenças com Manoel da Nobrega surgiram logo depois da chegada do bispo, que queira que os índios abandonassem suas práticas, seus costumes e se comportassem como europeus civilizados, sem nenhuma preocupação com a alteridade.

Foi combatido fortemente por Manoel da Nobrega, que defendia uma evangelização sem que os índios deixassem os seus costumes, atitude louvável e necessária e fruto da enorme inteligência do reitor dos colégios jesuítas e de sua compreensão da alteridade, de reconhecimento do outro. Essa forma de entender o Novo Mundo o levou a ser mantido refém dos Tamoios em Iperoig, em 1563.

Essa recordação me faz associar esse momento à luta dos moradores da Glória e arredores no sentido de estabelecerem, na área do Largo do Russel, a memória dos indígenas, transformando o Largo de Russel em Uruçumirim, a batalha nas fraldas do Morro da Glória na qual foi morto Estácio de Sá.

Outro que ocupou a cadeira 37 foi Lourenço Luís Lacombe, pertencente à linhagem de historiadores na qual registro a presença de Américo Jacobina Lacombe, meu colega na PUC-Rio. Lourenço Luís Lacombe, após completar o seu curso de Biblioteconomia e de seu forte gosto pela pesquisa, dedicou-se ao Museu Imperial, transformando-se em seu primeiro pesquisador entre 1940 e 1946.

A intensidade de seu trabalho levou-o ao cargo de Chefe da Divisão de Documentação e mais tarde a diretor do Museu Imperial, além de prestar os serviços de professor na Faculdade Católica de Petrópolis. Seus trabalhos de pesquisa no Colégio Brasileiro de Genealogia e a participação em inúmeras instituições como o IHGB e IHB do Rio de Janeiro mostram a importância de suas ações nesse campo e, se somarmos a isso a produção bibliográfica, só podemos dizer que ele enalteceu e deu brilho a cadeira que vou ocupar.

Outra figura que aumenta a minha responsabilidade neste momento é de José Carlos de Macedo Soares, que marcou sua trajetória, quando jovem, participando do comitê organizador da Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922. Integrou-se à vida política e economia do Brasil assumindo vários cargos e funções centrais no governo brasileiro de Vargas e JK, mas manteve-se sempre com olhar voltado para a dinâmica educacional e cultural, mesmo quando

assumiu suas funções diplomáticas. Presidiu o IBGE e se lançou à pesquisa estatística, que o levou a produzir inúmeros textos que combinavam economia e estatística.

No rol de ocupante da cadeira 37, registro a presença de Levy Scavarda, historiador que se ocupou da marinha brasileira nos seus escritos e que se transformaram em referência para qualquer exame do papel da marinha na história nacional. Deixou uma longa série de livros sobre o assunto, que fazem parte da historiografia militar brasileira.

Outro que honrou a cadeira 37 foi Cristóvão Dias de Ávila Pires Junior, que tive o prazer de conhecer na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro quando ele atuava como docente nos cursos de engenharia e arquitetura. Seu trabalho incansável de guarda de documentos e peças da família do Barão da Torre, de quem era trineto, fez de sua casa um lugar de memória. Posteriormente, criou o Centro Cultural e de Pesquisa do Castelo da Torre e por meio dele transformou-se no defensor da preservação da documentação referente ao patrimônio histórico e cultural brasileiro, com ações que garantiram a restauração do Castelo da Torre e da Igreja de Nossa Senhora da Graça na Bahia.

Para concluir, digo que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro será a nova trincheira de onde, a partir de hoje, concentro minha luta. Estou à disposição deste instituto para trabalhar pela guarda do patrimônio da cidade e do desenvolvimento das suas ações com o beneplácito dos meus companheiros, porque, a partir de agora, todos vocês fazem parte desta nova etapa de minha vida. Obrigado a todas e todos.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2022.

O INSTITUTO MÊS A MÊS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 29 • Número 29 • 2022

O INSTITUTO MÊS A MÊS NO ANO DE 2022

7 de abril

Sessão ordinária referente aos meses de março-abril (virtual)
Apresentação e posse da diretoria eleita para o mandato 2022-2023.
Palestra: "Museu Paulista: memória da Independência e os desafios do Bicentenário" – Dra. Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira", Professora Titular da Universidade de São Paulo (USP) e Diretora do Museu Paulista da USP, entre 2008-2012.

12 de maio

Sessão ordinária do mês de maio (virtual)
Palestra: "Jean Sablon no Rio de Janeiro. Entre modernidade sonora & "habitar" moderno (1939-1946)" – Dr. Laurent Olivier Vidal, Mestre e Doutor em História, respectivamente pelas Universidades de Grenoble e Paris III, Professor da Universidade de La Rochelle, com várias participações em universidades brasileiras, Diretor-adjunto do *Centre de Recherche de Histoire Internationale et Atlantique*, autor de dezenas de livros autorais, artigos e capítulos de livros, muitos dos quais sobre temas relativos ao Rio de Janeiro.
Apresentação do livro *Cantos e encantos do Rio* pela organizadora e confreira Neusa Fernandes.

09 de junho

Sessão ordinária do mês de junho (virtual)
Reunião voltada para questões administrativas e restrita aos sócios

20 de junho

Ciclo de palestras (virtual) – "Historiadores rememoram historiadores do Rio de Janeiro"
João Carneiro Maia – rememorado por meio de palestra ministrada pelo Dr. Marcos Cotrim de Barcellos, confrade do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, presidente da Academia Resendense de História e professor da Unisal (disponível no canal Youtube do IHGRJ).

21 de junho

Ciclo de palestras (virtual) – "Historiadores rememoram historiadores do Rio de Janeiro"
Felisbelo Freire – rememorado em palestra ministrada pelo Dr. Paulo Kauss, confrade do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e do IHGB e Professor da UFF (disponível no canal Youtube do IHGRJ).

22 de junho

Ciclo de palestras (virtual) – "Historiadores rememoram historiadores do Rio de Janeiro"
Carlos Wehrs – rememorado em palestra ministrada pela Dra. Vera Cabana Andrade, confreira do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e do IHGB e Professora do Colégio Pedro II e da UERJ (disponível no canal Youtube do IHGRJ).

27 de junho

Ciclo de palestras (virtual) – "Historiadores rememoram historiadores do Rio de Janeiro"
Maria Yedda Linhares – rememorada em palestra ministrada pela Dra. Marieta de Moraes Ferreira, confreira do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Professora da UFRJ e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (disponível no canal Youtube do IHGRJ).

28 de junho

Ciclo de palestras (virtual) – "Historiadores rememoram historiadores do Rio de Janeiro"
Eulália Maria Lahmeyer Lobo – rememorada em palestra ministrada pela Dr. Cezar Honorato, Professor Titular da UFF (disponível no canal Youtube do IHGRJ).

14 de julho

Sessão ordinária do mês de julho (virtual)
Palestra: "Acervo arqueológico da Casa do Barão de Vassouras e Asilo Barão do Amparo, município de Vassouras, RJ" – Profa. Roselene Martins, confreira e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras.
Apresentação do livro *Histórias de Malditos e mal-ditos na História*, pelas Dras. Lená Medeiros de Menezes, presidente do IHGRJ, e Angela Roberti Martins, da UERJ, organizadoras da coletânea, contendo artigos dos sócios Neusa Fernandes e Marco Santos.

11 de agosto

Sessão ordinária do mês de agosto (virtual)
Palestra: "Imprensa na época da Independência" – Dra. Juliana Gesuelli Meirelles, docente da PUC-Campinas, doutora em História pela UNICAMP, com pós-doutorado na USP, autora dos livros: *Imprensa e poder na corte joanina: a gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008) e *Política e Cultura no governo de D. João VI: (1792-1821): bibliotecas, teatros, imprensa e academias* (Santo André: Ed. UFABC, 2017).
Apresentação de livro(s)

27 de setembro

Sessão ordinária do mês de setembro (virtual)
Palestra: "Há duzentos anos comemorando as Independências" – Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Sócia do IHGB e autora de inúmeros trabalhos publicados sobre o tema da Independência do Brasil.
Apresentação do livro *As estatísticas nas comemorações da Independência do Brasil,* pelo confrade Dr. Nelson Senra, organizador da obra.

13 de outubro

Sessão ordinária do mês de outubro (virtual)
Palestra: "*A Confissão pelo Avesso: sacramento da penitência e assédio sexual a mulheres no Brasil setecentista*". – Dra. Lana Lage, Professora titular de História, aposentada da UFF e da UENF, atualmente pesquisadora associada do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INC-InEAC da UFF).
Apresentação do livro *Antonio Diniz da Costa Guimarães, Barão de Santa Isabel. Fragmentos da vida*, pelo autor e confrade Roberto Guião.

10 de novembro

Sessão extraordinária de posse de novos sócios (presencial)
Posse, como sócia efetiva, de Denise G. Porto, que ocupará a cadeira número 32, cujo patrono é Alexandre José de Melo Morais Filho, que ficou vaga com o falecimento do confrade Olínio Gomes Paschoal Coelho.
Posse, como sócio efetivo, de Antonio Edmilson M. Rodrigues, que ocupará a cadeira número 37, cujo patrono é o Padre Manuel da Nóbrega, que ficou vaga com o falecimento do confrade Christóvão Dias de Ávila Pires Júnior.
Entrega do diploma e insígnias da sócia efetiva Elizabeth Soriano Pletsch, ocupante da cadeira número 26, cujo patrono é Joaquim Norberto de Sousa e Silva, tendo em vista que sua posse foi realizada, excepcionalmente, de forma remota, em virtude da pandemia de COVID 19.

21 de novembro

Realização do "IV Colóquio de Institutos Históricos Municipais do estado do Rio de Janeiro – Independência do Brasil: Memórias Fluminenses", sob a coordenação do confrade Dr. Paulo Kauss e da confreira Neusa Fernandes.
Lançamento do livro *Inventário dos lugares de memória da Independência do Brasil no Estado do Rio de Janeiro*, organizado pelo confrade Dr. Paulo Kauss, com a colaboração, como autores, de vários representantes de institutos municipais: Antonio Seixas, Deivid Antunes da Silva Pacheco, Genilson Paes Soares, Hugo Delphim Borges, Marcos Cotrim de Barcellos, Maria da Conceição Vilela Franco, Norton Ribeiro, Renata Aymoré Gama, Ricardo Wendlig, Roselene de Cassia Coelho Martins, Tania Maria da Silva Amaro de Almeida, Wesley Gonçalves.
Lançamento do livro *biografias & Trajetórias*, organizado pela confreira Dra. Neusa Fernandes, com textos de autoria de confrades e confreiras do IHGRJ: Mary del Priori, Neusa Fernandes, Vera Cabana Andrade, Roselene de Cássia Coelho Martins, Lená Medeiros de Menezes e Elizabeth Soriano Pletsch, além de Luitgarde Oliveira Cavalcante (UFRJ e UERJ).

08 de dezembro

Sessão Magna do ano de 2022, encerrando as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil no IHGRJ (remota)
Lançamento do livro *O Rio de Janeiro em 1822. História, cidade e memória no bicentenário da Independência do brasil*, organizado por Lená Medeiros de Menezes, presidente do IHGRJ, com a colaboração dos confrades e confreiras autores Antonio Edmilson Rodrigues, Denise Porto, Lená Medeiros de Menezes, Nelson Senra, Neusa Fernandes e Vera Cabana Andrade.

QUADRO SOCIAL

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 29 • Número 29 • 2022

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Fundado em 6 de dezembro de 1957

QUADRO SOCIAL

31 de Dezembro de 2022

FUNDADORES

Afonso Várzea
Antônio Carneiro Leão
Ariosto Berna
Augusto Maurício Queirós Ferreira
Douglas Sidney Amora Levier
Eduardo Tourinho
Henrique Foreis Domingues (Almirante)
João Batista de Matos
Manuel Paulo Teles de Matos Filho
Mario da Veiga Cabral
Nelson Costa
Odorico Pires Pinto
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Silvio Salema Garção Ribeiro

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Américo Jacobina Lacombe (†)
Antônio Pimentel Winz (†)
Arno Wheling
Carlos Wehrs (†)
Cybelle de Ipanema
Francisco de Paula e Azevedo Pondé (†)
Jonas de Morais Correia Filho (†)
José de Azeredo Perdigão (†)
Lafayette Pereira Guimarães (†)
Mario Antônio Barata (†)
Miridan Britto Falci
Vicente Costa Santos Tapajós (†)
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

SÓCIOS EFETIVOS
Cadeiras, patronos e ocupantes

1. **JULIO AFRÂNIO PEIXOTO**
   BRUNO FERREIRA GOMES
   Vera Lucia Bottrel Tostes

2. **ALBERTO FREDERICO DE MORAIS LAMEGO**
   DONATO MELO JÚNIOR
   Victorino Coutinho Chermont de Miranda

3. **MANUEL TOMÁS ALVES NOGUEIRA**
   FRANCISCO GOMES MACIEL PINHEIRO
   MARIA CECÍLIA RIBAS CARNEIRO
   ANTONIO LUIZ PORTO E ALBUQUERQUE
   Julio Bandeira

4. **PE. JOSÉ DE ANCHIETA**
   DOM HELDER PASSOS CÂMARA
   MARCIO WERNECK DA CRUZ
   ARY VASCONCELOS
   Ana Maria da Silva Moura

5. **MANUEL DE ARAÚJO PORTO ALEGRE** (BARÃO DE SANTO ÂNGELO)
   MARIO ANTÔNIO BARATA
   PAULO WERNECK DA CRUZ
   AFONSO CARLOS MARQUES DOS SANTOS
   Paulo Knauss de Mendonça

6. **ARIOSTO ESPINHEIRA**
   SILVIO SALEMA GARÇÃO RIBEIRO
   Neusa Fernandes

7. **BALTHASAR DA SILVA LISBOA**
   JOÃO GUIMARÃES
   PAULO BERGER
   PAULO CARNEIRO DA CUNHA
   JOSÉ ANTÔNIO NONATO DUQUE ESTRADA DE BARROS
   JOSÉ DE MIRANDA NETO

8. **JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS** (BARÃO DO RIO BRANCO)
   RODRIGO OTÁVIO LANGGARD DE MENEZES FILHO
   FERNANDO MONTEIRO
   DINO WILLY COZZA
   Surama Sá Pinto Conde

9. **JOÃO BARBOSA RODRIGUES**
   OSWALDO ORICO
   ARISTIDES PINTO COELHO
   Roberto Guião de Souza Lima

10. **BASÍLIO DE MAGALHÃES**
    MANUEL VIRIATO CORREIA PAIVA FILHO
    JORACY CAMARGO
    MARCELLO DE IPANEMA
    Rogéria de Ipanema

11. **BATISTA CAETANO DE ALMEIDA NOGUEIRA**
    ALBERTO LIMA
    JOSÉ FORTUNA ANDRÉA DOS SANTOS
    Ney Oscar Souza Ribeiro de Carvalho

12. **ARIOSTO BENEVENUTO BERNA**
    RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO
    JOSÉ INALDO ALVES ALONSO
    Ângela Ancora da Luz

13. **JOÃO CAPISTRANO DE ABREU**
    LUCAS MAYHOFFER
    Cláudio Moreira Bento

14. **JOÃO DA COSTA FERREIRA**
    FREDERICO TROTA
    JOSÉ DE OLIVEIRA REIS
    Eliana Rezende Furtado de Mendonça

15. **D. PEDRO II**
    PEDRO CALMON MONIZ BITTENCOURT
    ANA ELISA LISBOA GREGORI
    JÚLIO CÉSAR MACHADO DA SILVA
    EDMO RODRIGUES LUTTERBACH
    Cínara Maria Bastos Jorge

16. **LUÍS GASTÃO D'ESCRAGNOLE DÓRIA**
    JOÃO BATISTA DE MATOS
    ADAÍLTON SAMPAIO
    Rachel Esther Figner Sisson

17. **EVERARDO BACKHEUSER**
    SILVIO FRÓES DE ABREU
    Ondemar Ferreira Dias Júnior

18. AUGUSTO FAUSTO DE SOUZA
DOUGLAS SIDNEY AMORA LEVIER
HELOÍSA HELENA SANTA CLARA DE CASTRO
CARLOS PATRÍCIO FREITAS PEREIRA
Fernando Tasso Fragoso Pires

19. FELISBELLO FIRMO DE OLIVEIRA FREIRE
ORESTES BARBOSA
CARLOS SATOUR
NILO GARCIA
ARIVALDO SILVEIRA FONTES
Fania Fridman

20. FREI JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO
ADIR GUIMARÃES
MÁRIO FERREIRA FRANÇA
Guilherme Andréa Frota

21. FREI VICENTE DO SALVADOR (VICENTE RODRIGUES PALHA)
LUÍS EDMUNDO PEREIRA DA COSTA
FRANCISCO DE PAULA E AZEVEDO PONDÉ
LUCINDA COUTINHO DE MELO COELHO
Jaime Antunes da Silva

22. FREDERICO HERMETO PEREIRA LIMA
ANTENOR NASCENTES
THALITA DE OLIVEIRA CASADEI
FERNANDO CORREIA DE SÁ E BENEVIDES
Lucia Helena Pereira da Silva

23. CÔNEGO JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA
ADOLFO MORALES DE LOS RIOS
DELSO RENAUT
CARLOS WEHRS
Alex Nicolaeff

24. JOÃO BATISTA RIBEIRO DE ANDRADE
ANTÔNIO PIMENTEL WINZ
LUÍS DE CASTRO SOUZA
Lúcia Maria Paschoal Guimarães

25. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO
ODORICO PIRES PINTO
LAFAYETTE GUIMARÃES
PAULO JOSÉ PARDAL
Mary Lucy Murray Del Priore

26. JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA E SILVA
JONAS CORREIA FILHO
HERCULANO GOMES MATHIAS
STELLA LEONARDOS
Elizabeth Soriano Pletsch

27. JOSÉ CÂNDIDO GUILHOBEL
SÉRGIO FERREIRA DA CUNHA
TEREZINHA MARIA LAMEGO DE MORAES SARMENTO
Margareth de Silva Pereira

28. LUÍS GONÇALVES DOS SANTOS
BRASIL GERSON
FRANCISCO RUAS SANTOS
Roberto Schmidt de Almeida

29. ARMANDO MAGALHÃES CORREIA
AUGUSTO MAURÍCIO QUEIROZ FERREIRA
FRIEDA WOLFF
STÉLIO EMMANUEL DE ALENCAR ROXO
João Carlos Nara Júnior

30. MAX FLEUISS
HENRIQUE FLEUISS
MONSENHOR GUILHERME SCHUBERT
Maria de Lourdes Viana Lyra

31. ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS (PAI)
JOSÉ ANTÔNIO LIMA GUIMARÃES
ODYLO COSTA FILHO
DAHAS CHADE ZARUR
Beatriz Kushnir

32. ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS (FILHO)
GUSTAVO DODT BARROSO
AMÉRICO LOURENÇO JACOBINA LACOMBE
EGON WOLFF
GABRIEL AUGUSTO DE MELLO BITTENCOURT
OLÍNIO GOMES PASCHOAL COELHO
Denise Maria Couto Gomes Porto

33. CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA
PAULO FERREIRA SANTOS
GERALDO DE MENEZES
RONALDO ROGÉRIO DE FREITAS MOURÃO
Marcos Cotrim de Barcellos

34. MONS. JOSÉ DE SOUZA AZEVEDO PIZARRO E ARAÚJO
EDUARDO TOURINHO
RAIMUNDO ESTRELA
HUMBERTO FRANCESCHI
Roselene de Cassia Coelho Martins

35. MANUEL DUARTE MOREIRA DE AZEVEDO
ROBERTO MOTTA MACEDO
CYBELLE MOREIRA DE IPANEMA
ARNALDO MACHADO
Marcus Antônio Monteiro Nogueira

36. ALFREDO MOREIRA PINTO
MARIO DA VEIGA CABRAL
JORGE DOSWORTH MARTINS
PAULO BRAGA DE MENEZES
UMBERTO PEREGRINO SEABRA FAGUNDES
JOSÉ HENRIQUE MILLAN
Marco Aurélio Martins Santos

37. PADRE MANUEL DA NÓBREGA
LOURENÇO LUIS LACOMBE
JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
LEVY SCAVARDA
CHRISTÓVÃO DIAS DE ÁVILA PIRES JÚNIOR
Antonio Edmilson Martins Rodrigues

38. FRANCISCO ANGENOR DE NORONHA SANTOS
HENRIQUE DOMINGUES (O ALMIRANTE)
DALMO FREIRE BARRETO
JOÃO RIBEIRO DA SILVA
Nelson de Castro Senra

39. OLAVO FREIRE
JOSÉ AUGUSTO VAZ SAMPAIO NETO
SALVADOR MATTA E SILVA
João Eurípedes Franklin Leal

40. MANUEL DE OLIVEIRA LIMA
PLINIO DOYLE
CARLOS DELGADO DE CARVALHO
FRANCISCO SILVA NOBRE
Marieta Moraes Ferreira

41. OTELO DE SOUZA REIS
JÚLIO RÉGIS BITTENCOURT
JOÃO DO PRADO MAIA
ELYSIO CUSTÓDIO GONÇALVES DE OLIVEIRA BELCHIOR
Lená Medeiros de Menezes

42. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS
ANTÔNIO ALVES CÂMARA
LUCIANO LOPES
ÁUREA MARIA DE FREITAS CARVALHO
Maria de Fátima Da Matta Argon

43. BENJAMIM FRANKLIN DE RAMIZ GALVÃO (BR. DE RAMIZ)
YVOLINO DE VASCONCELLOS
LYGIA DA FONSECA FERNANDES DA CUNHA
Vera Lucia Cabana de Queirós Andrade

44. JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA POMBO
MANUEL PAULO FILHO
NELSON FREIRE LAVARNIÈRE-WANDERLEY
ANTÔNIO BUGYA DE SOUZA BRITTO
FRANCISCO DE VASCONCELLOS
Marietinha Leão de Aquino

45. RODOLFO AUGUSTO DE AMORIM GARCIA
RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR
MIRIDAN BRITTO KNOX FALCI
Esther Caldas Bertoletti

46. EDGAR ROQUETTE PINTO
GASTÃO CRUZ
VICENTE COSTA SANTOS TAPAJÓS
PAULO TAPAJÓS GOMES
SIDNEY GOMES DOS SANTOS
MARIA AUGUSTA MACHADO DA SILVA
Hildete Pereira de Melo

47. TEODORO FERNANDES SAMPAIO
VIRGÍLIO CORREIA FILHO
JOAQUIM VICTORINO PORTELLA FERREIRA ALVES
MARCOS RIBEIRO CORRÊA
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão

48. FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN
ANTÔNIO CARNEIRO LEÃO
DEMÓSTENES DE OLIVEIRA DIAS
ALÍPIO MENDES
Arno Wehling

49. JOSÉ VIEIRA FAZENDA
NELSON NUNES COSTA
João Maurício Wanderley de Araújo Pinho

50. VIRGÍLIO DOS REIS VÁRZEA
AFONSO VÁRZEA
AFONSO CELSO VILELA DE CARVALHO
Ismênia de Lima Martins

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Giulio Sanmartini – **Itália**
Maria Izilda Santos de Matos – **São Paulo**
Marcelo Guimarães – **Minas Gerais**

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS ESTADUAIS por unidade da Federação

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGHL)
Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IHGA)
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)
Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito santo (IHGES)
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)
Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHGMS)
Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)
Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)
Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)

Instituto Histórico e Geográfico d Rondônia (IHGRO)
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

INSTITUTOS HISTÓRICOS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Instituto Histórico de Petrópolis
Instituto Histórico de Duque de Caxias
Instituto Histórico e Artístico de Paraty
Instituto Histórico, Geográfico e Ambiental de Iguaba Grande
Instituto Histórico e Geográfico de Campos dos Goytacazes
Instituto Histórico e Geográfico de Itaborahy
Instituto Histórico e Geográfico de Macaé
Instituto Histórico e Geográfico de Niterói
Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu
Instituto Histórico e Geográfico de Parahyba do Sul
Instituto Histórico e Geográfico São João de Meriti
Instituto Histórico e Geográfico de Teresópolis
Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras
Academia Resendense de História
Academia Barramansense de História
Academia Itatiaiense de História

NOTA DE FALECIMENTO

No ano de 2022, registramos, com pesar, o falecimento do querido e inesquecível confrade **José de Miranda Neto**, economista, professor, historiador e escritor. Com sua perda, a instituição vestiu-se de luto.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27
https://www.ihgrj.org.br/envio

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

IHGRJ

AUTORES

Anat falbel
Antonio Edmilson Martins Rodrigues
Denise Maria Couto Gomes Porto
Francisco Vasconcellos
João Carlos Nara Jr.
Laurent Vidal
Lená Medeiros de Menezes
Magaly Oberlaender
Marcos Cotrim de Barcellos
Nelson de Castro Senra
Paulo Knauss
Vera Lucia Cabana Andrade
William Bittar

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003.
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006.

Eescaneie o QR Code
para fazer uma
doação ao IHGRJ.